

OS VALES

QUE EDUCAM

Estudos rurais em Minas Gerais

Vol 2



André Rodrigo Rech
Ivana Cristina Lovo
Alan Faber do Nascimento
Hebert Canela Salgado
(Orgs.)



Pedro & João
editores



Os Vales que Educam: **estudos rurais em Minas Gerais**



Pedro & João
editores

**André Rodrigo Rech
Ivana Cristina Lovo
Alan Faber do Nascimento
Hebert Canela Salgado
(Organizadores)**

Os Vales que Educam: estudos rurais em Minas Gerais



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

André Rodrigo Rech; Ivana Cristina Lovo; Alan Faber do Nascimento; Hebert Canela Salgado [Orgs.]

Os Vales que Educam: estudos rurais em Minas Gerais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 517p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1506-8 [Digital]

1. Comunidades tradicionais. 2. Agroecologia. 3. Desigualdade. 4. Minas Gerais. 5. Estudos rurais. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Foto capa: Homenagem ao Grupo de Folia de Reis do Bairro Arraial dos Crioulos de Araçuaí, Bordado Aline Gomes Ruas, Fotografia Lori Figueiró, dezembro de 2022.

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Sumário

Seção 1

Comunidades Tradicionais e seus territórios

Capítulo 1	13
Povos e comunidade tradicionais do Brasil: conceitos, direitos e princípios agroecológicos	
Alan Oliveira dos Santos	
Daniele Taís Silva Sobrinho	
Larissa Chaves Pinto	
Lauanda Lopes de Souza	
Marivaldo Aparecido de Carvalho	
Claudenir Fávero	
Capítulo 2	41
Pessoas e águas: Natureza humana e ecossistêmica na comunidade quilombola de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais	
Roberta Alves Silva	
Rosana Passos Cambraia	
Gudryan Jackson Baronio	
Maraísa Resende Braga	
André Rodrigo Rech	
Capítulo 3	69
“Tem muitas qualidade”: conhecimento e usos das plantas por uma comunidade Quilombola do Alto Jequitinhonha	
Nanci Ribeiro de Jesus	
Camila Alvez Islas	
André Rodrigo Rech	

Capítulo 4 91
Cultura alimentar e agrobiodiversidade na comunidade quilombola e apanhadora de flores Sempre-Vivas de Raiz
Marta Aguiar de Souza
Claudenir Fávero

Capítulo 5 111
Resistência, Território e Batuque na Comunidade Quilombola Baú, Araçuaí/MG
Paulo Henrique Lacerda Gonzaga
Aline Weber Sulzbacher

Seção 2

Agroecologia, soberania alimentar, agricultura familiar

Capítulo 6 133
A modernização conservadora da agricultura brasileira e as políticas públicas para a agricultura familiar: uma breve síntese
Mariane Rodrigues da Silva
Nadja Maria Gomes Murta

Capítulo 7 157
Agroecologia como caminho para a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil
Herena Reis Barcelos
Janice Queiroz de Pinho Gonçalves
Regiane Cristine Joslin Mendes
Romário da Silva Santana
Claudenir Fávero
Nadja Maria Gomes Murta

Capítulo 8 181
Agricultura familiar e fomento às atividades produtivas rurais – o Plano Brasil sem Miséria em Japonvar - MG
Ângela Aparecida Santos
Edneila Rodrigues Chaves

Capítulo 9	207
Tipologia de agricultores e os desafios no acesso aos canais de comercialização	
Anselmo de Paula Carvalho Ezequiel Redin	
Capítulo 10	227
“A raiva e fome é coisa dos home”: fome e literatura no Vale do Jequitinhonha	
Herena Reis Barcelos Nadja Maria Gomes Murta	
Capítulo 11	249
Pedagogia Freireana e a soberania alimentar na luta pela terra	
Isabela Angélica de Moraes Claudiane Aparecida de Sousa Rosana Passos Cambraia	

Seção 3

Questões Fundiárias

Capítulo 12	275
O nó do parque: uma análise da questão fundiária da comunidade de Pinheiro - MG	
Beatriz Roque dos Santos Alan Faber do Nascimento Hebert Canela Salgado	
Capítulo 13	299
Exploração e expropriação territorial no baixo Vale do Jequitinhonha: o caso da cabeceira do Piabanha	
Edivaldo Ferreira Lopes Claudenir Fávero	

Capítulo 14	323
Águas que não matam a sede: análise de reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Setúbal, Minas Gerais, Brasil	
Gessica Steffens	
Aline Weber Sulzbacher	

Seção 4
Resistências e desigualdades nas relações

Capítulo 15	347
Trabalhadores rurais, sindicalização e assistência à saúde – Diamantina, Minas Gerais, 1970-1985	
Túlio Henrique Pinheiro	
Edneila Rodrigues Chaves	
Capítulo 16	371
As trabalhadoras rurais e os obstáculos para o acesso a aposentadoria por idade: a experiência das entidades sindicais mineiras de Medina e Congonhas do Norte	
Érica Pinto de Moraes	
Josélia Barroso Queiroz Lima	
Capítulo 17	415
Desvelando o Invisível, o Trabalho Doméstico e de Cuidados no Cotidiano de Mulheres Camponesas: Um Estudo de Caso no Vale do Jequitinhonha	
Bárbara Letícia Lopes	
Ivana Cristina Lovo	
Capítulo 18	441
Círculos concêntricos: a construção da arquitetura silenciosa da violência patriarcal	
Josélia barroso queiroz Lima	
Nilma Lino Gomes	

Capítulo 19	467
Tornar dito nos Estudos Rurais: corpo e sexo em perspectiva	
Jean Paulo Silva Gabriel	
Joselia Barroso Queiroz Lima	
Capítulo 20	497
As interfaces da pesquisa com a juventude rural no Brasil	
Romário da Silva Santana	
Ezequiel Redin	
Posfácio	515

Seção 1

Comunidades Tradicionais e seus territórios



FOTO: GUARDIÃS DAS PALAVRAS BENDITAS, LUZIA SOUZA ROCHA E SOANY SANTOS ESTEVES, BORDADO ALINE GOMES RUAS, FOTOGRAFIA LORI FIGUEIRÓ, SETEMBRO DE 2022.

Capítulo 1

Povos e comunidade tradicionais do Brasil: conceitos, direitos e princípios agroecológicos

Alan Oliveira dos Santos¹

Daniele Taís Silva Sobrinho²

Larissa Chaves Pinto³

Lauanda Lopes de Souza⁴

Marivaldo Aparecido de Carvalho⁵

Claudenir Fávero⁶

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: alan.oliveira@ufvjm.edu.br

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: daniele.sobrinho@ufvjm.edu.br

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: larissa.chaves@ufvjm.edu.br

⁴ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: lauanda.lopes@ufvjm.edu.br

⁵ Doutor em Sociologia, professor da UFVJM: marivaldo.aparecido@ufvjm.edu.br.

⁶ Doutor em Ciências do Solo com Pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia. Professor Titular da UFVJM. Diamantina, MG. parana@ufvjm.edu.br



ALDEIA CINTA VERMELHA, ARAÇUAÍ, AGOSTO DE 2018.

FOTOGRAFIA: LORI FIGUEIRÓ

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar direitos, políticas públicas e princípios agroecológicos de povos e comunidades tradicionais, a partir de um levantamento bibliográfico. Foram revisados, também, conceitos e caracterização de comunidades tradicionais e “as terras tradicionalmente ocupadas”. Ademais, foram elencadas questões fundamentais que tratam da relação entre comunidades tradicionais e agroecologia, sobretudo no que se refere ao manejo da biodiversidade em consonância com a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Nesse sentido, compreender o funcionamento do arcabouço jurídico, os modos de vida destes povos e as políticas públicas em voga é imprescindível para adentrar no entendimento do processo de conquistas de direitos e nas problemáticas ainda vigentes nesses grupos sociais.

Introdução

O presente estudo foi realizado como parte da disciplina Agroecologia e Questões Sociais do Campo, do Mestrado em

Estudos Rurais da UFVJM, e apresenta um panorama sobre o entendimento de povos e comunidades tradicionais no contexto agroecológico. Foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como premissa as discussões em torno de conceitos, direitos e princípios agroecológicos. Assim, este estudo debate acerca dos direitos desses povos na esfera jurídica em perspectiva histórica no Brasil, que foram essenciais para a consolidação de algumas reivindicações desses grupos e seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

Apresentam-se noções em torno das formas de ocupação do território por essas comunidades e povos, evidenciando especialmente a ideia de terras tradicionalmente ocupadas e suas questões envolvidas, que se relacionam diretamente com a sobrevivência das comunidades. No que se refere ao campo agroecológico, a discussão tem como ponto central a biodiversidade e a agrobiodiversidade, e como esses elementos interligam todo o processo de luta e resistência dos povos e comunidades tradicionais, na manutenção da sua sobrevivência cultural ao longo dos séculos. Além disso, um dos intuitos deste estudo é refletir sobre a importância dos processos de identidades tradicionais, como também apresentar os teóricos da literatura científica que vêm retratando essa temática da diversidade étnica, populacional e cultural, em diálogo com o manejo sustentável para a conservação da biodiversidade biológica.

O debate assenta-se na literatura que discute sobre povos e comunidades tradicionais, perpassando pelos princípios da agroecologia, tendo como uma das suas bases os conhecimentos e saberes oriundos desses grupos. Aborda-se, desse modo, as suas relações com os sistemas agroalimentares, assim como a agrobiodiversidade, que também agrega os sistemas socioeconômicos e culturais que geram e constituem a diversidade agrícola tradicional. Ademais, destaca-se a relevância da manutenção da agrobiodiversidade local para a soberania alimentar e qualidade de vida das comunidades tradicionais.

1. Conceitos e direitos dos povos e comunidades tradicionais

Para abordar o conceito de “comunidade tradicional”, é fundamental compreender os movimentos e lutas dos povos e comunidades que levaram ao seu reconhecimento em termos legais. Nesse sentido, ressalta-se o decreto nº 6.040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT estabeleceu alguns critérios que determinavam as condições para que certos grupos de indivíduos fossem classificados dessa forma. De acordo com a Política de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pertencem a essa denominação:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, n. p)

É pertinente destacar que povos e comunidades tradicionais não são comunidades "atrasadas", "arcaicas", "ultrapassadas"; esses, infelizmente, são estigmas e preconceitos sociais difundidos quando trata-se do modo de vida dessas comunidades. No entanto, nos últimos anos, alguns autores vêm fazendo algumas críticas a essas interpretações (ALMEIDA, 2018; BRANDÃO; BORGES, 2014; RIBEIRO *et al.*, 2016; TOLEDO, 2001; DIEGUES, 2015; LIRA; CHAVES, 2016). Entende-se que essas comunidades tradicionais são formas e estruturas de organização social e cultural; tendo em vista a formação histórica das comunidades, os costumes e saberes são valorizados e repassados a longo das gerações.

Para Brandão e Borges (2014), o conceito de comunidade é o lugar da escolha, onde os grupos humanos livremente se unem. A comunidade tradicional possui uma identidade e uma vocação caracterizada pelos seguintes aspectos: transformação/ convivência única com a natureza; autonomia; autoctonia; memória de lutas passadas; histórias atuais de resistência e a experiência partilhada

de viver em territórios cercados e ameaçados pelas atuais formas de uso, ocupação e organização das sociedades atuais. Portanto, o que qualifica uma comunidade tradicional é o fato de que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização com a natureza (BRANDÃO e BORGES, 2014). Porém, cabe lembrar que a ideia de autoctonia precisa ser relativizada, pois devido aos processos de opressão sobre esses povos e comunidades, muitas vezes os mesmos saem de seus territórios originários e começam a ocupar outros espaços, que se tornam tradicionais devido ao modo de ocupação. Nesse sentido, temos como exemplo no Vale do Jequitinhonha a Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, dos povos Pankararu e Pataxó, que são originários do nordeste brasileiro (Pernambuco e Bahia).

De acordo com Toledo (2001), existem mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais vivendo em 75 dos 184 países do mundo, ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta. No Brasil há os extrativistas, geraizeiros, retireiros do Araguaia, pantaneiros, quilombolas, indígenas, ciganos, seringueiros, apanhadores de flores semprevivas, entre vários outros povos que se reconhecem como tradicionais (BRASIL, 2014).

A formação e organização de comunidades quilombolas no Brasil se deu, segundo Ribeiro *et al.* (2016), desde a dispersão dos escravizados que chegaram nos portos brasileiros nos séculos XVI ao XIX, através do tráfico negreiro, da distribuição desses para capitanias no período colonial/imperial, e pelo processo de alforria. Muitos desses cativos que vieram para o Brasil e se dispersaram pelo território brasileiro tiveram que restabelecer seu novo modo de vida, tentando manter suas raízes de origem. Mantinham-se através da terra de suas atividades agropastoris e extrativistas, e em coletivos formavam comunidades de quilombos. O processo de diáspora e exílio exigiu que se recriassem certas tradições, na condição de construir sua nova identidade e memória. Para isso, a memória coletiva é o que fortifica a coesão de um grupo ou comunidade. Dessa maneira, deve-se retrabalhar, revisar e instituir políticas

públicas que estabelecem a permanência de todas as comunidades tradicionais como forma de ação de política afirmativa e de direito (RIBEIRO *et al.*, 2016).

Atualmente, todos os segmentos de povos tradicionais enfrentam algumas problemáticas. No caso dos quilombolas, os principais problemas são similares àqueles enfrentados por outros povos: regularização da terra (principal problema); infraestrutura básica (rede de esgoto, energia elétrica; educação; saúde); falta de apoio do governo para criação e proteção de seus territórios. Outra questão diz respeito aos conflitos gerados pela expropriação de seus territórios por empreendimentos minerários, hidroelétricos e de produção de carvão e celulose (monocultivos de eucalipto e pínus) e pela criação de unidades de conservação de proteção integral fomentadas e/ou executadas pelo Estado (FÁVERO; PACHECO, 2013).

Como exemplos de outros povos brasileiros podemos citar os caiçaras e os ribeirinhos. Os povos caiçaras são comunidades tipicamente litorâneas. Diegues (2015) afirma que:

A partir de declaração da Política dos Povos e comunidades tradicionais em 2007, as comunidades caiçaras começaram a fazer parte de uma aliança de povos e comunidades tradicionais através de fóruns hoje existentes no litoral de São Paulo, do sul fluminense e do Vale do Ribeira (SP), nos quais participam organizações de comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, caboclas, entre outras. Esses fóruns estão se tornando instrumentos de aumento de sua visibilidade social e política, sendo apoiados por ONGs socioambientalistas, institutos de pesquisa e dos Pontos de Cultura do Ministério da Cultura. (DIEGUES, 2015, p. 148)

A formação dos povos caiçaras é caracterizada pelo processo de miscigenação entre os indígenas, colonos europeus e africanos. Exercem duas atividades importantes: a pesca marítima e a agricultura tradicional, que se pauta por técnicas e uma relação com a terra que não visa somente a venda em mercados locais ou feiras, mas estão voltadas principalmente para o consumo da família e dos membros da comunidade. Atualmente, além da

manutenção dessa agricultura de base familiar, realizam outros trabalhos devido ao grande fluxo do turismo que caracterizam as regiões litorâneas (ADAMS, 2000).

Os ribeirinhos que habitam a Amazônia também possuem particularidades que os diferem de outros segmentos de povos e comunidades tradicionais. Conforme Lira e Chaves (2016), a Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, desde os vários processos de colonização e miscigenação que foram sendo construídos na região. Para tanto, o indivíduo amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias (LIRA; CHAVES, 2016). Essa troca possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais do ser amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares.

Populações ribeirinhas recebem esse nome porque estão às margens dos rios ou nas suas proximidades, têm sua atividade econômica basicamente na pesca, caça e extrativismo. Algumas comunidades ribeirinhas que se situam na região norte do país possui como uma das suas características marcantes, construir casas de palafitas, que são estruturas de sustentação dos imóveis dentro dos rios, estrategicamente acima do nível máximo, ou seja, são casas que suportam as cheias e as vazantes dos rios (LIRA; CHAVES, 2016).

Para que sua reprodução social e física seja garantida, as comunidades tradicionais necessitam de direitos específicos assegurados pelas políticas públicas e outros mecanismos políticos. A pauta sobre o manejo dos recursos locais o desenvolvimento de estratégias de organização comunitária se configuram como potencialidades dessas comunidades. Essas estratégias são estabelecidas por meio de solidariedade, ou seja, com toda a comunidade e ajuda mútua entre os indivíduos — práticas alicerçadas em conhecimentos e saberes tradicionais. As atividades coletivas representam a solidificação dos laços de parentesco, característica marcante das comunidades tradicionais. Essas

práticas têm em vista a permanência da tradição e dos saberes, e sobretudo, fortalecem a organização social, política e cultural dessas populações (LIRA; CHAVES, 2016).

1.2 Arcabouço jurídico relativo aos povos e comunidades tradicionais

A discussão em torno do arcabouço jurídico dos povos e comunidades tradicionais se constitui como direitos fundamentais para esses indivíduos, que tiveram suas vozes silenciadas durante um longo período de tempo. A garantia de direitos para os povos e comunidades tradicionais foi se construindo na esfera jurídica apenas no século XX, no contexto da expansão dos direitos humanos no âmbito internacional, pós-II Guerra Mundial, e no Brasil, se afirmou no texto constitucional de outubro de 1988 (NETO, 2007). Assim, foi através da conjuntura política do período e da implementação de direitos para esses povos que eles se tornaram titulares de direitos fundamentais à assistência jurídica, de forma integral e gratuita.

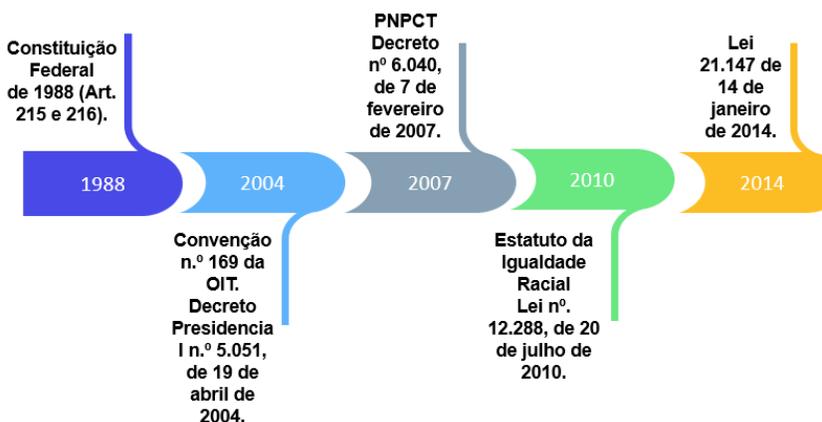
Contudo, ainda é perceptível uma manipulação nas formas de inclusão jurídica de direitos dos povos e comunidades tradicionais, que se insere em um conjunto de critérios e atribuições que os mesmos devem ter para permanecerem incluídos na categoria jurídica que lhes transmuta em sujeitos de direitos (OLIVEIRA, 2013). Cabe destacar que a permanência desses povos na categoria jurídica não é, necessariamente, a garantia de proteção de seus direitos. Haja vista os intensos interesses políticos, governamentais e empresariais que conseguem suplantar os direitos dos povos e comunidades tradicionais em prol de seus próprios interesses.

Para que esses povos e comunidades tradicionais possam ter acesso aos seus direitos é importante que eles e seus representantes, sejam participantes ativos dos processos e discussões nos quais estão inseridos, direta ou indiretamente. E é nessa perspectiva que a atuação do Poder Judiciário ou de órgãos governamentais ligados aos povos e comunidades tradicionais devem garantir o acesso ao

território, e também aos recursos tradicionalmente utilizados por esses indivíduos para a sua reprodução social, cultural, econômica, religiosa e ancestral.

O arcabouço jurídico que define o conjunto de direitos para esses povos iniciou-se através da Constituição Federal de 1988 (CF/88). O artigo 215 trata da proteção das manifestações culturais de povos e comunidades quilombolas, que inclui a proteção de diferentes manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras. No artigo 216 nota-se o intuito de proteger tanto o patrimônio imaterial como os modos de ser, viver e fazer dos povos e comunidades tradicionais, quanto o patrimônio material (BRASIL, 1988). Ademais, a partir da CF/88 surgiram uma série de leis, decretos e convenções que passaram a complementar as formulações constitucionais, criando uma estrutura voltada à proteção dessas populações.

FIGURA 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



FONTE: FIGURA ELABORADA PELOS AUTORES.

Cabe destacar também a importância da Convenção 169 dos Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi estabelecida em Genebra, em 27 de junho de 1989 e entrou em vigor internacional em 5 de setembro de 1991

(OIT, 2011), que é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa garantir direitos para esses povos⁷. Os povos e comunidades tradicionais são contemplados com os requisitos definidos pela OIT, em outros termos, eles possuem estilos de vida diferenciados da massa das populações nacionais, e dispõem de leis próprias que se aplicam, especificamente, a eles. A Convenção 169 é relevante porque é aplicável às demais categorias de comunidades tradicionais (para além de povos indígenas) e é um importante instrumento para o reconhecimento e promoção da autodeterminação. Quando um país é signatário e adere uma Convenção Internacional e não cumpre com suas determinações, ocorrem constrangimentos internacionais e sanções. No Brasil, o cumprimento dessa Convenção foi determinado pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

A PNPCT define, dentre seus pressupostos, que os povos e comunidades tradicionais articulam suas especificidades culturais com a sustentabilidade ambiental. Dessa maneira, o uso equilibrado de recursos naturais aparece como uma questão fundamental para a melhoria da qualidade de vida da presente geração e das gerações futuras, e em concomitância, com o direito a uma segurança alimentar e nutricional para esses povos:

III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

III – a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2007, p. 3)

⁷ Destaca-se que, ao utilizar o termo “povos indígenas ou tribais”, a Convenção não tem o intuito de afirmar que eles vivem em “tribos”, que é um termo utilizado de forma pejorativa.

A noção de sustentabilidade se constitui como uma importante reflexão para a melhoria da qualidade dos alimentos, e conseqüentemente, da qualidade de vida dessas populações. A PNPCT também se refere ao reconhecimento estatal e a proteção de outros grupos culturalmente diferenciados, participantes do processo “civilizatório” nacional, para além de indígenas e quilombolas.

Em tratando-se dos estados da federação, destaca-se o arcabouço jurídico estabelecido pela Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais — Lei nº 21.147/2014 (BRASIL, 2013). Minas Gerais é um dos estados do país com maior número de populações tradicionais reconhecidas pelo poder público. Dezesete comunidades e povos tradicionais têm assento na Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT⁸): apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscadores, garimpeiros, geraizeros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos tradicionais de matriz africana, quilombola, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros. Conforme o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva — Cedefes, existem no Estado mineiro 1.043 comunidades quilombolas (CEDEFES, 2019)⁹. Para tanto, cabe destacar que as regiões do Estado com maior concentração de comunidades quilombolas estão inseridas na região norte e nordeste, com destaque para o Vale do Jequitinhonha.

Tendo em vista o alto número de populações tradicionais reconhecidas pelo poder público, a Política Estadual é um instrumento imprescindível para os diversos povos e comunidades tradicionais residentes em território mineiro, e representa uma

⁸ Instituída pelo Decreto 46671, de 16/12/2014 (<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46671&comp=&ano=2014>).

⁹ Acervo da CEDEFES. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>.

evolução em termos de reconhecimento desses grupos. A legislação prevê uma série de direitos e garantias para esse segmento da população, que precisam ser observados pela administração pública para promover a consolidação de políticas públicas específicas.

2. Povos e comunidades tradicionais e Agrobiodiversidade

A agrobiodiversidade pode ser compreendida a partir da interação entre ambiente, recursos genéticos, sistemas de gestão e práticas utilizadas pelas populações tradicionais, dentro de um processo de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo integrado dos agroecossistemas (FONSCECA, 2016). Devido à sua complexidade, por envolver diversos fatores e elementos, a agrobiodiversidade culmina em diferentes formas de uso dos recursos naturais (solo e água) para a produção. Nesse sentido, a relação e as formas de uso dos agroecossistemas sofrem modificações ao longo do tempo, seja por processos de resiliência ou necessidades das populações locais (FONSCECA, 2016).

Segundo Santilli (2009), a agrobiodiversidade agrega também os sistemas socioeconômicos e culturais que geram e constroem a diversidade agrícola. Carregando a *expertise* das populações tradicionais, estes saberes, práticas e inovações criadas e partilhadas pelas comunidades refletem na promoção e garantia da soberania, segurança alimentar e nutricional, e consequentemente, promovem o desenvolvimento local sustentável.

Os povos e comunidades tradicionais locais têm um vínculo muito forte com seus ambientes e, ao longo dos séculos, desenvolveram maneiras particulares de uso e manejo dos recursos naturais, construindo uma identidade associada com o ambiente local. De acordo como Plano de Agrobiodiversidade¹⁰ (2014):

¹⁰ Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às

Isso se expressa nas denominações encontradas na região do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha: “geraizeiros” (povo dos Gerais ou chapadas, partes mais elevadas da paisagem e oferecem frutos para o extrativismo e pasto para o gado), “vazanteiros” (povo que vive nas beiras de rios e cultiva nas terras de vazante, combinando atividades de agricultura e pesca), entre tantos outros (CORDEIRO *et al.*, 2014, p. 39).

Cada povo tradicional tem uma forma particular de uso e ocupação do território, e em sua grande maioria veem o território como um ambiente sagrado, que vai além da exploração, entendendo que esse é um ambiente vivo e cheio de relações que precisa ser preservado e usado de forma racional. Devido às particularidades das comunidades na relação com o ambiente, a diversidade sociocultural e ambiental resultou nas diferentes formas de uso e manejo da agrobiodiversidade encontradas atualmente, as quais estão alicerçadas em um conhecimento tradicional secular (CORDEIRO *et al.*, 2013).

Ao longo dos séculos, por meio dos saberes culturais ancestrais, povos e comunidades tradicionais vêm cultivando, manejando, selecionando e trocando diversas espécies e variedades que compõem as bases da agrobiodiversidade. Neste aspecto, para a sua manutenção é necessária a garantia do acesso à terra, aos territórios, à água e às sementes crioulas. Contudo, tais direitos encontram-se extremamente ameaçados pelas estratégias de apropriação do agronegócio capitalista.

O modelo de “desenvolvimento” agrícola implementado no Brasil, caracterizado de modernização conservadora da agricultura¹¹, vem impactando diretamente a manutenção dos recursos naturais e a qualidade alimentar da sociedade. Esse

mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais. Montes Claros, janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.caa.org.br/biblioteca/publicacao-redes-sociais/plano-agrobiodiversidade-2014-2020/>

¹¹ O termo “modernização conservadora da agricultura” foi utilizado por Graziano (1981) para designar a implantação dos princípios da Revolução Verde no Brasil, alterando por meio de subsídios públicos a base técnica na agricultura, sem alterar a estrutura agrária, ao contrário, aprofundando a concentração de terras no país.

modelo tem levado o país a ocupar o segundo lugar no ranking de maior área cultivada com sementes transgênicas no mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos. Os dados disponíveis sobre a extensão da área cultivada com transgênico são variáveis, mesmo os dados vindos de órgãos governamentais. Porém, estima-se que mais de 37 milhões de hectares (ano de 2012) sejam destinados ao plantio de soja, milho e algodão geneticamente modificados, área que representa mais da metade da extensão cultivada anualmente no país. (CONSEA, 2013). Mesmo com o avanço na produção de transgênicos o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, desde 2008 ocupa o 1º lugar no ranking dos maiores consumidores de agrotóxicos (LONDRES, 2011, p. 19).

A simplificação da dieta com a difusão de alimentos industrializados tem causado grandes prejuízos ao meio ambiente e à reprodução da agricultura de base familiar. A agrobiodiversidade inserida nas práticas alimentares garante melhor qualidade na alimentação, como previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006), que aponta que modos de produção de alimentos nos moldes da intensificação ecológica são necessários para a garantia da SAN, definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, n. p, 2006).

Segundo Fonseca (2016), a agrobiodiversidade tem relevância para a agricultura tradicional, para a segurança de futuras gerações e para a manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade, porém há ainda poucos estudos e conhecimento sobre a agrobiodiversidade nos biomas brasileiros. Para promover a conservação e o uso destes recursos, é fundamental ter informações sobre quais variedades tradicionais ainda são cultivadas e quem são os seus guardiões. Existem algumas

iniciativas locais de catalogação de sementes crioulas e seus respectivos guardiões, porém são iniciativas isoladas e frequentemente não contemplam a área de um determinado bioma.

O patrimônio genético é fruto de práticas e saberes associados ao manejo e à utilização tradicional dos recursos naturais, e constitui a base alimentar e a fonte de matéria prima para inúmeras atividades de populações locais (BRASIL, 2000). Pode-se considerá-lo também como elemento que delimita identidade cultural, e por esse motivo, fundamental para a segurança alimentar e para a preservação do patrimônio ambiental associado (EULER *et al.*, 2019). Para Barbosa *et al.* (2015), a erosão genética (redução da variabilidade genética) está ligada à diminuição da produção agrícola e ao aumento da suscetibilidade das plantas a pragas e doenças. A diminuição da diversidade genética de plantas torna o abastecimento alimentar vulnerável e insustentável para suprir a falta de alimento no mundo. Nessa perspectiva, a fome nos países em desenvolvimento, juntamente com os impactos causados pela agricultura convencional, tem contribuído em parte para a erosão genética, o estresse ambiental, infraestrutura deficitária, à falta de água e a problemas socioeconômicos que afetam o desenvolvimento das atividades agrícolas.

As causas da erosão genética são várias e envolvem os processos de transformações das práticas e dos sistemas agropecuários tradicionais. Essas mudanças contribuem para a perda dos conhecimentos sobre espécies nativas, da diversidade local e, conseqüentemente, dos usos tradicionais (BARBOSA *et al.*, 2015). Um dos grupos mais impactados são os agricultores familiares e povos tradicionais, pois seus acervos vão reduzindo "gradualmente, onde o fator de exigências de mercado induz o agricultor a deixar de plantar suas variedades adaptadas ao meio inserido, e dar início a produção de cultivares comerciais" (BARBOSA *et al.*, 2015, p. 2). Com isso, há uma perda de variedades locais altamente adaptadas aos agroecossistemas das comunidades tradicionais, associada à perda de valores culturais, que afetam

gravemente a segurança alimentar, nutricional e a manutenção das populações em seus ambientes.

3.Terras tradicionalmente ocupadas e princípios agroecológicos dos povos e comunidades tradicionais

A ideia de “terras tradicionalmente ocupadas” é algo central na discussão para a compreensão das formas de organização territorial das comunidades tradicionais. Almeida (2018), ao abordar o tema no livro *“Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livre’, ‘castanhais do povo’, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas”*, afirma que não há consenso a respeito deste conceito, cuja abordagem, inclusive, é mais complexa do que aparenta. O autor também afirma que as “terras tradicionalmente ocupadas” referem-se às expressões de uma diversidade de formas de existências coletivas de vários povos e grupos sociais, com suas relações com a natureza, além de estarem imbricadas com as diferentes formações históricas e suas variações regionais.

Almeida (2018) também aborda a dificuldade existente de efetivação no âmbito legal, que tem contribuído para as diversas tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque a compreensão de “terras tradicionalmente ocupadas” produziria uma ruptura com a invisibilidade social, que ao longo do tempo caracterizou essas formas de apropriação dos recursos, baseadas especialmente no uso comum e em fatores culturais específicos. Almeida (2018) também salienta que o fato de os legisladores terem incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente, e de o governo ter adotado essa expressão, em especial na criação de políticas públicas (tendo inclusive criado, na década de 1990, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais), não representa exatamente uma finalidade absoluta das reivindicações feitas pelos movimentos sociais. Ou seja, não significa a solução dos conflitos em torno daquelas formas específicas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas pelo país.

Um dos grandes problemas para a implementação dos dispositivos constitucionais é a burocracia para comprovação que as terras são tradicionalmente ocupadas, principalmente para fins de homologação de terras, como no caso das Terras Indígenas (ALMEIDA, 2018). Diferentes povos e comunidades sofrem e enfrentam obstáculos à efetivação de suas terras, pois essas são áreas de uso comum voltadas, por exemplo, para o extrativismo, a pesca, a agricultura e o pastoreio, que tornam-se focos de interesse de agentes políticos e empresas que utilizam de diferentes instrumentos jurídicos para se apropriar desses territórios. Outra questão importante, também abordada por Almeida (2018), é o uso de terras e pastos comuns, que alguns povos tradicionais e comunidades não ocupam de modo permanente, utilizando estes espaços eventualmente para suas atividades básicas, seja para a produção, ou para manifestação cultural. Essas terras de uso comum foram “reconhecidas” pelo Art. 14 da Convenção 169 como um “direito adicional e não como uma alternativa do direito de propriedade”. Nesse aspecto, entende-se que, em termos jurídicos, a área é cedida por empréstimo gratuito e por tempo indeterminado ou não, isto é, não é garantido o direito de posse permanente por parte da comunidade (ALMEIDA, 2018).

Portanto, podemos pontuar que a questão das terras de uso comum é um aspecto frequentemente ignorado pela estrutura agrária brasileira, e em determinadas regiões são consideradas como terras devolutas, como é o caso das Chapadas¹² na região do

¹² As Chapadas, conforme Almeida (2018) se referem a formas específicas de ocupação do território, em que o espaço é considerado complementar e essencial à grota (local de moradia). Estes dois espaços se formam como um complexo produtivo, extrativista, de moradia e de sociabilidade, que fazem parte de um mesmo território e que constituem como uma característica significativa na região do Alto Jequitinhonha. Desse modo, conceitualmente "a Chapada é caracterizada como planalto, composta por grandes extensões de terras planas a onduladas, entrecortadas por fontes de água denominadas Veredas. A vegetação nativa é predominantemente do bioma Cerrado, com algumas áreas de transição, cuja floresta é estacional semidecidual, característica própria da região" (ALMEIDA, 2018, p. 22-23)

Vale do Jequitinhonha. Essas terras de uso comum normalmente são utilizadas de forma coletiva por determinadas comunidades; seu controle é estabelecido a partir de normas específicas instituídas para além do código legal vigente, pois se inserem dentro das relações sociais construídas por esses povos e vários grupos familiares que compõem uma comunidade tradicional (ALMEIDA, 2018).

No que diz respeito às questões que envolvem comunidades tradicionais e sua relação com a agroecologia, é essencial trazer para a discussão o tema da biodiversidade. Nesse sentido, Santilli (2002) ressalta a necessidade de conferir uma proteção legal específica aos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais que envolvem toda uma proteção à biodiversidade. Segundo a autora, as comunidades indígenas, de seringueiros, ribeirinhos, agricultores, quilombolas, dentre outras, ao longo de anos e gerações, descobriram, selecionaram e manejaram diversos tipos de espécies vegetais ou animais com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas, e, no entanto, não há um asseguramento real de quaisquer direitos sobre esses saberes ou em relação aos benefícios gerados pela sua exploração. E, conforme pontuado anteriormente, quando se aborda as comunidades tradicionais, é fundamental incluir nesse conceito não apenas as comunidades indígenas, como também outras populações que vivem, de acordo com Santilli (2002), nessa estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua produção e reprodução sociocultural, por meio de atividades que, em sua maioria, são de baixo impacto ambiental.

Em tratando-se do sistema de patentes, contemporaneamente não confere qualquer proteção aos sujeitos que produzem os produtos e processos gerados pela criatividade e invenção de comunidades tradicionais. Há uma proteção dos denominados conhecimentos “novos”, que são “produzidos” individualmente pelas empresas, e não aos conhecimentos de natureza tradicional, que são produzidos de forma informal e coletivamente. Assim, uma das maiores críticas a esse sistema de patentes refere-se ao fato de

as empresas de biotecnologia utilizarem de forma direta ou indireta os conhecimentos tradicionais. Com isso, desenvolvem-se processos e produtos que são depois patenteados e monopolizados, desprezando a relevância da participação ativa das comunidades tradicionais para se chegar no resultado final da maioria desses produtos (SANTILLI, 2002).

Um exemplo prático dessa problemática é a própria dificuldade que as comunidades tradicionais encontram ao tentar comercializarem as sementes crioulas, pois a Lei de patentes (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003) penaliza os agricultores dessas comunidades pela comercialização de tais sementes.

Povos e comunidades tradicionais têm um papel extremamente importante na conservação da biodiversidade, e isso tem movido diversas pesquisas. Vitor Toledo (2001) aborda o tema na perspectiva etnoecológica, trazendo algumas contribuições. A partir desse olhar, o autor trabalha com a ideia de cosmovisão que se refere a visão que especialmente os povos indígenas possuem sobre a natureza a partir da ideia de *kosmos*, na qual seria o sistema de crenças; *corpus*, que se refere ao repertório de sistemas cognitivos; e *praxis*, que seria conjunto de práticas. Tal enfoque permite reconhecer o valor do complexo crença-conhecimento-prática dos povos e comunidades tradicionais, especialmente na conservação da biodiversidade (TOLEDO, 2001).

Na perspectiva do *kosmos*, entende-se que para os povos e comunidades tradicionais, a terra e a natureza, em geral, representam qualidades sagradas, visto que na cultura da maioria desses povos a terra é reverenciada e respeitada, e seu equilíbrio, conforme o autor, se reflete em quase toda a cosmovisão nativa. Para esses povos e comunidades, a terra não é simplesmente um recurso econômico, mas sim, a fonte primária devida que nutre, mantém e ensina, não sendo a natureza apenas uma fonte produtiva, mas o centro do universo, da cultura e base da identidade étnica (TOLEDO, 2001). Através desse pertencimento encontra-se a percepção que todo ser vivo e não-vivo, o mundo natural e social estão intimamente ligados, e nesse aspecto está o

princípio da reciprocidade. Assim, podemos exemplificar com a perspectiva dos Guarani sobre a Terra:

A terra guarani é comparada a um corpo murmurante que se estende e se alarga continuamente. Há um canto que diz: *Yvy (o)ñemongo'i vaekue*, “num passado-começo a terra balbuciava sua palavra”. Nesse mesmo tempo (*vaekue*), balbuciava (brotava) sua palavra também o milho (*itymby oñemongo'i vaekue*). Seu brotar é também um murmúrio, um ensaio do falar, do dizer-se, da palavra. Brotar é mostrar-se, aparecer, chegar à existência, nascer. *Itymby* foi registrado por Montoya como “rebentar”, “brotar”, “furar”. Seus exemplos falam do milho que brota e de sementes que ficam carunchadas (CHAMORRO, 1998, p. 120).

Na ideia de *corpus*, esses povos tradicionais possuem um repertório de conhecimentos ecológicos que geralmente é local, coletivo, diacrônico e holístico, sendo essa uma das noções que também permeiam a agroecologia (TOLEDO, 2001). É sabido, nesse aspecto, os povos indígenas possuem uma longa trajetória de uso de recursos naturais, geraram sistemas cognitivos sobre eles que são transmitidos de geração em geração. Essa transmissão, que é feita em sua maioria pela linguagem, é identificada como *corpus*, que remete a uma noção de oralidade, proposta pelo autor, e que considera a memória algo essencial ou o mais importante recurso intelectual desses povos e comunidades. Entende-se, deste modo, que as sociedades tradicionais são grandes guardiãs de parte do saber sobre a diversidade biológica contemporaneamente reconhecida. E esses conhecimentos vêm sendo observados como fator importante no processo de conservação da diversidade biológica e também através dos modos de vida dessas comunidades tradicionais, que são considerados como essenciais para conseguir alcançar a transição da agricultura convencional para a agroecológica (TOLEDO, 2001).

Partindo deste debate sobre a biodiversidade, o conhecimento agrícola também se torna central na discussão e, conforme debatido por Santilli (2009), esse conhecimento é muito antigo, remontando às primeiras civilizações, e gerou diversas formas de agricultura e

conhecimentos sobre seu manejo. No entanto, o processo de colonização propiciou a diversificação da agricultura no mundo, e fez com que determinados tipos de sistemas de cultivo se expandissem para outras regiões. Isso se tornou um enorme problema, especialmente pelo fato de que os colonizadores europeus desprezaram as culturas originárias e massacraram esses povos. Houve a imposição da substituição desses sistemas agrários diversificados por outro tipo de agricultura, voltado especialmente para a monocultura de exportação, com vistas ao abastecimento e enriquecimento dos colonizadores europeus. Conseqüentemente, os colonizadores através da produção de monocultura marginalizaram ainda mais a agricultura camponesa e indígena, bem como os seus saberes em torno da agricultura (SANTILLI, 2009).

Lino de Jesus (2005), ao abordar a agricultura na atualidade e relatar os impactos causados pela agricultura convencional, destaca a agroecologia como a possível saída para atingir, de fato, a sustentabilidade da agricultura. Susanna B. Hecht (2002) reforça que embora o conceito de agroecologia seja datado dos anos 1970, sua prática e ciência teriam a idade da própria agricultura — e essa perspectiva está totalmente imbricada na discussão pautada neste trabalho. A agricultura indígena e suas práticas, por exemplo, têm relação com vários sistemas agrícolas considerados sustentáveis, e esses sistemas foram desenvolvidos visando o equilíbrio entre os riscos ambientais e econômicos, além de manter a base produtiva da agricultura. No entanto, essa herança agrícola é praticamente desconsiderada na ciência agrônoma convencional e isso reflete o preconceito que alguns pesquisadores estão tentando superar. Esses preconceitos, fortemente associados a fatores como classe, etnia, cultura e gênero desses povos e indivíduos, têm dificultado a aceitação de um modelo agrícola mais holístico na ciência formal, já que os conhecimentos relacionados não são reconhecidos por pesquisadores da ciência agrônoma convencional (HECHT, 2002).

Em suma, as pesquisas dos sistemas agrícolas indígenas forneceram grande parte da matéria-prima para o desenvolvimento das hipóteses e dos sistemas alternativos de produção em

agroecologia. Caporal (2009) pontua que a agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, o que permite tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura como forma de estratégia para o desenvolvimento rural e formas de agriculturas mais sustentáveis. Partindo desta perspectiva, Guzmán (2011) pontua que a agroecologia valoriza e reivindica o conhecimento campestre e indígena, resgatando desse modo os saberes tradicionais. O autor enfatiza e assinala a gestão ecológica dos recursos naturais como solução para o problema ambiental e social, na qual aparecem a dimensão social e política que compõem a agroecologia. Para tanto, a agroecologia baseia-se em uma agricultura que tem o intuito de alcançar uma sustentabilidade que visa contribuir para o “bem viver” e que surge do modelo de gestão histórica dos povos indígenas e campestres (ou comunidades tradicionais) em busca pela soberania alimentar. Na perspectiva de construção social da agroecologia, segundo Fávero e Pacheco (2013, p. 241) “é altamente estratégica e fundamental a luta, presente em todas as regiões do Brasil, pela manutenção ou retomada dos territórios tradicionais”.

4. Considerações finais

As comunidades e povos tradicionais são imprescindíveis para a construção da agroecologia, que engloba o conhecimento científico e também os conhecimentos tradicionais, e reconhece e valoriza a herança que é transmitida de geração em geração pela cultura desses povos. Além disso, o modo como esses povos lidam com a natureza, o equilíbrio com o ecossistema e a consolidação de uma base produtiva da agricultura, são essenciais para se alcançar de fato uma transição agroecológica. Neste sentido, a agroecologia se opõe à agricultura convencional que não valoriza o conhecimento e a diversidade das comunidades tradicionais.

Ressalta-se também a relevância do entendimento sobre as práticas culturais, manejo da biodiversidade, aspecto

socioeconômico, educação em agroecologia, entre várias outras práticas, que foram sendo adotadas como estratégias que podem contribuir para aumentar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, a partir de um enfoque mais ecológico. Compreender a diversidade dos modos de vida dos povos tradicionais e sua relação com a Agroecologia e suas práticas sustentáveis se faz necessário, principalmente na atual conjuntura política, social, cultural, econômica e ambiental, e as péssimas condições e fatores a que esses grupos estão sendo submetidos.

As discussões em torno das “terras tradicionalmente ocupadas” necessitam de mais visibilidade, especialmente em relação aos processos de certificação de terras, visto que esses espaços são essenciais para a manutenção dos meios de vida e das condições de reprodução social das comunidades tradicionais – afetando, também, a biodiversidade e agrobiodiversidade. Outra questão relevante, no que tange ao conceito de comunidades tradicionais, é que ele vem se transformando nos últimos anos. Povos tradicionais, para além de um conceito que tem recebido diferentes interpretações teóricas nas quais a denominação não mais se restringe a comunidades indígenas e quilombolas, se refere a uma expansão da compreensão e do reconhecimento de diversas formas tradicionais de se viver. Assim, a denominação engloba diferentes grupos/povos e etnias como os geraizeiros, caiçaras, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, entre vários outros. Todos esses povos continuam resistindo e mantendo formas diferenciadas de sobrevivência a partir da cultura e em uma estreita relação com a natureza ao longo dos séculos.

A partir da análise do arcabouço jurídico relativo aos povos e comunidades tradicionais, evidencia-se que todas as leis, decretos, convenções etc., de fato representam um avanço no sentido de os direitos desses povos serem amparados por lei. Contudo, ainda há várias problemáticas, como por exemplo, se esses diferentes povos e comunidades tradicionais estão tendo acesso de fato aos seus direitos e às políticas públicas. Existem muitos entraves referentes à implementação de políticas públicas para estes segmentos sociais,

e isso é perceptível ao localizar indivíduos que ainda não possuem a titulação de seus territórios, que ainda se encontram em situações de vulnerabilidade social; apesar dos avanços na legislação, muitos ainda estão em uma posição de invisibilização perante o poder público. Para tanto, perdura no âmbito interno da ciência jurídica uma luta que dificulta e interfere no reconhecimento e acesso aos direitos por parte dos povos e comunidades tradicionais, e que se constitui como obstáculo às pretensões e objetivos dos movimentos sociais e, especificamente, dos povos e comunidades tradicionais.

Em vista disso, as mobilizações dessas comunidades são essenciais para coordenar suas demandas, reivindicar seus direitos e cobrar a devida efetividade das políticas públicas. No campo político, ainda há muito o que avançar. É preciso que esses povos e comunidades participem das decisões políticas nacionais, visto que ainda são poucos os representantes políticos indígenas, quilombolas, caiçaras etc. Cabe afirmar também que o campo jurídico é marcado por incertezas, dúvidas e lacunas, e ao ter contato com coletividades diferenciadas culturalmente, é necessário que as autoridades jurídicas possam romper as barreiras que dificultam enxergar esses povos como sujeitos de direitos, abarcando suas demandas, necessidades e diversidades.

Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2000, v. 43, n. 1.

ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida**: comunidades tradicionais e amonocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

BARBOSA, V. L.; VIDOTTO R. C.; ARRUDA T. C. Erosão genética e segurança alimentar. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS

INTEGRADAS, 15., 2015, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: UNAERP – Campus Guarujá, São Paulo, 2015.

BRANDÃO, C.R; BORGES, M. C. **O LUGAR DA VIDA: comunidade e comunidade tradicional. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, p. 1-23, jun. 2014

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 24 maio. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de setembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,dos%20Povos%20e%20Comunidades%20Tradicionais. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional– SISAN. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 dez. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm. Acesso em: mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf. Acesso em 20 jan. 2022;

BRASIL. Ministério Público de Minas Gerais. **Cartilha sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais**, 2013.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (org.). **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA. **Catálogo de sementes crioulas do Alto Jequitinhonha**, 2019. Turmalina: Minas Gerais, CAV, 2019.

CHAMORRO, G. **A espiritualidade Guarani**: uma teologia ameríndia da palavra. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

CONSELHO Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. Relatório: Mesa de Controvérsias sobre transgênicos. Brasília, 2013.

CONVENÇÃO n. 169 sobre Povos indígenas e Tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

DIEGUES, A. C. S. Territórios e comunidades tradicionais. **Guaju**, Matinhos, v. 1, n. 2, p. 144-149, 2015.

EULER, A. M. C. *et al.* **Paisagem, territorialidade e conhecimento tradicional associado à agrobiodiversidade em comunidades da Amazônia**: o caso da comunidade Arraiol do Bailique. Amapá/Macapá: Embrapa Amapá, 2019.

FÁVERO, C.; PACHECO, M. E. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. *In*: GOMES, J. C. C.; DE ASSIS, W. S. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. **Embrapa**, 2013.

FONSECA, M. A. J. Agrobiodiversidade em comunidades rurais no semiárido brasileiro. *In*: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (editoras técnicas). **Diálogos de saberes**: relatos da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2016. p. 470-471.

HECHT, S. B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. *In*: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

JESUS, E. L. de. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. *In*: AQUINO, A. M.de.; ASSIS, RL. (Ed.). **Agroecologia**

Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, [online], v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

NETO, J. S. Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil. *In*: NETO, J. S. (org.). **Declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007.

OLIVEIRA, A. C. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 27, jan./jun. 2013. p. 71-85.

RIBEIRO, P. F.; PIRANI, D.; FERREIRA, W. B.; SILVA, G. A. O quilombo andante: diáspora e territórios. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, ago. 2016.

SANTILLI, J. **Um pouco da história das agriculturas: Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Editora Peirópolis, 2009. p. 520.

SANTILLI, J. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. **Seria melhor ladrilhar**, p. 167-179, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E. Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário, **CLACSO**, 2011.

TOLEDO, V. M. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. **Encyclopedia of Biodiversity**, [online], p. 451- 463, 2001.

Capítulo 2

Pessoas e águas: natureza humana e ecossistêmica na comunidade quilombola de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais

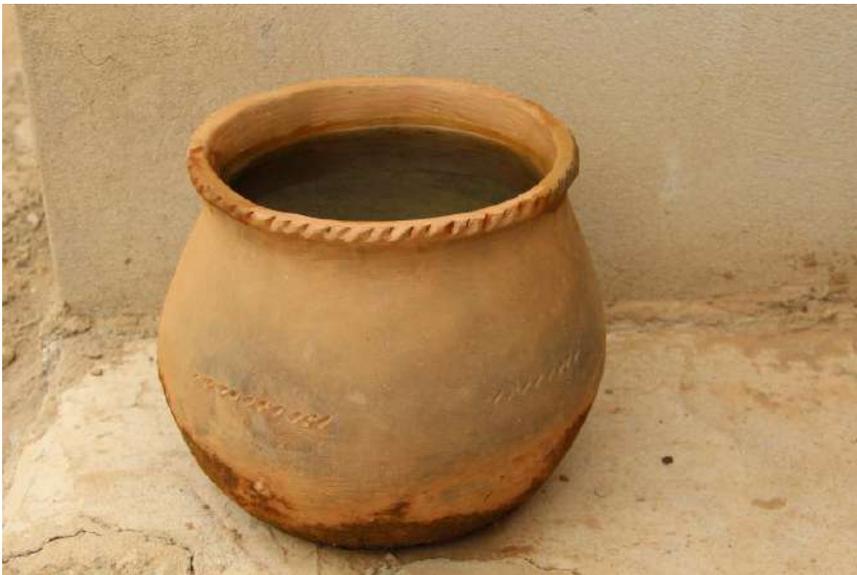
Roberta Alves Silva¹³

Rosana Passos Cambraia¹

Gudryan Jackson Baronio²

Maraísa Resende Braga³

André Rodrigo Rech¹



¹³ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais - PPGER. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. - UFVJM.

² Universidade de São Paulo - USP

³ Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas - PGA, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Resumo

Neste trabalho — que compõe a dissertação de mestrado da primeira autora — nos dedicamos a compreender a disponibilidade e o uso do serviço ecossistêmico de provisão hídrica no contexto da comunidade Quilombola de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais. Buscamos ainda abordar os problemas e os conflitos em torno desse bem natural, assim como os aspectos culturais e simbólicos dessa relação entre a comunidade e a água. Utilizamos entrevistas semiestruturadas e visitas de campo como o método participativo transecto como estratégias metodológicas para o levantamento de dados. Verificamos a singularidade da relação que a comunidade tem com a água, marcada pelo uso comunal com cuidado e respeito, assim como os impactos que a monocultura de eucalipto — sobretudo no entorno de Monte Alegre — tem trazido à comunidade, sendo os principais a escassez da água e a perda de parte do território. Neste cenário, a comunidade passa a adotar serviços ambientais como estratégia de (re) existência.

Introdução

Desde o começo dos tempos águas e chão se amam. Eles se entram amorosamente. E se fecundam... E acho que as águas iniciam os homens. Nos iniciam... Todos somos devedores destas águas... Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas. (BARROS, 2019, n.p)

Segundo o Relatório-Síntese da Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MA, 2005) a água é um serviço [bem] ecossistêmico de provisão, caracterizado pelo atendimento às demandas dos seres vivos — de forma mais específica, dos humanos. Na classificação apresentada por Schuler (2019) este bem pode ser descrito como hidrológico terrestre, que seria resultado das ações do ecossistema sobre as águas terrestres/não oceânicas. Os bens hidrológicos atuam no “suprimento de água para usos extrativos diversos” na agricultura e no abastecimento geral, “suprimento de água in situ” voltado à produção de energia, “serviços culturais relacionados à água” como o turismo e outros, e “serviços hidrológicos de suporte ao

ecossistema”, que contribuiriam na geração de outros bens naturais (SCHULER, 2019, p. 16).

Considerando que os principais processos no meio rural dependem da disponibilidade de água, especialmente de água potável (Zheng *et al.* 2016), este é um dos serviços ecossistêmicos mais preciosos às comunidades rurais. Se a agricultura é um modo de vida, a água é então um dos elementos principais na modulação desse modo de viver.

Monte Alegre é uma comunidade quilombola e rural, situada no município de Veredinha, Minas Gerais, com um modo de viver marcado pela estreita relação com seu território natural e simbólico. A comunidade, outrora (início dos anos 2000) populosa com mais de 30 famílias, tecia a vida entre as grotas¹⁴ e as chapadas¹⁵ vivendo da agricultura, extrativismo e artesanato, como relatam as famílias entrevistadas.

Monte Alegre, assim como outras comunidades do Alto Vale do Jequitinhonha, sofreu um processo de expropriação das chapadas, conduzido pela empresa Aperam BioEnergia, para a implantação do monocultivo de eucalipto a partir da década de 1970. Como consequência, a região sofreu um processo de agravamento da tímida aridez natural. Os estudos de Lima (2013) apontam características do eucalipto, descrevendo-o como uma planta de:

Alta demanda de água, esgotando a umidade do solo e diminuindo a recarga, de modo que desestabiliza o ciclo hidrológico; Elevada demanda de nutrientes, criando um alto déficit anual, descontrolando o ciclo de produção;

¹⁴ As grotas possuem duas acepções para a comunidade. A primeira diz respeito às partes baixas do relevo, desde o declive das bordas de uma planície até as baixadas no entorno dos córregos, onde são construídas as casas e efetuados os cultivos. Ou podem também se referir à propriedade de uma família, tendo como limites as águas vertentes, sendo comum ouvir na comunidade a expressão: “grota dos Quirinos, grota dos Barbas” etc.

¹⁵ As chapadas são as partes mais altas do relevo, geralmente planas e extensas, com vegetação do cerrado típico, abundante em frutos e com áreas de veredas d’água. Espaço de coleta de frutos, de pesca e lazer.

Liberação de substâncias químicas alopáticas que afetam o crescimento de plantas e de microorganismos do solo, reduzindo, entre outros efeitos, a fertilidade do solo e a diversidade de espécies tanto da flora quanto da fauna local; Cultivos em monoculturas, caracterizadas por apresentarem baixa diversidade ecológica, podendo causar instabilidade ou vulnerabilidade a mudanças climáticas, assim como ao ataque de pragas e doenças (LIMA, 2013, p. 114).

Monte Alegre possui hoje quatorze famílias que mantêm seu modo de vida tradicional em um cenário de dificuldades impostas pela “perda” das chapadas, como escassez de água e restrição de uso e acesso à recursos naturais, antes acessados facilmente. Neste sentido, procuramos justamente compreender a disponibilidade e o uso do serviço ecossistêmico de provisão hídrica no contexto da comunidade rural de Monte Alegre, ao mesmo tempo que buscamos abordar os problemas e os conflitos em torno da água, bem como os aspectos culturais e simbólicos dessa relação.

Os dados desta pesquisa foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com sete moradores de Monte Alegre no primeiro semestre de 2019, todos acima de 50 anos de idade e conhecedores do contexto local. O foco das entrevistas foi o histórico da questão hídrica na comunidade e seu entorno, bem como os desdobramentos desta questão na agricultura, pecuária, extrativismo e até mesmo nas relações sociais. Para além das entrevistas foram realizados dois dias de campo com o método participativo transecto, que consiste justamente em “coletar informações durante uma caminhada de reconhecimento de uma dada área mediante observações sistemáticas...” em que “o coletor de dados é acompanhado por informantes-chave conhecedores do local” (SEIXAS, 2005). A caminhada foi composta por seis moradores locais, e seis pessoas da equipe de pesquisa. Dividimos o território da comunidade em três partes, e nos separamos em três grupos, cada grupo responsável por uma parte do território. Cada grupo era formado por dois moradores de Monte Alegre responsáveis pela condução em uma rota, ao longo da qual foram abordados elementos históricos, sociais e ambientais do lugar, e

duas pessoas da equipe de pesquisa, responsáveis por: a) instigar os comunitários no decorrer dos percursos e promover provocações a respeito das questões abordadas; b) realizar o registro das falas e do espaço com uso de gravador de voz, de câmera fotográfica e do equipamento de Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Em outubro de 2019, as atividades de campo consistiram em acompanhar um dia de trabalho da prefeitura de Veredinha no abastecimento de água nas comunidades rurais, por meio do caminhão pipa. Esse processo foi antecedido por uma conversa com os secretários de agricultura e de transporte do município, a respeito do abastecimento hídrico nas comunidades rurais. Durante a atividade de campo, foram realizadas visitas às quatro comunidades do município para abastecimento, sendo uma delas Monte Alegre. No percurso foram feitas conversas informais com os comunitários e com o motorista do caminhão pipa, a fim de entender os problemas e conflitos em torno do uso e distribuição da água, assim como as alternativas das famílias.

Neste estudo foram formalizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previamente encaminhados à Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, que emitiu parecer favorável n. 3.464.046. Os comunitários que participaram da pesquisa optaram no TCLE pela não ocultação de suas identidades.

Durante os dias de campo e as entrevistas, mapeamos as nascentes de Monte Alegre, bem como registramos seu histórico de uso e situação atual (seca, ativa ou intermediária). O mapeamento foi realizado com uso de GPS, e os dados obtidos foram tratados utilizando o programa de georreferenciamento Garmin BaseCamp (2D) e o programa R. A partir daí, produziu-se o mapa com a classificação das nascentes da comunidade que compõe este capítulo (Figura 1). Apresentamos também o histórico de pluviosidade da região com relações temporais do parâmetro de concentração (r) das chuvas ou o momento de pico da estação chuva nos últimos quarenta anos, a partir de uma base de dados da

estação meteorológica de Itamarandiba — MG, e Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica- CAV.

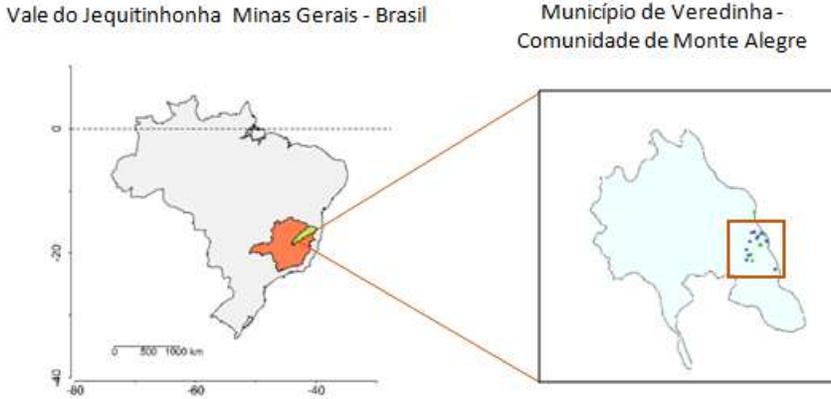
“O tempo do povo é o tempo da água”: problemas em torno do serviço ecossistêmico de provisão hídrica

A comunidade Monte Alegre é cortada por dois córregos que historicamente foram os responsáveis pela manutenção da água em abundância no local, o Córrego Macaúbas e o Córrego Malaquias. Além destes, já nos limites de Monte Alegre, tem-se os Córregos da Goiaba e Tamanduá. O Malaquias deságua no Macaúbas, que também recebe as águas do Goiaba e do Tamanduá mais abaixo.

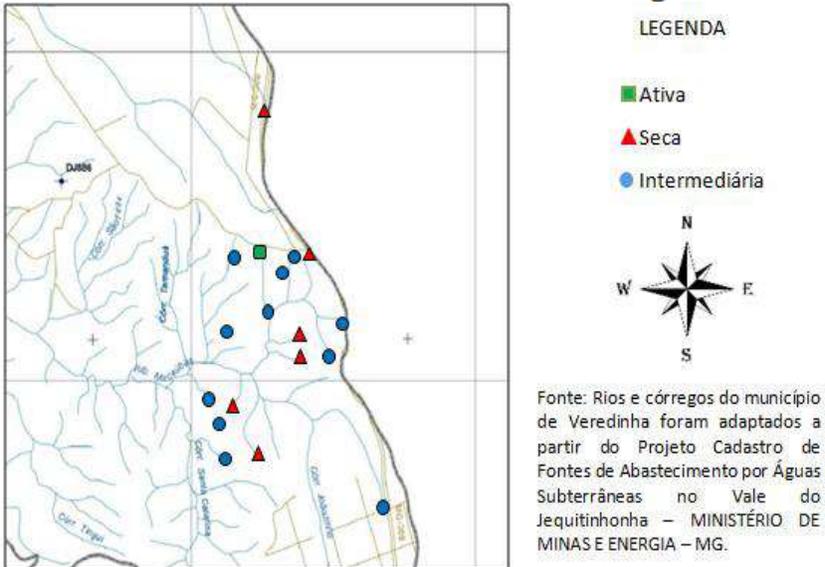
Para além dos córregos, as nascentes são elementos fundamentais na dinâmica da comunidade, sendo consideradas pelos comunitários as águas mais puras e límpidas e, portanto, ideais para o consumo humano. Segundo a comunidade, existem variações nas características das nascentes, tanto no que diz respeito à vegetação, quanto em relação à fenda d'água, e isso é considerado como um indicador da qualidade da água.

“[As nascentes são] umas no lugar de rocha de lapa, umas no lugar de grotá, em vagem, outras no lugar de brejo, onde tinha jasmim. Igual essa aqui nossa mesmo nasce dentro das rochas, a que dá a água melhor é a que nasce nas rochas, ela nasce uma água sem maior gosto. E as otra muitas vez é no lugar que tem o jasmim, que o jasmim que a gente fala é a coloinha, que já nasce com uma meia ferrugem, quando ela distancia bastante do lugar que nasceu as vezes melhora. Quando tem bengo também não é muito boa. A vegetação [no entorno das nascentes] sempre tem diferença não é tudo igual não, tem uns lugar que tem saracura, outras é colônia, outras é conta de lagrima, o bengo, o frisco. Só que hoje levai acabano esses trem tudo, essas qualidade tudo. No capão também tem nascente, é um lugar que é igual a vereda ocê cavacou quaique tanto que já vem a água. Ê êêê... a gente já viu fartura de água, hoje que ta assim seco. A qui usava água só de nascente e córrego de uns anos pra cá é que ta usano esse caminhão pipa. Todo mundo usava era água de nascente, pra beber era.” (Maria do Miliano, 65 anos, Monte Alegre, Veredinha, MG).

FIGURA 1 — MAPA DAS NASCENTES DA COMUNIDADE MONTE ALEGRE, VEREDINHA, MINAS GERAIS. NA FIGURA SUPERIOR UM DESTAQUE PARA A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VEREDINHA. NA IMAGEM INFERIOR APARECEM EM DETALHE AS NASCENTES DOS CURSOS D'ÁGUA DA COMUNIDADE.



Nascentes na Comunidade de Monte Alegre



FONTE: PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO VALE DO JEQUITINHONHA – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MG.

Mapeamos 18 nascentes no território da comunidade (Figura 2), mas segundo o Sr. Zé Pequeno, morador da comunidade, antigamente “*era quase que uma nascente para cada família*”. Geralmente cada grota possuía uma nascente, o que é próprio do ecossistema local. Das 18 nascentes mapeadas, seis encontram-se secas, uma ainda está ativa e onze são intermitentes. De acordo com as visitas de campo e entrevistas, é possível observar que houve uma redução expressiva do volume de água potável disponível na comunidade, sobretudo no período de estiagem, o que teria contribuído para o êxodo rural após os anos 2000.

A comunidade Monte Alegre percebe a água não como um simples recurso natural, mas associada a algo sagrado, sobretudo com as chuvas e o brotar das nascentes. As falas dos agricultores (a) sempre fazem referência a Deus quando se trata desse elemento, seja em tom de gratidão ou de súplica: “*se Deus quiser vai chover logo*”, “*vou plantar quando Deus mandar o bom tempo*” (Zé Manezinho, 68 anos), “*a água desta nascente é um milagre*” “*Por milagre de Deus essa água num faltô*” (Etelvina, 66 anos) “*Espera, quando Deus mandar enche*” (Domingos, 65 anos). O povo tem em suas dinâmicas a água não só como um bem natural que gera vida, como também um forte marco temporal e simbólico que determina a tempestividade do modo de viver — “*as águas iniciam os homens*” (BARROS, 2019, n.p) em múltiplos sentidos. O ciclo da água passa a ser então o calendário dos comunitários, delimitado com os períodos de seca e as “*s’águas*”¹⁶. Todas as atividades são marcadas a partir deste calendário natural¹⁷.

A chuva é, portanto, esperada durante o ano inteiro e, segundo os moradores, a própria natureza dá sinal de que ela está por vir. Os adultos e os mais velhos contam que os pais costumavam

¹⁶ Tentativa de reproduzir a forma coloquial com a qual os camponeses entrevistados se referem ao período das águas como em Lima 2013.

¹⁷ De acordo com os comunitários no período de seca é tempo de preparar para o plantio de hortas no entorno da casa, fazer a farinha de mandioca para guardar até o período das águas, fazer a rapadura para usar durante as chuvas, retirar a lenha seca do mato para passar as águas, fazer artesanatos (balaios, peneiras, vassouras, esteiras etc.), roçar os pastos, fazer pequenas reformas na casa etc. Já nas águas é tempo de plantar as roças, frutíferas e de cuidar do que plantou.

observar o “tempo¹⁸”, e que ele daria sinais das possibilidades de chuva, conhecimento esse que foi sendo repassado aos filhos.

“A gente vê... eu mesmo tenho mais fé se os pássaros cantar, eles ficam mesmo alegre. Seriema mesmo, seriema é um bicho que canta certo, o tal Figueiredo, quando a gente vê eles cantarem pode saber que vai dar uma chuvada. Sabe minha vô! tinha um tal jacarandá no fundo de casa que [ela] olhava, quando ele estava de folhas novas ela olhava e falava, as águas vai entra cedo.” (Joaquim do Adão Preto, 60 anos, Monte Alegre)

“Oh moça, meu pai tinha um dizer, tinha uma pranta na berada dos córrego quando tava para chover assim, ela ficava igual um... branquinha de flore, igual essa garrafa assim ó. Pai ainda falava assim, Itaipó, que era essa pranta, Itaipó ela tá de flore, vai chover esses dia. Outros diziam também que a cagaita só cai na lama né!” (Zé do Manezim, 68 anos, Monte Alegre)

Assim como os elementos referidos nas falas acima, existem vários outros que a comunidade observa para prever a chegada da chuva e a partir daí planejar suas atividades (Tabela 2). Essa prática faz parte do conhecimento que foi desenvolvido empiricamente ao longo do tempo. Isso é o que Berkes (1999) denomina como Conhecimento Ecológico Tradicional, fundamentado no lugar a partir de um relacionamento de longo tempo com o mesmo ecossistema, o que segundo o autor é mais comum ser encontrado em comunidades tradicionais, que apresentam uma forma própria e diferenciada de se relacionar com a natureza. Isso ocorre pautado no conhecimento dos componentes ecológicos, na prática de uso e valores culturais éticos que norteiam a relação com o natural.

A comunidade usufrui da água de forma direta como suprimento para uso diverso no dia a dia, e como um suporte a outros “serviços” [bens] do ecossistema. No cotidiano, tem-se o uso da “água de comer” e “água de beber” (GALIZONE, 2010), termos que fazem alusão à água utilizada na agricultura, pecuária e agroindústria doméstica, e a água utilizada diretamente para o consumo humano.

¹⁸ O tempo aqui não remete ao tempo *cronos*, mas a vastidão, a natureza e seus processos, olhar o tempo significa observar a natureza, ela é o tempo.

“A água da casa, né! A gente usa primeiramente para beber, cozinhar, tomar banho, pras criação e prá limpeza né! Pras pranta também essas que a gente pranta perto de casa, ocê entende, né!, pra tudo, porque sem água nada sobrevive. Pros passarim também a gente põe água. Usa no engenho. A gente enche as vazia d’água e põe lá pras seriema porque tudo precisa.” (Maria do Miliano, 65 anos, Monte Alegre).

Como indica a fala acima, nas atividades agropecuárias utiliza-se a disponibilização da água “para as criações”, animais domésticos (bovinos, equinos, muares, suínos, aves e em alguns casos caprinos) e para irrigação de alguns cultivos próximos à casa, geralmente olerícolas e frutíferas; em geral, as culturas anuais não costumam ser irrigadas. Na agroindústria doméstica, a água é utilizada para a produção de rapadura, farinha, cachaça, doces, queijos, requeijões etc. Galizone (2010) parte do entendimento que a segurança e soberania alimentar da comunidade passam pela necessidade de se ter água em qualidade e quantidade, não só para o consumo humano direto, mas também para a produção de alimentos. A autora trata essas duas dimensões do uso da água como inseparáveis e complementares, assim como compreende a comunidade de Monte Alegre.

“Naquela época ninguém pensava que iria acabar [a água], né! Mas hoje nós tá veno. Aqui lugar que era terra de arroz, hoje é pelador¹⁹” (Etelviana, 66 anos, Monte Alegre). Esse usufruto, embora por muito tempo tenha sido feito sem a preocupação futura, não se pautava (na linguagem da comunidade) no “abuso”. Para a comunidade tudo era feito com muito respeito à natureza, entendida como coisa de Deus. Ainda assim, no período em que as chapadas foram derrubadas e transformadas em carvão vegetal para implante do eucalipto, os comunitários recuados nas grotas imitaram a produção de carvão vista nas chapadas como uma alternativa a perda de parte de sua fonte de renda. Percebendo os impactos negativos do desmatamento a comunidade cessou a atividade. De acordo com as entrevistas, Monte Alegre passou inclusive a cuidar e a reflorestar áreas degradadas, além de exercer uma fiscalização interna em relação à

¹⁹ Área degradada com solo exposto, sem vegetação.

observação das boas práticas ambientais. É comum um vizinho ir dialogar com o outro por entender que seu roçado está sendo em demasia, e pode ser prejudicial.

Percebemos nas entrevistas que nos processos internos sempre houve regras de uso e cuidado, mesmo que não registradas através da escrita, e mesmo sem a figura de um fiscal propriamente dito. A moral dos comunitários criou aos poucos um código simbólico que norteia a relação com a natureza. Existe, então, uma espécie de fiscalização coletiva sutil, feita de forma natural pela comunidade, um tipo de controle social consciente, que se assemelha com as descrições de controle social descritas por Sobreiro (2008) e Berkes (1996).

Na comunidade, a partilha é o princípio do uso (MAUSS, 2013), e a nascente das lapinhas localizadas na Grota do Algodoeiro é um exemplo disso. A nascente tinha vazão pequena segundo os moradores, de forma que armazenava somente a quantidade de água referente a um pote d'água por vez, e depois de retirada a água, em poucos minutos brotava novamente o referente a mais um pote. Mesmo a vazão não sendo grande, abastecia durante o período de estiagem cinco famílias (Afonso Venâncio, Mané do Afonso Venâncio, Nenê do Tio Chico, Joana do Mané Toca e Maria Toca), que residiam naquela grota.

*“A água durava o ano todo. Nas águas a gente não panhava nela não, porque tinha as outras, né! Só na seca que a gente pegava dela, mas ela durava o ano todo... era só a nascente, ela era um caldeirãozinho mais pequeno que essa minha aqui em casa... Era tudo compartilhado, não tinha regra não, o que chegava primeiro panhava, se chegasse junto um panhava um muncado [não enchia o pote] e deixava para o outro... Se tivesse suja por causa dos passarinhos ou da chuva, qualquer um que chegasse lá primeiro, lavava, se tivesse de tempo até esperava encher de novo para apanhar a água, se não, deixava o pote, ia para a casa e depois voltava... Não podia por nada lá não [animais, bovinos ou equinos], todo mundo preservava porque era a fonte que tinha... Não tinha briga porque **todo mundo tinha combinação para usar** ela [a nascente]...”* (Maria de Lourdes 52 anos, Monte Alegre, grifo nosso).

Observamos que nesta fala Maria de Lourdes afirma que não havia regras para o uso da nascente, mas logo em seguida ela diz que *“todo mundo tinha combinação para usar”* — entendemos essa

combinação não como um tratado na sua acepção estrita, mas o combinar da moral, tanto no sentido de moral semelhante nas práticas, quanto no sentido de um código simbólico do grupo, que vai determinar o que é certo ou errado, legítimo ou ilegítimo perante os seus. E é justamente este código simbólico que sutilmente conduz às normas de uso. Conforme aponta Berkes (1999) o conhecimento ecológico tradicional abrange também valores culturais e morais que moldam e modulam a relação com o mundo natural.

A nascente da Lapinha se encontra hoje inativa e de acordo com a comunidade teria secado entre 1998 e 1999. As famílias que faziam uso dela fizeram um poço tipo Amazonas²⁰ e passaram a usar a água dele no período da seca.

A escassez raramente é individualizada, porque boa parte dos recursos naturais de muitas comunidades rurais - terras, plantas, frutos, madeiras, lenha, minerais e água - são domínios coletivos originados de herança comum, e esta condição costuma implicar quase sempre numa partilha equitativa da abundância e da escassez (RIBEIRO, 2013, p. 55).

As famílias da comunidade vivenciam juntas o processo de escassez de água, não existe indiferença à situação do outro. Se uma família possui fartura de água, as demais não passarão necessidade, por mais distante que estejam as residências. A forma da comunidade se relacionar com a água nos lembra a descrição de Godelier sobre as formas de direitos/apropriação dos bens, descrito na obra de Godoi (1998). Godelier usa dois termos dos Sianes da Nova Guiné para distinguir as formas de direito/apropriação; *merafo* e *amfonka*, que traduziriam, respectivamente, a tutela de um bem intransferível e inalienável perante a comunidade e os seus, e bens alienáveis apropriados de forma pessoal e individual (GODELIER 1998 apud GODOI, 1998).

²⁰ Poço Amazonas ou cisterna é o nome que a comunidade dá ao poços perfurados a mão na procura de água. Geralmente a água dos poços é utilizada para o consumo humano por serem entendidas como água de boa qualidade.

Trazendo esta reflexão para o contexto da comunidade de Monte Alegre, a água, os frutos do cerrado e outros elementos — mas, sobretudo a água — seria um direito *merafo*, porque são dons de Deus dados para todos. Mesmo a nascente da Lapinha estando localizada no terreno do Sr. Afonso Venâncio, ele não era o dono da água, não poderia vendê-la aos comunitários, e tampouco poderia negá-la aos seus. Ele era simplesmente o responsável pelo cuidado, pela tutela daquele bem inalienável. Muito embora isso não seja dito às claras, percebe-se uma convicção e respeito de que o que está no terreno do outro é determinado por ele, mas ao mesmo tempo a moral deste outro — que pode ser qualquer comunitário — já carrega a ciência da forma de gestão de direito *merafo*.

Já o direito/apropriação *amfonka* compreenderia na comunidade as benfeitorias de cada agricultor sobre sua terra: as plantações tanto de lavoura ou de outra natureza são bens alienáveis construídos e apropriados pelo próprio indivíduo e ele é, portanto, o dono daquilo, assim como os animais domésticos criados, a casa construída etc. Os elementos de direito *merafo* devem ser também solicitados a quem tem a tutela do bem, assim como no direito *amfonka*; a diferença é que este último pode ser negado, enquanto negar este primeiro é negar a comunidade e a condição de comunitário.

A ideia de direito que traz Godelier no termo *amfonka* nos remete a uma concepção trabalhada por Woortmann (1990) com os sitiante de Sergipe, que é a noção de ser *dono* como uma categoria moral dentre os camponeses. Segundo o autor, a partir de suas observações no contexto sergipano “*é-se dono, não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado*”, então *é-se dono* do que produziu. O direito *amfonka* traz um pouco dessa essência, de que é seu o que você construiu, e somente sobre o que foi edificado é que se tem pleno direito. A natureza e seus elementos neste sentido jamais poderiam ser, nem mesmo em parte, pertencentes ao ser humano.

A vida árida e resiliente: dos bens naturais aos serviços ambientais

Mesmo que não reconhecida oficialmente pelo Estado, a região geográfica em que se encontra a comunidade possui fortes características do semiárido, sendo inclusive uma área atendida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esta agência foi criada pelo presidente Juscelino Kubitschek, justamente para atender a região nordeste em toda área compreendida como o polígono da seca, pensando o desenvolvimento da região com projetos, assistência técnica, dentre outras ações, conforme a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A atuação da SUDENE na região por si só já é um elemento indicador da fragilidade hídrica.

Porém, na prática, não podemos deixar de enfatizar que a SUDENE historicamente foi colocada a serviço dos grandes proprietários de terra, dos ruralistas, na medida em que a preocupação primária era de tornar produtivas as grandes propriedades, com o discurso da seca drástica na região e da miséria do povo (OLIVEIRA, 2004). O resultado do trabalho da SUDENE foi o de “dês-envolvimento”, ao passo em que abriu caminho junto à Rural Minas de ordem Estadual (RIBEIRO, 2007), para a instauração de iniciativas do hidro e do agronegócio. Hoje se faz necessário, especialmente no Vale do Jequitinhonha, não mais buscar modelo de desenvolvimento alternativo, senão buscar alternativas ao modelo de desenvolvimento (SANTOS, 2009, p. 28).

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma organização civil de interesse público, considera que as regiões semiáridas ocorrem na caatinga, no cerrado e nas regiões de transição entre os dois biomas. No caso do Brasil, segundo a ASA (2019), o semiárido tem uma média de precipitação menor do que os demais locais, com índice anual entre 400 a 800 mm, o que é menor do que a taxa de evaporação anual de aproximadamente 3.000 mm. Ainda de acordo com a ASA, a baixa precipitação somada aos solos pouco profundos e à salinização dos mesmos

dificultaria o abastecimento dos lençóis e provocaria o déficit hídrico natural. Porém, um diferencial do semiárido no Vale do Jequitinhonha são os solos bem estruturados e profundos; em decorrência disto, é possível armazenar mais água nos lençóis subterrâneos, o que possibilita o surgimento de nascentes (GALIZONE, 2010), um dos maiores bens na perspectiva dos agricultores. A condição de aridez, que é causa e consequência da variabilidade temporal, levou ao surgimento de um “sistema ecológico único, de grande riqueza e variedade” (SCHISTEK, 2013, p. 33), adaptado às condições climáticas, que é marcado pela restrição hídrica em grande parte do ano.

Ademais, existem outros fatores que podem impedir ou estimular a chuva no semiárido, como “a Zona de Convergência Inter Tropical, fenômenos *El niño*, *La niña*, frentes frias do Sul e temperatura da água da porção do Oceano Atlântico” (SCHISTEK, 2013 p. 33). Baptista e Campos (2003) mostram também outra perspectiva que precisa ser refletida a respeito do agravamento da aridez, que está voltada para a interação humana com a natureza. Esta interação apresenta variáveis não mensuradas neste trabalho, como práticas de extração predatórias em diferentes setores, monocultivos diversos, o uso indiscriminado de agrotóxicos, dentre outros.

“É porquê hoje... de primero chovia né, teve uma época que chovia bastante, teve uma vez mesmo que a Terezinha tava com o Natalino novim, pego dá uma lubrina, foi ino foi ino, quando viu choveu 90 dias, a Santa Catirina passava era cheia direto, hoje a Santa Catirina oia lá que nas águas qualquer criança pode passar nela, porque as coisas es fala, as coisas fico difícil, mas não é tanto que as coisas ta difícil porque oce oia... lá na cabicera do Campo do Boa que é a cabeceira da Santa Catirina, lá es fez uma caivoera da Acesita [atual Aperan BioEnergia, produtora de carvão vegetal a partir do eucalipto], era um lugar que corria muita água. Aquí no campo do Boa tem uma barragem que vai daqui na cancela, ocê oia lá a Santa Catirina ta seca e a barragem está lá cheia de água... Porque hoje o tempo não ta bão, a pessoa num pode fala que ta bão, mas quem acabou com a natureza foi os home memo, proce vê a cabeceira de um rio daquele fazer uma barragem dessa.” (Domingo da Luiza, 65 anos, Monte Alegre, grifo nosso).

Na fala acima, que se repetia entre os comunitários, constata-se que os moradores da comunidade percebem as mudanças justamente por terem vivido os dois períodos, o da fartura e o da escassez de água. Quando prestamos atenção na fala do Sr. Domingos percebemos a compreensão e o sentimento de que esse não é um processo natural, dado pela natureza por si só, é algo criado pelas pessoas. Veem dia-após-dia a dificuldade de manter as práticas da agricultura do mesmo modo como era feito até então.

“Numa terra, numa vargem que nós tinha aqui em cima bem, nós prantava tanto arroz lá, que tinha tanta água, que gastava fazer aqueles rego prá ir prantano naqueles meios de tanta água, quando ocê ia coloca o arroz, na cova, a água arribava o arroz pra cima, di tanta água, agora hoje ocê vai lá ocê num acredita... agora lá hoje é quinem eu tô falano pro ocês nem água tem, tudo seco (Etelvina 66 anos, Monte Alegre).

...É essa acalipada [eucalipto], né! Que o povo tá prantano nas chapadas em roda, num tinha nada disso aí pra traz.” (Maria do Adão Preto, 62 anos, Monte Alegre).

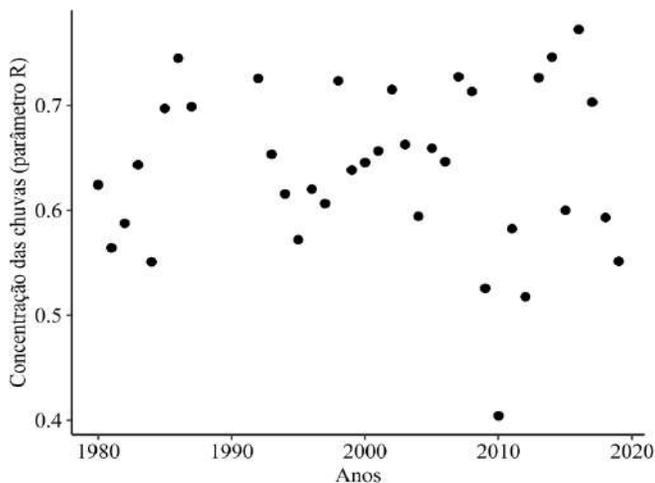
Os córregos Malaquias e Macaúbas, que atravessam a comunidade, há mais de 18 anos correm somente quando chove e logo após as chuvas cessam, mantendo somente os poços maiores.

“Que ele [o Macaúbas] ta secando é desde 99 [1999], foi a primeira vez que ele seco né! E de 99 prá cá levem assim, um ano ele seca mais cedo no outro seca mais tarde. E de 2014 prá cá ta sendo mais crítico, e de 2017 já foi, de 2018 e 2019 foi a mais graduada [seca mais intensa]. O Malaquias antes assim, eu conheci ele correndo água igual ao Macaúbas e ele foi diminuindo também igual ao Macaúbas.” (Maria do Miliano, 65 anos, Monte Alegre).

Na percepção dos comunitários, houve expressiva redução na quantidade de chuva e, conseqüentemente, na disponibilidade de água nos últimos anos, o que teria afetado diretamente a produção. As correlações de Pearson produzidas com dados de precipitação mensal desde o ano 1980 até 2019 (com exceção de 1988 a 1992), apontam pontos relevantes em relação à chuva na região do estudo, que podem contribuir para a reflexão do entendimento formado a partir das percepções subjetivas dos comunitários (Figuras 2 e 3).

Uma parte dos dados foi coletada na estação meteorológica de Itamarandiba (Minas Gerais) e a outra pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) Turmalina (Minas Gerais). O parâmetro R é calculado a partir da amplitude temporal da estação chuvosa ao longo de cada ano, de modo que valores iguais a 1 refletem anos com chuvas extremamente concentradas e valores iguais a 0 refletem anos com chuvas uniformemente distribuídas no período. Não houve correlação significativa entre a concentração das chuvas ao longo dos últimos 39 anos ($r = -0,13$; $Gl = 34$, $p\text{-value} = 0,44$), indicando que as chuvas, independentemente de sua intensidade, ocorreram em uma amplitude temporal semelhante (Figura 2).

GRÁFICO 1 – CORRELAÇÃO ENTRE O PARÂMETRO DE CONCENTRAÇÃO (R) DAS CHUVAS NO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA E O INTERVALO DE TEMPO OBSERVADO (1980-2019).

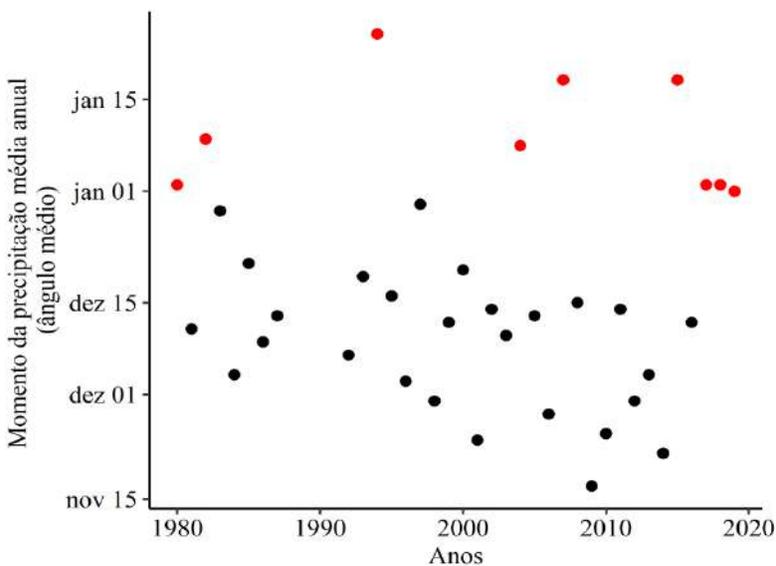


FONTE: ANÁLISES DA AUTORA.

Com relação à concentração das chuvas, considerando todos os picos anuais da estação chuvosa, não houve mudança deles ao longo do tempo (correlação *Pearson* $r_c = -0,07$; $t = -0,43$; $Gl = 34$; $p\text{-value} = 0,33$). Sendo assim, a probabilidade de um determinado mês acumular maior quantidade de chuvas (influenciar mais a variável

momento médio de precipitação) não teria mudado entre os anos analisados (Gráfico 2). Nesta análise, a quantidade de chuva de cada mês é representada por um vetor, sendo que o vetor resultante indicaria o momento médio desse pico por ano. No entanto, há nove pontos nos quais o pico da estação chuvosa ocorre no mês de janeiro (destacados em vermelho no Gráfico 2), tradicionalmente reconhecido como mês mais chuvoso na região.

GRÁFICO 2 – MOMENTO DE PICO DA ESTAÇÃO CHUVOSA AO LONGO DOS ANOS.

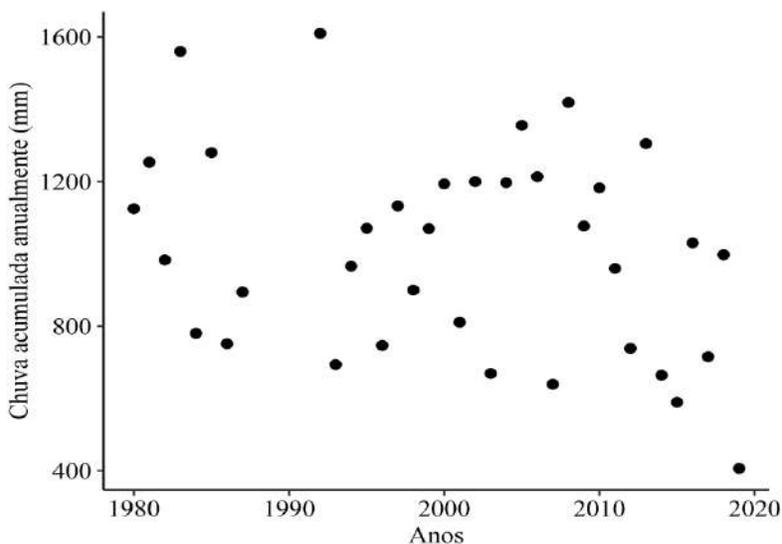


FONTE: ANÁLISES DA AUTORA.

Desta forma, para confrontar com a percepção popular de adiantamento das “águas” (pico das chuvas) em um mês, optamos por analisar a correlação dos dados sem esses nove pontos. Neste caso, observamos uma relação forte e significativa entre pico de chuva e o tempo ($t = -2.4998$, $df = 25$, $p\text{-value} = 0.009677$, $R\text{ pearson} = -0.4471808$). A correlação negativa indica então que à medida em que o tempo passou, o pico das chuvas foi de fato adiantado como percebido pelos comunitários e relatado por Lima (2013).

Da mesma forma que os comunitários perceberam o adiantamento do pico das chuvas, a percepção da diminuição das “águas” também foi precisa com relação à diminuição do volume geral chovido. Ao longo do tempo o volume anual de chuvas apresentou uma clara diminuição ($r_p = -0,29$; $t = -1,79$; $Gl = 34$; $p\text{-value} = 0,041$ – Figura 4). Como ilustração desse fenômeno, entre os anos de 1980 e 1985 a média anual de chuvas foi de 1600 milímetros, enquanto entre 2015 e 2020 a média foi de 1100 milímetros. A questão suscitada no resultado desta análise é: quais seriam os fatores atuantes no decorrer do tempo que têm feito com que o volume de chuva no ano seja menor?

GRÁFICO 3 – ACÚMULO ANUAL DE VOLUME DE CHUVA EM RELAÇÃO AO TEMPO NO PERÍODO DE 1980 A 2020 NO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA.



FONTE:FFONTE: ANÁLISES DA AUTORA.

A pesquisa desenvolvida por Mattos *et al.* (2019) sobre a diminuição das águas subterrâneas a partir da chegada do eucalipto nos auxilia a compreender de onde possivelmente tenham vindo as alterações que têm ocorrido na comunidade

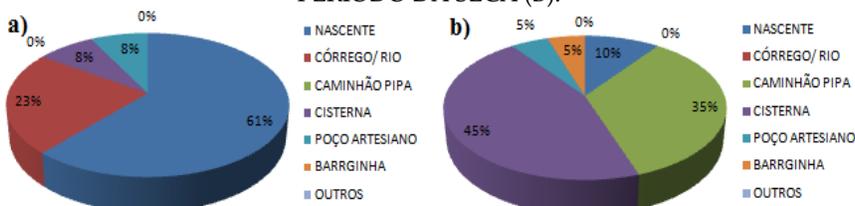
Monte Alegre, ao menos em parte. Mattos (2019) acompanhou de 2004 a 2016 a Bacia do Ribeirão da Onça na cidade de Brotas (São Paulo), uma região de cerrado com solos arenosos profundos. De acordo com o autor, entre os anos de 2004 e 2010 a área era coberta por pastagem, e de 2011 a 2016 esta mesma área estava coberta com o monocultivo de eucalipto, em substituição da pastagem. Foram realizadas medidas quinzenais dos níveis dos veios das águas subterrâneas por 12 anos, além de medidas do índice pluviométrico e evapotranspiração na área estudada. Os níveis de água subterrânea diminuíram após a substituição da pastagem pelo eucalipto, ao mesmo tempo em que foi registrada essa baixa nas reservas subterrâneas, foi registrado um leve aumento no índice pluviométrico, o que deixa claro que neste caso, a baixa parece não ter relação direta com a precipitação.

Lima (2013) estudou a microrregião de Capelinha, na qual se insere a comunidade Monte Alegre, por ocasião de uma pesquisa hídrica no Alto Vale do Jequitinhonha. Já Lima *et al.* (1990), coletaram dados acerca do balanço hídrico entre áreas de cultivo de eucalipto de cinco anos de idade e a vegetação do cerrado durante dois anos. Fica evidente nos resultados apresentados pelo autor que a região coberta por eucalipto não só impede que a água chegue ao aquífero subterrâneo como também drena mais água do subsolo.

Por estar inserida na microrregião de Capelinha, é possível que na comunidade de Monte Alegre o eucalipto seja um dos fatores contribuintes para a escassez de água. Para além das análises, esta é também uma percepção dos moradores. A comunidade estudada e todas as demais comunidades que dependiam das chapadas como áreas de recarga dos lençóis subterrâneos passam hoje por um período de racionamento hídrico crítico, sem perspectiva de melhoria. De acordo com os entrevistados no período chuvoso, geralmente de outubro a março, as principais fontes de água para abastecimento são as nascentes e os córregos. Porém, no período de estiagem, geralmente de abril a setembro, isso muda, e as principais fontes de água passam a ser o

caminhão pipa e as cisternas de captação da água de chuva²¹, como mostra o gráfico 4.

GRÁFICO 4 – FONTES DE ÁGUA UTILIZADAS PELAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MONTE ALEGRE NO PERÍODO DAS ÁGUAS (A) E NO PERÍODO DA SECA (B).



FONTE: ANÁLISES DA AUTORA.

De acordo com o secretário de agricultura do município, atualmente cerca de 80% do município de Veredinha é abastecido com caminhão pipa, devido à redução de água nas fontes utilizadas anteriormente. O abastecimento é feito pela prefeitura utilizando a água de uma represa conhecida como Barragem do Viveiro (Figura 2). A barragem fica localizada em uma área de vereda, e teria sido construída de maneira não intencional, a partir de um aterro feito pela Aperam BioEnergia com a finalidade de construir uma passagem para os caminhões da empresa.

De acordo com o condutor do caminhão pipa, os últimos tempos têm sido de conflito entre a empresa e a população de Veredinha, representada pela Câmara de Vereadores, devido ao fato da empresa estar retirando a água da barragem para manutenção das mudas de eucalipto e funcionamento da Unidade

²¹ “É um reservatório de concreto com capacidade de armazenar 16 mil litros de água da chuva, com o objetivo de disponibilizar água para o uso doméstico (prioritariamente, beber e cozinhar). A água é captada por meio de calhas afixadas no telhado e conduzida por canos até a cisterna, construída ao lado da casa da família, geralmente, próxima à cozinha. A cisterna de placas geralmente é implementada através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - PIMC, desenvolvido pela Articulação Semiárido (ASA)”. (CAV, 2019)

de Produção de Energia Palmeiras (uma de suas baterias de fornos).

“A Aperam agora tem que pegar água aqui, porque es secou todas as demais [barragens próximas]. Eu nunca vi es pegar água em um lugar que não seca as nascentes. Tem dia que eu chego aqui e tem uns 10 caminhão [da empresa] um traz do outro para pegar água. E eu vejo o memo pipa usado para bater o veneno, es tava pegando água aqui e derramando o resto na barrage, vamo supor, esse resto de veneno contamina a água e muita gente bebe dela. A Maria Lope memo. Um dia tinha uns lambari morto aqui em cima d’água, umas tilapa... tá abaxano a água, eu nunca vi essa barrage desse jeito, e já tem uns três a quatro mês que ela ta abaxano.” (funcionário público da prefeitura de Veredinha, MG)

FIGURA 2 — ABASTECIMENTO DE CAMINHÃO PIPA DA EMPRESA APERAM BIOENERGIA E DA PREFEITURA, AO MESMO TEMPO, NA BARRAGEM DO VIVEIRO. IMAGEM: SILVA, R.A, 2019.



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA

A Figura 2 mostra o abastecimento do caminhão da empresa (ao fundo) no momento que o caminhão pipa da prefeitura abastecia para levar água às comunidades. Além da empresa, o gado dos moradores do entorno bebe água desta barragem, que

não possui nenhum tipo de cercamento e nem área de preservação considerável do ponto de vista legal em seu entorno.

Os problemas em torno da água, somados a outros fatores, têm levado parte dos comunitários a se mudarem de Monte Alegre para regiões circunvizinhas. Essa estratégia responde a um problema pontual, mas não altera uma situação sistêmica regional que tende a se agravar e a tornar a vida no campo no Alto Vale do Jequitinhonha progressivamente mais difícil — senão inviável — caso as medidas necessárias não sejam tomadas. Com a drástica redução dos serviços ecossistêmicos de provisão hídrica, as famílias que permaneceram na comunidade buscaram alternativas para suprir suas demandas. Os bens que recebiam gratuitamente (como a água) passam a ter um preço, tanto para supri-los pela prefeitura quanto quando os comunitários buscam alternativas para reaver estes bens naturais. Com o apoio e incentivo do CAV, tecnologias sociais com vistas à recuperação, preservação e, em alguns casos, armazenamento de água começaram a ser implementadas na comunidade. “O CAV desenvolve de modo participativo um subprograma que sensibiliza, capacita as famílias e implementa no terreno das famílias tecnologias sustentáveis que contribuem para o aumento da disponibilidade de água” [Bacias de contenção²², barraginhas²³, terraço em curva de

²² “A bacia de contenção é uma cavidade no solo construída com aproximadamente 05 horas máquinas (trator de esteira) nas partes mais altas dos terrenos, geralmente acima da linha das nascentes, que sempre aproveita os canais de enxurradas. Sua capacidade média de armazenamento é de aproximadamente 300 mil litros de água e infiltração no solo de no mínimo 4 vezes esse volume. A água armazenada não tem a finalidade para uso humano direto, e sim contribuir para o abastecimento do lençol freático que, por sua vez, ajuda a manter as nascentes”. (CAV, 2019)

²³ “As barraginhas são reservatórios construídos nas propriedades familiares dos agricultores (as) visando captar e armazenar água da chuva para o uso produtivo, como irrigação da horta e consumo animal. São construídas com aproximadamente 20 horas de trator e armazenam em média 1,2 milhão de litros de água anualmente”. (CAV, 2019)

nível ²⁴ e cisterna de placas] (CAV, 2019). Os projetos de implementação geralmente preveem recursos, mas as famílias arcam com uma parte em contrapartida.

De acordo com Schuler (2019) as tecnologias sociais implementadas são denominadas pela ecologia como serviços ambientais hídricos que seriam as intervenções humanas em prol da melhoria dos serviços ecossistêmicos relacionados. A provisão desse serviço pode ser garantida, mantida ou mesmo recuperada por intervenções humanas de proteção e conservação desses processos, inclusive mediante práticas de gestão adequadas nas diversas atividades produtivas beneficiárias dos recursos hídricos (SCHULER, 2019, p. 17). O fluir da vida observado na comunidade de Monte Alegre parafraseia Manoel de Barros (2019), entendendo que os homens e mulheres daquele lugar são a continuação das águas, porque muito fizeram e fazem nas práticas cotidianas para a manutenção deste bem, apesar dos entraves. Os homens e mulheres, iniciados nas águas, se veem diante de um futuro semiárido desidratador que o verde do eucalipto não é capaz de animar.

Referências

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO. **Semiárido**: é no semiárido que a vida pulsa. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/semiariado>. Acesso em: 15 out. 2019.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C.H. Caracterização do semiárido brasileiro. *In*: CONTI, L. I.; SCHROEDER E. O. (orgs.) **Convivência com o semiárido**

²⁴ “O terraço é um corte em nível no solo de um terreno declivoso, acumulando o material removido sobre a superfície abaixo da trincheira. O terraço tem função de retenção da água e da matéria orgânica escoada superficialmente, pela ação das chuvas, proporcionando ao terreno maior umidade e disponibilidade de nutrientes, bem como reduzindo a formação de voçorocas, erosão laminar e assoreamento dos cursos d’água”. (CAV, 2019)

brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília, DF: Editora IABS, 2013. p. 208.

BARROS, M. Poemas de Manoel de Barros. **Pensador**, [online]. Disponível em: https://www.pensador.com/poemas_de_manoel_de_barros/2/. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.** Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Rio de Janeiro, 15 dez. 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm. Acesso em: 26 out. 2019.

BERKES, F. **Sacred ecology:** traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia, USA: Taylor & Francis, 1999. p. 209.

BERKES, F. Social systems, ecological systems, and property rights. *In:* S. HANNA, C. FOLKE; K.G. MÄLER (Ed.). **Rights to nature:** ecological, economic, cultural, and political principles of institutions for the environment. Washington, D.C., USA: Island Press. 1996. p. 118.

CAV. Água e Ambiente. Disponível em: <https://www.cavjequi.org/projetos/agua/conteudo#recuperacao>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GALIZONE, F. M *et al.* As mudanças do tempo: escassez de água e arranjos produtivos no Alto Jequitinhonha, semiárido mineiro. *In:* Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 17., 2010, Caxambu. **Anais [...].** Campinas: ABEP, 2010.

GODOI, E.P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. *In:* NIEMEYER, A.M. GODOI, E.P. (org.) **Além dos territórios para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

LIMA, V. P. M. Seca e s'águas: um estudo sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. *In:* GALIZONE, F. M. (org.) **Lavradores, águas e lavouras:** estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 254.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M.J.B.; LIBARDI, P.L.; Souza-Filho, A. P. Comparative evapotranspiration of eucaliptus, pine, and natural cerrado vegetation measure by the soil water balance method. **IPEF International** vol. 1, p. 5-11. 1990.

MATTOS, T. S. *et al.* Groundwater recharge decrease replacing pasture by eucalyptus plantation. **Water**, [online], v. 11, n. 6, p. 1213, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/w11061213>.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão de trocas nas sociedades arcaicas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT – MEA. **Ecosystem and human well-being**: a framework for assessment. Washington, DC: Island Press, 2005.

OLIVEIRA, F. **As contradições: globalização, nação, religião, metropolização**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDIPLAR, 2004.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONE, F. M. Água. *In*. RIBEIRO (org.) **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [online], v. 9, n. 2, p. 115-129, nov. 2007.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHISTEK, H. O semiárido brasileiro: uma região mal compreendida. *In*: CONTI, L. I.; SCHROEDER E. O. (orgs.) **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília, DF: Editora IABS, 2013, p. 208.

SCHULER A. E. *et al.* **Serviços ambientais hídricos**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162992/1/Manual-PSA-2017-cap-1.pdf> d0. Acesso em: 8 out. 2019.

SEIXAS, C.S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. *In*: P.F. VIEIRA; F. BERKES; C.S. SEIXAS, **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED e Secco, p. 73-105, 2005.

SOBREIRO, T. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio Rio Negro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Centro de Convenções Israel Pinheiro. jun. 2008.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": O campesinato como ordem moral. **Aquário antropológico**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF. 1990.

ZHENG, H.; LI, Y.; ROBINSON, B.E.; MA, D.; WANG, F.; LU, F.; OUYANG, Z.; DAILY, G.C. Using ecosystem service trade-offs to inform water conservation policies and management practices. **Frontiers in Ecology and Environment**. V. 14 (10): 527-532. 2016.

Capítulo 3

“Tem muitas qualidade”: conhecimento e usos das plantas por uma comunidade Quilombola do Alto Jequitinhonha

Nanci Ribeiro de Jesus¹

Camila Alvez Islas²

André Rodrigo Rech³



¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

² Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS), Rio de Janeiro.

³ Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Resumo

Os povos tradicionais no Brasil detêm um vasto conhecimento acerca do mundo natural com o qual convivem historicamente. Esses conhecimentos são muitas vezes fonte importante de conhecimento prospectivo, bem como dizem sobre o acúmulo de saberes empíricos de um povo, formando, portanto, seu patrimônio biocultural. Dada a tradição oral que predomina na transmissão desses conhecimentos, muitos saberes já foram perdidos por diversos povos tradicionais no Brasil. Neste trabalho levantamos o uso e o manejo de plantas por uma comunidade tradicional quilombola do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. A partir de entrevistas e visitas guiadas com os moradores identificamos as plantas utilizadas e as finalidades de cada uso. Ao todo registramos pelo menos 100 espécies de plantas na comunidade de Capivari, distribuídas entre os usos: alimentício, medicinal, espiritual, ornamental, dentre outros. Este estudo corrobora a amplitude de saberes existentes nas comunidades tradicionais e contribui para seu registro e sistematização.

Introdução

Povos e comunidades tradicionais, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). As comunidades locais e tradicionais do Cerrado expressam em suas atividades de uso e manejo dos recursos naturais a enorme riqueza de espécies nativas do bioma (BISPO e DINIZ, 2014; GARCIA, 2017). Essas populações utilizam mais de 170 espécies de plantas com propriedades medicinais, 65 espécies frutíferas, 29 espécies para extração de óleos essenciais, dentre

muitos outros usos (RIBEIRO, 2008) - além de espécies provavelmente ainda não catalogadas.

Práticas de uso e manejo de recursos naturais já eram realizadas no bioma pelos povos sul-americanos nativos desde antes do período colonial e foram fortalecidos pela miscigenação sociocultural com os grupos de africanos que se estabeleceram nesses territórios e formaram os Quilombos (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005). O uso e o manejo das plantas realizado por essas populações residentes ao longo do tempo, junto ao desenvolvimento dos seus modos de vida, permitiu que estas desenvolvessem um importante corpo de práticas e conhecimentos associados às espécies nativas, aos diferentes ecossistemas e ao Cerrado, ao longo de gerações (JÚNIOR *et al.*, 2012; SARAIVA, 2006; SILVA; PROENÇA, 2007; SILVA, 2011).

Atualmente, entende-se que os conhecimentos ecológicos de povos e comunidades locais e tradicionais do Cerrado possuem importante papel para i) contribuir com a produção de conhecimento sobre as espécies e os ecossistemas do Cerrado; ii) subsidiar iniciativas de conservação da diversidade biológica e sociocultural no Cerrado; e iii) representar outra possibilidade de utilização do território, baseada na diversidade social e ecológica.

Capivari, no município de Serro, estado de Minas Gerais, é um pequeno povoado com aproximadamente 420 habitantes distribuídos em 140 famílias. Na comunidade, de origem quilombola, se conservam algumas práticas culturais tradicionais, que incluem o uso recorrente de recursos naturais com base em práticas culturais tradicionais, desde o extrativismo de diamante e ouro, à coleta de sempre-vivas e à agricultura familiar (BORBA, 2009). Frente às mudanças na vida moderna, a comunidade, por meio dos esforços de alguns moradores, tenta manter vivas suas tradições sociais, culturais e religiosas ao longo do tempo. Também se percebe um esforço comunitário para que o meio ambiente siga preservado. Segundo Borba:

Atualmente em Capivari as principais atividades econômicas desenvolvidas são agriculturas de subsistência, turismo e comercialização da sempre-viva (artesanato e venda flores). A mão de obra classifica-se na sua maior parte por trabalhadores rurais, donas de casa, artesãos e com uma menor representatividade, estão os funcionários públicos e os catadores de lenha e flores, além das diaristas e recepcionistas (BORBA, 2009, p. 44).

Dois eventos importantes marcaram a história mais recente da comunidade quilombola de Capivari: a criação de unidades de conservação (UCs) no seu entorno e a intensificação do turismo (Figura 1). A partir disso, a comunidade tem se tornado cada vez mais conhecida pelos visitantes que procuram as belezas naturais em seu entorno e experiências socioculturais, como o Pico do Itambé, as trilhas de tropeiros ainda preservadas, os Campos Rupestres, as serras, as cachoeiras, o conjunto arquitetônico, a gastronomia, os artesanatos e as manifestações culturais (ex: teatro, modas de viola – BARBOSA, 2011). O modo de vida da população atrai o turismo esporádico, com fluxo maior de visitantes em feriados prolongados e no período de férias. Além disso, muitos turistas acabaram comprando terrenos e construindo casas de fim de semana e veraneio na comunidade. Segundo Carvalho (2009), desde o século XVI a região de Capivari atraiu movimento; no passado através dos bandeirantes, tropeiros, garimpeiros e naturalistas; e atualmente, pesquisadores e turistas.

O acesso à comunidade quilombola de Capivari acontece por uma estrada de terra, que embora não ofereça boas condições de tráfego aos viajantes, é a única opção de chegada com veículo automotor. Existem outras formas de acesso, como trilhas, que podem ser feitas a pé ou a cavalo, atualmente utilizadas apenas para lazer. No passado, essas trilhas eram a única alternativa para se ter acesso aos serviços de saúde, para aquisição de alimentos não produzidos na comunidade e para acessar o serviço funerário no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, a 12 km a comunidade.

FIGURA 1 — MARCOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPIVARI – SERRO, MG, SEGUNDO SEUS MORADORES.



FONTE: PRODUÇÃO DOS AUTORES

Um dos últimos marcos que se destacam na história da comunidade foi seu reconhecimento como Quilombola pela Fundação Palmares em 2019. A luta pelo reconhecimento do território da comunidade como quilombo e o processo de

certificação da comunidade de Capivari teve início em 2012, em reuniões na comunidade. Esse processo se intensificou com a participação de seus moradores em eventos relacionados ao tema nas cidades de Serro, MG, em Brasília, DF, e na Sede da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), em Esmeraldas (Região Metropolitana de Belo Horizonte). A partir de 2016 o processo entrou na sua reta final a partir do esforço de um grupo de mulheres (no qual se insere a primeira autora) estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)⁴. A consciência de pertencimento despertada nestas acadêmicas influenciou seus familiares e amigos a também lutarem pelo reconhecimento do território. Produziu-se, então, o Inventário Histórico do Quilombo de Capivari, a partir de entrevistas dos comunitários, especialmente os mais idosos. Houve uma visita técnica ao Quilombo por um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) em 2018. Após essa visita, foi feita a solicitação junto à Fundação Cultural Palmares que, em 2019, outorgou o certificado de autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo⁵ à comunidade de Capivari, no Serro. Depois deste reconhecimento, a população, de forma ainda lenta, vem participando de alguns projetos relacionados à identidade quilombola para obter melhores condições de vida.

Reconhecendo-se o histórico tradicional da comunidade, e, portanto, de uso dos recursos naturais extraídos (nativos) e

⁴ O curso de Educação do Campo da UFVJM, apesar de ter sede na cidade de Diamantina, MG, recebe estudantes de inúmeras comunidades rurais e tradicionais do estado.

⁵ Segundo estudos da Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável por emitir a certidão às comunidades quilombolas, há 381 comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Minas Gerais; apenas no Vale se encontram 84 dessas comunidades, com concentração nas regiões do Médio e Alto Jequitinhonha. Os municípios de Berilo e Virgem da Lapa, por exemplo, possuem 15 e 17 comunidades certificadas, respectivamente. Além, é claro, de muitas outras comunidades quilombolas e também de outras comunidades rurais tradicionais da região que ainda não possuem certificação.

cultivados (nativos e exóticos), neste trabalho buscamos levantar o uso e o manejo, bem como o conhecimento associado, de plantas do Cerrado, na comunidade Quilombola de Capivari.

Coleta de dados

Para a coleta de dados deste trabalho utilizamos entrevistas semiestruturadas visando o levantamento de informações sobre o uso e o manejo de espécies extraídas e cultivadas pela comunidade de Capivari. As entrevistas foram aplicadas entre novembro de 2020 a agosto de 2021, mediante o consentimento dos entrevistados dado após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶. A primeira entrevistada foi escolhida pela primeira autora deste trabalho que, sendo moradora da comunidade de Capivari, se valeu de sua experiência para apontar um entrevistado de grande importância no uso e manejo de plantas na comunidade. A partir daí, utilizou-se o método bola-de-neve para o levantamento de potenciais entrevistados, portanto cada entrevistado indicou um próximo entrevistado conhecedor de plantas da comunidade, até se esgotarem as possibilidades de indicação (VINUTO, 2014). Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e seu conteúdo foi analisado de acordo com os objetivos deste trabalho.

Em um segundo momento foi realizada uma caminhada em grupo pela comunidade juntamente com os entrevistados que se dispuseram para que estes identificassem em campo as plantas mencionadas nas entrevistas. Todas as plantas mencionadas neste trabalho foram coletadas e estão sendo identificadas por especialistas, de forma que são tratadas aqui por seus nomes populares e quantificadas morfotipicamente.

⁶ Conforme consta na autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, parecer de número: 4.275.331, de 2 de setembro de 2020.

Resultados e Discussão

Perfil dos entrevistados

No total, foram entrevistados 12 sujeitos pertencentes a diferentes unidades familiares. Desses, sete foram a campo identificar as plantas e seus habitats. Limitantes como a idade avançada ou dificuldade de se locomover pelo campo a pé foram os principais motivos que impediram os outros entrevistados de participar desta atividade.

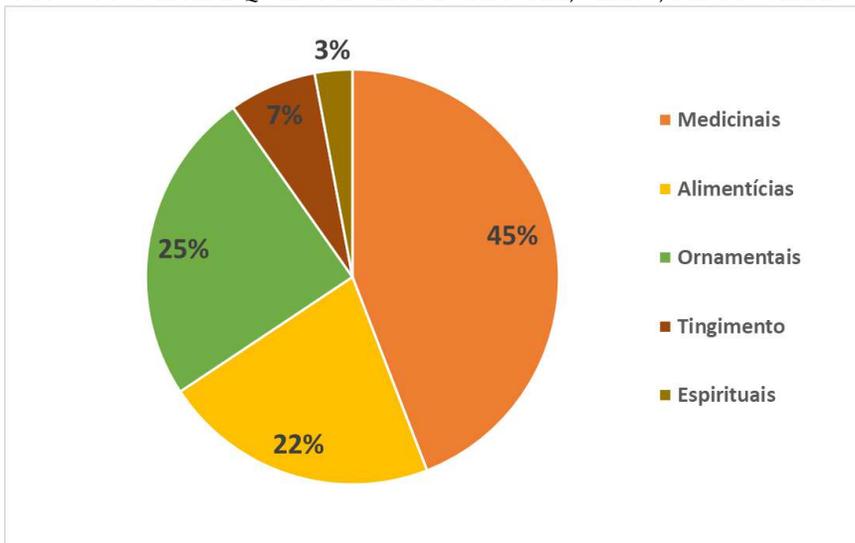
A idade dos entrevistados (n=12) variou entre 20 e 94 anos. Sete entrevistados são do sexo feminino e cinco do sexo masculino, sendo que a maioria se considera de cor morena e dois se consideram negros. Dez entrevistados têm sua casa própria, com banheiro, são casados e têm de um a sete filhos. Dois dos entrevistados são solteiros e moram com os pais. Três entrevistados são aposentados por tempo de serviço, cinco são aposentados como trabalhadores rurais, dois ainda são trabalhadores rurais, um é ajudante de pedreiro e um é estudante. A maioria dos entrevistados esteve ligada a atividades agrícolas e da agricultura familiar, de colheita das sempre-vivas e de plantas medicinais, durante a maior parte de suas vidas. Muitos também desempenharam atividades ligadas ao garimpo, sendo reconhecidos como garimpeiros faiscaidores, ou seja, aqueles que se aventuravam à procura de diamante e ouro utilizando ferramentas simples. A agricultura doméstica e as plantas medicinais são utilizadas até os dias atuais para o consumo próprio. Já a coleta das sempre-vivas é uma atividade que ainda vem sendo realizada com fins ornamentais e de comercialização por alguns entrevistados.

Plantas utilizadas pela comunidade de Capivari

Uma fala emblemática caracterizou o volume de plantas reconhecidas e utilizadas pelos entrevistados: *“tem muitas qualidade, ver a gente não está vendo, mais que existe”*. No total foram citadas

pelos entrevistados mais de 100 “qualidades” (subespécies, espécies, grupos) de plantas sendo utilizadas na comunidade para o cuidado da saúde, fins alimentares, ornamentais, para tingimento de roupa e espirituais (Gráfico 1). Segundo os entrevistados, 66% dessas crescem em ambientes naturais (incluindo as Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCS) e 44% são cultivadas nos quintais dos moradores. As plantas mais citadas pelos entrevistados foram as medicinais, seguidas pelas ornamentais (principalmente sempre-vivas) e as alimentícias. Algumas plantas são utilizadas para mais de uma finalidade, como por exemplo, a mangabeira da qual se utiliza o fruto para alimentação e o leite (seiva retirada do caule da planta) para finalidade medicinal. O mesmo ocorre com o Ruão, cuja madeira é utilizada em construções de casas e cercas e a casca pode ser utilizada para tratar hemorragias e problemas no útero.

GRÁFICO 1 – PRINCIPAIS FORMAS DE USO DE PLANTAS ENCONTRADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPIVARI, SERRO, MINAS GERAIS.



FONTE: DADOS DA AUTORA.

Os entrevistados não citaram a compra ou a venda de nenhuma espécie de planta medicinal pela população. No entanto,

informaram que, quando alguma pessoa não conhece o local onde determinada planta ocorre, ou a pessoa é idosa e não tem mais condições de ir ao campo fazer a coleta, essa pode pagar um dia de trabalho para um morador que tem esse conhecimento para que ele vá e apanhe a planta pretendida (flor, folha, tronco ou raiz). Esse é o caso também do carrapiá, que embora usado para fins recreativos já é muito raro na comunidade, sendo demandado por fumantes.

Todos os entrevistados nesta pesquisa identificaram os locais onde realizam a extração ou o manejo das plantas, dos quais três se mostraram os mais relevantes para a coleta: o campo, o serrado⁷ (sinônimo de serra) e o mato (sinônimo de capoeira ou carrasco). Esses espaços têm diferentes papéis socioculturais e econômicos para a população (Figura 2). O campo, por exemplo, foi o único local indicado para encontrar plantas com poder espiritual, enquanto as madeiras somente são encontradas na mata.

FIGURA 2 – ÁREAS IDENTIFICADAS COMO RELEVANTES PARA A COLETA DE PLANTAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPIVARI, SERRO, MG: CAMPO (A), SERRADO (B) E MATO (C).



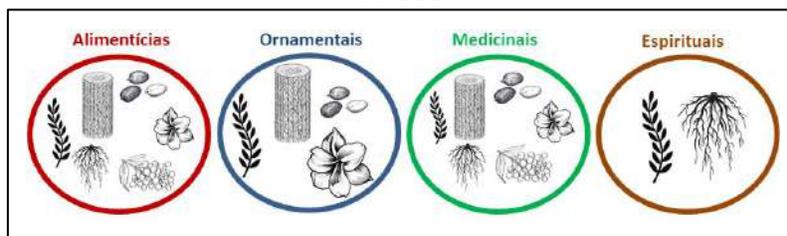
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA

As plantas medicinais e alimentícias são as que possuem maior variedade de partes vegetais utilizadas (Figura 3). Percebe-se que o uso das raízes e cascas é feito quando as plantas crescem espontaneamente em ambientes naturais. Nos campos é feita a colheita de algumas frutas nativas como cabajantar, mangaba, pequi, araçá, murici, gabioba e panã. Já o quiabo da lapa é

⁷ Serrado, grafado com S (e não com C como seria o correto para indicar o bioma Cerrado) é a forma como a comunidade se refere a região sobre as rochas ou pequenas serras.

encontrado nos serrados. Algumas dessas frutas são utilizadas principalmente pelos apanhadores de sempre-vivas, como fonte alimentar enquanto estão nos campos fazendo a coleta das flores.

FIGURA 3 – PARTES DAS PLANTAS (FOLHA, TRONCO OU CASCA, SEMENTES, RAÍZES, FRUTOS OU FLORES) UTILIZADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPIVARI – SERRO, DE ACORDO COM A FINALIDADE DE USO.



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA

Quando questionados, os entrevistados disseram não possuir plantas do campo e do mato em seus quintais. No entanto, ao visitar alguns quintais observamos plantas como: gondó, hortelã do brejo, carqueja, barbatimão, pau d'ólio, ruão, salsa parrilha, maracujá do mato, alecrim, dom berneado, marcela, jaborandi e mangaba crescendo próximas às casas. Quando perguntados sobre a origem dessas plantas, alguns entrevistados responderam que estas apareceram por meio da dispersão de sementes, realizada por pássaros ou a partir de sementes de frutos que eles mesmos consumiram. Percebemos também que as casas onde estão localizados estes quintais foram construídas em áreas de campo e mato, locais nos quais a maioria dessas plantas nativas já deveria estar presente. Por saberem que essas plantas tem uso, as pessoas não as retiraram de seus quintais, revelando um manejo das qualidades de interesse da comunidade.

Três espécies de planta se destacaram pela recorrência da indicação de uso e por crescerem em locais específicos, nem sempre de fácil acesso na comunidade: a unha d'anta, a cervejinha e o carrapiá. Um entrevistado enfatizou sua preocupação com a

redução na disponibilidade e possível extinção local dessas plantas muito utilizadas e de ocorrência restrita.

Plantas alimentícias

Nas áreas de ecossistemas nativos, como os campos e os serrados, é feita a colheita de diversas frutas nativas como cabajantar, mangaba, pequi, araçá, murici, gabiroba, panã e quiabo da lapa. Já nos quintais da comunidade são comumente plantadas frutas como abacate, laranja, pêssego, banana, manga, goiaba, jaboticaba, maracujá, limão e ameixa. Alguns quintais têm ainda acerola, maçã e marmelo, café, cana, mandioca, batata doce, inhame, amendoim, feijão, milho, ora-por-nobis, urucum, chuchu, abóbora e quiabo. Nas hortas são plantados alface, couve, almeirão, tomate, cenoura, agrião, cebolinha verde, cebola, jiló, beterraba e favaquinha.

Plantas medicinais e espirituais

Nos quintais da comunidade também são encontradas plantas medicinais cultivadas, tais como hortelã, poejo, capim-cidreira, erva-cidreira, gravo, arruda, guiné, funcho, algodão, camomila, macilica, fedegoso, malva-rosa, hortelã, amoxicilina, dipirona, boldo, alecrim, babosas, capeba, chapéu de couro, solitária, baspo e confrei entre outros. Outro local onde são encontradas plantas medicinais são os jardins nas casas dos moradores, onde é possível encontrar: gondó, hortelã do brejo, carqueja, barbatimão, pau d'ólio, ruão, salsa parrilha, maracujá do mato, alecrim, dom bernardo, marcela, jaborandi e mangaba. A forma de utilização mais comum das plantas medicinais citadas foi o chá. No entanto, ao menos uma entrevistada utiliza essas plantas na confecção de garrafadas, uma forma comum de produção de “remédio” por comunidades Quilombolas do Cerrado. As garrafadas são produzidas em um meio líquido (ex: cachaça) com mais de dez qualidades de plantas medicinais e são utilizadas em pelo menos três situações distintas

e específicas na comunidade, uma para o período pós-parto, uma para dar regularidade ao ciclo menstrual e uma para pessoas vítimas de feitiços ou maus-olhados. Para cada garrafada são utilizadas plantas de espécies diferente, mas algumas plantas estão presentes em todos os três tipos de garrafada, como por exemplo, a arruda. Além das garrafadas, que utilizam uma diversidade de plantas, uma entrevistada relatou o chá denominado cordial, feito com 14 espécies diferentes. Cada espécie deve ser utilizada para uma enfermidade específica e existem plantas que não podem ser utilizadas em grande quantidade. Por exemplo, para consumo, o chá de barbatimão deve ser feito “bem fraquinho”, com uma quantidade mínima da casca para não causar efeitos colaterais. Já para aplicar em feridas expostas ou para tomar banho contra sarna, o barbatimão pode ser utilizado em maior concentração. Embora a maioria das plantas medicinais seja utilizada por via oral, através de chás, xaropes, macerações e garrafadas (utilizando água, cachaça ou álcool), algumas são usadas em aplicações externas (banhos, lavagem de ferimentos).

Algumas plantas foram indicadas no uso com benzimentos de quebrante e cura dos feitiços. Entre os motivos para benzimento estão as mordidas de animais peçonhentos, dores de cabeça ou dente, mau-olhado ou quebrante tanto em humanos, animais ou plantas. Os entrevistados relataram situações que podem gerar quebrante como, por exemplo, surpresa com vestimenta, cabelo, uma criança, um animal ou até mesmo uma plantação. Neste caso, segundo os entrevistados, para não pegar quebrante o elogio (“que lindo, nossa como é bonito!”) precisa ser acompanhado dos dizeres “benza Deus”, em voz alta. Caso o elogio venha sem o complemento, a pessoa que o recebe precisa sussurrá-lo consigo mesma. Uma vez com quebrante é preciso buscar ajuda de um benzedor, já que esse conhecimento somente seria passado a poucas pessoas da comunidade. Além disso, na tradição, os saberes

de benção⁸, segundo os entrevistados, somente podem ser passados a indivíduos adultos.

De acordo com os entrevistados, o mau-olhado seria semelhante ao quebrante, sendo gerado a partir do sentimento de raiva ou inveja. Nesses casos, as folhas utilizadas nas benções precisam ser jogadas em água corrente no descarte. As palavras utilizadas tanto contra o quebrante quanto contra o mau-olhado são as mesmas e as plantas utilizadas podem estar secas ou vivas. Na comunidade, as benções precisam ser gratuitas, pagas apenas com orações. Por último, quando o problema não se resolve com benzimentos, acredita-se que ocorra o feitiço, passado a um membro da família de forma silenciosa. Os sinais do feitiço seriam uma mudança negativa na vida da pessoa afetada, com “tudo” passando a dar errado no seu dia-a-dia ou descobrindo uma doença inesperada e sem um tratamento conhecido. Esse problema, segundo os entrevistados, precisa ser tratado com raizeiros, que fornecem uma garrafada com as plantas arruda, guiné, fumo, amarelinha e jurema, que são encontradas no campo e precisam ser imersas em cachaça. O maior problema é que os raizeiros experientes já estão praticamente extintos, restando apenas alguns curandeiros que cobram pelos trabalhos espirituais das garrafadas e que, segundo os entrevistados, não têm o mesmo efeito. Os entrevistados relatam que antigamente era comum encontrar as plantas espirituais (arruda, guiné, espada de São Jorge) plantadas na beira de entrada ou nas esquinas das casas, um costume que já foi muito alterado.

Plantas ornamentais

Na comunidade é comum encontrar plantas ornamentais no jardim das casas dos moradores. Algumas plantas ornamentais são utilizadas também como medicinais, como é o caso do girassol, coração magoado, hibisco e artimijo. No entanto, a grande maioria

⁸ Termo utilizado na comunidade

das espécies ornamentais utilizadas na comunidade não são cultivadas nos jardins ou quintais, e sim “apanhadas” no campo. A prática cultural citada pela maioria dos entrevistados foi a de “catar botão” e/ou coletar sempre-vivas. Esse grupo de plantas inclui diferentes espécies e gêneros de plantas, sendo Eriocaulaceae a família botânica mais bem representada. As sempre-vivas, em geral, apresentam flores que secam sem murchar, parecendo manterem-se “vivas” mesmo após muitos meses (e até anos) da sua coleta. Essas plantas são muito importantes para o comércio de flores ornamentais não apenas na região da comunidade de Capivari, mas em muitas regiões do Cerrado, gerando renda para milhares de famílias coletoras de sempre-vivas (GIULIETTI *et al.* 1987; MONTEIRO, 2011). Algumas espécies presentes na comunidade quilombola de Capivari são do gênero *Paepalanthus*, conhecidas popularmente como “Chuveirinho” ou “Bem-casado”.

Todos os entrevistados mencionaram que já coletaram sempre-vivas ao longo de suas vidas, mencionando diversos nomes populares tais como: flor-de-janeiro, pé-de-ouro, pé-liso, cedinha, jazida, botão-branco, peludo, estrepa-nariz, coroinha, cabeça-de-negro, besourinho, gira-mundo, pimentinha, estrelinha, botão-de-camisa, bico-de-pato, perpétua, bem-casado, graminha, palito, jotacá e macela. Para Oliveira (2021), Minas Gérias é o estado de maior diversidade de espécies de sempre-vivas, especialmente a região do planalto Diamantino, na cordilheira do Espinhaço.

Para o nome popular jazida são reconhecidas em Capivari três espécies/ qualidades, sendo elas a amarela, branca e preta. Todas são utilizadas devido ao fato de não florirem ao mesmo tempo, o que permite a coleta de três espécies a cada trimestre do ano. O preço de comercialização dessas plantas varia muito, sendo fortemente influenciado pela oferta. Juntamente com as sempre-vivas são vendidas outras espécies, como a capa de coco, fofão, musgo-da-pedra (líquen), musgo-do-mato (líquen), folha-de-aricanga, molambo, rabo-de-raposa e a casca e a semente de pau-santo.

A maioria dos entrevistados disse que fazia a coleta das sempre-vivas a pé, e somente quatro entrevistados mencionaram

que coletam sempre-vivas atualmente. Segundo a entrevistada D, as sempre-vivas são coletadas aos poucos e armazenadas em casa para depois serem levadas para os compradores locais, utilizando burros de carga para o transporte (Figura 4).

FIGURA 4 – BURRO CARREGADO DE SEMPRE-VIVAS APÓS UM DIA DE COLHEITA EM CAPIVARI, SERRO, MINAS GERAIS.



FONTE: ARQUIVO PESSOAL (2021).

Estado de conservação e manejo das plantas utilizadas

Alguns entrevistados manifestaram preocupação com o estado de conservação das sempre-vivas na região de Capivari, pois percebem que as populações de algumas espécies e variedades estão diminuindo na região. Dois deles atribuem esse “desaparecimento” às mudanças no regime de queima, impostas pela instalação de unidades de conservação na região. Essas unidades foram implementadas pelo Governo Estadual em janeiro de 1988 — a Área de Preservação Ambiental Águas Vertente (APA PEPI) e o Parque Estadual do Pico do Itambé — e em junho de 2011 — Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, que têm

Capivari em sua zona de amortecimento. Na fala dos entrevistados destaca-se o conhecimento sobre o manejo do fogo, segundo eles, necessário para assegurar os estoques naturais de sempre-vivas:

“Uai tem muitas plantas que não está tendo mais, porque quando o campo não queima aí, principalmente a sempre-viva, tinha lugar que dava muito hoje em dia não dá mais, porque o mato cresceu muito, então não queimou aí o capim toma conta, não a deixa sair.” (Entrevistado B)

“Agora sim as flores estão acabando, pois como não pode queimar, o mato sufoca as sempre-vivas que não conseguem sobreviver entre o capim. Se conhecimentos tradicionais fossem respeitados, para que assim poderia realizar suas atividades; que além de ser tradicional também é subsistência.” (Entrevistada C)

A coleta das sempre-vivas era e é feita em família. Muitas vezes os apanhadores são obrigados a dormir em lapas⁹, seja por causa de chuva ou até mesmo pela distância necessária para se chegar até os locais de coleta. Para se alimentar durante a coleta são levadas matutagens, nome popular dado pelos apanhadores a uma mistura de farinha de mandioca com sal. Segundo os entrevistados, não pode misturar a farinha de mandioca com doce porque a mistura ataca os vermes, o que poderia fazer com que sentissem mal-estar e é preciso estar perto de um local com água. Também são levadas para os esforços de coleta frutas da época como banana, laranja ou abacate. Foi comentado por um dos entrevistados que também era comum assar pequenos roedores (Preá) pegos nos campos para alimentação, para serem comidos com a farinha, complementando a alimentação.

O trajeto de ida e volta para os campos é feito geralmente a pé, sendo que os homens carregam as sempre-viva coletadas nos ombros e as mulheres na cabeça. De acordo com os entrevistados é necessário esperar o período certo para a coleta das sempre-vivas, que se dá quando a planta está com as flores abertas. Não pode ser antes porque os botões ainda estão fechados e também não pode ser

⁹ Lapas são grutas encontradas nas formações rochosas que são utilizadas como moradia temporária pelos apanhadores de sempre-vivas.

depois porque os caules não soltam de suas raízes. A insistência em arrancar as flores fora do período adequado pode retirar a planta toda do solo, levando-a à morte. Em casa, coloca-se as flores para secar e depois as mesmas são armazenadas em cômodos próximos das casas. Ao final, as flores são vendidas para atravessadores ou transformadas em artesanatos que então são vendidos.

De forma geral, foram percebidas nas entrevistas três grandes mudanças no manejo agrícola e uso de plantas segundo os entrevistados. A primeira foi a chegada de novas regras de uso e ocupação do solo decorrentes da implementação das UCs. Antes disso, era comum a população da comunidade fazer a “roça de toco¹⁰” às margens dos rios. Entretanto, este tipo de prática foi proibido uma vez que a área para plantio, segundo as leis ambientais, tem que estar localizada a pelo menos 30 metros de distância das margens do rio. Essa regra dificulta o acesso a terras propícias para a agricultura, já que grande parte do território está localizada em alto de morros e serras, onde o solo costuma ser pedregoso e impróprio para agricultura. A segunda mudança relatada ocorreu no período de chuvas, apontada como um dos principais motivos para a redução da quantidade de alimentos colhidos, a qual teria ocorrido nos últimos 30 anos. Já a terceira mudança foi marcada pela chegada de alimentos industrializados, facilmente acessíveis em bares e mercearias (a primeira instalada há 25 anos), que substituíram muitos dos vegetais e raízes antes consumidos pelos comunitários. Nesse contexto se faz necessário um trabalho conjunto que considere as necessidades básicas da população tradicional como alimentação, reprodução cultural da vida e proteção que o meio lhes ofereça, aliada à preservação do meio ambiente.

10 O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes nos processos de colonização. Trata-se do plantio em roçados produzidos a partir do desmate e queima de galhos, folhas e troncos cuja cinza auxilia na fertilização do solo.

Considerações finais

Apesar das muitas mudanças socioecológicas sofridas pela comunidade Quilombola de Capivari nos últimos 30 anos, a sua população ainda realiza um uso extensivo de plantas nativas e exóticas. As mais de 100 plantas mencionadas são utilizadas de forma variada, para alimentação, medicina e, em especial, para a comercialização. Este estudo é um esforço inicial para desvendar esse universo de conhecimentos e práticas ainda pouco conhecidas pela comunidade científica neste local. Há a oportunidade, ainda, para se realizar um grande esforço interdisciplinar para aprofundar o conhecimento levantado sobre as diferentes plantas utilizadas pela comunidade e seu manejo. Por exemplo, há a necessidade de identificar e catalogar as qualidades de plantas levantadas e de se aprofundar a compreensão sobre o que a comunidade sabe sobre o uso do fogo e seu efeito sobre as espécies de sempre-vivas. Esse processo de registro é essencial, uma vez que o desenvolvimento dos modos de vidas das comunidades Quilombolas junto à natureza lhes confere saberes valiosos acerca dessas espécies e de seus habitats. Esses saberes podem contribuir para pensar o manejo das espécies nativas, a gestão das unidades de conservação e o desenvolvimento do território. Como tem se visto, a erosão do conhecimento local e tradicional tem sido registrada em milhares de comunidades ao redor do mundo, devido ao processo de globalização, e este mesmo processo está sendo visto na comunidade de Capivari. Dos seus mais de 400 moradores, menos de 20 ainda são considerados pela comunidade como “conhecedores das plantas” e apenas quatro ainda coletam sempre-vivas.

Como acontece em inúmeras comunidades rurais do interior do estado de Minas Gerais, o uso das sempre-vivas se destacou historicamente na comunidade de Capivari como um de seus principais modos de vida. Esse uso ainda tem relevância na comunidade, uma vez que se caracteriza como importante fonte de renda para algumas famílias, mesmo não sendo sua fonte principal. O estudo aponta para a necessidade de atenção para os usos e

práticas relacionados a esse grupo de plantas, uma vez que essas espécies estão profundamente relacionadas às dinâmicas socioambientais da comunidade. Como foi possível evidenciar na fala dos entrevistados, a comunidade não apenas percebe a diminuição local da abundância de algumas espécies de sempre-viva, como identifica fatores que podem estar levando à essa diminuição. Um dos principais fatores mencionados como relacionado à essa diminuição é o manejo equivocado do fogo, o que evidencia a importância de compreender e reconhecer os conhecimentos ecológicos das comunidades locais no manejo e gestão da natureza. Ao mesmo tempo, há espaço para se examinar mais de perto os fatores que estão levando essas espécies à diminuição, pois, se encontrados outros fatores relevantes para essa diminuição, é possível que haja a necessidade de discutir ações de manejo em acordo com as comunidades.

Em muitas localidades ao redor do mundo, espécimes da flora e fauna regionais, muitas vezes desconhecidas cientificamente, são familiares às comunidades locais que as utilizam. Essas comunidades geralmente desenvolvem sistemas informais de manejo que são complexos e que podem contribuir para promover o uso sustentável das espécies nativas. Portanto, é essencial que as unidades de conservação reconheçam esses conhecimentos, incluindo-os (e seus guardiões) sempre que possível na sua gestão. Reconhece-se amplamente que a participação social e o reconhecimento de direitos e conhecimentos dos povos locais e tradicionais são fatores essenciais para alcançar uma gestão efetiva dos recursos naturais, da biodiversidade e dos ecossistemas.

Referências

BORBA, L. M. **Etnografia do Modelo de Gestão do “Turismo Solidário” em Capivari-Serro (MG)**. 2009. Monografia (Graduação em Bacharel em Turismo) –Departamento de Turismo. Universidade de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009.

BARBOSA, M. F. P. **Turismo e desenvolvimento como liberdade em Capivari/Serro (MG):** possibilidades, limites e expectativas. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

BISPO, T. W.; DINIZ, J. D. D. A. S. Principais frutos do cerrado aproveitados pelo agroextrativismo no vale do Rio Urucuia–Minas Gerais. *In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO*, 4., Brasília, DF, 2014. **Anais [...]**. Brasília, DF: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2014.

BRASIL. **Decreto federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 fev. 2007.

GARCIA, J. P. **Valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado:** comercialização e construção de mercados da sociobiodiversidade. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2017.

JÚNIOR, C.J. F. O.; CABREIRA, P. P. Sistemas agroflorestais: potencial econômico da biodiversidade vegetal a partir do conhecimento tradicional ou local. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, n. 7, p. 37, 2012.

GIULIETTI, N. *et al.* Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. **Acta botânica brasílica**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 179-193, 1987.

MONTEIRO, F. T. **Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG):** travessias e contradições ambientais. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

PEREIRA, Z. V. *et al.* Usos múltiplos de espécies nativas do bioma Cerrado no Assentamento Lagoa Grande, Dourados, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 126–136, 2012.

RIBEIRO, R. F. Da Amazônia para o Cerrado: as reservas extrativistas como estratégias socioambientais de conservação. **Sinapse Ambiental**, [online], v. 5, n. 1, p. 12–32, 2008.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. *In*: IUCN. MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Eds). Reservas extrativistas. Gland, Suíça e Cambridge, Inglaterra. 1995 Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/FR-012-Pt.pdf>

SARAIVA, R.C. F. **Tradição e sustentabilidade**: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge-GO. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, C.S. P.; PROENÇA, C.E.B. Flora medicinal nativa do Bioma Cerrado catalogada por estudos etnobotânicos no Estado de Goiás, Brasil. **Revista Anhanguera**, [online], v. 8, p. 67–88. 2007

SILVA, M. da. **Entre brejos, grotas e chapadas**: o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos cerrados de Minas Gerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 27 jan. 2022.

Capítulo 4

Cultura alimentar e agrobiodiversidade na comunidade quilombola e apanhadora de flores Sempre-Vivas de Raiz

Marta Aguiar de Souza¹

Claudenir Fávero²



FOTO: CLAUDENIR FÁVERO.

¹ Mestra em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e doutoranda no departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília. Brasília, DF

² Doutor em Ciências do Solo com Pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia. Professor Titular da UFVJM. Diamantina, MG. parana@ufvjm.edu.br.

Resumo

O modelo desenvolvimentista para a agricultura tem por premissa padronizar. Neste modelo muitos alimentos são eliminados do processo produtivo, ferindo culturas alimentares e gerando erosão genética. A perda da diversidade agrícola é um fato. Contudo, as agriculturas indígenas e tradicionais têm sido focos de resistência a esse modelo. Este trabalho investigou a diversidade agrícola na comunidade Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre-vivas de Raiz e buscou verificar as relações entre cultura alimentar e manutenção da agrobiodiversidade.

Introdução

As formas de lidar com a terra, a água, as plantas e os animais praticadas por agricultoras/res indígenas e tradicionais ao longo dos últimos 12.000 anos foram responsáveis pela enorme variedade de cereais, frutas, verduras e animais que fazem parte das nossas vidas. A essa enorme variedade de cereais, frutas, verduras, fibras chamamos agrobiodiversidade, que conhecemos e desfrutamos. No entanto, as mudanças na forma de fazer agricultura que vem acontecendo desde o século passado e em especial a partir da década de 1960, contribuíram muito para a redução da diversidade das plantas cultivadas (SANTILLI, 2009).

O modelo desenvolvimentista que incentiva a padronização de sistemas agrícolas e seus produtos vem comprometendo ou inviabilizando formas de vida tradicionais em todo planeta. A grande indústria de alimentos é um braço forte desse modelo com a função de uniformizar o gosto e o modo de fazer agricultura. Nesse formato de produção muitos alimentos são eliminados do processo produtivo ferindo culturas alimentares, a agrobiodiversidade e gerando erosão genética. A perda da diversidade agrícola é um fato. Diante dessa realidade a pesquisa junto a agriculturas tradicionais é uma possibilidade de identificar fazeres agrícolas outros, e nessa diversidade observar agriculturas mantenedoras da agrobiodiversidade, verificar seus métodos e

motivações criando campos de aprendizagem para um caminho sustentável de preservação e resgate da diversidade agrícola.

Este trabalho teve como parceira a Comunidade Quilombola e Apanhadora de flores Sempre-vivas de Raiz, município de Presidente Kubistchek MG³ e se debruçou sobre a investigação de possíveis relações entre as dinâmicas alimentares e a manutenção da agrobiodiversidade na comunidade. A pesquisa foi realizada nos anos de 2017 e 2018 como parte do Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A metodologia desenvolvida teve como base estudos da antropologia da alimentação (CONTRERAS; GRACIA, 2011), (POULIN; PROENÇA, 2003), (LEVI-STRAUSS, 2004), cuja proposta de investigação deteve-se no ato alimentar, e a partir deste, a atenção se debruça sobre algumas dimensões do Espaço Social Alimentar: o espaço do comestível, o espaço do culinário, o espaço dos hábitos de consumo e a temporalidade alimentar. Antes, porém, de estudar essas dimensões do espaço social alimentar foi feito um levantamento junto as agricultoras e agricultores da comunidade afim de identificar as plantas alimentícias presentes no território quilombola, sejam elas cultivadas ou manejadas, elencando assim as espécies presentes nas hortas, nas roças e na mata.

Alimentos e Alimentação na comunidade de Raiz.

A Comunidade Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre-vivas de Raiz maneja mais de 80 plantas alimentícias. Trata-se de um coeficiente alto diante das informações provenientes da entidade da Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura: a *Food and Agriculture Organization* — FAO. A

³ A comunidade de Raiz integra o Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional que foi reconhecido pela FAO/ONU como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (GIAHS na sigla em inglês) <https://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/latin-america-and-the-caribbean/semprevivas-minasgerais/en/> Acesso em 20 de/10/2021.

instituição apresenta indicativos onde a maioria dos seres humanos se alimenta basicamente de seis plantas: arroz, milho, trigo, batata, soja e feijão⁴. Assim, o Quilombo de Raiz já nos impacta pela abundância, porém, para além dos números, o que chama atenção na comunidade, e em especial nas agricultoras da comunidade, são os motivos que garantem essa diversidade agrícola. Para identificar tais motivos trazemos a contribuição da antropologia da alimentação e, sendo assim, vamos partir do entendimento que a cozinha é uma linguagem na qual cada sociedade codifica as mensagens que lhe permitem significar o que é essa sociedade (LEVI-STRAUSS, 2004). Nessa senda a proposta é uma observação sobre os caminhos de construção do pensamento e, portanto, do conhecimento tradicional em Raiz, especialmente no seu fazer agrícola, e os caminhos de construção do pensamento ocidental também observando seu fazer agrícola convencional.

O caminho da antropologia da alimentação sentencia: Somos o que comemos e comemos o que somos⁵. Será? Mas o que comer? Quando comer? Como e com quem comer? Guardar para plantar e comer novamente? Por quê? Nesta perspectiva teórica as respostas podem estar presentes no Sistema Alimentar⁶ a ser investigado, que por sua vez, permite um aprofundar neste sistema via a investigação do Espaço Social Alimentar. Por seu turno, o Espaço Social Alimentar pode ser observado em campos mais detalhados: o espaço do comestível, o espaço do culinário, o espaço dos hábitos de consumo e a temporalidade alimentar. Falar de dinâmicas alimentares é falar do conjunto de crenças, informações e hábitos, herdados ou recebidos, que de alguma forma estão associadas ao ato de comer e são partilhados pelos indivíduos de uma dada

⁴ Food Balance Sheet, boletim da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001.

⁵ Jesús Contreras e Mabel Gracia, 2011.

⁶ Segundo Jean-Pierre Poulain o sistema alimentar se refere ao conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que, da colheita ao cozimento e passando por todas as etapas da produção-transformação permitem que os alimentos cheguem ao consumidor e ser reconhecido como comestível (POULAIN; PROENÇA, 2003).

comunidade. A forma como cada atividade relacionada à alimentação cotidiana é realizada, por quem e em que tempo, são frases que comunicam muito da estrutura e da dinâmica do grupo social (POULAIN; PROENÇA, 2003). Os alimentos não se movimentam sozinhos e as trilhas da terra à mesa passam por mecanismos de controle em vários níveis.

Assim, elegendo a cozinha como laboratório privilegiado, foi possível verificar incorporada à dinâmica alimentar da comunidade Quilombola de Raiz um sofisticado processo de seleção, melhoramento, conservação e intercâmbio de alimentos — na forma de sementes, mudas ou alimentos *in natura*. Como já dito, as famílias da comunidade Quilombola de Raiz manejam mais de 80 espécies de plantas alimentícias, a maioria com mais de cinco variedades. E nos perguntamos: por quê? Quais os critérios para seleção, melhoramento e o intercâmbio de determinados alimentos? Um deles, certamente, é que o alimento escolhido é bom para comer. Mas como se define se uma planta é boa para comer? Quais visões de mundo estão presentes nessas escolhas?

Jesús Contreras e Mabel Gracia no livro “Alimentação, Sociedade e Cultura” (CONTRERAS; GRACIA, 2011), apontam a complexidade do sistema digestório humano e sua capacidade de lidar com uma dieta de notável abrangência. Mas o que torna possível escolher, separar, negar, preferir, valorizar, tratar como indispensáveis ou repugnantes determinados alimentos? Para o corpo, os alimentos se reduzem a uma série de elementos químicos que são metabolizados, combinados com oxigênio, capazes de oferecer energia. Para o ser social é diferente. Cada grupo social define sua dieta a partir de várias estratégias, interagindo com a imensa disponibilidade de fontes nutricionais que podem ser encontrados em uma variedade maior ainda de alimentos. A condição de onívoro nos leva ao benefício da escolha e são as escolhas que vão dizer muito sobre cada grupo humano.

A alimentação é a primeira aprendizagem social, e ao compartilhar uma cultura o jovem indivíduo está imerso na ordem normativa do processo de socialização. As atitudes em relação à

comida que vem dos núcleos de convivência — grupo étnico, família, nação — serão apreendidas e vão colaborar na construção do simbólico, das crenças, dos conhecimentos e práticas associadas à alimentação.

Ao comer segundo uma forma socialmente definida a criança aprende o senso do íntimo e do público (aquilo que ela pode mostrar da sua mecânica alimentar e aquilo que ela deve esconder), bem como as regras de partilha e privilégio que refletem a hierarquização social, enfim, o sendo 'bom', mais exatamente o que é bom para o grupo ao qual pertence. (POULAIN; PROENÇA, 2003, p. 254)

Dito isso, voltamos ao Espaço Social Alimentar e suas dimensões detalhadas, trataremos agora da temporalidade alimentar e os hábitos de consumo, seguidos do espaço culinário e o espaço do comestível na Comunidade Quilombola de Raiz.

A temporalidade alimentar diz respeito ao ritmo das refeições, suas alternâncias com o tempo de trabalho e repouso, a quantidade de refeições ao longo do dia, bem como a implementação horária de cada uma delas. Nessa dimensão, a Comunidade Quilombola de Raiz tem a interferência do ritmo da cidade mais próxima Presidente Kubistchek. A principal interferência é o horário do ônibus da escola que busca os alunos na comunidade e os leva até a cidade.

Outra influência são os horários das pessoas que vão à cidade para alguma atividade, como compras ou em busca de algum serviço, e ainda com os horários das pessoas que trabalham eventualmente ou cotidianamente fora da comunidade. Diante disso, os horários das refeições são muito semelhantes aos da cidade. A proximidade com a cidade, apenas nove quilômetros de Presidente Kubistchek, também media os hábitos de consumo. Há uma relativa facilidade logística em adquirir produtos na cidade e os alimentos estão dentro dessa categoria. Há um diálogo constante entre a comunidade e a cidade, e os moradores de Raiz possuem crédito no comércio local. Contudo, as compras maiores são feitas em Diamantina, 50 quilômetros do quilombo, onde, segundo os quilombolas, há melhores preços e maior variedade de produtos.

As facilidades e os apelos da indústria agroalimentar estão presentes tanto em Diamantina como em Presidente Kubistchek. A comunidade compra com regularidade: sal, carne, fubá, óleo, macarrão, arroz, um pouco de açúcar e café. Há também, ainda que esporadicamente, o consumo de alimentos ultraprocessados, ou seja, alimentos que passaram por técnicas e processamentos com alta quantidade de sal, açúcar, gorduras, realçadores de sabor e texturizantes, tais como: biscoitos doces e salgados, cereal matinal, embutidos (especialmente salsicha), salgadinhos de milho, refrigerantes, enlatados e leite em pó.

Alguns alimentos marcam o sentimento de prosperidade na comunidade, com base no entendimento que poder consumir expressa uma liberdade de **escolha**, já que, atualmente é possível comprar alguns produtos que antes não eram consumidos na comunidade. Há também o entendimento que ocorreu uma melhoria nas receitas de alguns pratos tradicionais da comunidade. Essa melhoria se fez, segundo afirmam as comunitárias, devido à novidade de algumas receitas ganharem a colaboração de ingredientes recém-chegados às cozinhas de Raiz, ingredientes esses que proporcionam um novo resultado aos pratos, como leite em pó.

Na dimensão do espaço culinário a investigação se debruça sobre os cardápios e as escolhas que elevam ingredientes ao patamar de comida. Trazemos a observação de três cardápios: o cardápio de uma festa de aniversário adulta, cardápio tradicional para uma festa de casamento e o cardápio cotidiano. O cardápio de uma festa de aniversário adulta geralmente contém arroz branco, carne cozida na pressão e depois frita, salpicão com batata palha, bolo de aniversário. Neste caso o bolo era de abacaxi recheado com doce de leite caseiro e coberto com chantily (creme de leite gelado batido com açúcar branco refinado).

O cardápio para uma festa de casamento na comunidade é composto tradicionalmente de arroz branco, farofa de carne e doces. Os doces devem ser variados, tanto em especiarias como em matérias primas: frutas diversas, abóbora e batata doce. O doce de abóbora, em sua versão atual, conta com um novo ingrediente, que

trouxe um novo sabor e ampliou a diversidade das sobremesas na comunidade. O doce agora leva leite em pó. O cardápio cotidiano passa invariavelmente por cinco pratos: arroz branco, feijão, angu de fubá, carne de boi, porco ou frango e uma hortaliça. Em caso de um maior número de comensais se adiciona o macarrão e outra verdura.

A dimensão do culinário no espaço social alimentar em Raiz nos informa que há profundas distinções em relação à comida, dependendo diretamente do encadeamento comensais/sazonalidade do ato alimentar específico. Os cardápios observados apresentam diferenças marcantes quando são oferecidos aos de fora e aos de dentro da comunidade, tanto em ingredientes como em elaboração dos pratos.

Outro ponto de observação é a convivência de produtos processados e ultraprocessados pela indústria agroalimentar e alimentos produzidos pela comunidade de forma tradicional. Há uma clareza, segundo afirmam as comunitárias, que a forma de produção de alimentos como vem se realizando em Raiz é a melhor para a comunidade, ainda que vez por outra se use algum insumo químico. O corrente é uma agricultura tradicional, com a prática da roça de toco⁷ e adubação orgânica. Esse procedimento a comunidade chama de “natural”, a comida natural, produzida na comunidade desde o plantio até a mesa, é mais gostosa e é a do dia-dia. Há um desgosto com a comida dos restaurantes da cidade, tanto de Presidente Kubistchek como de Diamantina.

A principal técnica de preparo dos alimentos é o cozimento em fogão à lenha, presente em todas as casas. Ainda que o fogão a gás exista na comunidade a maioria absoluta cozinha no fogão à lenha. Aqui, há uma sutileza na dimensão do culinário. São as mulheres quem cuidam da cozinha, tanto do preparo da comida, da limpeza do espaço, do trato com os restos de alimentos, e do cuidado com a

⁷ A agricultura de corte-e-queima, também denominada de *roça de toco* ou de *coivara*, consiste na abertura de clareiras, por meio de roçadas e uso do fogo, para serem cultivadas por determinado período, seguido por um momento maior destinado ao pousio. É praticada em meios arborizados diversos, desde as florestas densas até as savanas arborizadas (Mazoyer; Roudart, 2010).

lenha. As mulheres buscam lenha na mata, dependendo da necessidade, até três vezes por dia. Isso pode acontecer com vistas a se preparar para a época das chuvas ou em função da previsão de um uso intenso, como a preparação de um grande almoço.

Mas a sutileza reside no espaço feminino, que se constrói quando as mulheres “vão pra lenha”. São grupos pequenos de três ou cinco mulheres, neste campo íntimo as mulheres partilham um espaço só delas e a atividade passa a ser um momento de trabalho, de estar consigo e com as outras em diálogo com as vicissitudes do cotidiano. Um tempo e um espaço entre mulheres e natureza. O manejo do fogo no fogão a lenha é uma técnica à parte. É preciso saber acender, manter, aumentar e diminuir o fogo à medida que se prepara o alimento. De posse desses conhecimentos é possível cozinhar até sem fogo, apenas com as brasas, com ou sem panelas. O fogão também funciona como reciclador de embalagens já que as poucas caixas de papel ou pacotes plásticos que chegam à comunidade são úteis para sustentar o fogo. Assim, há pouquíssimo lixo gerado na comunidade, lembrando que o lixo orgânico ou se torna alimento para os animais ou vira adubo.

Ainda com as lentes de Jean-Pierre Poulain e Rosana Proença (2003) chegamos ao estudo do espaço do comestível. Nessa dimensão, a observação mira na disponibilidade de alimentos produzidos, trocados ou comprados que o grupo possui. Como já dito, Raiz pratica a agricultura tradicional, com roça de toco e criação de animais e mesmo com perda de grande parte do território, tanto para o eucalipto como para a braquiária, há muita diversidade de alimentos.

O destaque vai para os alimentos com mais variedades, como cana, banana, feijão e couve, sempre com mais de cinco variedades. Em sua maioria as espécies estão na comunidade há mais de 60 anos, já que vieram da roça ou do quintal do “Pai Vei”, o patriarca da comunidade, Sr. Geraldo Ferreira. Algumas sementes que chegaram recentemente são chamadas “crioulas” porque vieram “dos movimentos”, são trocas que se estabeleceram entre a comunidade e outras comunidades que se encontram nas

atividades dos movimentos sociais que participam. Há também a contribuição da cidade que fornece alimentos para a comunidade com regularidade.

Voltando a Jesús Contreras e Mabel Gracia (2011), a análise do ato alimentar pode nos revelar a natureza da estrutura e da ordem social em toda sua complexidade, e quais relações sociais se deseja manter, dependendo do tipo de comida destinada em cada ocasião (cerimoniais, festivas e rotineiras). Pois bem, observando a temporalidade e hábitos de consumo na Comunidade Quilombola de Raiz percebemos a conexão da comunidade com a cidade e a apropriação de hábitos referentes a esta. O espaço da cozinha e o espaço do comestível mostram a relação da comunidade com os de fora, os de dentro e como a comida cotidiana diz de um estilo de vida que assinala uma conexão outra, esta aponta um diálogo aberto da comunidade com seu meio.

Fundindo todas as análises das referidas dimensões, se confirma um dos indicadores culturais da comunidade tradicional propostos por Carlos Rodrigues Brandão: a cultura patrimonial aberta.

Lembremos que estes saberes e seus sistemas não constituem algo fechado e nem parado no tempo. Tudo o que é tradição na verdade está em movimento. Desde aquilo que constitui uma medicina popular local, até as práticas ancestrais da culinária, ou seja, a cultura patrimonial das comunidades tradicionais está sempre aberta ao novo. (BRANDÃO, 2015, p. 91).

Em Raiz, o poder simbólico do alimento, que pode indicar conformidade ou ruptura com algum aspecto da tradição alimentar, e sendo assim, pode gerar possíveis alterações nos hábitos alimentares, **convive** com a alta diversidade agrícola. Alguns alimentos não compõem o cardápio cotidiano ou festivo da comunidade (espinafre ou maxixe), outros são ditos de época, adequados para quando passar o “tempo da horta” (picão, caruru, serralha). Há ainda alimentos que dada a ingestão cotidiana por muito tempo foram excluídos da dieta de algumas pessoas, especialmente entre os mais velhos (Quiabo da Lapa). Contudo,

tanto o alimento como o conhecimento sobre a forma de preparo deste está presente na comunidade. Aqui percebemos que mesmo que o alimento traga em algum momento uma memória ou um valor **distintivo negativo** para comunidade, esse alimento **não será eliminado**.

Assim, percebemos na dinâmica da manutenção das plantas alimentícias presentes no território do Quilombo de Raiz motivações para além da preferência na utilidade como comida. Não são exatamente os hábitos alimentares que ditam o que plantar ou manter, até porque os hábitos alimentares são flexíveis e dialogam com a indústria alimentar e seus apelos. A manutenção da alta agrobiodiversidade alimentar na comunidade se conecta a outras justificativas do que propriamente a produção de provisões.

A Epistemologia Eurocêntrica e a Epistemologia do Quilombo

Retornando algumas linhas, lembramos que falar de cultura alimentar é falar do conjunto de crenças, informações e hábitos, herdados ou recebidos, que de alguma forma estão associadas ao ato de comer e são partilhados pelos indivíduos de uma dada comunidade. A forma como cada atividade relacionada à alimentação cotidiana é realizada, por quem e em que tempo, são frases que comunicam muito da estrutura e da dinâmica do grupo social (POULAIN; PROENÇA, 2003). Tais dinâmicas, por sua vez, nos dizem de como cada grupo explica e compreende a realidade, ou seja, evoca sua cosmovisão.

A cosmovisão refere-se ao padrão, modelo e exemplos compartilhados para a descrição, explicação e compreensão da realidade. Assim, falamos de um campo de construção de pensamento – uma epistemologia (CREMA, 1989). Dissemos que a construção do pensamento ocidental que chegou ao século XX foi formulado, em linhas gerais, nos séculos XVI e XVII. O pensamento embasado nas realizações de Copérnico, Galileu, Newton e no pensamento filosófico de Francis Bacon e René

Descartes modelaram a ciência moderna com sua tendência a quantificação, previsibilidade e controle.

Trata-se do racionalismo científico, cujo principal legado é uma atitude de fragmentação frente à vida, é a visão especializada com ênfase nas partes e não no todo. Assim, a pesquisa e a ciência caminharam ao longo dos séculos e chegam ao nosso tempo fundamentadas nos cinco sentidos humanos, no raciocínio lógico, na atitude e/ou tentativa de descobrir ordem e uniformidade, bem como relações coordenadas e causais entre os eventos (CREMA, 1989). Mais uma vez, previsibilidade, regularidade e controle.

Nesta base epistemológica o século XX criou a chamada Revolução Verde – uma proposta de produção de alimentos através de uma agricultura mecanizada, baseada na grande monocultura. Com grande participação da comunidade científica cujo pacote tecnológico ainda hoje propõe a junção de insumos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas, estrutura de crédito subsidiado, ensino, pesquisa e extensão rural voltados para este modelo de produção de alimentos (SANTILLI, 2009). Ocorre, como sabemos, que tal modelo incentivou um padrão de agricultura e, conseqüentemente, exterminou muito da biodiversidade e da agrobiodiversidade. Os agricultores perderam o protagonismo da atividade agrícola para técnicos e pesquisadores de instituições públicas e privadas. O século XX conheceu uma nova forma de dominar a natureza, desta vez em escala industrial, atuando contra a diversidade da vida no planeta, provocando esgotamento dos recursos naturais e aquecimento global.

Aportado nesses princípios, nos últimos 70 anos, se perdeu 75% das variedades de plantas cultivadas. Na Coreia do Sul, apenas um quarto das variedades vegetais cultivadas em jardins e hortas em 1985 continuavam a existir em 1993. Apenas 20% das variedades de milho que existiam no México dos anos 30 ainda existem hoje. Na China, das 10 mil variedades de trigo utilizadas até 1949 apenas mil ainda eram usadas nos anos 1970. Só nos EUA 85% das 7.000 variedades de maçã desapareceram e, conseqüentemente, perdeu-se também a diversidade de insetos e a diversidade microbiana (SANTILLI, 2009).

Vandana Shiva (2000) no artigo “Recursos Naturais” nos chama atenção para a transição do entendimento da natureza como manifestação da Mãe Divina, que dá vida e alimento para a concepção de natureza como matéria prima para a produção industrial e comércio colonial, os chamados recursos naturais. No pensamento de Francis Bacon (1561-1626) “o conhecimento científico tem por suprema finalidade servir o homem e propiciar-lhe poder sobre a natureza, estabelecendo o *imperium hominis*.” (CREMA, 1989, p. 30). Com colaboração de Fritjof Capra, Roberto Crema detalha alguns aspectos do método empírico defendido por Bacon: “a natureza precisa ser acossada em seus descaminhos, obrigada a servir, ser reduzida à obediência, sendo objetivo do cientista extrair da natureza, ainda que sob tortura, todos os seus segredos” (CAPRA, 1986 apud CREMA, 1989, p. 31).

Nessa perspectiva a perseguição à visão da natureza como sagrada se alia à apropriação da terra, transformando terras comunitárias em espaços de recursos naturais. É preciso destruir a relação Terra Mãe para explorar a natureza e garantir o progresso da sociedade civilizada, o desenvolvimento da civilização ocidental. Para tanto, a natureza precisa ser **desenvolvida** e os seres humanos que estão mais próximos dela, os ditos primitivos, também precisam se desenvolver (SHIVA, 2000). Como declara o Relatório das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento: “O desenvolvimento dos recursos humanos deve ocorrer juntamente com o desenvolvimento dos recursos naturais”. (SACHS, 2000, p. 301)

Neste caminho desenvolvimentista avançamos do conceito de recursos naturais para o conceito de **recurso genético**, uma nova forma tratar de sementes, animais e microrganismos dando a eles valor econômico e, claro, elaborando controle sobre esse valor. A diversidade agrícola antes espaço de co-criação homem-natureza passa ao status de mais um tipo de **recurso**, passível de uso como negócio. Na condição de recurso, ao olhar da ciência hegemônica, a agrobiodiversidade deve ser observada via raciocínio lógico, na tentativa de descobrir ordem e uniformidade, bem como relações

coordenadas e causais entre os eventos com foco na previsibilidade, regularidade e controle das relações de uso-conservação.

A atenção com a conservação da agrobiodiversidade é pauta obrigatória em fóruns internacionais já há algum tempo. Em 1972, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em Estocolmo⁸, já se identificava os danos à diversidade agrícola causados pela modernização da agricultura. Diante disso, foi adotado mundialmente o modelo de conservação de sementes nos chamados **bancos de germoplasma**, onde as sementes ficam guardadas em embalagens específicas com poucas unidades de sementes (entre 5 e 10 gramas) chamadas “acessos”. Esses acessos são mantidos 24 horas por dia em baixíssimas temperaturas, por volta de vinte graus negativos. É a conservação *ex situ*. Na mesma Conferência foi também incentivado a conservação de mudas e sementes junto aos agricultores (*on farm*), uma vez que nos bancos de germoplasma, as sementes ficam conservadas em estado letárgico.

Diante do exposto, no mínimo, podemos questionar: quais sementes serão, de fato, capazes de vingar e se adaptar em um contexto de mudanças climáticas? As sementes guardadas nos bancos de germoplasma estão disponíveis para quais agricultores e a serviço de qual agricultura? Aqui percebemos a importância do conhecimento tradicional associado à agricultura na Comunidade Quilombola e Apanhadora de flores Sempre-vivas de Raiz.

O conhecimento tradicional associado à planta domesticada e selecionada pelas comunidades locais se expressa na própria existência do objeto biológico, a planta. Sem o saber agrônomo das comunidades locais, suas técnicas e experimentos de seleção e conservação dos recursos fitogenéticos, tais objetos não existiriam, seja plantas alimentares, medicinais, ornamentais etc. A diversidade agrícola é, por si, expressão e materialização de saberes tradicionais. (SANTILLI e EMPERAIRE, 2006, p. 102)

Sem dificuldade podemos inferir como cada comunidade tradicional gesta e cuida de um imenso patrimônio cultural

⁸ Report of United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, June, 1972. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1

imaterial da diversidade agrícola. Podemos também aferir que cada variedade de um alimento que se perde é, também, a perda de parte do conhecimento de um povo.

Ainda observando a racionalidade científica que busca ordem e uniformidade, relações coordenadas e causais entre os eventos com foco na previsibilidade, regularidade e controle, muitas pesquisas sobre preservação da agrobiodiversidade se pautam nas relações de uso-conservação. A famosa frase do ambientalista americano Wendell Berry — “comer é um ato agrícola”, (POLLAN, 2008) — traduz o pensamento que legitima estudos para manutenção da agrobiodiversidade focadas no **uso** continuado de cultivares locais pelos agricultores. Essa perspectiva também dá suporte ao movimento *slow food* e suas ações em oposição ao fast-food, cujo foco é ampliar a consciência sobre as relações políticas e ideológicas do ato alimentar, especialmente no espaço **urbano**, onde a lei da oferta e da procura rege as relações de consumo. Pois bem, esse **não** é o paradigma da comunidade tradicional.

Como já dito, a comunidade Quilombola de Raiz maneja mais de 80 espécies de plantas alimentícias, algumas com mais de cinco variedades das quais a maioria **não** é usada cotidianamente. Trata-se de uma outra relação com o alimento para os humanos e não humanos, os presentes e os ausentes na comunidade e com origem e presença da planta na comunidade. É desta outra perspectiva que nos fala Carlos Rodrigues Brandão quando aponta uma oposição entre o que ele chama de sociedades regionais e a comunidade tradicional. Antes identificada como um exemplo menor de organização social, as comunidades tradicionais agora inspiram novos olhares, novos pontos de vista sobre desenvolvimento, saúde, agroecologia e ecologia (BRANDÃO, 2015).

Diante disso, é possível inferir que a manutenção da agrobiodiversidade no recorte das conexões com o ato alimentar na Comunidade Quilombola de Raiz não passa objetivamente pelo caminho da relação utilitária. O pensamento que estrutura as ações que resultam na manutenção da agrobiodiversidade não é focado

no **uso** e não é a lei da oferta e da procura que rege as relações de consumo e produção de alimentos na comunidade.

E aqui chegamos a novas perguntas: Afinal, o que inspira a comunidade a manter tal diversidade de plantas alimentícias em seu território? Por que a comunidade mantém plantas cujo consumo é pífio? Existem motivos espirituais? Há relações com o respeito e a memória dos antepassados? Está presente no conhecimento tradicional a percepção que vivemos em mundo finito e o destino da natureza é criar e ampliar a variedade das conexões e interações entre seres vivos e o meio? Algumas respostas surgiram espontaneamente:

“A alegria nossa é plantar e ver a horta bonita.” (Comunitário de Raiz, 69 anos.)

“Eu gosto de cuidar das coisas de Deus, tá aí então tá bom”. (Comunitária de Raiz, 82 anos.)

“Nós não pode deixar perder as plantas de Pai Vêi, mesmo que nós num goste.” (Comunitária de Raiz, 32 anos⁹.)

Arriscamos dizer, que há uma ação, por vezes, despretensiosa na dinâmica de plantar, cultivar e tolerar espécies em Raiz. Próximo do que nos diz Morin: “É a aliança entre a espontaneidade e da não espontaneidade que permite a espontaneidade desenvolver-se e enriquecer-se” (MORIN, 2005, p. 62).

Considerações finais

Em sua crítica às estruturas do conhecimento hegemônicas e, portanto, excludentes das Epistemologias do Sul, Boaventura de Souza Santos nos convoca a refletir sobre como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países

⁹ Falas coletadas por Marta Aguiar.

do ocidente: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos? (SANTOS, 2009).

Felizmente, pesquisadores como Paulo Freire, Ana Primavesi e Orlando Falls Borda nos mostram como a ciência colonial/moderna é diversa e contraditória, o que possibilita brechas para vozes silenciadas e desqualificadas. É nesta senda que se abre a possibilidade de crítica a este regime epistemológico, graças a um conjunto de circunstâncias, entre elas o giro decolonial que abriu novas perspectivas e novas leituras da realidade social a partir de conceitos como colonialidade, colonialidade do poder e do saber.

O triunfo da colonialidade do saber se funda no efeito de subalternização, folclorização ou invisibilidade de uma multiplicidade de conhecimentos que não responde aos modos de produção de conhecimento ocidental. Assim, a colonialidade do saber não só estabeleceu o eurocentrismo como uma perspectiva única de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, descartou completamente a produção indígena e afro-intelectual como 'conhecimento' e, conseqüentemente, sua capacidade intelectual.

Diante de todo o circuito de conhecimentos postos em atividade nas dinâmicas da cultura alimentar e a agricultura tradicional na Comunidade Quilombola recordamos Santos: "Toda experiência social produz e reproduz conhecimento, e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias" (SANTOS, 2009, p. 9). Assim sendo, faz-se mister reconhecer, visibilizar e valorizar, das mais diversas formas, as epistemologias quilombolas. Aqui o convite é para dialogar com a percepção que o espírito científico floresce em espaços e circunstâncias distintas. Não se trata de algo raro ou complicado e muito menos restrito à comunidade acadêmica.

Nesse rumo a tarefa é eliminar o pacto com a ideia de superioridade letrada e objetividade científica. Há de se rever o olhar para a ciência e para os caminhos de construção do conhecimento. Estamos na travessia do campo da injustiça cognitiva feita por processos de inferiorização dos conhecimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais de todo o

planeta, e no trajeto desconstruindo métodos, descolonizando visões de mundo e propondo pontes entre saberes.

Ir além da colonialidade do Saber pode parecer causa perdida, já que o pensamento eurocêntrico e seus desdobramentos políticos, econômicos, ambientais e sociais afetou e afeta todas as tradições culturais e epistêmicas no planeta. Contudo, isto não significa que cada tradição está totalmente contaminada, em todos os continentes e em todos os oceanos há luta, conquista e resistência. Ainda existem visões de mundo e modos de vida ancoradas em epistemologias não ocidentais. O Quilombo de Raiz nos prova isso. A incrível resistência dos povos e comunidades tradicionais nos aponta saídas para o que Enrique Dussel (2006) chama de “exterioridade relativa à modernidade eurocêntrica”. E nesta exterioridade relativa encontramos trilhas de esperanças, tal como nos ensinam os Zapatistas, trilhas de esperança para um mundo onde outros mundos são possíveis.

Referências

BRANDÃO, C. R. A Comunidade Tradicional. *In*: UDRY, C.; EIDT, J (editoras técnicas). **Conhecimento Tradicional**: conceitos e marco legal. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais. v. 1. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CREMA, R. **Introdução a visão holística**: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: Editora Summus, 1989.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. **O Cru e o Cozido**. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010. p. 567.

- MORIN, E. **O Método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- POLLAN, M. **Em Defesa da Comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- POULLAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, R. O Espaço Social Alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 3, p. 245-256, jul./set. 2003.
- SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- SANTILLI, J.; EMPERAIRE, L. "A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores indígenas e tradicionais." *In*: RICARDO, B.; RICARDO, F. (eds.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: ISA, 2006. p. 100-103.
- SANTOS, S. B.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SHIVA, V. Recursos Naturais. *In*: SASCHS, W. (org). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Capítulo 5

Resistência, Território e Batuque na Comunidade Quilombola Baú, Araçuaí/MG

Paulo Henrique Lacerda Gonzaga¹

Aline Weber Sulzbacher²



¹ Bacharel em Humanidades e Geógrafo – Licenciado (UFVJM), Mestre em Estudos Rurais (PPGER), E-mail: paulolacerdatel@gmail.com

² Docente do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK – Diamantina/MG. Grupo de pesquisa Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro. E-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Resumo

Apresentamos análise da resistência e do território considerando o batuque como um elo de ligação fundamental na trajetória da Comunidade Quilombola Baú, no município de Araçuaí, Minas Gerais. Os métodos se basearam em abordagem qualitativa, a partir da realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com imersões na comunidade. Conclui-se que o batuque se liga à prática cultural repassada pelos antigos e não se resume à apresentação com cantos e danças; está presente como modo de vida, no fazer diário e nas práticas e regras sociais, tendo papel unificador do quilombo, de conexão ao território e como elemento de resistência frente às violências e conflitos vividos.

Introdução

A organização quilombola tem sua origem no continente africano, com grupo étnico *imbangala*, pertencente ao grupo linguístico banto, onde o quilombo era o território, as pessoas e a área de guerra (NASCIMENTO, 1985). No Brasil, os negros em regime de escravidão se organizaram em busca da liberdade. São milhares de quilombos no território brasileiro, sendo que ao longo do rio Jequitinhonha está em curso o processo de reconhecimento de várias comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, fruto do processo socioeconômico baseado na expropriação da natureza e do trabalho, bem como da resistência à condição de trabalho escravo nas minas e fazendas (CEDEF, 2008).

Os quilombolas praticavam a resistência física contra o regime escravocrata, como também uma resistência cultural, quando faziam suas festas, encontros e ritos religiosos. A prática do batuque, que compõe essa resistência cultural, é muito comum nessas comunidades. Algumas delas, no Jequitinhonha, organizam os batuques como representações culturais dos dias festivos ou, ainda, praticam rituais vinculados às religiões afro-brasileiras, com seus batuques de devoção aos encantados sendo eles os ancestrais, Orixás e Inkisse. O batuque é diverso, sendo também diversas as compreensões das comunidades sobre o mesmo. A pesquisadora

Yeda Castro afirma que o batuque é “feito de batuca(r); ritmo ou canção do batuque; reunião popular, geralmente nas ruas onde se toca o samba em instrumentos de percussão com acompanhamento vocal ou sem ele” (CASTRO, 2001, p. 172). O batuque como fator de identidade traz uma ligação com o lugar de origem, relacionando-se com a memória, compõe e atualiza o território, inserindo-se como uma prática que produz territorialidades (GONZAGA, 2014).

A produção social do espaço, conteúdo do território da comunidade quilombola, se expressa por meio dos processos que envolvem as atividades produtivas e sociais, incluindo aquelas simbólicas (memórias, ancestralidade, rituais, crenças etc.) (GONZAGA, 2016). Essas relações foram observadas na Comunidade Quilombola Baú, que se organiza desde o século XVIII e tem como práticas produtivas e culturais a agricultura, a criação de animais, as cantorias, as orações, os batuques, a fabricação de panelas, artesanatos, a utilização das plantas medicinais, dentre outras. A comunidade atualmente vivencia situações de conflitos e de graves ameaças que envolvem principalmente proprietários de terras e empresas de mineração.

Apresentamos análise da resistência e do território considerando o batuque como um elo fundamental na trajetória da Comunidade Quilombola Baú, no município de Araçuaí, Minas Gerais. As questões discutidas têm por base uma pesquisa de mestrado realizada no período de 2018 a 2020 com fomento (bolsa de pesquisa) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Os procedimentos metodológicos se basearam em abordagem qualitativa, a partir da realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com imersões na comunidade. A pesquisa bibliográfica e documental buscou contemplar diferentes materiais sobre a comunidade produzidos pela associação quilombola, pelos quilombolas, por órgãos do

Estado, por entidades sociais, ou ainda textos literários e artigos científicos. A pesquisa de campo seguiu perspectiva etnográfica (ARRUTI, 2005) e foi realizada em janeiro e fevereiro de 2020, e permitiu compreender as construções, interpretações e relações entre o território, identidade e batuque. As medidas de isolamento social adotadas a partir de março de 2020, em decorrência da pandemia provocada pela covid-19, impactaram na continuidade da pesquisa de campo. Entretanto, a relação de longa data do pesquisador com a comunidade atenuou os efeitos negativos do isolamento social sobre o trabalho, permitindo a continuidade dos diálogos por meio de contato telefônico.

Apresentamos a discussão a partir da realidade da comunidade e, a partir disso, indicamos a importância do batuque na produção da identidade e na relação com o território. A resistência e o território são articulados a partir da prática do batuque.

Comunidade Quilombola Baú - Trajetória

A Comunidade Quilombola Baú ocupa três territórios descontínuos no município de Araçuaí (MG): dois deles estão em locais periféricos da área urbana, que envolve os bairros Sagrado Coração de Jesus (popularmente conhecido como “Pipoca”) e o Mutirão; o outro se localiza na área rural, distrito de Itira, ocupado pela comunidade desde o século XVIII e que havia sido tomada por fazendeiro. Esse território fica próximo ao córrego Santana, que deságua no rio Jequitinhonha. O quilombo tem cerca de 3000 pessoas (REIS, 1989), sendo que atualmente parte dos integrantes da Comunidade estão espalhados por outros municípios ao longo do rio Jequitinhonha, e também nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo.

Desde a década de 1980 a comunidade enfrenta situações de conflitos em função da disputa pelo território. Nos anos 2000, houve um agravamento dessa situação que exigiu a articulação com outras organizações e assessorias, a fim de recorrer à legislação

para continuar resistindo em defesa do território. Com o apoio da Cáritas Diocesana de Araçuaí, Pastoral do Imigrante, Grupo Quijeme Afro indígena³ e outros parceiros, a comunidade recebeu orientações relativas ao acesso às políticas públicas e procedimentos legais para demarcação de seu território. Em 2006 foi criada a Associação Quilombola do Baú e iniciado processo de autoreconhecimento, concluído com a certificação de remanescente quilombola entregue pela Fundação Cultural Palmares em 25 de junho de 2008. A partir disso, iniciou-se embates para o acesso às políticas públicas quilombolas e a aplicação do artigo 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, para demarcar e titular o território tradicional quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.

Conta a história da comunidade, que o Velho Antônio Baú foi escravizado nas minas da região do atual município de Serro (MG), e na segunda metade do século XVIII fugiu e caminhou cerca de 360 km, seguindo o curso do rio Jequitinhonha, se refugiando em uma área que corresponde ao atual território da comunidade. Em Serro, inclusive, também há uma Comunidade Quilombola Baú.

A comunidade incorporou indígenas e viveu livre no território, e seus moradores podiam escolher o lugar de morada e fazer sua roça, como podemos ver na fala da sra. Maria Neusa Pacheco:

“Vovó Jacinta, quando ela chegou lá o patrão era Deus, ela chegou e entro na mata. Não tinha alguém assim, que era realmente dono. Quando eu entendi por gente, que conhecia Dr. Múcio, meu pai trabalhava lá, Dr. Berganhola aí que foi vindo os patrão, como diz os brancos, mas, antes não tinha, chegava lá e entrava. Antes não tinha patrão. Antes do patrão chegar Vó Jacinta já morava lá.”

³ Grupo formado por lideranças comunitárias de Araçuaí para valorizar e organizar as comunidades tradicionais e a cultura popular (Entrevista Antônio Cosme das Neves).

A comunidade permaneceu livre até o momento em que a coroa portuguesa determinou a conquista e colonização da porção média do rio Jequitinhonha. A partir da Guerra Justa (1808), quando houve um intenso e violento processo de captura dos povos indígenas e de escravatura do povo negro, as terras ocupadas pelos quilombolas foram invadidas (MORENO, 2011). Após esse processo a comunidade Baú permaneceu escravizada, passando por diversas adversidades oriundas do cativeiro. Com a abolição de 1888, a comunidade permaneceu no seu território prestando serviço para os proprietários, trabalhando a semana por dois quilos de farinha ou uma rapadura como salário. Não dispunham de liberdade de circulação, sendo que somente podiam sair da área ocupada pela fazenda para ir à igreja (RIBEIRO, 2003).

Essa realidade continuou até a década de 1980, quando muitas famílias quilombolas migraram para a área urbana e outras cidades. Mas a comunidade nunca se retirou por completo do território, com a permanência de alguns moradores e o cultivo de roças no sistema de meeiro. Esses processos são contados na tradição oral da comunidade, conforme relatado em entrevista concedida à Neiva (2012, p. 32) pela Sra. Heroína Pacheco Santos:

Cresci ouvindo meu pai contar que meus avôs saíram às escondidas de um lugar chamado Serro perto de Diamantina andou noite e dia pelas estradas sem parar de dia no mato e a noite nas estradas, a fome era tanta que assavam as precatas de couro cru e comia. Passaram por vários lugares até chegar num lugar chamado Campo, ali eles foram comandados por um coronel. Ali viveram e vivemos, construímos famílias. Meu pai morreu com o sinal dos cravos da roseta nas costas, nunca me esqueço. Depois de várias gerações saímos daquele lugar, pois não podíamos mais plantar nem criar animais. Sem outra opção, tivemos que mudar para a cidade para nossa própria sobrevivência. (NEIVA, 2012, p. 32)

A comunidade se organizou e em 2011 Antônio Cosme das Neves assume a presidência da Associação que busca firmar novas parcerias com diversas instituições públicas e privadas, a fim de garantir os direitos quilombolas. Com as articulações da comunidade, os fazendeiros que escravizaram a comunidade

mandam recados para os quilombolas proibindo-os de produzir no seu território, membros da comunidade chegaram a ser abordados pelo gerente da fazenda, que não deixava as famílias fazerem seus cultivos e criarem seus animais (NEIVA, 2012).

Antônio Baú, uma das lideranças, sempre foi alvo de ameaças, inclusive de reintegração de posse por parte da fazenda, para retirar a Comunidade Baú de seu território. Citamos um exemplo que é o Termo de Declaração da Promotoria Pública da Comarca de Araçuaí 26 de outubro de 2012.

[...] Que no ano de 2011, os moradores receberam um recado do gerente da fazenda do sr. José Bruno e sra. Lutércia, de que os filhotes dos equinos e bovinos que nascessem, de propriedade dos moradores da comunidade quilombola, deveria ser dividido com eles a (José Bruno e Lutércia); que já receberam diversos recados dizendo que eles sairiam de lá do jeito como entraram, “como cachorros”, quando fosse determinado judicialmente que todos deixassem o local; que o proprietário da terra não fornece o número do seu INCRA para que as pessoas que alcançaram a idade necessária possam aposentar-se; que os fazendeiros da localidade não dão emprego para os moradores da referida comunidade; que os moradores só têm a sua própria localidade para produzir, mas eles não têm como plantar onde desejam porque são impedidos pelos sr. José Bruno e sra. Lutércia;. (...) Que diante de todos os transtornos ora expostos, os moradores vivem com a sensação de que a escravidão não acabou por completo, pois estão sendo tolhidos de seus direitos, enquanto comunidade quilombola; que o declarante esclarece que vem a esta Promotoria de justiça para representar os moradores da comunidade quilombola.

Com as ameaças, o presidente da associação conseguiu uma reunião entre a Prefeitura de Araçuaí, a Promotoria de Justiça da Comarca de Araçuaí, o representante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, o Escritório de Direitos Humanos do Estado, o Assessor do Deputado Federal Padre João e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Na ocasião, em 2012, o promotor informou improvável algum juiz dar uma reintegração de posse

para retirar uma comunidade quilombola⁴. A partir dessa reunião, foi possível denunciar os problemas enfrentados e buscar soluções e a comunidade buscou efetivar seus direitos como Associação Quilombola. Na ocasião, o promotor informou à comunidade que ninguém poderia impedi-la de voltar às suas terras de origem. O retorno da comunidade traz um sentimento de conquista para o grupo, como podemos ver na fala da sra. Maria Neusa Pacheco.

Aqui é nossa terra natal, a terra onde a gente nasceu e criou. Uma coisa que a gente sempre sonhou, foi voltar. Nós nunca tivemos fazenda, a fazenda nunca foi nossa, nós não temos papel nenhum e também invadindo nós não estamos. Estamos voltando para o que é nosso. Estamos lutando pra ter essa terra. Não temos papel, mas se o direito valer, nós estamos aí (REIS, 2012, p. 3).

A comunidade resiste em seu território mesmo com diversas dificuldades, entre elas a escassez de água, que contribuiu para a migração dos quilombolas, uma vez que a água de cacimba⁵ era utilizada para os afazeres como plantar, criação de animais, trabalho doméstico, banhos e preparação de alimentos. A água retirada do lençol freático está contaminada por rejeitos devido ao rompimento de uma barragem de uma empresa de mineração a montante no córrego Santana. O quilombo buscou dialogar com a empresa, que afirmou não ser de sua responsabilidade. As autoridades foram acionadas para efetivação da denúncia dessa situação, porém sem resultados, como dito em entrevista ao Movimento dos Atingidos por Barragens (2019). Há uma disputa pelo subsolo da comunidade, que apresenta formações de granito, sendo que os órgãos governamentais são acionados em diversos momentos para paralisar as mineradoras. Segundo uma liderança comunitária, houve um assédio por parte da empresa que o ofereceu salário, casa e carro para liberar a mineração no território. Essa mesma liderança já recebeu ameaças de morte e houve

⁴ Reunião na Promotoria pública da Comarca de Araçuaí com os parceiros da Comunidade Baú em 26 de outubro de 2012, arquivo da Associação.

⁵ Água retirada de uma cavidade feita pela comunidade no leito rio para ter acesso a água.

também atentados contra a comunidade, como podemos ver na fala de uma quilombola:

Durante a noite do dia 02 de março de 2018, algumas casas da comunidade foram alvejadas por disparos de arma de fogo, causando pânico em toda comunidade. Na manhã do dia 03 de março, Antônio acompanhado da sua esposa, Romilda Santos das Neves, deslocavam-se da comunidade para a cidade de Araçuaí para participar de uma audiência na Promotoria de Justiça, quando foram surpreendidos pela polícia que os prenderam devido porte de arma. A prisão foi realizada mediante denúncia, que acredita-se ter sido realizada pelos fazendeiros, Antônio e Romilda foram conduzidos até o quartel da Polícia Militar⁶.

Antônio Cosme das Neves e sua mulher Romilda Santos das Neves foram presos em flagrante por porte ilegal de armas. Romilda foi liberada, mas Antônio continuou preso, por não ser réu primário e já ter sido preso pelo mesmo delito. Uma prisão política, pois a liderança continuou presa, mesmo com tudo indicando que se tratava de perseguição pelo conflito territorial.

No dia 18 de maio de 2018, Antônio foi condenado a três anos de prisão e permaneceu preso por um ano e um mês, recebendo apoio dos quilombolas do Baú, que acompanharam o caso de perto, realizando um batuque no dia da sua audiência, 17 de maio de 2018: “O dia do julgamento do pai, depois que o pai foi preso, aí quando houve o julgamento dele foi a comunidade toda para a porta do fórum, fomos lá de manhã e batucamos a manhã toda, com faixas e blusas até de tarde na hora do julgamento”. A comunidade mobilizou diversos parceiros organizando a campanha: “liberdade para Antônio Baú”, tirando fotos com cartazes contendo esses dizeres e divulgando a injustiça.

Com algumas tentativas de *habeas corpus* negado pela justiça, Antônio passa para o regime semiaberto no dia 23 de outubro de 2018, ficando de dia em liberdade e dormindo na cadeia, dessa forma, retoma a frente da comunidade em busca dos seus direitos. Sua liberdade definitiva foi concedida em 08 de abril de 2019.

⁶ Entrevista concedida por Daiane Santos Neves, liderança do quilombo Baú.

A prisão de Antônio foi divulgada por todos os parceiros e apoiadores, o que deu mais visibilidade para a comunidade. O fazendeiro entrou mais uma vez com a reintegração de posse contra a comunidade, com uma briga judicial de anos. Várias foram as audiências sobre o caso, com o envolvimento da Fundação Cultural Palmares e o INCRA. Neste processo, no dia 04 de outubro de 2019, o Juiz Federal, do Tribunal Regional Federal de Teófilo Otoni, sentenciou a entrega da posse da fazenda aos quilombolas. Assim, foi dado o direito à comunidade de permanecer em seu território, sem mais nenhum processo jurídico visando sua retirada, e com possível multa mediante eventual ação. Essa foi uma grande vitória da comunidade, que, mais uma vez, celebrou o momento com batuque no seu VII Encontro da Consciência Negra da Comunidade. Com essa vitória houve mais uma migração de famílias da cidade para o território rural e a mobilização de novos integrantes para compor a associação comunitária, com 45 famílias residindo e outras se organizando para o retorno.

Ao longo da luta quilombola, sua resistência ocorreu sempre com os cantos, danças e a celebração do batuque. Batuque esse que, segundo os moradores, é um modo de vida, que está presente nas mais diversas atividades, ligado ao território, ao plantio, à morte, ao nascimento, à religiosidade e à identidade negra quilombola - unindo a comunidade nos mais diversos momentos de festa e resistência étnica e territorial. O batuque é uma prática transferida dos mais antigos para as novas gerações através da educação quilombola, realizada no trabalho do dia a dia, no ato de fazer trança, nas rodas de conversas na casa dos mais velhos e na religiosidade.

O batuque acontece em roda, da direita para esquerda, sendo composto por passos rodados ao centro da roda. Em grande parte, são as mulheres que lideram o batuque, vestem saias de chita, dançando e chamando uma à outra para dançar; os homens tocam os tambores. Um participante entoava um canto seguido do coro das demais pessoas, abordando temáticas que representam o dia a dia da comunidade. Os temas abordados no batuque são variados, com

cantigas para plantar, para colher, no nascimento, para falecimentos, para praticar a penitência pedindo chuva, para trançar o cabelo e fazer turbante nas meninas, para começar uma história, para festejar ou, ainda, para conquistar uma pessoa.

Uma canção do Baú que fortalece a conexão da comunidade com suas origens é “Tuê tuê manimba tuê tuê / Tuê tuê manimba tuê tuê / Abruwabá Ava bava bava tuê tuê / Abruwabá Ava bava bava tuê tuê”. Essa música deseja aos visitantes boas-vindas, cuja tradução é: “bem-vindo ao meu quilombo, eu te quero aqui”. Em pesquisa, a palavra *manimba* remete a uma cidade no sul da República Democrática do Congo, chamada Mais-Manimba, próxima à região norte de Angola. Importante apontar que os povos raptados eram denominados, no Brasil, conforme o porto de origem na África e não com o nome do grupo étnico (ANJOS, 2007).

Essa relação do batuque com a resistência quilombola é relatada de forma simples e pedagógica pela sra. Maria Neusa Pacheco. Quando questionada sobre o que significava o batuque, ela relata:

O batuque pra mim? É muita alegria, é muito valoroso, por que, foi com o batuque que a gente conseguiu muitas coisas. Muita alegria, graças a Deus, que foi liberado a terra, mas pra liberar a terra, foram muitos estudantes, e nós batucando com eles e em reuniões e eles divulgando. Até que chego de cair nos ouvidos das autoridades, e eles ágil, ágil de bom de fé pra nós.

O nome do Baú vem da sabedoria familiar de produzir baús para armazenar e transportar alimentos e roupas, como podemos ver na citação de Laurinda Pereira Chave, moradora da comunidade: “Naquele tempo não tinha guarda-roupa, aí tinha que tirar umas tábuas e fazer baú pra guardar as coisas, mas fazia pros ricos. Nosso avô foi fabricante desses baús”. (REIS 2012, p. 3).

A comunidade Baú tem uma liderança marcada pela participação das mulheres. Esse perfil de liderança feminina está presente nas diversas atividades da comunidade, como o batuque, a fabricação das painéis de barro, a comercialização, a agricultura, o cuidado físico e espiritual, entre outras. Essa realidade está

relacionada, segundo os moradores, como consequência do trabalho escravo, pois os homens eram obrigados a longas jornadas de trabalho de 12 a 15 horas por dia. Portanto, quando presentes na comunidade, faziam a derrubada da mata e todo processo restante da produção agrícola comunitária era realizado pelas mulheres e crianças. Assim, progressivamente, se fortalece uma perspectiva matrifocal que, segundo Macedo (2019), se constitui na mulher como liderança comunitária, em que ela assume a reprodução, física e cultural da comunitária.

Outro elemento importante da resistência são as rezas, que têm a finalidade de atuar na cura de doenças ou na proteção, como por exemplo, para picada de cobra, quebranto, estanque de sangue, dor de dente e para desengasgar. O aprendizado das rezas é repassado a partir da memória e da tradição oral, repetindo a reza e ouvindo histórias dos mais velhos que explicavam suas origens. As rezas também compõem a resistência, pois contribuem para enfrentar dificuldades vividas, como as que foram narradas por Laurinda Chaves: “Lá tinha um homem que não tinha um nada que esse homem não sabia. Lá tinha gente lá que se ele tivesse dentro de uma roça e o dono chegasse, ele virava uma moita” A oração era realizada para diversos fins, com destaque para as mulheres que, segundo os moradores, dominavam essa prática.

Uma história relacionada às rezas e à liderança feminina é relatada pela comunidade em relação à sra. Judite Isidoro da Silva, conhecida na comunidade como vó Petrina. No ano de 1965, alguns quilombolas que estavam na comunidade de Itira discutiram com um fazendeiro, que perseguiu os quilombolas e pretendia matá-los. A sra. Petrina interveio pelos negros, pedindo clemência e, ao mesmo tempo, rezando com foco na arma de fogo portada pelo fazendeiro. Quando o fazendeiro tentou atirar, a arma não funcionou. Neste momento, sra. Petrina afirma que poderia levar o revólver para qualquer pessoa arrumar, porque não iria funcionar mais e que ele teria que vir à beira do rio e jogá-lo, pois a arma que foi apontada para seus filhos nunca mais seria apontada para mais ninguém. Assim foi feito, o fazendeiro levou a arma para o conserto

em vários locais, sem solução e, por fim, acabou jogando no rio como afirmado pela sra. Petrina.

Quando indagados sobre o papel das mulheres no batuque, muitos quilombolas afirmam que a força da mulher é sua comunicação com os encantados: “[...] elas eram as mães de santo antigamente, então o papel do homem era mais bater os instrumentos, as mulheres que batucava as mulheres que incorporaram” conforme afirma Antônio Neves. Essa relação entre as mulheres e a manifestação dos encantados é antiga tradição na comunidade, conforme explica Nivaldo Santos:

A mulher no batuque está em primeiro lugar, a mulher tem mais forças para descer os guias no tempo dos antigos. Nos antigos trabalhava com candomblé, batucando e cantando para os Pretos Velhos e para São Jorge guerreiro, Santa Luzia. Esse batuque tem tudo a ver com a oração desse povo mais velho. Tem uma relação muito forte com a união da comunidade, povo pode brigar o que for, quando o povo batuca acabam as diferenças. Nossos batuques fortalecem nossos antepassados e nos ajudam nas lutas.

Esse relato demonstra a liderança da mulher no batuque e na comunidade, mostrando de forma clara o sincretismo religioso presente na comunidade e a contribuição do batuque na união do grupo.

Logo, os quilombolas resistiram e resistem em seu território com as mais diversas adversidades. Através de práticas como o batuque, a fé, a identidade e o respeito aos antepassados, a comunidade conquistou vitórias e avanços em seus direitos e objetivos. As manifestações culturais (dentre elas, o batuque) foram e são ferramenta de resistência quilombola nos mais diversos momentos da vida e da luta por liberdade.

Resistência, Território e Batuque – Aproximações em análise

Os humanos são seres que vivem em sociedade, organizados em grupos para controlar um determinado espaço. É intrínseca à existência humana a ligação a um território para a produção e reprodução de sua história social, e com isto, de sua identidade coletiva (HAESBERT, 2004). O grupo social estabelece relações políticas de uso e ocupação do seu espaço, que ao ser apropriado e construído, se delimita como território, pois indica relações sociais e de poder especializado (HAESBERT, 2004).

Conforme vários autores já apontaram, é intrínseca a relação entre território e poder, que por sua vez, envolve dimensão material e simbólica da realidade. Por isso, o território é produzido, produto e produtor de relações de poder que perpassam pelas regras e normas de uso, mas também da dimensão simbólica como o sagrado e práticas culturais impregnadas de subjetividade.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relação de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólico” (HAESBAERT, 2004. p. 21).

A identificação com um espaço e sua relação com o sagrado indica uma dimensão simbólica. Assim, a produção social de um determinado espaço perpassa pela produção do território, que pode estar manifestada nas múltiplas dimensões ligadas à reprodução social do grupo, como área de produção agrícola, o recurso hídrico, a fertilidade do solo, entre outras qualidades físicas da área ocupada, incluídas aí as dimensões simbólicas (HAESBERT, 2004). Podemos considerar que todo território habitado terá sua carga simbólica e todo território simbólico sempre terá um território vivido (HAESBERT, 2004), expresso objetivamente na territorialidade:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar. (HAESBAERT, 2004, p. 23).

A mobilização do Quilombo Baú tem duas referências imbricadas: a territorialidade expressa na herança recebida pelos ancestrais, em suas estratégias de resistência e permanência no território; e essa territorialidade transformada em luta social e pelo direito de reconhecimento desse legado e do seu território, gerando identidade. A identidade cultural se expressa nos grupos quando colocados à frente do diferente, ou seja, a alteridade vivida com o encontro. O diálogo sobre identidade nas ciências sociais privilegia a diferença, a multiplicidade e o contraste (PERICO, 2009). A partir desta reflexão é necessário entender o conceito de grupos étnicos que, segundo Barth (2011), traz quatro premissas básicas: a perpetuação biológica de modo amplo; compartilhar os mesmos valores culturais fundamentais, realizados em unidade nas fronteiras culturais; ter um campo de interação e comunicação; e auto identificar-se e ser identificado por outros como uma categoria distinta.

Essa relação de identidade se intensifica quando o grupo vê o seu território ameaçado. Quando há algum evento que retira a forma de sobrevivência de algum indivíduo sempre há algum tipo de resposta a esse processo. Quando esse evento interfere em um bem coletivo, há uma motivação coletiva para a resposta, pois todos os sujeitos do grupo social são igualmente atingidos pelo evento (ARRUTI, 2005). Esta organização coletiva como resposta ao conflito fortalece a identidade, potencializando a luta e as conquistas do grupo envolvido. Existem vários tipos de conflitos que retiram diversas comunidades de seu território como, por exemplo, secas severas, falta de acesso à educação e saúde, conflitos territoriais com fazendeiros, órgãos do Estado e empresas privadas (ALMEIDA, 2008). Haesbaert (2004) traz a ideia de que todo território é conquistado, ou seja, o território é luta social convertida

em espaço. Essas conquistas podem ter origem por ocupação, doação ou compra. É essa luta social convertida em espaço que dá força para os grupos permanecerem em resistência durante anos (HAESBERT, 2004).

Considerações finais

O processo de pesquisa revelou muitos pontos que chamaram a atenção sobre a resistência comunitária do quilombo, relacionando-os ao batuque. A identidade quilombola, estreitamente ligada à sua origem africana, possibilita uma união entorno de uma memória, de situações vividas e que são partilhadas. No Brasil, os vários grupos africanos foram misturados, como estratégia dos europeus para dificultar a organização e resistência negra. Em cada região do país, os negros organizaram uma nova forma de preservar sua cultura e religiosidade, criando, assim, várias manifestações com tambores, cantos, danças e fundamentos afro-brasileiros.

Os fundamentos, ou seja, as bases das manifestações são comuns, como sua origem africana e práticas culturais realizadas em roda, com cantos e respostas ao som do tambor, a relação com o sagrado religioso, as sabedorias das plantas medicinais e cuidados com a saúde física e espiritual. Para estas manifestações estarem vivas até os dias de hoje, muitos negros e quilombolas resistiram às perseguições, agressões e assassinatos das suas lideranças, sempre em busca de dias melhores.

Essas manifestações no Quilombo Baú — como em outros quilombos — estão ligadas ao território e à natureza como sagrada e protegida pela comunidade, preservando grande respeito aos mais velhos e antepassados, relacionados com a religiosidade. Esse respeito se manifesta nas relações com o território; na ocupação e organização das casas; as regras dos mais velhos sobre uso dos recursos naturais; a prática de uso comum do território, uma vez que este é patrimônio herdado por todos.

É no contato com o outro, com manifestação cultural e visão de mundo diferenciada, que aflora uma identidade comum destes povos. Essa alteridade, com esse modo de vida ligado ao batuque e à origem comum, possibilitou acionar a identidade de remanescentes quilombolas para o povo Baú, a fim de garantir seu território, modo de vida e manifestação cultural.

Em destaque deste processo, aponto o trabalho religioso e de resistência da comunidade, liderado pelas mulheres anciãs que detêm a sabedoria dos encantados, com rezas, banhos, partos e transes mediúnicos — práticas estreitamente ligadas ao batuque, e que possibilitaram e possibilitam a resistência comunitária. O batuque tem vários segredos e rituais que somente os quilombolas escolhidos pelos mais velhos têm acesso, e são utilizados em diversos momentos individuais e coletivos, compreendendo sua força identitária e territorial.

Com os relatos dos quilombolas, percebemos como o batuque e a mulher são centrais para a resistência comunitária. É com o batuque que a liderança feminina cuida dos ferimentos dos quilombolas, resistiam às violências com rezas de proteção, criavam momentos de lazer em meio ao trabalho com seus cantos e danças na fabricação de painéis, artesanatos e agricultura. Nos dias atuais, com sua articulação política, a apresentação do batuque valoriza a cultura quilombola como forma de busca por seus direitos e políticas públicas sempre com música, canto, toque de tambor em diversos espaços, como eventos, universidades, reuniões com órgãos governamentais.

A prática do batuque se liga à prática cultural, repassada pelos antigos, e não se resume à apresentação com cantos e danças. Está presente como modo de vida, no fazer diário e nas práticas e regras sociais, tendo papel unificador do quilombo e de conexão ao território, permitindo que a resistência se expresse na sobrevivência da comunidade frente às várias violências e conflitos vividos.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ANJOS, R. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil, ind, SANTOS, R. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. **O Negro na Geografia do Brasil**, Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

ARRUTI, J. M. **Mocambo Antropologia e História do processo de formação quilombola.** Editora: EDUSC, 2005.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm visualizado em 13/03/2015. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 nov. 2003.

CASTRO, Y. P. **Falares Africanos na Bahia, Um Vocabulário Afro-Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2001.

GONZAGA, P. H. L. **O Conflito Territorial e a Identidade Quilombola, Estudo de Caso da Comunidade Quilombola Baú/Araçuaí-MG.** UFVJM, Diamantina. 2014. 59 f. Monografia (Graduação Bacharelado em Humanidades)

GONZAGA, P. H. L. **Assessoria Educacional para Comunidades Quilombolas:** relato de experiência comunidade quilombola baú. 2016. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK, Minas Gerais, 2016.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, 2007.

MORENO, C. **A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no Século XIX, A “Guerra Justa” Contra os Índios**. Belo Horizonte, Editora Canoa das Letras, 2011.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, PUC-SP, ano 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NEVES, A. B. **Trajetória e Luta de um Quilombo**. Minas Gerais: Editora Baú, 2017.

NEIVA, G. L. S. **Associação Quilombola Baú: apoio e resgate da história e cultura dos/as negros/as do Bairro Sagrado Coração de Jesus em Araçuaí – MG**. Relatório Técnico do Autor. Araçuaí, 2012

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília, DF: Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura, 2009.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1989.

REIS, A. **Relatório de Sistematização do I EIV**, Comunidade Quilombola Baú, (Comunidade de Santana). Arquivado no NAC-UFVJM, Araçuaí, MG, 2012.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro. **Revista Unimontes Científica** V.5.N2. jul/dez. Unimontes, Montes Claros, MG, 2003. Disponível em : <http://www.unimontes.br/unimontescientifica>. Acessado em 16/03/2011.

Seção 2

Agroecologia, soberania alimentar, agricultura familiar



FOTO: HOMENAGEM A EVA DE JESUS, BORDADO ALINE GOMES RUAS,
FOTOGRAFIA LORI FIGUEIRÓ, AGOSTO DE 2023.

Capítulo 6

A modernização conservadora da agricultura brasileira e as políticas públicas para a agricultura familiar: uma breve síntese

Mariane Rodrigues da Silva¹

Nadja Maria Gomes Murta²



¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO). Bacharela em Serviço Social e Mestra em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM). E-mail: marimariane98@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais (Antropologia). Nutricionista, Professora do Departamento de Nutrição, e dos Mestrados em Estudos Rurais (PPGER) e em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: nadja.murta@ufvjm.edu.br

Resumo

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, a qual objetivou discorrer acerca da trajetória das políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar frente ao contexto de modernização agrícola no campo brasileiro. Discute os impactos da Primeira Revolução Agrícola (século XVI ao XIX) e Segunda Revolução Agrícola (ao longo do século XX, no contexto da Revolução Verde). Ao se considerar os impactos da Segunda Revolução Agrícola no país, pode-se afirmar que o Estado fomentou a agricultura moderna, sobretudo a partir de 1960, ocasionando mudanças na realidade agrária e agrícola do país, fortalecendo os grandes agroexportadores. Na década de 90, foi lançada uma das principais políticas destinadas para a Agricultura Familiar: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto das reivindicações dos movimentos sociais. Partindo desse pano de fundo, busca-se discorrer acerca do contexto desenvolvimentista da agricultura no Brasil, até as políticas públicas destinadas ao segmento da Agricultura de base Familiar.

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, a agricultura passou por mudanças ocasionadas pelo que se convencionou chamar de modernização conservadora³, fruto das inovações tecnológicas da Revolução Verde⁴. No Brasil, os impactos da Revolução Verde puderam ser verificados na preocupação do Estado em promover uma política interventiva com vistas ao progresso econômico, desenvolvimento rural e garantia da produção e do abastecimento interno de alimentos.

³ Neste trabalho, adotamos os termos Agricultura Familiar e Agricultores Familiares com as iniciais em maiúsculo, por se tratar de uma categoria específica de estudo.

⁴ A Revolução Verde consistiu num conjunto de inovações tecnológicas que transformaram as práticas agrícolas, possibilitando o aumento da produtividade por meio de sementes modificadas, uso de fertilizantes químicos, moto mecanização etc. Cabe ressaltar que esse processo gerou severos impactos sociais, ambientais e econômicos no mundo.

Neste sentido, a agricultura se aliou à indústria formando uma base de cooperação técnica, alavancando a produtividade agrícola. Esse progresso econômico transformou de forma significativa a paisagem rural por meio dos projetos desenvolvimentistas com vistas à industrialização e modernização da agricultura no Brasil.

Contudo, essas mudanças são oriundas de um processo maior que transcende as fronteiras nacionais, fugindo do controle do próprio Estado e consistindo nas chamadas Revoluções Agrícolas, na qual exerceram grande influência na agricultura contemporânea e nos atuais arranjos dos sistemas agrários (SILVA, 2014a).

Considerando o papel do Estado brasileiro em fomentar a agricultura moderna, fundamentada no agronegócio, cabe também ressaltar, que foram implantadas políticas públicas específicas para os segmentos da Agricultura Familiar⁵, sobretudo no início na década de 1990 com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (apesar de iniciativas regionalizadas anteriores como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP na década de 80).

Partindo do exposto, o presente trabalho busca realizar uma discussão acerca da trajetória da modernização conservadora, retomando as transformações sociais, culturais e econômicas ocasionadas pelas Revoluções Agrícolas. A discussão segue percorrendo acerca das desigualdades no campo frente o projeto de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro. Finalizamos com um debate sobre as políticas públicas de fomento que foram direcionadas para a Agricultura Familiar.

⁵ Este processo intervencionista no campo é chamado de modernização conservadora, em virtude de se ter promovido um desenvolvimento agrícola que privilegiou o agronegócio exportador em detrimento da agricultura de base familiar, que por muito tempo, foram excluídos das ações de fomento do Estado.

Das Revoluções Agrícolas à Modernização no campo

O surgimento da agricultura ocasionou os impactos de uma revolução social e cultural para o homem modificando a relação do mesmo com a natureza, fazendo com que este passasse a controlá-la, deixando de ser caçador e coletor de alimentos para cultivar a terra, consistindo na chamada Revolução Neolítica (SANTILLI, 2009).

Reafirmando essa concepção, Mazoyer e Roudart (2010) realizaram um amplo estudo acerca da história das agriculturas no mundo, discorrendo sobre o período neolítico até a contemporaneidade, considerando que a transição da caça e coleta para as sociedades de agricultores não se fez do dia para a noite, pois “a agricultura evoluiu ao longo dos séculos e passou por transformações sucessivas, que afetaram as sociedades humanas em tempos e lugares distintos”, desta forma, “o desenvolvimento de novos sistemas agrícolas esteve associado a mudanças ambientais, sociais, econômicas e culturais” (SANTILLI, 2009, p. 36).

A Primeira e Segunda Revolução Agrícola ocorridas na Europa e, posteriormente, em outros continentes impulsionaram o desenvolvimento no campo consistindo na superação de regimes agrícolas antigos, configurando-se como um plano do desenvolvimento que se associou a indústria e ao comércio (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Primeira Revolução Agrícola é tida como a primeira dos tempos modernos (século XVI ao XIX) e, segundo Mazoyer e Roudart (2010), consistiu na privação e cercamento das áreas livres, substituição do alqueive por pastagens artificiais, bem como o aumento dos rebanhos para a oferta de lã para a crescente indústria de tecidos. As produções agrícolas e industriais foram responsáveis pelas riquezas e aumento das capacidades produtivas e de investimentos nestas regiões, antes dedicadas ao livre pastejo.

Ao longo dos mais de três séculos, a Primeira Revolução Agrícola e Revolução Industrial estabeleceram uma estreita ligação, assim, aos passos da Revolução Agrícola, crescia também os setores da indústria e do comércio:

A partir do final do século XVII, a indústria, que até então produzia principalmente bens de consumo, passou a fabricar máquinas, como a máquina a vapor. No século XIX, a indústria já produzia máquinas agrícolas, como charruas, semeadoras, ceifadeiras, debulhadoras de carrossel, ventiladores para limpar os grãos, artefatos para cortar raízes, trituradores etc. Essas máquinas duplicaram a superfície cultivada por trabalhador e a produtividade do trabalho nos sistemas sem pousio. Passaram a ser, a partir da metade do século XIX e do início do século XX, largamente difundidas [...] (SANTILLI, 2009, p. 54).

Em virtude do amplo crescimento produtivo na Primeira Revolução Agrícola e dos incrementos da Revolução Industrial, fez com que os países europeus sofressem a “primeira crise “mundial” de superprodução agrícola dos anos 1890” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 419).

De acordo com Mazoyer; Roudart (2010), posterior aos cercamentos, expropriação da terra e ao crescimento da indústria ocorridos na Primeira Revolução Agrícola, a Segunda Revolução Agrícola (ao longo do século XX) deu continuidade a todo este processo, sobretudo no que tange a mecanização no campo. Pois, se apoiou no desenvolvimento, por meio de instrumentos tidos como mais eficientes para a produção agrícola: sendo a motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção de plantas e raças de animais domésticos, especialização e o aumento da produção de excedente comercializável a ser exportado para regiões menos favorecidas. Assim, a “motorização dos transportes [...] retirou os estabelecimentos e as regiões agrícolas do isolamento, fato que lhes permitiu [...] escoar maciçamente seus próprios produtos para regiões distantes” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420).

Os interesses da indústria impulsionaram o mercado, levando os agricultores a consumirem cada vez mais fertilizantes químicos, abandonando as práticas tradicionais de adubação orgânica. Além dos fertilizantes, a indústria ainda passou a produzir rações para animais, assim, os agricultores também deixaram de produzi-las

em suas propriedades para comprar diretamente do mercado (SANTILLI, 2009).

A história da Primeira e Segunda Revolução Agrícola teve como elemento central o cerceamento de terras, logo, podemos atribuir à modernização do campo uma série de fatores que vão desde a expropriação de terras (até então utilizadas pelos agricultores em regime comunal), ao amadurecimento do conhecimento científico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com os incrementos da Revolução verde (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 419).

Assim, para Wood (1998), o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura se fez indissociável da questão fundiária, o chamado “capitalismo agrário” no qual:

Por muitos milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais por meio do trabalho da terra. E provavelmente durante um período mais ou menos similar estiveram divididos em classes sociais, constituídas por aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros [...]. Isso significa que a apropriação do trabalho [...] pela camada exploradora era feita pelo que Marx chamou de meios “extra econômicos” – quer dizer, por meio de coerção direta, exercida pelos senhores rurais e/ou Estado, pelo emprego de força superior, acesso privilegiado aos poderes militares, judiciais e políticos (WOOD, 1998, p.13).

Para Wood (1998) este é o poder de dominação exercido pelo capitalismo: o da expropriação dos meios de produção, ou seja, da terra enquanto meio (de produção e reprodução social). E não bastou ao capital dispor apenas de tecnologias inovadoras no campo, ou do desenvolvimento de técnicas agrícolas, foi preciso novas formas de se conceber a propriedade, uma propriedade melhorada, uma propriedade aumentada e concentrada, implicando ainda, “talvez em maior medida – a eliminação dos antigos costumes e práticas que atrapalhassem o uso mais produtivo da terra” (WOOD, 1998, p. 20).

No Brasil, a partir da década de 1960, a Agricultura de base Familiar passa a ser tensionada pelas inovações tecnológicas

alicerçadas nos pilares da Revolução Verde, ocasionando mudanças drásticas para a realidade agrária e agrícola do país. Ressaltam Silva *et al.*, (2014, p. 13) que “no que tange o modelo agrícola, instaura-se a questão da modernidade enquanto medida de desenvolvimento [...] o inovador passa a ser sinônimo de moderno e, conseqüentemente, desenvolvido, já o tradicional sinônimo de atraso”.

É preciso destacar ainda, que a Revolução Verde partiu de um projeto de desenvolvimento social de luta contra a fome, ou seja, de se aumentar a capacidade de produção de alimentos no mundo, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial. Contudo, “se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria [...] tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 08). Neste sentido:

Todo um complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional (formação de engenheiros e técnicos em agronomia) foi montado contando, inclusive, com a criação de organismos internacionais [...], além do envolvimento de grandes empresários, como os Rockfellers. Os resultados dessa verdadeira cruzada foram de grande impacto [...], sobretudo, pela afirmação da ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico será capaz de resolver o problema da fome e da miséria [...] (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 08).

Para Jesus (2005) a agricultura dirigida pela Revolução Verde consistiu principalmente em três pilares: a) agroquímica que permitiu a prática de monocultura intensiva e extensiva por meio de insumos de maior controle das restrições ambientais, aumentando a fertilidade dos solos e controle de pragas e doenças; b) a moto mecanização que possibilitou cultivar áreas cada vez maiores, ampliando as monoculturas, barateando os custos de produção, liberando mão de obra para as indústrias e as cidades; c) e a manipulação genética que favoreceu o aumento da uniformidade genética tendo por consequência a diminuição da biodiversidade, possibilitando a ampliação das monoculturas

levando a um ciclo de doenças, pragas e maior necessidade de agrotóxicos e fertilizantes.

Apesar da intenção inicial de combate à fome e a miséria, a Revolução Verde gerou uma série de contradições e consequências nefastas ao meio ambiente. E ao negar os fatores de cunho social, político e cultural, por meio do discurso do conhecimento científico para a superação da fome, ela contribuiu para o aprofundamento da concentração fundiária arraigada no Brasil, estando no cerne da modernização conservadora no campo, bem como no direcionamento das políticas públicas para a agricultura brasileira.

Por trás da modernização conservadora no campo brasileiro

A partir dos anos 60 a Agricultura de base Familiar passou a ser tensionada pela modernização conservadora no campo. Grisa (2012) ressalta que as:

[...] políticas para a pequena produção foram construídas basicamente a partir das ideias e dos interesses dos porta-vozes do fórum da comunicação política e do fórum científico, fundamentalmente em razão do arranjo político e institucional brasileiro (ditadura militar) [...] (GRISA, 2012, p. 248).

A autora destaca que, apesar da polarização ideológica, os anos 50 e início dos anos 60 marcam também o protagonismo dos movimentos sociais de luta pela terra e de busca pela valorização da Agricultura Familiar. Alguns exemplos são: as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (dentre outros), apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como o apoio de alguns segmentos da Igreja Católica. Assim, em 1961 ocorreu o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e em 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (CONTAG):

[...] essas organizações apresentavam estratégias e interesses distintos (reforma agrária, direitos trabalhistas e sindicalização), mas confluíam em

pressionar o Estado para atender as suas reivindicações direcionadas aos arrendatários, posseiros, assalariados e pequenos produtores rurais [...] (GRISA, 2012, p. 73).

Em 1963 foi criado o Estatuto do Trabalhador pelo Governo de João Goulart, o qual tinha por objetivo a regulamentação das relações de trabalho no campo, mas no ano seguinte, em tempos de ditadura militar, foi editado o Estatuto da Terra em 1964 com foco na previdência, reforma agrária e desenvolvimento territorial (GRISA, 2012). De acordo com a referida autora, havia um entendimento de que a estrutura agrária vigente era um empecilho para o desenvolvimento econômico do país, entretanto, permaneceu o pensamento modernizador conservador no campo brasileiro que “tiveram o apoio das elites agrárias [...] cujos porta-vozes [...] eram os militares, estabelecidos como tais pelo uso da força e da repressão política” (GRISA, 2012, p. 74). No período da ditadura, os movimentos sociais foram suprimidos, perseguidos e acometidos pelas diversas formas de violência.

O processo de modernização no Brasil influenciou a urbanização e o setor agrícola do país, pois esse último passou a consumir fertilizantes, defensivos agrícolas e máquinas, atendendo a indústria como consumidor e como fornecedor de matéria-prima barata. A crescente indústria brasileira almejava adentrar o mercado internacional e internacionalizar o setor agrícola que passou a ser orientado para a lógica do mercado externo (SILVA, 2014a).

Desde então o discurso passou a ser pautado no papel transformador do agronegócio, atribuindo-lhe grande valor para com a economia brasileira. Assim, o processo de politização da economia através do agronegócio se baseou no movimento político-ideológico do empresariado rural no Brasil e na formação de uma institucionalidade favorável ao modelo organizacional *agribusiness*, ressignificado enquanto agricultura sustentável como estratégias para consolidar a hegemonia do capital no meio rural (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Esse modelo de operacionalização do conceito de sustentabilidade ocasiona uma adaptação no referencial da agenda do empresariado rural no Brasil, na qual as exigências e as responsabilidades socioambientais ganham destaque nas discussões, instituindo que as empresas se reorganizem quanto aos novos ditames da sustentabilidade, fazendo com que sua legitimidade, dependa da conformidade às exigências socioambientais.

Para Heredia; Palmeira; Leite (2010) a noção da palavra agronegócio é entendida como uma espécie de radicalização dessa visão de agricultura moderna e agroindústria, em que o lado “agrícola” perde importância, e o lado “industrial” passa a ter relevância. Não se considera apenas a unidade industrial local, mas todo o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Nessa perspectiva, a internacionalização da agricultura brasileira ganha destaque. Assim como a concentração fundiária não é novidade no país, mas em cada momento da história ela se ressignifica, tem-se a crescente internacionalização da agricultura com o domínio das empresas estrangeiras na aquisição de terras e no investimento de capitais, sendo uma repetição repaginada da colonização estrangeira ocorrida no Brasil (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

Thomaz Júnior (2010) ao argumentar sobre a consolidação do modelo agroexportador no Brasil, forjado na apropriação das terras, ressalta que este tem como centro dos conflitos territoriais a expansão de um modelo no qual o autor chama de agro-hidroexportador, centrado nos conflitos não apenas pelas terras, mas também, pelos recursos hídricos.

O favorecimento dos investimentos públicos e privados facilitou o processo expansionista do agro-hidronegócio, possibilitando cada vez mais o acesso as melhores terras e recursos hídricos que são condições essenciais para gestão do agronegócio. Para o autor, o agro-hidronegócio pode ser entendido como a extensão da dominação do agronegócio, expressando uma nova geografia no espaço agrário brasileiro, exercendo o controle do mercado de terras e da água, recursos que atraem o capital estrangeiro.

Ainda que as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais ligadas ao agronegócio, a referência à propriedade territorial desaparece, pois a referência está ligada a um espaço muito mais extenso que aquele das áreas tidas como modernizadas. Assim, Heredia; Palmeira e Leite (2010) enfatizam que tratando-se de agronegócio, é preciso compreendê-lo como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, pois trata-se da maximização do lucro.

De acordo com Ploeg (2008), a agricultura mundial interage com determinadas segmentações ou, especificamente, três grupos díspares, porém, inter-relacionados. Sendo o primeiro — uma agricultura camponesa, a qual se baseia no uso do capital ecológico, orientada pela defesa do melhoramento das condições de vida no campo — essa agricultura é caracterizada usualmente pela mão de obra familiar e pelos laços de solidariedade e reciprocidade dentro da comunidade rural — é uma produção orientada para o mercado e para a reprodução da unidade agrícola familiar.

O segundo grupo é orientado pela agricultura do tipo empresarial, baseada essencialmente no capital financeiro e industrial — sendo a produção altamente especializada e orientada para a lógica mercadológica, o que torna os agricultores empresariais totalmente dependentes do mercado. Pode-se dizer que estes são frutos de alguns programas de governo pautados na modernização da agricultura.

Por fim, o terceiro grupo é constituído pela agricultura capitalista ou corporativa de grande escala. É o tipo de agricultura baseada no modelo agroexportador, englobando uma rede de empresas agrícolas de grande mobilidade por todo o mundo. Neste grupo, a produção é voltada para a maximização do lucro, conforme enfatizado por Heredia; Palmeira e Leite (2010).

Cabe ressaltar que para o Agricultor Familiar, a propriedade, para além do espaço de produção e reprodução familiar, apresenta uma dimensão simbólica, que se pauta, muitas das vezes, na continuidade de um saber tradicional que é passado de geração em geração. Assim, os percursos que originaram a modernização

conservadora no campo beneficiaram a agricultura industrial em detrimento da Agricultura Familiar, contudo, a Agricultura Familiar para além de um modo de vida, é um movimento de resistência perante todo o processo de marginalização e expropriação da terra enquanto meio de sua reprodução social.

Políticas públicas e o fomento à Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar enquanto categoria social passou a ocupar espaço no cenário político a partir da década de 80, sendo ampliada e difundida na década de 90 também em virtude dos movimentos sociais que buscaram tal reconhecimento no âmbito das políticas públicas. Partindo de uma perspectiva dialética acerca do modo de produção capitalista, do papel do Estado e dos movimentos sociais na regulamentação e implementação das políticas públicas, bem como sua concretude, cabe destacar que “a política pública está relacionada a conflitos de interesses e é resultante de decisões que visam administrar estes conflitos” e é justamente nesta lógica contraditória “que [...] permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação de cidadania” (PEREIRA, 2009, p. 91).

Refletindo sobre a implementação de políticas públicas para a agricultura por meio da articulação da política econômica (interesses difusos entre Estado e capital), Delgado (2005) ressalta que o modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil está historicamente ligado aos interesses do capital e legitimado pelo Estado por meio do discurso de se alargar a modernização da agricultura no campo. Grisa (2012, p. 18) destaca que “no Brasil, as décadas de 1960 e 1970 são marcos da intervenção do Estado na agricultura, configurando a presença de uma política agrícola ativa”, ou seja, de uma política agrícola setorial para a agricultura, dotada de instrumentos específicos de atuação ao segmento.

⁶ Segundo Grisa (2012) o termo “política agrícola ativa” é utilizado por Delgado (1995, p. 103) para se referir à existência de uma política setorial para a

Ainda segundo Grisa (2012), na década de 1970, o Brasil lançou programas (não exclusivos) para pequenos produtores rurais, sendo o Programa de Integração Nacional (PIN) implantado em 1971; o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) implantado também em 1971, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I e II) sendo a primeira fase entre os anos de 1973-76 e segunda fase nos anos de 1976 a 1984; o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) criado em 1976; o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

De acordo com a referida autora, esses programas foram seguidos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) já na década de 80, na qual tratou de iniciativas regionais e de gestão compartilhada, criação de linhas de crédito ao pequeno produtor para modernizar sua propriedade e o inserir na economia de mercado.

Situando os fatores socioeconômicos que motivaram a criação do PAPP e dos demais programas, voltamos ao período que compreende as décadas de 60 e 70, em que a mobilização do governo brasileiro se direcionou para a modernização e industrialização da agricultura (GRISA, 2012).

A herança de fome e miséria do pós-guerra, e o discurso da fome pela insuficiência produtiva de alimentos, forjaram os pretextos para se alargar a agricultura nos moldes do agronegócio (PORTO GONÇALVES, 2004), aumentando em larga escala a produtividade de alimentos, barateando os custos e o preço final para o trabalhador assalariado que viria a consumir junto com sua família esses produtos.

Agricultura, apresentando instrumentos específicos para o segmento, distinguindo-se de uma política macroeconômica. Neste sentido, o autor quer dizer que as transformações na agricultura são também em decorrência da política agrícola e não unicamente fruto da política macroeconômica.

Considerando que o objetivo de se alargar a produção de alimentos e os tornar acessíveis se fundamentavam em criar condições aos trabalhadores urbanos (para que pudessem consumir alimentos e sobreviver mediante o salário-mínimo que recebiam na crescente indústria do Brasil), questões como segurança alimentar e diversificação alimentar não compunham a pauta prioritária do governo:

A necessidade de alimentar adequadamente a classe trabalhadora brasileira sempre esteve voltada à questão da produtividade do trabalho. No entanto, na medida em que no Brasil o modelo econômico adotado em busca do crescimento e desenvolvimento resultou numa crescente defasagem entre salário real e o poder de compra, os trabalhadores tornaram-se também um grupo vulnerável aos *déficits* alimentares e nutricionais (SANTOS, 2007, p. 1931).

No Brasil, a dieta da maioria dos trabalhadores não era adequada, pois a produção interna do país se orientava para as *commodities* de milho, soja e produtos industrializados. Assim, sob a orientação de agências internacionais no campo alimentar, foram introduzidos na dieta dos trabalhadores assalariados, alimentos ultraprocessados como leite em pó (a exemplo), causando um falseamento na nutrição alimentar destes. E é neste sentido que “o planejamento da produção de alimentos no país tinha seu valor estratégico muito mais voltado ao controle da inflação” (SILVA, 2014b, p. 19) em sua política econômica, do que na promoção da segurança alimentar e nutricional de seus trabalhadores.

Ao longo da segunda metade do século XX, os rumos que as estratégias de políticas de assistência alimentar no Brasil tomaram indicaram muito bem seu papel marginal em termos de objetivo de governo, estando sempre subjugadas ao processo de crescimento econômico e ao aumento da produtividade da agricultura por meio da modernização do setor. Ademais, os programas desenvolvidos eram fortemente influenciados por organismos internacionais, com interesses bem articulados para constituírem mercados para seus produtos industrializados [...] (SILVA, 2014b, p. 18)

Diante deste panorama abordado por Silva (2014b), é possível verificar os impactos do desenvolvimentismo no setor da agricultura e ao estímulo aos alimentos processados, fazendo com que a Agricultura Familiar, enquanto uma categoria com grande potencial produtivo, ficasse às margens do mercado tradicional.

Já na década de 80, a economia do Brasil estava desequilibrada, a inflação descontrolada e o país passou por uma crise em seu estoque alimentar, em grande parte, pelo não incentivo da Agricultura Familiar:

O modelo econômico e agrícola implantado resultou em um quadro de: preços agrícolas em queda e oscilação constante; a concentração da produção em poucos produtos, principalmente *commodities* para exportação; o endividamento crescente de praticamente todos os segmentos produtivos do setor agropecuário; a depreciação patrimonial e a crise de setores importantes da agricultura; [...] aumentando a vulnerabilidade externa do País; o agravamento da concentração fundiária e; o empobrecimento dos agricultores, especialmente no setor da agricultura familiar (CANAVESI; MOURA; SOUZA 2016, p. 1022)

A Agricultura Familiar não era pauta prioritária, mas diante da crise instaurada e de demandas de setores sociais, a tentativa do Estado de reerguer a Agricultura Familiar se voltou para as ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), pois “o Estado brasileiro passou a ser pressionado a garantir, por meio de políticas públicas, o reconhecimento da Agricultura Familiar enquanto um segmento socioprodutivo importante para o desenvolvimento rural” (SILVA; DIAS; SILVA, 2014, p. 230).

Os objetivos do PAPP eram variados e contemplavam os pequenos produtores rurais em diferentes níveis. O PAPP se pautou em promover melhorias nas condições de produção e, comercialização dos denominados pequenos produtores, buscando minorar as sequelas de uma intervenção estatal que até então se fazia voltada para o setor da agricultura industrial. As ações consistiram na participação comunitária e na escolha das

prioridades locais, com a instalação de fabriquetas de farinha etc., (RIBEIRO *et al.*, 2007; GRISA, 2012).

Nesse programa vigoravam a participação dos agentes oficiais como gestores, os representantes dos sindicatos rurais e os próprios beneficiários (RIBEIRO *et al.*, 2007). Contudo, tais ações enfrentaram problemas devido à sobreposição de ideias de uns sobre os outros para a liberação dos recursos, assim, as ações no âmbito do PAPP, acabaram não alcançando o esperado (GRISA, 2012).

Ainda que o PAPP tenha apresentado resultados positivos em termos de investimentos em infraestrutura comunitária e melhorias na qualidade de vida da população rural, estas medidas não foram suficientes para que os pequenos produtores transformassem efetivamente suas condições de reprodução social. Tratava-se de um referencial de política pública para a agricultura familiar centrado em medidas de “alívio à pobreza”, não reconhecendo a importância econômica desta categoria social no país [...] (GRISA, 2012, p. 103).

No fim da década de 80 e início dos anos 90 com a universalização dos direitos sociais, no campo previdenciário foi garantida para a população rural o acesso às aposentadorias e pensões e também foi lançado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), consistindo na concessão de crédito para fomentar a produção agrícola uma vez que o campo já dispunha de aposentados e pensionistas para acessarem e quitarem o empréstimo (RIBEIRO *et al.*, 2007).

No seu formato inicial, o Pronaf foi destinado aos produtores rurais que explorassem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; dispusessem de até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros; não tivessem área superior a quatro módulos fiscais; no mínimo 80% da renda bruta anual deveria ser proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e, deveriam residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos [...] (GRISA, 2017, p. 297).

Com a implantação do PRONAF, diferentes visões acerca do perfil de beneficiários ao programa começaram a surgir. Os estudos

de Grisa (2012) mostram que na compreensão da Organização Mundial para Alimentação e Agricultura (FAO), em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agricultura Familiar comportava unidades produtivas diferenciadas no que tange às condições socioeconômicas e, portanto, necessitava de políticas e ações compatíveis com estas diferenças. Neste sentido, o estudo conjunto elaborado pela FAO/INCRA em 1994, “passou a orientar as políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo Estado Brasileiro” na década de 90 (MARAFON, 2006, p. 18).

Segundo Grisa (2012), o relatório da FAO-INCRA (1994) contribuiu para distinguir a Agricultura Familiar da agricultura patronal⁷ em virtude da característica de reprodução social (e não apenas pelo tamanho da terra). Além de classificar a agricultura em três grupos: 1) os agricultores consolidados, ou seja, os produtores considerados empresários do setor agrícola, integrados ao mercado, com acesso as políticas públicas e tecnologias, assistência técnica e de crédito. 2) agricultores em transição, isto é, os que estavam parcialmente integrados ao mercado, com menor acesso as políticas públicas e tecnologias, bem como assistência técnica e creditícia. 3) os agricultores periféricos ou de subsistência (sendo o maior grupo), com a utilização de crédito quase nula, devido a negativa de viabilidade econômica em quitar a dívida, além de apresentarem dificuldades em gerir a propriedade (MARAFON, 2006).

De acordo com Marafon (2006) e Grisa (2012), na análise do relatório, os agricultores periféricos não apresentavam viabilidade econômica para ser público alvo de política agrícola. Neste sentido, as recomendações do relatório indicavam que os agricultores em

⁷ A agricultura patronal (ou empresarial) diz respeito à separação entre gestão e trabalho, ou seja, tem-se o empregador (empresário) que realiza a gestão do processo produtivo e o trabalhador assalariado. Ressalta-se que existe um grau elevado de especialização e padronização dos processos produtivos, visando também, o enxugamento da mão de obra assalariada, se distinguindo da Agricultura Familiar.

transição deveriam ser o público prioritário do PRONAF para transformá-los em consolidados.

[...] O objetivo era promover os agricultores familiares ainda não consolidados como empresas rurais, mas que apresentassem acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica e de mercado e amplo potencial de viabilização econômica a partir de estratégias de reprodução social essencialmente agrícolas, ou seja, agricultores familiares que reagissem aos estímulos e aumentassem a produção, a produtividade e a renda [...] (GRISA, 2012, p. 138).

Buscando reafirmar a importância numérica, econômica e social da Agricultura Familiar, ressalta GRISA (2012), que a elaboração do relatório da FAO-INCRA de 1996 denominado: “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico” aprimorou a análise do relatório anterior (1994) e assim, surgiu uma nova classificação dos grupos da Agricultura Familiar em: Grupo A – capitalizados; Grupo B – em processo de capitalização; Grupo C – em via de descapitalização e Grupo D – descapitalizados. De acordo com Grisa (2012), para a FAO-INCRA não bastava apenas diferenciar a Agricultura Familiar da agricultura patronal, era preciso delimitar as especificidades dentro da própria Agricultura Familiar para compreender a lógica de produção que as orientava⁸.

Criado em 1995 e consolidado 1996 pelo Governo Federal, o PRONAF foi instituído com o objetivo de promover o desenvolvimento rural, integrando Estados e Municípios de todo o país. Esse programa buscou abarcar os segmentos do campo brasileiro através de modalidades diferenciadas de crédito, inclusive para os agricultores considerados mais pobres (ou periféricos conforme classificação da FAO-INCRA) na qual tinham dificuldades em acessar o sistema bancário tradicional (MARAFON, 2006).

⁸ Esta breve discussão acerca dos Relatórios da FAO-INCRA (1994; 1996) é pertinente, visto que perpassa pelo processo de implantação do PRONAF e da delimitação de qual seria seu público alvo.

Foi também a partir do PRONAF e da Lei nº 11.326/2006 conhecida como Lei da Agricultura Familiar (promulgada uma década depois), que se estabeleceu no Brasil um conjunto de critérios operacionais acerca das atividades realizadas por Agricultores Familiares e seus empreendimentos familiares rurais, aos quais deveriam atender aos seguintes requisitos para o acesso ao programa: 1) realização de atividade agrícola de base familiar em pequenas propriedades rurais não podendo exceder quatro módulos fiscais; 2) relações de trabalho predominantemente familiares, na qual a terra pertence à família; 3) a renda é proveniente quase que exclusivamente do trabalho familiar.

Para a Agricultura Familiar, o PRONAF representou o reconhecimento político e institucional no âmbito das políticas públicas, se constituindo um programa específico ao segmento, sobretudo, com abrangência nacional (GRISA, 2012), possibilitando por meio da concessão de crédito, a realização de melhorias nas unidades produtivas e o aumento da produção, gerando renda para o agricultor e dinamização das economias locais.

A política de crédito rural via PRONAF é sem dúvida uma grande conquista para a Agricultura Familiar (embora tenha sido criado com a intencionalidade de inserção dos agricultores ao mercado e não necessariamente pra melhorar a condição de vida destes no campo) uma vez que permitiu que Agricultores de base Familiar pudessem investir na infraestrutura de seus sistemas produtivos por meio do financiamento nas diversas modalidades.

Já nos anos 2000, foi lançado o Programa Fome Zero, no qual, dentre os eixos estruturantes, estavam às ações de fortalecimento da Agricultura Familiar e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Dentre as diversas ações, destacam-se dois programas de grande relevância para a Agricultura Familiar:

- 1) O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — que realiza a compra direta de alimentos produzidos por Agricultores Familiares, os distribuídos nas ONG's ou setores públicos que repassam tais alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2003).

2) O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – que visa o atendimento de estudantes em toda rede pública de ensino, proporcionando um cardápio que supra as necessidades alimentares e nutricionais, alinhando alimentação adequada ao processo de ensino/aprendizagem. Nesse programa, no mínimo 30% dos recursos destinados para a alimentação escolar, são utilizados na compra direta de gêneros alimentícios produzidos por Agricultores Familiares locais (BRASIL, 2009).

O PAA e o PNAE são programas de grande importância para a Agricultura Familiar, pois se constituem canais de comercialização institucional para o segmento em todo o Brasil e em articulação com a promoção da SAN, demonstrando a relevância das políticas públicas Intersetoriais. Assim, programas como PRONAF, PAA e PNAE (entre outros), contribuem significativamente para o fortalecimento e fomento da Agricultura Familiar.

Considerações Finais

Em suma, pensar as estratégias de fomento da Agricultura Familiar por meios de políticas públicas de incentivo e que proporcionem melhores condições de trabalho no campo, é reconhecer a importância da Agricultura Familiar para a geração de renda, produção alimentar diversificada e segurança alimentar.

Contudo, o debate que permeia o importante papel da Agricultura Familiar não pode estar vinculado tão somente à geração de renda, é preciso situar este papel ao caráter social, político, cultural e ambiental, sobretudo na formulação e implementação de políticas públicas ao segmento. Neste sentido, podemos vislumbrar a Agricultura Familiar enquanto um movimento de resistência. Esta resistência pode ser entendida na maneira como estes grupos se organizam, vivem e resistem historicamente no campo, mantendo sua cultura, apesar das influências oriundas da modernização conservadora, que beneficiou um grupo em detrimento do outro.

É neste contexto que se insere a luta da Agricultura Familiar frente às novas condições de trabalho, produção e reprodução social, segurança alimentar e qualidade de vida dos trabalhadores rurais, pois traça uma luta de sobrevivência frente ao modelo de desenvolvimento dominante no país, pautado nas práticas do monocultivo, que se articula sobre o aval e forte aparato do aparelho estatal em todos os âmbitos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.696 de 02 de Julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Instituído o Programa de Aquisição de Alimentos no art.19º. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&file=LegislacaoCitada+PL+6680/2009. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://rebrae.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/CadernodeLegisla%C3%A7%C3%A3o--FNDE-CECANE-UFRGS--2017.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

CANAVESI, F. de C; MOURA, I. F. de; SOUZA, C. de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Rev. Segurança. Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. esp., p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v23i0.8635617>. Acesso em: 10 out. 2019.

DELGADO, G.C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, RJ, 2012. Disponível em: https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_Catia-Grisa.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JESUS, E. L. de. Diferentes Abordagens de Agricultura não convencional: História e Filosofia. *In*: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 21 - 45. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap1ID-Sim092KU5R.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo**: do neolítico à arise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776/6891>. Acesso em: 19 de jun. 2019.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I. (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Rev. Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000400012>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, L. M. P. *et al.* **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 2** – Programa de Alimentação do Trabalhador. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1931-1945, ago, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000800020>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos Agricultores**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2009.

SILVA, D. F. da. **Sistemas Agrários e Agricultura no alto Jequitinhonha – MG**. 2014a. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3818/SILVA%2c%20DANIEL%20FERREIRA%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 Jan. 2019.

SILVA, S. P. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, discontinuidades e consolidação. *In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Texto para discussão*. Brasília, DF: Rio de Janeiro: Ipea, 2014b. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA, D. F. da; NEUMANN, P. S; MAIA, K. C. P; BONFÁ, C. S. A contingência do desenvolvimento e a participação em conselhos de desenvolvimento rural. **Revista SODEBRAS**, v. 9, n. 101, p. 13-18, 2014. Disponível em: <http://www.sodebras.com.br/edicoes/N101.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019

SILVA, M. G. da; DIAS, M. M; SILVA, S. P. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 2, p. 229-248, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.localhost.ufv.br/handle/123456789/16982>. Acesso em: 17 jan. 2022.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agro-hidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Rev. Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>. Acesso em: 18 jan. 2022.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Monthly Review**, v. 50, n. 3, p. 18-29, jul./ago. 1998. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

Capítulo 7

Agroecologia como caminho para a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil

Herena Reis Barcelos¹

Janice Queiroz de Pinho Gonçalves²

Regiane Cristine Joslin Mendes³

Romário da Silva Santana⁴

Claudenir Fávero⁵

Nadja Maria Gomes Murta⁶

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, nutricionista do PNAE na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Itinga, herena.barcelos@ufvjm.edu.br

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Administradora, Professora do IFMG – Campus São João Evangelista, janice.pinho@ufvjm.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, regiane.joslin@ufvjm.edu.br

⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus Unai-MG, romario.santana@ufvjm.edu.br

⁵ Doutor em Ciências do Solo com Pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia. Professor Titular da UFVJM. Diamantina, MG. parana@ufvjm.edu.br.

⁶ Doutora em Ciências Sociais (Antropologia). Nutricionista, Professora do Departamento de Nutrição, e dos Mestrados em Estudos Rurais (PPGER) e em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, nadja.murta@ufvjm.edu.br.



Resumo

Este estudo analisa a relação entre a Revolução Verde e o surgimento dos impérios alimentares e como isso resultou na sindemia global, a qual se relaciona à produção e industrialização de alimentos, à destruição da natureza e à debilidade da saúde humana e dos ecossistemas, sendo representada pela concomitância da fome, da obesidade e dos desequilíbrios ambientais. Percebeu-se ao longo da pesquisa a estreita relação entre as políticas de Alimentação e Nutrição e os princípios da Agroecologia, que parece ter se consolidado como alternativa ao sistema hegemônico da produção de alimentos e vem cada vez mais ganhando espaço nos campos da ciência, da política e das práticas agrícolas sustentáveis, convergindo de forma interdisciplinar para a busca da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no país.

Introdução

O presente estudo apresenta a Agroecologia como caminho para a Soberania e Segurança Alimentar, partindo de uma análise da Revolução Verde no Brasil, no que tange aos aspectos políticos, geográficos e aos impactos nos ecossistemas. Durante a Ditadura Militar (1964-1985) as ideologias e propostas políticas de desenvolvimento tiveram convergência com as aplicações do modelo desenvolvimentista estrangeiro pautado em pacotes tecnológicos como condição essencial para a modernização do campo, e o resultado foi o fortalecimento dos grandes mercados capitalistas internacionais (GONÇALVES, 2004; ANDRADES; GANIMI, 2007). Com o avanço das tecnologias focadas no aumento da produção e da produtividade, surgiu um novo paradigma alimentar que contempla a facilidade no manuseio dos alimentos pela introdução de ultraprocessados na dieta humana. Desta forma, ampliou-se o consumo de produtos industrializados, reforçando a manutenção do sistema capitalista de produção (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Os impactos da modernização capitalista, por meio das tecnologias de produção ditas “modernas” e “avançadas”, favoreceram diretamente os produtores de *commodities*. A expectativa de aumentar a produção para diminuir a fome do país não se concretizou, pois, os alimentos produzidos abasteceram os mercados internacionais, reforçando as condições de miséria e pobreza de parte da população do país produtor. A alimentação baseada em produtos *in natura* e minimamente processados foi cada vez mais substituída por ultraprocessados como biscoitos, macarrão instantâneo e refrigerantes, que passaram a fazer parte da dieta dos brasileiros (IBGE, 2019). Junto com esse modelo de modernização vieram os impactos relacionados à qualidade dos alimentos quanto aos valores nutricionais e calóricos, ocasionando problemas sindêmicos, ou seja, aqueles causados pela interação entre duas ou mais doenças de natureza epidêmica cujos efeitos impactam nas condições de saúde da população: como a diabetes,

hipertensão arterial, distúrbios alimentares, fome oculta, ansiedade e depressão, doenças tropicais como a dengue, por vezes negligenciadas pelas autoridades e pela população. Vale ressaltar que a sindemia não se caracteriza apenas pela ocorrência de duas ou mais doenças, mas pelo efeito sinérgico que a união delas causa tanto no aspecto clínico quanto social (IDEC, 2019).

Ao analisar as contribuições da Revolução Verde na construção dos impérios alimentares e sua relação com a sindemia global, relacionada a problemas com causas alimentares, buscou-se compreender como a Agroecologia pode colaborar no combate de problemas estruturais alimentares e sociais. O estudo apresentado é um trabalho de revisão bibliográfica, inicialmente apresentado à disciplina de Agroecologia e Questões sociais do Campo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A Revolução Verde

O termo “Revolução Verde” foi cunhado por Norman Borlaug, engenheiro agrônomo e biólogo estadunidense, famoso por seus trabalhos como pesquisador agrícola no México com o desenvolvimento da variedade do trigo semianão de alto rendimento, resistente a doenças fúngicas (BORLAUG, 2000). Segundo Alves (2013), os resultados de suas pesquisas tornaram o México um expressivo exportador de trigo no ano de 1963, destacando o país como símbolo no processo de utilização da ciência agrícola no desenvolvimento de técnicas modernas para o Terceiro Mundo. Paquistão e Índia introduziram variedades de alto rendimento e técnicas modernas de produção agrícola, de forma que entre os anos de 1965 e 1970 a produção de trigo dobrou nesses países, melhorando consideravelmente suas condições de segurança alimentar (BORLAUG, 2000), o progresso agrícola rendeu atenção mundial para o processo produtivo, tendo nesse o modelo a ser implementado pelo mundo, em especial nos países subdesenvolvidos.

Foi na Ásia e África que Borlaug ajudou a aplicar os métodos de produção de alimentos com o uso de técnicas científicas que levaram o nome de Revolução Verde que, juntamente com a biotecnologia, tinha como objetivo diminuir a fome no mundo. Vale ressaltar que este período era o Pós-Guerra, em que os países europeus precisavam se recuperar das perdas da guerra, mantendo a condição de sobrevivência pelo abastecimento alimentar da população (ANDRADES; GANIMI, 2007).

No entanto, como afirma Gonçalves (2004), a Revolução Verde vai além da difusão de técnicas agrícolas para aumentar a produtividade, há uma intencionalidade de reprodução do capital. Os principais investimentos vinham de instituições privadas como Rockefeller, com a introdução do melhoramento genético das sementes, produção de agrotóxicos e fertilizantes químicos; e a Ford, com a produção de maquinários pesados como tratores e colheitadeiras. A visão de que um dos caminhos para o lucro permanente estava na produção de alimentos favoreceu o surgimento dos pacotes tecnológicos, oportunizados pelo grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial, que afirmava que a Revolução Verde traria aos países subdesenvolvidos a capacidade de resolver seus problemas de fome e miséria (GONÇALVES, 2004).

O Século XX foi marcado pela bilateralidade entre Brasil e Estados Unidos, com forte subordinação brasileira e opressão estadunidense, inclusive na aquisição ou fornecimento de produtos. A introdução da Revolução Verde no Brasil seguiu o mesmo caminho dos demais países, com a entrada de produtos e insumos estrangeiros que promoveriam aumento da produção — porém, frequentemente essa produção se tornava dependente das tecnologias (ALVES, 2013).

No período de 1964 a 1985 o Brasil foi governado sob o regime de Ditadura Militar, que manteve a estrutura fundiária, restringindo o acesso à terra proposto pela Reforma Agrária, e promovendo o modelo agroexportador no país. A modernização

tecnológica, contudo, deixou de fora muitos agricultores que não tiveram acesso a esse modelo de modernização.

Durante a implantação da Revolução Verde no Brasil foram adotadas algumas providências do Estado, tais como: atrair empresas transnacionais para o país com o intuito de produzir insumos e maquinários, criar centros e órgãos de pesquisa como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e concessão de universidades como fonte de treinamento técnico e pesquisa para organismos internacionais e espaços para interferência nas políticas nacionais (ZAMBERLAN; FRONCHETI, 2001 apud ANDRADES; GANIMI, 2007). Outras propostas atrativas ganharam relevância e evidenciaram a importância do Estado na concretização de medidas revolucionárias do meio rural, ainda que tais medidas, restritivas e excludentes, não fossem realizadas com ampla abrangência, como criação de cooperativas que tiveram grande expressividade na Região Sul do Brasil, e a concessão de crédito rural que deveria abranger todos os segmentos, mas se restringiu aos grandes latifundiários quanto ao volume financeiro disponibilizado, dentre outros exemplos que são passíveis de discussão.

É relevante destacar que, durante o governo militar, ao invés de se ampliar o acesso aos recursos e à terra pela Reforma Agrária, medidas restritivas aos camponeses e trabalhadores sem-terra foram colocadas em prática (ANDRADES; GANIMI, 2007). Como consequência, houve reclamações e revoltas no meio rural, em especial em relação ao acesso às terras, condição de produção, tecnologias agrícolas e de crédito. Como forma de minimizar os confrontos e insatisfações, medidas paliativas foram adotadas como o caso de produtores de fumo do Sul do país que comercializam sua produção com indústrias transnacionais, fortalecendo a exclusão dos pequenos agricultores e favorecendo os detentores de grandes propriedades, visto que o crédito não era para todos.

O financiamento para modernização não atinge, de forma democrática, os estabelecimentos, já que as maiores parcelas desses financiamentos ficam com os médios e grandes estabelecimentos, deixando, de fora desse circuito, todos os demais estabelecimentos, ou seja, mais de 87% (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 52).

Segundo Alves (2013), a estrutura social do país foi precarizada, visto que o acesso aos recursos para incentivo à produtividade se restringia aos monocultores (soja, trigo, milho), em detrimento dos agricultores familiares e suas produções diversificadas. A ampliação das áreas alocadas para monocultura ocorreu devido à aquisição de áreas com cultivo restrito e pouco lucrativo; os pequenos proprietários foram vendendo suas áreas cultiváveis, sua mão-de-obra e, aos poucos, sofrendo com a precarização de seu trabalho. A migração do campo para a cidade foi outro fator que colaborou para o aumento da pobreza e miséria da população rural brasileira. Enquanto os grandes produtores aumentaram seus ganhos, exportando sua produção, a maioria da população se viu cada vez mais na miséria e na pobreza, negociando sua produção com as indústrias, conforme apontam Andrades e Ganimi (2007).

Sobre a relação entre a Revolução Verde e a apropriação capitalista, Andrades e Ganimi (2007) relatam que o plantio de monoculturas é dependente de insumos químicos (defensivo agrícola) que, quando utilizados para combater ataques de pragas agrícolas, causam um desequilíbrio do ecossistema local. O plantio consecutivo de monocultura em uma mesma área pode causar um esgotamento de nutrientes do solo, elevando problemas como compactação, acentuando o processo erosivo pelo impacto da chuva no solo exposto. Além das consequências biológicas e ambientais, existem também as sociais, visto que na modernização proposta pela Revolução Verde são utilizados defensivos agrícolas, e muitos trabalhadores que os manuseiam têm sua saúde comprometida pela exposição continuada aos agrotóxicos (ANDRADES; GANIMI, 2007).

O processo de modernização agrícola é desigual e excludente quanto à destinação de recursos financeiros, privilegiando latifundiários e preterindo agricultores familiares camponeses, que encontram dificuldades de acesso ao crédito para financiamento de sua produção, gerando necessidade de busca de outros recursos financeiros para manutenção da família por meio de venda da mão de obra, desencadeando o processo de esvaziamento do campo.

O uso dos pacotes tecnológicos — com o consequente estímulo à monocultura, seleção de espécies, dependência de insumos agrícolas e mecanização da produção — torna o espaço agrário propício para a exploração e apropriação do capitalismo, com o apoio do Estado (ANDRADES; GANIMI, 2007). A terra, cuja função social é a produção de alimentos, passa então a atender à função de produção de lucro. A população, sem acesso ao alimento, em decorrência da falta de trabalho e renda, tem sua situação de insegurança e vulnerabilidade social cada vez mais acentuada pela falta de políticas públicas que subsidiem, em última instância, a dignidade humana (ALVES, 2013).

Sistemas Alimentares e a Sindemia Global

O pacote tecnológico imposto pela Revolução Verde induziu a uma enorme dependência da agricultura por insumos industriais e energias não-renováveis. O avanço das monoculturas sobre os territórios rurais é eminente e tem sido considerado uma ameaça à agrobiodiversidade (SCHOTTZ, 2015). A indústria alimentar fomenta sistemas alimentares insustentáveis e prioriza a oferta de produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional, afetando as escolhas das pessoas sobre sua própria alimentação e sobre o real significado do ato de comer. O nutricionismo, por exemplo, é um fenômeno atual conhecido por considerar os alimentos apenas como fonte de nutrientes, mercadoria e desprovido de valores sociais e culturais (SCHOTTZ, 2015). Poulain (2004) endossa essa discussão quando fala da globalização alimentar:

Os alimentos se deslocam de um país para outro e fazem, no curso de sua vida, que vai da semente para os vegetais ou do nascimento para os animais, até os pratos cozidos, viagens consideráveis. Para os que dispõem de recursos financeiros, os feijões-verdes do Senegal e as cerejas do Chile, por exemplo, são apresentados nas prateleiras europeias em pleno inverno, no mês de dezembro. O suco de laranja produzido na Califórnia chega na Europa como um produto fresco acondicionado em caixinhas. O alimento moderno está deslocado, ou seja, desconectado de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas (POULAIN, 2004, p. 29).

Os sistemas alimentares são construídos a partir das diferentes etapas relacionadas à alimentação: produção, processamento, distribuição, preparação e o consumo do alimento (ROCHA, 2018). O conceito de alimentação adequada e saudável, construído pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (RIGON, 2010), vai além dos aspectos biológicos e sanitários ao incorporar dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Sistemas alimentares desequilibrados, assinalados pela escassez de acesso a alimentos saudáveis e grande disponibilidade de alimentos ultraprocessados, causam danos à saúde da população em decorrência de uma alimentação inapropriada (IDEC, 2021).

O relatório “A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas” (IDEC, 2019), afirma que uma sindemia se forma a partir da interação de duas ou mais doenças em um contexto social nocivo à saúde pública. Sindemia é um neologismo criado a partir da junção dos termos “epidemia” e “sinergia” (IDEC, 2019). De acordo com o relatório, as três pandemias que têm enfoque são a desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Na formulação do conceito de sindemia, essas epidemias não são vistas dissociadas uma da outra, mas sim correlacionadas e integrantes de uma mesma agrura que atinge pessoas no mundo inteiro.

A desnutrição, entendida como deficiência de micronutrientes, de acordo com o Guia Alimentar do Departamento de Alimentação Básica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), afeta o metabolismo e funcionamento adequado

do corpo humano. Em todo o planeta, muitas pessoas não têm acesso a alimentos e água de qualidade, capazes de suprir suas necessidades nutricionais. No Brasil, a desnutrição é vista como um dos produtos da desigualdade social que ainda prevalece (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (BRASIL, 2020) demonstram que, no período entre 2003 e 2019, houve aumento considerável de obesos com idade a partir dos 20 anos: de 12,2% para 26,8% da população brasileira. A obesidade feminina aumentou de 14,5% para 30,2%, e a masculina passou de 9,6% para 22,8%. O excesso de peso aumenta conforme a idade, atingindo 50% da população com faixa etária de 25 a 39 anos. Faltam políticas públicas estruturadas de combate à obesidade e ao excesso de peso, como o incentivo à ingestão de alimentos saudáveis (BRASIL, 2014). A epidemia da obesidade afeta cada vez mais pessoas jovens, e sua relação com outras doenças, como hipertensão e diabetes, são notórias, decorrente de um perfil alimentar carregado de gorduras e açúcares que contribui para o aumento das calorias. A má nutrição em todas as suas formas é ainda uma das causas de doenças e mortes prematuras no mundo todo (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008).

O atual sistema alimentar reflete sobre a saúde humana, ambiental e planetária. Várias questões ético-políticas são pautadas e entendidas como uma ameaça aos direitos humanos, à biodiversidade e à sustentabilidade dos ecossistemas (SCHOTTZ, 2015). As mudanças climáticas crescem e se estendem rapidamente, de maneira que são vistas como uma pandemia global (IDEC, 2019), cujos impactos trazem ônus para a população. De acordo com Silva e Barbosa (2020), o modelo de produção de alimentos proposto pela agricultura convencional, associado a dinâmicas globalizantes, espalha patógenos selvagens mortais para organismos adoecidos por alimentos cheios de açúcares, gorduras e agrotóxicos. Segundo Ribeiro (2020), existem três possíveis causas relacionadas ao surgimento de vírus infecciosos, sendo elas: 1) a criação de animais em confinamento; 2) o

desmatamento da vegetação nativa, principalmente com finalidade de criação de pastos e monocultivos e 3) o crescimento descontrolado da urbanização e das indústrias. Estas causas se correlacionam e devem ser vistas além da ótica sanitária, em uma perspectiva mais abrangente envolvendo o atual sistema alimentar e seus reflexos danosos ao planeta. O alerta para os desmatamentos florestais e consequentes desequilíbrios ambientais no surgimento de novas doenças e pandemias é fulgente. A necessidade urgente de brejar a degradação do meio ambiente em prol do capital e de impérios alimentares dominantes surge como aviso de pesquisadores do mundo inteiro (COELHO, 2021).

Os limites do planeta cada vez mais estão sendo desafiados e o atual sistema alimentar tem sido incapaz de gerar saúde em seu ecossistema sem exaurir de forma criminosa os bens naturais, visto que deparamos com o rompimento dos equilíbrios ecológicos. A maior parte dos problemas globais, como escassez de água e energia, poluição ambiental, mudanças climáticas, desigualdades socioeconômicas, insegurança alimentar, não pode ser vista de forma individual, uma vez que um desequilíbrio no sistema causa uma reação em cadeia. A atual crise mundial deixa bem clara a necessidade imediata de intervenções sustentáveis em prol da saúde global (SILVA; BARBOSA, 2020). Faz-se urgente pensar em estratégias que possibilitem a superação dessas zoonoses globais como um todo, enfrentando fatores fundamentais de natureza política e socioeconômica de forma concomitante, com contribuições que se correlacionam em função de um bem comum, ou seja, o futuro do planeta e das próximas gerações (SCHOTTZ, 2015). É na soberania alimentar proposta pela Agroecologia que estão as chances de garantir às populações humanas o acesso aos recursos naturais dos seus territórios, como água, terra, sementes e biodiversidade, em uma relação sustentável entre ser humano e natureza (SCHOTTZ, 2015).

Com base nessas discussões e no atual panorama de zoonose já apresentado, tem-se dentro do atual cenário alimentar duas dimensões que impedem uma alimentação de qualidade para a

população: a impossibilidade de alguns em escolher de fato o que comer e os diversos motivos que levam aqueles que podem escolher a fazer más escolhas (ESTEVE, 2017). Ester Vivas Esteve (2017) alerta para duas importantes questões que despertam para a necessidade de maior conscientização da população: primeiramente, a fome não é uma catástrofe natural como querem que se acredite; em segundo lugar, nossas escolhas alimentares sofrem constante influência de interesses industriais, empresariais e patronais que perpassam o sistema de produção.

Na atualidade vivemos em um país onde a insegurança alimentar tem assolado grande parte da população. Em 2020, a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF já apontava o aumento da população em insegurança alimentar: 10,3 milhões de pessoas passaram por restrição de alimentos em 2017 e 2018. Dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% deles apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Metade das crianças do país com menos de 5 anos (ou 6,5 milhões de crianças nesta faixa etária) viviam com seus familiares com algum nível de insegurança alimentar (IBGE, 2020). Em 2021, taxas ainda mais preocupantes foram encontradas no atual inquérito populacional da rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN, em função das consequências econômicas e sociais da pandemia da COVID-19.

Os resultados do inquérito mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus(suas) moradores(as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar; 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de IA⁷ grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%) (PENSSAN, 2021, p. 9).

Tão grave quanto a insegurança alimentar, é a constatada concomitância da fome com sobrepeso e doenças não

⁷ PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. p. 65.

transmissíveis ligadas à dieta que, associada aos problemas climáticos e ambientais, intensificados pelo modelo convencional de produção, configuram a sindemia global apresentada anteriormente (CASTRO, 2019).

O aumento da produção — às custas de “utilização de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização, tudo isso associado ao uso de novas variedades genéticas fortemente dependentes de insumos químicos” (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016, p. 506) — aliado ao uso de ingredientes e aditivos alimentares promoveu o aumento da industrialização dos alimentos. Por seu baixo custo e alta produção, a disponibilidade desses produtos têm estimulado a substituição do consumo de alimentos *in natura* e de refeições preparadas pelos próprios consumidores por uma cada vez maior utilização de produtos alimentícios processados. Esse processo de transição nutricional tem sido responsável por graves problemas de saúde pública (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Poulain (2004) mostra como a industrialização da alimentação, por meio da produção e transformação de produtos, atinge as funções sociais da cozinha, afastando de certa maneira as pessoas de seu universo biocultural ao romper o vínculo entre alimento e natureza. Cada vez mais a indústria oferece produtos mais próximos do estado de consumo, interferindo na função socializadora da comida.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, o uso de agrotóxicos aumentou 20,4% nos últimos 11 anos (IBGE, 2019). Conforme indicam Perez e Moreira (2007), a contaminação por agrotóxicos e o surgimento de doenças que vêm agravando a saúde da população. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) realizou recentemente um estudo inédito sobre a presença de resíduos de agrotóxicos em produtos ultraprocessados no país. Dos produtos analisados 59,3% apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico e 51,8% dos produtos analisados apresentaram resíduos de glifosato ou glufosinato (IDEC, 2021).

Rocha (2018) aponta como os problemas atuais ligados à alimentação são sistêmicos e interligados, relacionados às diversas etapas da alimentação: a produção, processamento, distribuição e consumo. Para a autora, existe um entrelaçado de questões políticas, econômicas e sociais que permeiam a organização dos sistemas alimentares e reforçam as relações de poder que contribuem para um sistema de produção globalizado e especializado. A crise alimentar ainda é pouco considerada do âmbito de uma crise do capital, mas está enraizada nessa, visto que abrange os processos cíclicos de crise nas relações sociais como parte do processo cíclico do capitalismo (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Se a ideia desses autores leva à reflexão sobre a existência de uma rede que reforça o sistema que mercantiliza a produção de alimentos, faz-se necessária uma rede de alternativas que busque um contraponto para o sistema capitalista e desperte para sistemas produtivos sustentáveis e saudáveis. Para Rocha (2018), perde-se ao pensar nos problemas ligados à alimentação como questões individuais e o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p. 5) sugere que “para o enfrentamento desse cenário, é emergente a necessidade da ampliação de ações intersetoriais que repercutam positivamente sobre os diversos determinantes da saúde e nutrição”.

Silva & Barbosa (2020) afirmam que a Agroecologia rompe com o sistema alimentar hegemônico, buscando caminhos alternativos para promover a segurança alimentar nacional, valorizando pequenos produtores locais comprometidos com o meio ambiente. Coexistindo com a nutrição, ela pode promover saúde ambiental e humana. O cenário mundial de insegurança alimentar é complexo e grave, as soluções precisam ser construídas de forma conjunta, provocando uma agricultura sensível à nutrição. A Agroecologia se revela como uma alternativa frente ao sistema hegemônico da agricultura convencional e dos grandes impérios alimentares para promover um sistema agroalimentar mais sustentável (SCHOTTZ, 2015), conforme discorreremos a seguir.

Agroecologia e Alimentação

Como apresentado anteriormente, durante a Revolução Verde foram incorporados, nas práticas agrícolas, o uso intensivo de insumos químicos, de sementes geneticamente modificadas, a motomecanização, de irrigação, o plantio em monocultura e a intensa utilização do solo (SILVA, 2011). O plantio em monocultura, por exemplo, vem com a máxima de aumento na produção e com a promessa da alimentação da população mundial (ZIMMERMANN, 2009; GONÇALVES, 2004).

No entanto, os sistemas de monocultura, além de causarem vários impactos ambientais, colocam em risco a soberania alimentar da população mundial (ZIMMERMANN, 2009).

A Agroecologia surge em contraposição à Revolução Verde (FÁVERO; PACHECO, 2013), havendo diferentes perspectivas quanto à sua abordagem: Hetch (2002) traz a Agroecologia como prática; Caporal (2008) a considera enquanto ciência; Altieri (2009) a propõe sob a ótica da integração de conhecimentos de diferentes áreas (agronomia, ecologia, economia e sociologia); Primavesi (2018) trabalha com a perspectiva da observação à natureza e, a partir da qual se constroem novos ecossistemas naturais; Guzmán (2011) trabalha como movimento social e considera que, enquanto ciência, a Agroecologia deve incorporar os conhecimentos tradicionais camponeses. Para Fávero e Pacheco (2013, p. 235) a Agroecologia

materializa-se como um movimento, levado a cabo por um amplo conjunto de organizações e redes sociais; como uma ciência, que está sendo construída a partir de concepções, princípios e métodos diferenciados dos preceitos cartesianos-positivistas; e como uma prática vivenciada, experimentada, transmitida, inovada e (re)inventada por agricultores e agricultoras em diferentes condições e realidades por todo o território brasileiro.

A Agroecologia tem se destacado ao utilizar como método de cultivo a policultura, através de conceitos e métodos que buscam desenhar e manejar sistemas produtivos que respeitem o meio

ambiente, a cultura local e que seja economicamente viável (ALTIERI, 2009). Por meio do sistema de cultivo em policultura é possível resgatar e preservar sementes crioulas, preservando a biodiversidade e colocando os camponeses como protagonistas na produção de suas próprias sementes. A Agroecologia também preconiza a democratização do acesso à terra e se assenta na perspectiva do campesinato (GUZMÁN, 2011).

A Agroecologia e outros movimentos brasileiros caminham juntos pela “soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional sustentável, por uma economia solidária, por terra e justiça ambiental, pelo direito à saúde, pela equidade nas relações de gênero e geração” (FÁVERO; PACHECO, 2013, p. 244). Os movimentos sociais rurais entendem que o desmonte dos impérios alimentares e a restauração dos sistemas alimentares locais devem estar acompanhados da construção de alternativas agroecológicas que atendam às necessidades dos camponeses (ALTIERI, 2012). O grande desafio, porém, é a superação do modelo hegemônico do agronegócio (FÁVERO; PACHECO, 2013).

Alimentar-se é um ato essencial para a vida humana. No entanto, a dimensão fisiológica não é a única que permeia o ato de comer. Poulain (2013), ainda na abertura de sua obra “Sociologias da Alimentação”, lembra como a necessidade de nutrientes do homem é atendida por meio da comida, dessa maneira os produtos naturais são instituídos de valores culturais, consumidos em uma dinâmica fortemente socializada.

A alimentação é um direito humano previsto na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e parte fundamental da vida das pessoas, e os conceitos de alimentação saudável que se vêm construindo são cada vez mais claros em conceber a alimentação em suas diversas vertentes, como a fisiológica, a social e a econômica. Quando se fala em saúde, a alimentação adequada é fundamental para evitar doenças e garantir qualidade de vida (ROSSETTI-FERREIRA, 1998).

Mintz (2001) lembra dos papéis sociais que a comida carrega ao pontuar que a forma como a pessoa se comporta em relação à comida a liga diretamente à sua identidade social. O antropólogo

entende que os comportamentos ligados à comida são importantes demarcadores da diversidade social. Damatta (1986) propôs uma distinção entre alimento e comida, quando apresentou, de maneira fundamental para essa discussão, que “o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”.

Essa busca vem se enveredando por muitos campos científicos, sociais e políticos, que convergem em muitos pontos. É notória a relação estreita entre a Nutrição e a Agroecologia. Evidentemente, a relação entre os seres vivos, o território e a alimentação são intrínsecos à existência. Mas a relação do ser humano com a natureza se modificou ao longo da história, trazendo diferentes consequências para ambos. O surgimento da agricultura muda totalmente o uso dos recursos naturais, e essa relação parece estar em constante mudança (SANTILLI, 2009). A atual configuração da produção alimentar no país, sobretudo após a Revolução Verde, demanda a defesa de um novo quadro analítico para sistemas alimentares sustentáveis, aponta para a necessidade de um olhar holístico, transdisciplinar e que envolva ciência, economia e política na construção de uma agricultura mais justa, capaz de oferecer Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) às pessoas e Soberania Alimentar aos países (ROCHA, 2018). A perspectiva agroecológica se coloca como alternativa para o sistema hegemônico de produção agrícola, tendo como base o redesenho dos sistemas alimentares. Essa relação pode ser ilustrada por exemplo trazido na obra “Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia” (RIGON, 2010), que diz respeito ao conceito de alimentação saudável que orientou as discussões do hoje extinto Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) para a construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional:

A realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada pelo referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade,

equilíbrio, moderação e prazer [sabor], às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (RIGON, 2010, p. 71).

Como pode ser percebido, esse conceito vem muito próximo dos princípios defendidos pela Agroecologia. Nesse mesmo documento, são apresentadas experiências que trazem a Segurança Alimentar como eixo transversal e agregador de experiências para o Encontro Nacional de Agroecologia, destacando pontos como a produção para o autoconsumo, diversificação da produção, o resgate de culturas alimentares e valorização da agrobiodiversidade, a melhoria da saúde, novas perspectivas de mercado e políticas públicas, além da educação alimentar e para o consumo. De fato, o CONSEA foi fundamental para as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em desenvolvimento no país, que ganharam em qualidade ao valorizar princípios comuns com a agroecologia (ROCHA, 2018).

Agroecologia e Políticas Públicas no Brasil

Duas das principais políticas de SAN atualmente em vigor no país são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que trazem no cerne dos avanços conseguidos a estreita relação com a agricultura familiar e a agroecologia. A partir da Lei nº 11.947, de 2009, o PNAE traz como grande inovação a utilização de no mínimo 30% dos recursos recebidos pelas Entidades Executoras para compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. O apoio ao desenvolvimento sustentável torna-se uma das diretrizes da política de alimentação escolar, ao lado de outras dimensões ligadas à SAN, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Educação Nutricional. O PNAE também favorece a compra de alimentos de produção agroecológica (BRASIL, 2009).

O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), uma das estratégias de promoção da alimentação adequada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, também se destaca nesse cenário quando defende, antes de tudo, a utilização de alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento dos gêneros alimentícios processados e ultraprocessados.

Se Raigón (2014) desperta para a necessidade da educação para o consumo de alimentos produzidos com bases biológicas, Rocha (2018) ajuda a complementar suas ideias, falando em uma sustentabilidade de aspectos macro e micro. O conceito de dietas sustentáveis desta autora, suscitado em citação da FAO (2010), remete exatamente para o papel do consumidor dentro dos sistemas alimentares:

[...] dietas com baixos impactos ambientais que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para a vida saudável das gerações presentes e futuras. Dietas sustentáveis protegem e respeitam a biodiversidade e os ecossistemas; são culturalmente aceitáveis, economicamente acessíveis, e nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis; além de otimizar os recursos naturais e humanos (ROCHA, 2018, p. 30)

Esteve (2017) escreveu em sua obra “O Negócio da Comida” que é preciso informação para que se tenha indignação. É possível alterar a atual situação em que o sistema alimentar mundial se encontra, mas isso demanda sobrepujar um discurso imposto e caminhar para a soberania alimentar como paradigma alternativo ao sistema agroindustrial, apostando no enfoque agroecológico e novas formas mais justas de comércio. Em um sistema de produção/distribuição que transforma o alimento em mercadoria, comer, mais do que nunca, se torna um ato político, portanto, torna-se condição necessária que as pessoas conheçam o conteúdo do que comem, bem como o que aquele alimento significa para a qualidade alimentar e manutenção da saúde.

Considerações finais

No que tange aos aspectos sociais afetados pela modernização da agricultura, é relevante apontar os impactos do êxodo rural nas cidades, que ocasionou dificuldades de moradia, alimentação, refletindo na qualidade de vida das pessoas, cada vez mais precarizada devido às dificuldades oriundas da falta de qualificação profissional. Além disso, aqueles que optaram por ficar no campo e vender sua força de trabalho aos grandes produtores passaram por contaminação por agrotóxicos e pesticidas, comprometendo suas condições de saúde e, por vezes, vindo a óbito.

Finalmente, acredita-se que a educação possibilitará a transformação da sociedade na busca de um enfoque agroecológico de produção alimentar, e não apenas no âmbito científico da Agroecologia: educar para o não-uso de agrotóxicos, para a valorização do campo e do local, para o respeito ao saber tradicional, para o não-desperdício, para a higiene, para o respeito ao ambiente, para o não-consumismo, para dietas saudáveis e para dietas sustentáveis.

O enfoque agroecológico passa por contrapor o sistema capitalista que, entre tantas outras coisas, mercantiliza o alimento, retirando dele seu valor nutricional, mas sobretudo sua seguridade, diversidade, seu valor cultural e até sua dimensão de afeto. A proposta de valorização dos circuitos curtos em um enfoque local vem associada com a educação dos agricultores, profissionais e consumidores para a importância de se valorizar modelos agrícolas saudáveis para os consumidores, para os produtores e para o ambiente. De fato, a abordagem agroecológica parece ter se consolidado como alternativa ao sistema hegemônico de produção e vem cada vez mais ganhando espaço no campo da ciência, da política e das práticas agrícolas sustentáveis.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Universidade – UFRGS, 2009. 120 p.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ALVES, C. T. **A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, p. 174. 2013. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/163>. Acesso em: 18 maio 2021.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. A Revolução Verde e a apropriação capitalista. In: **CES Revista**: periódico oficial do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. CES/JF, 2007. v. 21. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

CASTRO, I. R. R. Má nutrição, iniquidade e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Ciênc. saúde colet.** v. 24, n. 7, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n7/2376-2376/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

COELHO, L. Destruição de florestas aumenta risco de novas pandemias. **Jornal da USP**, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/>

destruicao-de-florestas-aumenta-risco-de-novas-pandemias/ Acesso em: 1 jun. 2021.

COUTINHO, J. G; GENTIL, P.C; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 Supl. 2, p. 332-340, 2008.

DAMATTA, R. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

ESTEVE, E. V. **O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 269.

FÁVERO, C.; PACHECO, M. E. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. *In*: GOMES, J. C. C.; DE ASSIS, W. S. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. **Embrapa (INFOTECA-E)**, 2013.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** [online]. jan/jun. 2004. v. 1, n. 1, p. 1 - 55. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso em: 20 maio 2020.

GUZMÁN, E. S. **Sobre los orígenes de la Agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Buenos Aires, ARG: CLACSO, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/80>. Acesso em: 4 abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos, 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos>. Acesso em: 1 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **Sistemas alimentares saudáveis na América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://idec.org.br/sistemasalimentares>. Acesso em: 28 maio 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas**. Alimentando Políticas. Relatório da Comissão The Lancet [The Global

Syndemic of Obesity, Undernutrition and Climate Change]. jan. 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/>. Acesso em: 28 maio 2021.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Machado e outros. **Saúde Soc.**, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/SL48V3NbbVNPNNRXybCqfqP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2021.

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, out. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2021.

PENSSAN — Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. p. 65.

PEREZ, F; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 612-21, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/fjXKFMN9hfJmgTVCVckNVZp/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2021.

PRIMAVESI, A; PRIMAVESI, A. A biocenose do solo na produção vegetal & Deficiências minerais em culturas: nutrição e produção vegetal. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/a-biocenose-do-solo-na-producao-vegetal-deficiencias-minerais-em-culturas/>. Acesso em 28 maio 2021.

POULAIN, J. **Sociologias da Alimentação**: os comedores e o espaço alimentar. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2. ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 285.

RAIGÓN, M. D. Alimentação ecológica: uma questão de qualidade. **Agriculturas**, v. 11, n. 4. 2014. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/alimentacao-ecologica-uma-questao-de-qualidade/#:~:text=A%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20estritamente%20relacionada,do%20processo%20civilizat%C3%B3rio%20da%20humanidade.&text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%20deve,e%20o%20valor%20nutricional%20dos%20alimentos>. Acesso em: 28 maio 2021.

RIBEIRO, S. Os latifundiários da pandemia. Tradução de Luiza Mançano. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://www>.

brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-os-latifundiarios-da-pandemia-por-silvia-ribeiro. Acesso em: 28 jun. 2021.

RIGON, S. A. Relatório Analítico das Experiências Sistematizadas para o II Encontro Nacional de Agroecologia. *In: Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia: Sistematização de experiências.* Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia – GT SSA/ ANA. 1.ed. Rio de Janeiro: FASE, 2010. p. 95. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2012/03/15/soberania-e-seguranca-alimentar-na-construcao-da-agroecologia-sistematizacao-de-experiencias/>. Acesso em: 28 maio 2021.

ROCHA, C. Por uma nova ciência para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis. *In: Abastecimento alimentar e mercados institucionais.* PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* (org.). Santa Catarina: Editora da UFFS, 2018.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. *et al.* **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 195.

SANTILLI, J. Um pouco da história da Agricultura. *In: SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores.* São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SCHOTTZ, V. Agroecologia é a esperança. **Jornal Aldeia**, [online], jun. 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/jornal_aldeia_jun_2015.pdf?dimension1=no. Acesso em: 29 de maio de 2021.

SILVA J. H. C. S; BARBOSA. A.S.A. Inserção da Agroecologia em um novo sistema alimentar pós-covid-19. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 148-159, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/view/10618>. Acesso em 28 maio 2021.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 12, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v6i12.21>. Acesso em: 27 set. 2021.

Capítulo 8

Agricultura familiar e fomento às atividades produtivas rurais – o Plano Brasil sem Miséria em Japonvar - MG

Ângela Aparecida Santos¹
Edneila Rodrigues Chaves²



Foto: Cultivo de abacaxi - agricultor familiar Sr. João Antônio Japonvar-MG, 2018 - Fonte: Acervo de Ângela Aparecida Santos.

Resumo

Este trabalho dedica-se à análise de política pública de fomento para a agricultura familiar — Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil Sem Miséria — para Japonvar-MG, entre os anos de 2015 e 2018. Analisou-se a implementação do Programa e seus impactos em termos de melhoria da produtividade de atividades agrícolas dos

¹ Prof^ª Ma. E-mail: angelasantosead@gmail.com IFNMG - Campus Diamantina-MG

² Prof^ª Dr^ª E-mail: edneila.chaves@ufvjm.edu.br PPGER/FIH/UFVJM

agricultores beneficiários do Programa. Foi realizada pesquisa documental em 81 projetos produtivos e 81 relatórios, com dados do Programa — cedidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-MG. Realizou-se também pesquisa de campo para levantamento de dados junto aos agricultores em 2018, com o objetivo de analisar a execução e impactos do Programa. Constatou-se que as principais atividades desenvolvidas foram a avicultura e suinocultura caipiras. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria possibilitou aos agricultores incrementarem o número de animais em atividades estruturadas com o Programa, promovendo melhoramento das condições de instalação destas atividades e conseqüentemente, melhorias na unidade de produção familiar.

Introdução

Com as modificações na agricultura decorrentes principalmente da “revolução verde”, pensava-se uma hegemonização dos modelos de produção da agricultura brasileira, com os estabelecimentos rurais passando a produzir em grande escala a fim de atender às demandas do mercado agroexportador (SANTILLI, 2009). A categoria agricultura familiar é amplamente divulgada desde 1990. Uma das formas de legitimação da agricultura familiar pelo governo federal foi por meio de instituição de políticas públicas, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar —PRONAF, a primeira política pública específica para a categoria. Após esse, várias políticas públicas foram direcionadas para a agricultura familiar contribuindo para seu fortalecimento e sua reafirmação enquanto modelo de agricultura.

Neste estudo, analisou-se a implementação e execução de política pública para a agricultura familiar em Japonvar, ao norte do Estado de Minas Gerais (período de 2014-2018), no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria. Analisou-se a implementação do Programa e seus impactos para a melhoria dos níveis de produtividade de

atividades agrícolas e dos níveis de melhoramento das condições materiais de vida, a partir da percepção dos agricultores beneficiários do Programa.

O estudo consistiu em duas etapas. Primeiramente, realizou-se pesquisa documental com a análise de 81 projetos produtivos e 81 relatórios (Emater-MG), com dados do Programa após dez meses de execução. Posteriormente, realizou-se pesquisa de campo, para levantamento de dados junto aos agricultores, com a submissão de questionários estruturados no mês de outubro de 2018, com fins de analisar a execução e os resultados do Programa para o período de três anos após sua implementação (2014-2018).

Para realização da segunda etapa, foi submetido questionário estruturado com questões abertas e fechadas aos beneficiários das comunidades de Beco, Santa Rosa e Corisco, que são 12, seis responsáveis dos grupos familiares que estruturam cada uma das atividades, subdivididos em grupos de três do sexo masculino e três do sexo feminino, a fim de obter as informações de forma mais verticalizada. Foram privilegiados os agricultores dessas comunidades por estarem presentes nelas um maior número.

A seguir, caracteriza-se inicialmente o município de Japonvar, seguindo-se com a discussão da construção e reconhecimento da agricultura familiar e sua importância histórica no cenário agrícola brasileiro. Segue-se com as considerações sobre o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil sem Miséria em Japonvar e, por fim, são apresentados os resultados e discussões das pesquisas realizadas.

Caracterização do município de Japonvar-MG

Japonvar está localizado ao norte do Estado de Minas Gerais. Em 2010, sua população era de 8.298 habitantes, com estimativa de 8.683 para o ano de 2017. Dos 8.298 habitantes em 2010, 5.248 (aproximadamente 63,24%) compunham a população rural, que desenvolve, predominantemente, a atividade de agricultura de caráter familiar, aqui denominada de agricultura

familiar, cuja conceituação da categoria será abordada adiante. O IDHM³ de Japonvar em 2020 foi de 0,608, nível médio, segundo o Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ATLAS BRASIL, 2020).

O povoamento de Japonvar iniciou-se com o estabelecimento de uma pequena venda (comércio) no trevo rodoviário entre a BR-135, um simples entroncamento de três estradas que dão acesso às cidades Januária, São João da Ponte e Varzelândia. Com o passar do tempo, o dono desse estabelecimento começou a distribuir lotes na área territorial no entorno da venda, o que proporcionou a formação do núcleo de povoamento, estreitamente vinculado às estradas. Anteriormente, o local era conhecido como Barreiro Grande e, depois, como Cacete Armado. A alteração para o nome Japonvar ocorreu em 1975 como iniciativa de um religioso católico, o padre Antônio José, em razão do povoado estar localizado na confluência das rodovias que ligam as cidades de Januária, São João da Ponte e Varzelândia.

Em meados dos anos de 1980, empresas exploradoras das chapadas chegaram à região, iniciando as atividades de monocultura de eucaliptos, impulsionando a consolidação do núcleo urbano, em decorrência do grande número de empregos gerados. A oferta de trabalho neste ramo atraiu pessoas de outras regiões para Japonvar contribuindo para o seu povoamento. As necessidades coletivas dos que ali passaram a residir foram responsáveis pelo desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas, extrativistas etc.

A população do município de Japonvar é predominantemente rural; sua economia é baseada no extrativismo de frutos do cerrado, especificamente do pequi (*Cariocar brasiliense*) e em atividades agrícolas e pecuárias familiares. Nas unidades familiares predomina-se a mão de obra familiar e a poliprodução — os agricultores familiares se dedicam às mais diversas atividades em suas

³ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 0 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto; 0,800 a 1 - muito alto.

propriedades, garantindo a subsistência do grupo familiar e geração de renda com a comercialização de excedentes por meio da venda direta de porta em porta, feira livre e participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) etc. Sendo a agricultura familiar o modelo de agricultura predominante no município de Japonvar, é oportuno discutir os pressupostos teóricos e políticos da agricultura familiar.

A agricultura familiar e sua importância no cenário agrícola brasileiro

A agricultura familiar passou a ser reconhecida e valorizada no Brasil enquanto categoria de produção agrícola a partir de meados da década de 1990 (PICOLLOTO, 2011). Desde então, tal reconhecimento tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si, com contribuições de atores nas vertentes social, acadêmica e política. O reconhecimento institucional (contribuição da vertente política) foi propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela criação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº. 1.326 de 24 de julho de 2006).

A agricultura familiar apresenta diferentes conceitos e estes possuem como elemento unificador a importância da mão de obra da família. Institucionalmente, a Lei de Agricultura Familiar traz requisitos a serem atendidos para que um estabelecimento agropecuário seja considerado da agricultura familiar. De acordo com essa lei, o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); metade da força de trabalho deve ser de natureza familiar; a atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e a gestão deve ser estritamente familiar (BRASIL, 2006).

Segundo Wanderley (2003) o conceito de tal categoria se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf, que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para Veiga (1991) e Abramovay (1992/1998), a agricultura familiar é um modelo de organização da

agricultura centrada na empresa familiar mais democrática, eficiente e sustentável, quando comparada à patronal. Os sujeitos da categoria agricultura familiar são os agricultores familiares. Para Wanderley (2003), estes “são portadores de uma tradição, com fundamentos dados pela família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas que se adaptam às condições modernas de produzir e de viver em sociedade”.

A agricultura com base na força de trabalho familiar, embora historicamente marginalizada pelos governos na atribuição dos incentivos públicos para o meio rural, sempre apresentou expressividade na produção de alimentos. Segundo Queiroz (1963), já por volta da década de 60, a produção reconhecidamente existente em Minas Gerais alimentava 53% da sua população. Os outros 47% eram alimentado pela produção com base na força de trabalho familiar, de subsistência, que não aparecia nos dados oficiais.

O Censo agropecuário de 2006 traz dados que mostram que 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertence a grupos familiares, constituindo a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; respondendo por 35% do produto interno bruto nacional; e absorvendo 40% da população economicamente ativa do país. Produzindo a maior parte dos itens, base da alimentação do país, segundo o Censo, a agricultura familiar produzia 7% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária era responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do País (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

No Censo agropecuário de 2017 o número de estabelecimentos da agricultura familiar ainda permanece predominante, apesar de uma queda em relação ao percentual apresentado pelo de 2006 (de 84,4% para 76,9%). Segundo o próprio IBGE, umas das explicações deve-se ao fato da agricultura familiar ter sido o único seguimento que perdeu mão de obra (em torno de 2,2 milhões de trabalhadores), enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho. Com os agricultores

familiares buscando trabalho fora, houve a diminuição da mão de obra familiar e assim estabelecimentos familiares deixaram de atender a critérios importantes para se enquadrar em tal categoria. Ainda pelos dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar possui participação expressiva na produção de alimentos importantes para a nossa mesa.

Quanto à produção de culturas permanentes, no caso da produção de café e de banana, ela responde por 48% do valor da produção total destas culturas. Já, quanto às culturas temporárias, a agricultura familiar responde por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria – Japonvar-MG

Em 2011, foi lançado o Plano Brasil sem Miséria, um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de retirar 16,2 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema. O plano consistiu em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL/MDS 2014).

A partir do eixo de inclusão produtiva rural foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, lançado em Minas Gerais em 2013 por meio de atuação conjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) com o Governo Federal. O programa teve como objetivo garantir melhores condições de vida a 12 mil famílias de agricultores em 476 municípios mineiros (EMATER, 2016).

Segundo a Emater (2016), a execução do programa combinou duas ações: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e a transferência direta às famílias, por meio do cartão do Programa Bolsa Família, de recursos financeiros não-reembolsáveis. Ambas as ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, para que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, bem como para que possam ter acesso a uma alimentação mais saudável.

O público-alvo desse fomento rural são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos indígenas e quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais. Para participarem do programa as famílias devem estar ou ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico) e deter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) ou, ainda, estar inseridas na Relação de Beneficiários (RB) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRASIL/MDS 2013).

Segundo a Emater-MG, para o início da execução do Programa de Fomento às atividades produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria, juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CMDRS, a partir da lista de inscritos no CADÚnico pelo Centro de Referência Assistencial e Social – CRAS, foi realizada a seleção de agricultores familiares com os requisitos para participarem do programa. Além desta lista, a Emater-MG, juntamente com a secretária de desenvolvimento social, e auxílio dos agentes comunitários de saúde de cada comunidade, realizaram a busca ativa a fim de inserir famílias que apresentavam requisitos para participarem do programa, mas que não se encontravam inscritas no CADÚnico. O cadastramento, o diagnóstico familiar, a elaboração do projeto produtivo e assistência técnica foram atribuições da Emater-MG, como empresa executora do programa.

No município de Japonvar, foram beneficiados 81 agricultores familiares de 21 comunidades rurais, sendo: as comunidades de São Bernardo, Barra da Lagoinha, Beco, Rancharia, Pau Preto, Passagem Funda, Santa Rosa, Ponte do Mangai, Cabeceira de Umburana, Comunidade de Sambaíba, Santa Rita, Cabeceira de Mangai, Comunidade de Pinhão, Comunidade de Melancias, Vila de Andu, Porteiras, Capivara, Corisco, Dois Barreiros, Campo Redondo e Quatis.

As atividades estruturadas por meio do Programa foram: avicultura caipira, suinocultura caipira, cultivo de hortaliças, atividade rural não agropecuária, milho irrigado e apicultura. Cada agricultor optou pela atividade para a qual tradicionalmente já apresentava uma vocação por serem conhecedores das técnicas e, assim, aumentar as chances de sucesso na execução da atividade.

As atividades categorizadas como atividade não rural consistem em produção artesanal de rapaduras e de farinha de mandioca, de cujas matérias primas os agricultores já dispunham. Na tabela 1 observa-se que 60,49% dos agricultores selecionados para participar do programa escolheram a avicultura caipira como atividade a ser estruturada, 30,86% optaram pela suinocultura caipira, enquanto 3,70% pela atividade rural não agropecuária, 1,23% tanto para o milho irrigado quanto para a apicultura e 2,47% para atividade de cultivo de hortaliças.

TABELA 1 – ATIVIDADES PRODUTIVAS POR NÚMERO DE AGRICULTORES - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – JAPONVAR-MG (2015-2018)

Atividade produtiva	Agricultores	
	Absoluto	%
Avicultura caipira	49	60,49
Suinocultura caipira	25	30,86
Atividade rural não agropecuária	03	3,70
Hortaliças	02	2,47
Milho irrigado	01	1,23
Apicultura	01	1,23

Total	81	100,00
-------	----	--------

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

A atividade avicultura caipira é praticada tradicionalmente nas propriedades rurais de produção familiar como uma das principais atividades, por ser de fácil manejo já que os animais são criados em sistema extensivo, são animais rústicos e com boa produção tanto de carne quanto de ovos. Boa parte da alimentação desses animais vem de reaproveitamento, o que torna a atividade de baixo custo. Culturalmente e historicamente esta atividade é reconhecida como rentável e sempre com demanda comercial a ser atendida, visto que o consumo de carne, principalmente de aves, aumenta gradativamente, conforme João Klug no artigo “Propostas para a agricultura no início do Império: um estudo comparativo entra as ideias de Friedrich Von Weech e Carlos Augusto Taunay”, publicado em 2009, traz Von Weech tratando das possibilidades econômicas em seu “Manual Agrícola” escrito em 1828, para orientar os imigrantes alemães a se instalarem no Brasil. Esta atividade, além de gerar renda para o agricultor familiar, participa da alimentação do grupo familiar.

A suinocultura caipira também é desenvolvida na agricultura familiar, predominantemente em sistema extensivo, a criação tradicional de porcos ou criação de porco-banha, está presente na maioria das propriedades dos agricultores familiares, associada à sua subsistência, por meio do aproveitamento da banha e da carne, para atender o consumo familiar e vender os excedentes. É uma atividade tradicionalmente desenvolvida nas unidades de produção familiar conforme se vê nos relatos de (BRANDÃO 1983, p. 13), ao falar de lavradores caipiras criando porcos, cultivando lavouras de milho e mandioca.

Os dados do Censo agropecuário IBGE 2006 mostram que os percentuais de estabelecimentos que desenvolvem atividades de avicultura e suinocultura caipiras correspondem respectivamente a 53% e 29%, dados que se aproximam dos apresentados na tabela referente aos percentuais dos mesmos estabelecimentos no

município de Japonvar, que são 60,49% e 30,86% para avicultura e suinocultura respectivamente, por tradição estas atividades predominam nos estabelecimentos de agricultores familiares.

Após o recebimento da primeira parcela do benefício, os beneficiários tiveram um prazo para aquisição dos materiais e realizar as primeiras etapas do projeto, recebendo visita do técnico da Emater-MG 10 meses após a implementação do Programa para verificar o andamento das atividades e cumprimento das etapas do projeto. A percentagem de unidades de produção familiar que não estavam executando os projetos produtivos das atividades de suinocultura e avicultura caipira foi de 20% e 22,45% respectivamente, enquanto as demais, cultivo de hortaliças, atividade rural não agropecuária e apicultura, estavam com 100% do projeto produtivo executado. Tanto para a atividade de avicultura quanto para a de suinocultura, a maior parte dos beneficiários necessitavam construir os galpões de alvenaria, e muitos dependiam de terceiros para execução dessa primeira etapa, pré-requisito para prosseguimento das demais, principal justificativa por não estarem executando o projeto.

Nas tabelas 2 a 6 estão apresentados os dados referentes às respostas do questionário submetido aos responsáveis pelo grupo familiar dos beneficiários do Programa para a atividade de suinocultura. A maior parte dos beneficiários entrevistados está na faixa etária acima de 45 anos e possui ensino fundamental incompleto.

Quanto aos agricultores que estruturaram a atividade de suinocultura, o número de membros dos grupos familiares está entre 3 e 4. A escolaridade predominante entre os beneficiários é o ensino fundamental incompleto, sendo que a maioria está em uma faixa etária acima de 45 anos.

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, ATIVIDADE SUINOCULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (I)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Membros do grupo familiar	3 membros	33,33	100,0
	4 membros	66,67	-----
Nível de instrução	Ensino fundamental incompleto	66,67	100,0
	Superior incompleto	33,33	-----
Faixa etária	35 a 45 anos	33,33	33,33
	Acima de 45 anos	66,67	66,67

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Quanto à renda familiar, a maioria das mulheres e todos os homens declarou ser de até um salário mínimo. A principal fonte de renda do grupo familiar, para a maioria dos entrevistados em geral, era a aposentadoria rural, o cultivo de grãos (milho e feijão) e o Bolsa família. Para todos os entrevistados a agricultura é a principal atividade econômica. Tanto os beneficiários entrevistados do sexo masculino quanto os do sexo feminino se reconhecem como agricultores familiares.

TABELA 3 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, ATIVIDADE SUINOCULTURA - JAPONVAR- MG (2015-2018) (II)

Características	Dados	Entrevistados	
		Feminino	Masculino
Renda familiar	Até 1 salário mínimo	66,67	100,0
	1 a 2 salários mínimos	33,33	-----
Organização do trabalho	Familiar	100,0	100,0
Principal fonte de renda	Bolsa família	66,67	66,67
	Aposentadoria	66,67	66,67
	Cultivo de grãos (milho e feijão)	66,67	66,67
	Criação de suínos e aves	-----	100,0
Principal atividade econômica	Agricultura	100,0	100,0
Autodeterminação	Agricultor familiar	100,0	100,0

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Como principais problemas para a produção agrícola a maioria das mulheres disse ser o clima, enquanto a maioria dos homens diz ser o clima, pragas e pouca condição financeira. A maioria das mulheres e dos homens disse ser a produção da unidade familiar destinada ao consumo e à venda. O agricultor familiar produz para o consumo, mas comercializa o excedente. A maioria que vendem parte da produção realizam a venda no próprio domicílio, mas também comercializam por meio do PNAE.

TABELA 4 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, ATIVIDADE SUINOCULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (III)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Principal problema para a produção agrícola	Clima	66,67	66,67
	Pragas	33,33	66,67
	Pouca condição financeira	33,33	100,0
Destinação da produção	Consumo da família	33,33	33,33
	Consumo e venda	66,67	66,67
Comercialização da produção	Venda no próprio domicílio	100,0	100,0
	PNAE	33,33	33,33
	Própria comunidade	-----	33,33

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Quanto ao acesso a políticas públicas, a maioria das mulheres e dos homens é beneficiária do Bolsa família, do Pronaf, do Garantia Safra e da aposentadoria rural. Quanto aos benefícios de tais políticas públicas, a maioria das mulheres e dos homens ressaltou que elas contribuem para incremento de renda e lucro pois, ao realizarem investimento nas atividades agrícolas, passam a produzir mais obtendo excedentes para comercialização.

TABELA 5 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - ATIVIDADE SUINOCULTURA - JAPONVAR- MG (2015-2018) (IV)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Acesso a políticas públicas e aposentadorias	Bolsa família	66,67	66,67
	PRONAF	66,67	-----
	Aposentadoria rural	66,67	66,67
	Garantia safra	33,33	66,67
	PNAE	33,33	33,33
	BSM	100,0	100,0
Benefícios das políticas públicas e aposentadorias	Incremento de renda	66,67	66,67
	Maior oportunidade de lucro	33,33	-----
		-----	33,33
	Melhoria da renda		

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Para todos, o Programa contribuiu para melhoria da renda na unidade de produção, oportunizando a comercialização e incentivando à produção já que com o programa foi possível melhorar a produção aumentando o número de animais. Sobre o que passou haver na unidade de produção após o Programa, tanto as mulheres quanto os homens disseram ter ocorrido um incremento da atividade de criação de suínos e também das atividades de criação de bovinos e aves (galinhas) com a construção de estruturas adequadas para essas atividades e para a atividade de cultivo de hortaliças. Segundo algumas mulheres foi possível iniciar a atividade de criação de bovinos, aumentar o número de suínos e até a comprar terreno.

Quanto à avaliação do Programa, a maioria das mulheres avalia como ótimo e a maioria dos homens avalia como bom. Em relação às melhorias promovidas pelo Programa nas unidades de produção, todos os homens e todas as mulheres dizem ter o programa contribuído para melhoria da produção, melhoria da estrutura da propriedade, aumento da produção, consumo e comércio, e melhoria da renda. Quanto às visitas técnicas realizadas pela Emater-MG, a maioria das mulheres diz ter

recebido duas, enquanto a maioria dos homens diz ter recebido apenas uma.

TABELA 6 – EFEITOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS, ATIVIDADE SUINOCULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Importância do recurso do PBSM na unidade de produção familiar	Melhoria da renda	100,0	100,0
	Oportunidade de comercialização e incentivo à produção	100,0	100,0
	Melhoria da produção e aumento do número de animais	100,0	100,0
Passou a haver na propriedade após o PBSM	Incremento da atividade de criação de suínos, aves e bovinos	33,33	33,33
	Estrutura adequada para a criação de aves, bovinos, suínos e cultivo de hortaliças	33,33	33,33
	Criação de bovinos, aumento do número de suínos, compra de terreno	33,33	-----
Melhorias na propriedade familiar com o PBSM	Melhoria da produção	100,0	100,0
	Melhoria da estrutura da propriedade	100,0	100,0
	Aumento da produção, consumo e comércio	100,0	100,0
	Melhoria da renda		
Visitas técnicas recebidas	1 visita	33,33	66,67
	2 visitas	66,67	----
	3 visitas	33,33	----
	4 visitas	----	33,33
Avaliação do PBSM	Bom	33,33	66,67
	Ótimo	66,67	33,33

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Os dados relativos à atividade de avicultura estão apresentados nas tabelas 07 a 11 apresentando-se os percentuais de respostas dos entrevistados do sexo masculino e do sexo feminino, para cada observação.

Quanto à composição do grupo familiar dos agricultores que estruturaram a atividade de avicultura, a maioria das mulheres diz ter 3 membros e varia de 3 a 8. Já segundo os homens, número de membros nos grupos familiares varia de 3 a 8. Quanto à escolaridade todas as mulheres e todos os homens possuem ensino fundamental incompleto, com todas as mulheres em uma faixa etária entre 35 e 45 anos e todos os homens, acima de 45 anos.

TABELA 7 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - ATIVIDADE AVICULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (I)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Membros do grupo familiar	3 membros	66,67	33,33
	4 membros	33,33	-----
	6 membros	-----	33,33
	8 membros	-----	33,33
Nível de instrução	Ensino fundamental incompleto	100,00	100,00
Faixa etária	35 a 45 anos	100,00	-----
	Acima de 45 anos	-----	100,00

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Quanto à renda familiar todas as mulheres e todos os homens declararam ser a renda familiar de até um salário mínimo. Para todos os entrevistados o trabalho na unidade de produção com base na força de trabalho familiar, sendo a agricultura a principal atividade econômica. Para a maioria das mulheres e dos homens a principal fonte de renda provém do Bolsa Família. A maioria das mulheres se reconhece como lavradoras, enquanto todos os homens se reconhecem sob essa denominação.

TABELA 8 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - ATIVIDADE AVICULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (II)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Renda familiar	Até 1 salário mínimo	100,00	100,00
Organização do trabalho	Familiar	100,00	100,00
Principal fonte de renda	Bolsa família	66,67	66,67
	Aposentadoria rural	33,33	33,33
	Cultivo de grãos (milho e feijão)	-----	33,33
	Cultivo de hortaliças	66,67	33,33
	Criação de suínos e aves	-----	33,33
Principal atividade econômica	Agricultura	100,0	100,0
Autodeterminação	Agricultor familiar	33,33	-----
	Lavrador	66,67	100,0

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

O clima foi apontado por todos os entrevistados como o principal problema para a produção agrícola. Todas as mulheres afirmaram que a produção é destinada ao consumo e à venda, feita na própria comunidade; já os homens relataram ser somente para consumo. Todos os homens e todas as mulheres vendem parte da produção no próprio domicílio, mas parte dos homens e das mulheres declarou participar também do PNAE.

TABELA 9 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - ATIVIDADE AVICULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (III)

Características	Observações	Nº %	
		Feminino	Masculino
Principal problema para a produção agrícola	Clima	100,0	100,0
	Pragas	33,33	-----
	Pouca condição financeira	33,33	66,67
Destinação da produção	Consumo e venda	100,0	33,33
	Consumo da família	-----	66,67
Comercialização da produção	Venda no próprio domicílio	100,0	100,0
		-----	33,33

PNAE	-----	33,33
Própria comunidade		

FONTA: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Quanto ao acesso às políticas públicas a maioria das mulheres e dos homens afirmou ser beneficiários do Bolsa Família. Uma parte das mulheres e homens disse participar do Pronaf e do Garantia Safra. Todos afirmaram que tais políticas públicas contribuem para melhoria da renda.

TABELA 10 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - ATIVIDADE AVICULTURA - JAPONVAR-MG (2015-2018) (IV)

Características	Dados	Nº %	
		Feminino	Masculino
Acesso a políticas públicas e aposentadorias	Bolsa família	66,67	66,67
	PRONAF	33,33	33,33
	Aposentadoria rural	33,33	33,33
	Garantia safra	100,00	66,67
	PNAE	-----	33,33
	BSM	100,00	100,0
Benefícios das políticas públicas e aposentadorias	Melhoria da renda e do consumo	66,67	100,0

FONTA: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Todos os entrevistados afirmam que o Programa contribuiu para melhoria da renda na unidade de produção, oportunizando a comercialização e incentivando a produção já que com o programa foi possível melhorar a produção aumentando o número de animais. Sobre o que passou a existir na unidade de produção após o Programa tanto as mulheres quanto os homens disseram ter ocorrido melhoria de suporte para obtenção de maior lucro. Todos os homens disseram que, com o programa, foi possível construção de estrutura adequada (instalações) para criação de aves (galinhas).

A maioria das mulheres avalia o programa como ótimo e a maioria dos homens avalia como bom. Em relação às melhorias promovidas pelo Programa nas unidades de produção, para todos os homens e todas as mulheres, o Programa contribuiu para melhoria da produção, melhoria da estrutura da propriedade,

aumento da produção, consumo e comércio, e melhoria da renda. Quanto às visitas técnicas a maioria dos homens e das mulheres disseram ter recebido duas.

TABELA 11 – EFEITOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS - ATIVIDADE AVICULTURA - JAPONVAR- MG (2015-2018)

Características	Observações	Nº %	
		Feminino	Masculino
Importância do recurso PBSM na unidade de produção familiar	Melhoria da renda do Oportunidade de comercialização e incentivo à produção	100,00	100,00
Passou a haver na propriedade após o PBSM	Suporte para aumento do lucro	33,33	33,33
	Estrutura adequada para criação de aves	33,33	100,00
	Reservatório de água e estrutura adequada para criação de aves		-----
Melhorias na propriedade familiar com o PBSM	Melhoria da produção	100,00	100,00
	Melhoria da estrutura da propriedade	100,00	100,00
	Aumento da produção, consumo e comércio	100,00	100,00
	Melhoria da renda		
Visitas técnicas recebidas	1 visita	33,33	66,67
	2 visitas	66,67	----
Avaliação do PBSM	Bom	33,33	66,67
	Ótimo	66,67	33,33

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Nas tabelas 12 e 13 estão os números de animais existentes na propriedade antes e após o Programa, considerando as mulheres e os homens dos grupos familiares beneficiados que estruturaram a atividade suinocultura. Houve um incremento no número de animais, segundo as mulheres, variando de 160% a 800%. Já segundo os homens, o incremento no número de animais variou de 200% a 500%.

TABELA 12 – NÚMERO DE ANIMAIS (SUINOCULTURA) ANTES E APÓS A PARTICIPAÇÃO NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, DE ACORDO COM MULHERES ENTREVISTADAS - JAPONVAR- MG (2015-2018)

Mulheres entrevistadas	Número de animais antes do BSM	Número de animais após o BSM	Incremento no número de animais (%)
A	05	8	160%
B	01	08	800%
C	02	06	300%

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

TABELA 13 – QUANTIDADE DE ANIMAIS (SUINOCULTURA) ANTES E APÓS PARTICIPAÇÃO NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, DE ACORDO COM HOMENS ENTREVISTADOS - JAPONVAR-MG (2015-2018)

Homens entrevistados	Quantidade de animais antes do BSM	Quantidade de animais após o BSM	Incremento no número de animais (%)
A	03	15	500%
B	02	04	200%
C	02	04	200%

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Nas tabelas 14 e 15 são apresentados os números de animais existentes na propriedade antes e após o Programa, considerando as mulheres e os homens dos grupos familiares beneficiados que estruturaram a atividade avicultura. Houve um incremento no número de animais, segundo as mulheres, variando de 166% a 750%. Já segundo os homens, o incremento no número de animais variou de 277% a 1000%.

TABELA 14 – QUANTIDADE DE ANIMAIS (AVICULTURA) ANTES E APÓS PARTICIPAÇÃO NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, DE ACORDO COM MULHERES ENTREVISTADAS - JAPONVAR-MG (2015-2018)

Mulheres entrevistadas	Quantidade de animais antes do BSM	Quantidade de animais após o BSM	Incremento no número de animais (%)
A	20	70	350%
B	30	50	166%
C	6	45	750%

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

TABELA 15 – QUANTIDADE DE ANIMAIS (AVICULTURA) ANTES E APÓS PARTICIPAÇÃO NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, DE ACORDO COM HOMENS ENTREVISTADOS - JAPONVAR-MG (2015-2018)

Homens entrevistados	Quantidade de animais antes do BSM	Quantidade de animais após o BSM	Incremento no número de animais (%)
A	10	100	1000%
B	10	30	300%
C	45	125	277%

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

Quanto à avaliação do Programa, é maior o número de mulheres que o avalia como ótimo. Isso pode se justificar pelo fato das atividades de suinocultura e avicultura, quanto à divisão sexual do trabalho serem atividades desenvolvidas no entorno da residência e ditas trabalho das mulheres (CAMPOS, 2011), então as mulheres podem entender o Programa bem mais significativo para elas por ter possibilitado investimento nessas atividades.

Todos os beneficiários que estruturaram a atividade de suinocultura se reconhecem como agricultor familiar, enquanto a maioria das mulheres e todos os homens que estruturaram a atividade de avicultura se reconhecem como lavradores. Embora normatizados como agricultores(as) familiares após reconhecimento e legitimação da agricultura familiar enquanto modelo de produção agrícola, as demais denominações para estes sujeitos não foram abolidas. Portanto, tal denominação “agricultor familiar” consiste em mais uma nomenclatura que se somou às já existentes.

A agricultura é a principal atividade econômica dos beneficiários. Estes também estão inscritos em programas de outras políticas públicas para a agricultura familiar, além de aposentadoria. Ribeiro *et al.* (2007) afirmam que programas desta natureza promovem transferência de renda ou estimulam a produção. Pode-se dizer que são importantes no fortalecimento e incentivo das atividades agrícolas dos agricultores familiares. Os lavradores beneficiários de tais programas adquirem maior segurança econômica para acessar créditos do Pronaf e que as aposentadorias rurais apoiam a produção agrícola, além de transferir renda.

A maioria dos agricultores participantes da presente pesquisa é beneficiária de programas como o Programa Bolsa Família, Garantia Safra e aposentadorias; isto pode estar fortalecendo-os e animando-os a acessarem, por exemplo, as linhas de crédito do Pronaf, investindo nas suas atividades agrícolas produzindo excedentes e, assim, criando condições de participar dos canais de comercialização como o PNAE ou na própria comunidade, uma vez que a maioria relatou que a produção é destinada tanto ao consumo próprio quanto ao comércio.

Todos os entrevistados disseram ter recebido visita técnica durante a execução do Programa e apontaram diversos benefícios proporcionados às suas unidades de produção. Segundo Mello *et al.* (2014), para além dos resultados de execução física e financeira do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, é importante ressaltar a mudança significativa na atuação das entidades da ATER e a melhoria das condições de vida das famílias atendidas pelo Programa; a melhoria da situação de segurança alimentar e nutricional, com a ampliação e diversificação da produção de alimentos; as mudanças nas formas de produzir, por parte das famílias, devido à diversificação das atividades produtivas, implantação de atividades não-agrícolas e estruturação da criação de pequenos animais; a participação importante das mulheres, como titulares do cartão do Bolsa Família, nas decisões e na implantação dos projetos produtivos (MELLO *et al.* 2014).

Em termos de conclusão, para os agricultores familiares beneficiários do Plano Brasil sem Miséria em Japonvar, esse Programa demonstrou-se relevante para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. O recurso do Programa resultou em benefício quanto à melhoria na execução das atividades agrícolas na unidade de produção familiar, por promover oportunidade para incrementar a produção e comercializar excedentes.

O Plano Brasil sem Miséria fomentou as atividades produtivas ao contribuir com o investimento em atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades e na atividade estruturada, bem como viabilizou o incremento no número de animais. Proporcionou-se também a melhoria das condições de instalações nas unidades familiares, a melhoria na execução das atividades, favorecendo melhoria na produtividade das respectivas unidades dos agricultores.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão (1992/1998)** — a inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf 2015. Acesso em: 4 dez. 2012.

ATLAS BRASIL. IDHM 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/japonvar_mg. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. **Brasil Sem Miséria**: superação da pobreza rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Resultados_Rural.pdf, 2014. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Cartilha Brasil sem Miséria no seu Município**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha-encontro-prefeitos-final-18022013.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos Apoio à produção para o consumo do leite – PAA/leite**. Brasília, DF, 12 nov. 2003. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/resolucoes/2003/Resolucao%20no%206-%20de%2012%20de%20novoembro%20de%202003.PDF. Acesso em: 20 jan. 2018.

CAMPOS, J. T. de. A educação do caipira: sua origem e formação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 32, n. 115, p. 489-506, 2011.

EMATER-MG. **Programa Brasil Sem Miséria**. 2016. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20153. Acesso em: 20 jan. 2018.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006. Acesso em: 7 mar. 2018.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

JAPONVAR, Prefeitura Municipal de. **História de Japonvar**. Disponível em: <http://www.japonvar.mg.gov.br/historia/>. Acesso em: 4 dez. 2017.

KLUG, J. Propostas para a agricultura no início do Império: um estudo comparativo entre as ideias de Friedrich von Weech e Carlos Augusto Taunay. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 22-36, jan./jun. 2009.

MELLO, J.; ANDRADE, B. T.; MELCHIORI, C E; OLIVEIRA, Y R de. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros

resultados. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Plano Brasil Sem Miséria**, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 4 jul. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. de. Uma categoria esquecida de análise (1963) p. 57. In: WELCH, Clifford A. *et al.* (orgs.). **Camponeses brasileiros**. v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. 336p.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075 -1102, out/dez 2007.

SANTILLI, J. Um pouco da história das agriculturas. p. 35-64. In: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Petropolis. 2009. p. 520.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos sociedade e agricultura**, n. 21, out., 2003.

Capítulo 9

Tipologia de agricultores e os desafios no acesso aos canais de comercialização

Anselmo de Paula Carvalho¹

Ezequiel Redin²



FOTO: NILMAR LAGE - VEREDAS SOL & LARES (2019).

Resumo

Este texto objetiva analisar e compreender os diferentes tipos de agricultores, suas estratégias produtivas e os desafios para o acesso aos

¹ Mestre em Estudos Rurais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Diamantina-MG, anselmomestrado2018@gmail.com

² Doutor em Extensão Rural. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Unaí-MG e Professor da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria-RS, ezequiel.redin@ufsm.br

canais de comercialização em Córrego Novo, Minas Gerais. Para construção da tipologia foi utilizado o método de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Os resultados da pesquisa indicaram que o município possui pelo menos quatro tipologias de agricultores e que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas locais envolvem pequenas propriedades de agricultores familiares. A principal atividade agropecuária em Córrego Novo é a produção de leite, porém observa-se diversificação produtiva para o autoconsumo nas propriedades pesquisadas. A pesquisa apontou a necessidade de criação e implementação de políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Adicionalmente, é desejável que haja uma mobilização em prol da organização coletiva para fortalecimento das estratégias produtivas, criando condições para busca de mercados locais e regionais para ampliação das oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Palavras-chave: Comercialização. Desenvolvimento rural. Estratégias de reprodução social. Sistemas agrários. Vale do Rio Doce.

1. Introdução

No Brasil, os conhecimentos herdados pelas famílias rurais, passados de geração em geração, aliados ao uso de tecnologias sociais criadas ou adaptadas na propriedade rural, predominam como estratégias de reprodução social e econômica em parte expressiva da agricultura familiar. Porém, devido ao modelo econômico vigente e ao avanço da modernização agrícola nos últimos anos, uma parte destes agricultores foi, aos poucos, envolvida pelo mercado dos complexos agroindustriais; isto é, os agricultores se modernizaram de acordo com sua capacidade econômica, ou por meio de políticas de crédito que possibilitaram a incrementação de ativos imobilizados. Apesar disso, algumas famílias ainda permanecem no modo tradicional de fazer e praticar a agricultura, compreendendo o rural como um modo de vida e apego à natureza.

Neste aspecto, a modernização agrícola das unidades de produção fez com que algumas famílias se capitalizassem mais e outras menos, em virtude de uma série de fatores. Considerando que o meio rural brasileiro passa por uma transição de identidade, em função do acesso às políticas de crédito e de uma revalorização do rural, foi construída uma nova nomenclatura à classe, intitulada Agricultura Familiar. Conforme a Lei n. 11.326/2006 é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais³, utiliza predominantemente mão de obra da própria família, apresenta percentual mínimo da remuneração proveniente de ações econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Em Minas Gerais (MG) as atividades da agropecuária e mineração são relevantes para o desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o Censo Agropecuário (2017) existem 607.557 estabelecimentos agropecuários em MG, ocupando 38.168.688 hectares. Atualmente, 1.836.353 pessoas encontram-se ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do estado (BRASIL, 2017). Tais números mostram que a agropecuária é fundamental para a economia estadual e nacional. Para fins de desenvolvimento deste trabalho tomou-se como referência a região do Vale do Rio Doce, na qual está inserida a microrregião do Vale do Aço onde, por sua vez, localiza-se o município de Córrego Novo que faz parte de nossa unidade de análise.

De acordo com IBGE Cidades (2021), Córrego Novo possui 2.688 habitantes, ocupando uma área de 205,385 km², sendo que 0,3 km² estão em perímetro urbano. O município é de pequeno

³ Conforme a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro 1979, o módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, expressa em hectares, sendo variável para cada município, seguindo os seguintes critérios: a) tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) conceito de propriedade familiar (BRASIL, 1979).

porte e possui sua base econômica sustentada pela agropecuária. Entretanto não existe uma entidade legalmente constituída para atendimento dos interesses das famílias rurais, ficando a cargo do poder público local a função de articulação para implementar políticas públicas que envolvem os interesses do desenvolvimento local e regional.

A escolha do município de Córrego Novo como objeto de estudo justifica-se, no campo da contribuição acadêmica, em função dos resultados que sua população possa ter acesso sobre sua dinâmica no meio rural e, com isso, gerar uma conscientização sobre o seu papel no desenvolvimento e construção de cenários possíveis voltados ao desenvolvimento rural. No campo da contribuição mercadológica ressalta-se a eminência da atividade leiteira como o principal produto agropecuário do município, ressaltando que, devido às terras férteis, há possibilidade de exploração de novas estratégias de renda agrícola. Deste modo, é possível analisar esse potencial do município no atendimento ao mercado regional. No campo da contribuição social, o trabalho apresenta a construção das tipologias e a análise de acesso aos mercados pelos agricultores, com potencial de fomentar novas formas de organização produtiva para melhoria da qualidade de vida e incremento da renda das famílias rurais.

Este capítulo objetiva analisar e compreender os tipos de agricultores, suas estratégias produtivas e os desafios para o acesso aos canais de comercialização em Córrego Novo, MG. A seguir é delineado o percurso metodológico, em especial, o campo de pesquisa no contexto de Córrego Novo. Mais adiante, apresentam-se os resultados acerca da tipologia dos agricultores no município, debatendo-se em seguida sobre os principais desafios em relação ao acesso aos canais de comercialização para os agricultores locais. Finalmente, são apresentadas as considerações finais que apontam indicativos sobre a dinâmica do desenvolvimento rural local e possíveis estratégias para a agricultura na região.

2. Percurso Metodológico

Foi utilizado o método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), com foco no município de Córrego Novo, MG. A proposta metodológica objetiva a caracterização do sistema agrário e vislumbra evidenciar, por meio de etapas progressivas no sentido do geral para o particular, sendo um instrumento relevante para a construção de diretrizes para o desenvolvimento e planejamento do rural local (MAZOYER; ROUDART, 2010). Neste trabalho será apresentado apenas o produto final desta pesquisa, ou seja, a análise propriamente dita do subsistema técnico para construção das tipologias de agricultores e o acesso aos mercados.

A pesquisa foi inspirada nos trabalhos de Redin (2011), Redin (2013a) e Silva (2014), cujas pesquisas usaram o método ADSA para aprofundar os conhecimentos da realidade rural e para construção de tipologias. Através de uma pesquisa de campo (VERGARA, 2009) em que foram feitas entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e diálogo com os agricultores, somada ao uso de dados secundários do IBGE, foi possível construir as tipologias apresentadas. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas junto a um total de 12 (doze) agricultores do município e também foram entrevistados três (3) informantes-chave que responderam o roteiro de entrevista, totalizando 15 (quinze) participantes da pesquisa.

Os critérios para seleção dos entrevistados foram: a) ser ou ter sido agricultor no município e ter idade entre 18 anos e 90 anos; b) no caso dos informantes-chave, além dos critérios anteriores, levou-se em consideração o fato de ocupar algum cargo público, ser presidente ou vice-presidente do sindicato ou da associação dos trabalhadores rurais. Entendeu-se que tais pessoas possuíam informações pertinentes para a pesquisa por trabalharem com os interesses dos agricultores no cotidiano.

Os informantes-chave indicaram agricultores que se enquadravam no perfil da pesquisa, além de elaborar um mapeamento das propriedades/agricultores para, posteriormente, seleção dos participantes da pesquisa. As entrevistas foram

gravadas mediante consentimento dos participantes e, posteriormente, transcritas, servindo como base para a construção das tipologias dos agricultores. Cada entrevista teve duração média de 30 minutos e foi realizada na propriedade/residência dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados foram abreviados para manter o sigilo. O número total de entrevistas foi determinado pela saturação das informações, ou seja, quando houvesse repetição de informações considerava-se como satisfatório parar a investigação. Para auxílio na interpretação dos dados da pesquisa utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os critérios para construção das tipologias foram: condição de fertilidade da terra, tamanho da propriedade, acesso e emprego de mecanização, declividade, atividade agropecuária principal, atividades de autoconsumo, capacidade econômica das famílias, grau de dependência do mercado, comercialização e acesso as políticas de crédito rural.

3. Tipologia dos Agricultores

No município de Córrego Novo, MG, há o predomínio de relevo montanhoso e clima quente durante a maior parte do ano, além de terras férteis e propícias à atividade agropecuária. É importante ressaltar as intempéries/restrições ambientais e também socioeconômicas no território do município, na qual existem diferenças expressivas em relação à quantidade e qualidade da terra dos agricultores de acordo com a localização da propriedade. Segundo o informante-chave D.P. (74 anos), pequenas propriedades predominam no município, e existem alguns estabelecimentos agropecuários com maior extensão de terras. Os agricultores de Córrego Novo foram definidos em quatro tipologias distintas: A, B, C e D, conforme abordado a seguir.

3.1 Agricultor tipo A

O agricultor tipo A é aquele que possui mais de 80 hectares de terra, altamente produtivas, férteis ou corrigidas pela calagem, por

uso de insumos e técnicas de conservação do solo; a produção é mecanizada, havendo máquinas agrícolas na propriedade e prevalecendo a produção e comercialização em grande escala. A categoria ainda é caracterizada pela baixa restrição ambiental para as atividades agrícolas. Possuem áreas planas na maior parte da propriedade, o que possibilita o emprego de tecnologias para a produção. A tração animal praticamente não é utilizada nessas propriedades. A criação confinada de bovinos é uma das atividades principais, às vezes em conjunto com a produção de leite ou o cultivo de larga escala como o milho para silagem, principalmente. Essa tipologia é responsável pela geração de emprego e renda no município, pois a maior parte da mão de obra existente na unidade de produção agropecuária é formal, ou seja, possui carteira de trabalho assinada pelo contratante. Córrego Novo possui um módulo fiscal de 20 hectares, portanto, essa tipologia não se enquadra na categoria de agricultura familiar, definida na Lei 11.326/2006, em função que os produtores dessa tipologia possuem acima de 80 hectares em suas unidades de produção.

Diante de dificuldades para obtenção de mão de obra, agricultores tipo A podem contratá-la temporariamente. Pela sua especificidade no ramo de atividade praticada, como por exemplo a produção de leite, existem casos em que trabalham com famílias que moram na terra e são desprovidas de capital financeiro, conforme constatado na pesquisa. Não são dependentes do comércio local — em alguns casos, tornam-se articuladores para a venda do produto, sem depender de intermediários, como é o caso do agricultor S.S.S. (50 anos). Segundo ele, dependendo da qualidade do produto/animal, é possível conseguir maior poder de barganha no momento da comercialização. São especializados no confinamento de gado, possuem bom acesso à informação sobre as técnicas e o canal de comercialização, e ainda contratam profissionais técnicos da área para acompanhamento.

Devido à produção em larga escala, as rendas agropecuárias são consideráveis. Em alguns casos, agricultores tipo A podem adquirir novas áreas de agricultores com baixa produção e que não

possuem capital para investir na propriedade ou, ainda, que queiram migrar para a área urbana. Em Córrego Novo há poucos agricultores que estão nessa tipologia (no caso dos entrevistados, apenas um está no tipo A). É improvável que estes agricultores troquem sua atividade pelo meio urbano; porém, podem optar por morar na cidade e trabalhar na propriedade, que é o caso do entrevistado que se enquadra nesta tipologia. Existem outros agricultores dessa tipologia no município que optam por não confinar bovinos, dedicando-se especialmente à atividade leiteira e cultivo de milho para silagem.

3.2 Agricultor tipo B

O agricultor tipo B é aquele que possui aproximadamente entre 30 e 50 hectares de terra, férteis ou corrigidas pela calagem, por uso de insumos e técnicas de conservação do solo. A produção é mecanizada; ainda que o agricultor não possua muitas máquinas agrícolas na propriedade, possui renda para alugá-las. A produção e comercialização predominantes são de média escala. Essa tipologia é caracterizada por média restrição ambiental para as atividades agrícolas, e o maior problema são os custos com mão de obra para manter as atividades da propriedade. No caso das propriedades de Córrego Novo que se enquadram nessa tipologia, a produção de leite é a principal renda, tendo como atividade secundária a criação de bovinos para corte. Em termos de topografia, essas propriedades possuem áreas mistas que são montanhosas e áreas planas próximas às margens dos ribeirões, onde é possível o emprego de máquinas agrícolas.

Predominam nessas propriedades: o emprego de tratores, colheitadeiras, semeadoras e ordenhadeiras para produção de leite. São agricultores diversificados; seu principal produto, o leite, é comercializado junto aos laticínios da região. As propriedades que se enquadram nessa tipologia comumente cultivam o milho para silagem; em alguns casos, há também a criação de bovinos para corte, sendo esses animais vendidos para intermediários que repassam

para os frigoríficos da região. Dentre os agricultores entrevistados, quatro se enquadram nessa tipologia. Esses agricultores são importantes para economia do município, pois três deles geram empregos formais e todos necessitam de mão de obra temporária, gerando assim ocupação e renda para um maior número de trabalhadores.

As maiores dificuldades encontradas pelos agricultores tipo B referem-se à escassez de mão de obra qualificada e ao alto custo de investimento em instalações para aumento da produtividade. São agricultores relativamente capitalizados, abrangendo um espectro que inclui desde aqueles menos capitalizados até os mais consolidados, bem como dos mais autônomos àqueles mais dependentes dos laticínios. A área de manejo depende, basicamente, do nível de orientação técnica e informação que o agricultor possui, variando conforme a flexibilidade de cada agricultor. O agricultor V.A.P. (66 anos), ressaltou a carência de assistência técnica disponível no município para suporte ao produtor rural: *“nem a EMATER/MG atende mais os produtores do município, isso é desanimador”*. Uma pesquisa realizada com os agricultores familiares de Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul (RS), constatou, analogamente, que a ausência da assistência técnica pública é apontada como um problema na agricultura, fato que é superada apenas pela assistência técnica privada ofertada pelas indústrias do sistema de integração no sul do Brasil (REDIN, 2013b).

Os agricultores enquadrados nessa tipologia são referência, pois compõem o número de maior expressão no município, incluindo desde agricultores que prezam pela qualidade do produto até aqueles que prezam pela quantidade. No caso do leite, ambos os critérios citados influenciam no preço final. A produção leiteira é expressiva no município, abrangendo muitas propriedades. De acordo com o informante-chave B. L. Z. P (39 anos), a produção de leite no município atualmente deve estar entre 10.000 a 15.000 litros por dia. Segundo o informante-chave A. L. P. (45 anos), a atividade leiteira inibe o surgimento de outros seguimentos do setor agrícola no município, tais como o cultivo de

hortaliças, fruticultura; em alguns casos, inibe inclusive o abandono das atividades agrícolas pelo trabalho assalariado. De acordo com o agricultor J. A. S. L (58 anos), “o leite é a garantia de um dinheirinho ao final do mês”. A renda mensal para as famílias rurais é relevante para manutenção e permanência nas atividades agropecuárias.

3.3 Agricultor tipo C

O agricultor tipo C é aquele que possui entre 15 e 30 hectares de terra, pouco férteis, sem renda suficiente para corrigi-las; não utilizam insumos ou técnicas para conservação do solo; a produção é manual com uso de tração animal na maioria das propriedades, pois o agricultor não possui máquinas agrícolas ou renda para alugá-las. Este agricultor depende de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e a produção é principalmente para o autoconsumo, com mínima comercialização do excedente.

Essa tipologia apresenta restrição ambiental, limitando as atividades agrícolas na propriedade, sendo a área disponível para agricultura relativamente pequena e em geral com mata nativa ainda presente na propriedade. Em determinados momentos, predominam áreas montanhosas, com dificuldades para o emprego de máquinas agrícolas, dificultando e inviabilizando a mecanização da produção. A tração animal é comum, por exemplo, é usada a capinadeira para capinar o mato das lavouras de milho. Estes agricultores optam pela diversificação produtiva como estratégia de sobrevivência. Cultivam milho, tendo como foco o consumo próprio e para a alimentação de animais, além de outros produtos e/ou subprodutos para autoconsumo da família. As propriedades de Córrego Novo que se enquadram nessa tipologia possuem também a produção do leite como principal atividade econômica, porém a produtividade é baixa (entre 40 e 60 litros/dia).

O leite é transportado em carroças ou cangalhas, predominando o modo tradicional; em alguns casos há dificuldades no acesso as novas tecnologias agrícolas. Um exemplo

é o agricultor P. J. P. (56 anos) que criticou o uso da ordenhadeira na produção de leite: *“o trabalhador de roça hoje em dia está querendo é mordomia e acaba encarecendo (aumentando o custo) a produção, por exemplo o sujeito usar ordenhadeira para tirar leite, aquilo é caro e gasta energia elétrica”*. Em linhas gerais, as propriedades apresentam dificuldades para o transporte da produção. São agricultores menos especializados e quase sem informações.

O leite é produzido em pouca quantidade e baixa qualidade, fazendo com que o produto seja desvalorizado pelos laticínios. Segundo o agricultor S. M. P. (37 anos), ele produz em média 50 litros de leite por dia e comercializa para o laticínio por R\$ 1,08 o litro. Já o produtor S. S. S. (50 anos), agricultor tipo A, produz em média 650 litros de leite por dia e comercializa o litro para o mesmo laticínio a R\$ 1,86. Os critérios utilizados pelos laticínios para precificação do leite são quantidade e qualidade, o que desfavorece alguns agricultores. Outros produtores de leite, com pouca produção, preferem produzir queijo para comercialização direta ao consumidor (venda de porta em porta), a exemplo de P. J. P. (56 anos) — ou como é o caso do agricultor E. C. S. (40 anos), que afirmou *“[...] se for para eu tirar leite e entregar para os laticínios, prefiro trabalhar de carteira assinada, eles pagam muito pouco pelo litro do leite”*. Aqui percebe-se que os agricultores possuem conhecimento sobre o valor do produto, bem como buscam estratégias de agregação de valor pelo leite produzido. Porém, contata-se que, sem a renda da produção de leite no município, é possível perceber uma alta tendência ao êxodo rural, abandonando a atividade rural.

Os principais problemas enfrentados pelos agricultores que se enquadram nessa tipologia em Córrego Novo são as terras pouco férteis e montanhosas, a falta de recursos para investimento na propriedade, a inexistência de incentivo dos gestores públicos municipais por não oferecer uma equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a falta de representação da classe junto ao Poder Legislativo Municipal. São agricultores desprovidos de recursos financeiros, parcialmente dependentes da renda dos

produtos que comercializam para sobreviver, sendo na maior parte dos casos a comercialização do leite a única renda familiar.

Essa tipologia de agricultores que trabalham na propriedade usando basicamente a mão de obra familiar esporadicamente contrata diaristas ou troca diárias com vizinhos de propriedade. A mão de obra é limitada, podendo ser contratada apenas em casos de extrema necessidade. Geralmente são agricultores que têm expressivo dispêndio de sua força de trabalho, porém não conseguem agregar qualidade ao produto, muito menos produzir em grande quantidade. Não conseguem melhorar suas condições de trabalho por não terem organização da categoria. Acredita-se que a criação de uma associação para defender os interesses dos agricultores familiares no município melhoraria as condições de trabalho e geração de renda desta categoria, sobretudo em relação às questões que envolvem o preço do leite pago pelos laticínios.

3.4 Agricultor tipo D

O agricultor tipo D é aquele que possui entre 1 e 14 hectares, com terras pouco produtivas, sem renda para corrigi-las, não utilizam insumos e nem realizam a conservação do solo convencional. A produção, quando existe, visa o autoconsumo e é realizada de forma manual; o agricultor não possui máquinas agrícolas na propriedade, tampouco possui renda para alugar. Grande parte dos agricultores dependem de políticas públicas de transferência de renda, como o bolsa família, para manutenção das necessidades básicas familiares.

Essa tipologia possui alta restrição ambiental, limitando as atividades agrícolas na propriedade: a área disponível para agricultura é relativamente pequena, com mata nativa ainda presente na propriedade e com relevo montanhoso. As propriedades do município de Córrego Novo que se enquadram nessa tipologia têm como principal atividade econômica a produção de leite, porém em pouca quantidade (de 15 a 25 litros por dia), o que não garante renda suficiente ao agricultor.

A tração animal está presente em todas as propriedades (arados, grades, carroças, capinadeiras etc.), dessa tipologia, predominando o modo tradicional de se fazer agricultura. Na maior parte dos casos existe o desejo do produtor em se tecnificar e mecanizar, porém ele é descapitalizado e não tem acesso às políticas de crédito rural. Quando necessário, o transporte da produção é realizado apenas por animais em carroças ou, menos frequentemente, por animais portando cangalhas com balaios. São agricultores sem especialização na atividade e sem informações atinentes a técnicas de produção convencional, que produzem leite, milho, feijão, mandioca, abóbora e hortaliças em pouca quantidade. Essa tipologia de agricultores trabalha na propriedade usando basicamente a mão de obra familiar.

As limitações financeiras e a carência de políticas públicas municipais para o atendimento à categoria são os principais problemas enfrentados pelos agricultores que se enquadram nessa tipologia. A falta de renda para investimento na propriedade impede a produção em média e larga escala e o emprego de tecnologia. Geralmente tais agricultores carecem de falta de informação, embora tenham conhecimento tradicional de cultivo e apresentam baixa utilização de técnicas convencionais, por isso, não conseguem uma produção satisfatória. Um exemplo é o do agricultor P. J. P. (56 anos), que nos informou que *“[...] no ano de 2018 plantei uma pequena lavoura de milho e não colhi nem a quantidade plantada, isso porque a terra está cansada (sem fertilidade)”*. Ele ainda ressaltou que: *“capinei a roça de enxada duas vezes e perdeu todo serviço”* (P. J. P. 2020). Analisando a fala é possível perceber que é necessário um acompanhamento técnico e orientação a respeito das possíveis formas de manutenção e manejo da qualidade do solo.

A mão de obra nas propriedades do município de Córrego Novo que se enquadram nessa tipologia é limitada, não podendo ser contratada nem em casos extremos. De acordo com o agricultor E. C. S. (40 anos), *“[...] os produtores mais ‘fracos’ não conseguem melhorar suas condições por não terem incentivo do poder público, pois caso houvesse uma capacitação e suporte por meio de técnicos, seria*

possível melhorar a condição de vida desses agricultores”. Essa tipologia poderia ocupar-se do fornecimento dos produtos demandados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município. Os agricultores enquadrados nessa tipologia, sobretudo seus sucessores, apresentam uma alta tendência ao êxodo rural e abandono da atividade no campo.

4. Desafios dos Agricultores Familiares para Acesso aos Canais de Comercialização

Os agricultores do município de Córrego Novo, em sua maioria, produzem leite, que é comercializado com os laticínios da região. No entanto, é desejável que os produtores se organizem para melhorar esta questão. O agricultor J. C. T. (90 anos), já neste mercado há mais de 30 anos no município, relatou que na década de 90 havia uma cooperativa leiteira local que centralizava a coleta e a comercialização, buscando melhorar e valorizar as condições da produção. Neste sentido, verificamos nesta pesquisa assim como no trabalho de Ploeg (2008), as diferenças entre a visão comercial camponesa e a empresarial — enquanto o camponês busca dinamizar o mercado local, ou seja, seu alvo são os circuitos curtos de comercialização, o agricultor patronal tem sua visão voltada para os circuitos longos de comercialização, ou seja, o mercado global. Desta forma, pode-se afirmar que a comercialização do leite produzido em Córrego Novo está priorizando o circuito longo, fato que implica na redução do poder de barganha dos produtores, sendo assim uma das alternativas para minimizar tal situação, seria buscar agregar valor ao produto através do fortalecimento de agroindústrias familiares rurais e a criação de cooperativas voltadas aos interesses dos agricultores no município.

Ainda segundo o produtor J. C. T. (90 anos), a antiga cooperativa era administrada por uma associação e que tinha uma série de questões, as quais ele disse não querer entrar em detalhes, levaram ao seu fechamento. Ainda ressaltou a importância da

centralização da captação e distribuição do leite, levando em consideração o atual cenário de comercialização do produto no município, sendo que a associação dos trabalhadores rurais poderia assumir essa responsabilidade e gerir todo esse processo. Porém, ele ponderou a respeito de situações passadas, envolvendo a antiga associação, que levaram os agricultores do município a desconfiarem das intenções das instituições que representam seus interesses. No tocante aos problemas enfrentados por agricultores familiares com relação à gestão de associações/cooperativas, Silva (2013) relata que foi criada uma associação dos trabalhadores rurais em Capanema, Paraná (PR) em 2000, todavia a associação enfrentou problemas fiscais, o que culminou na desconfiança dos agricultores e na inviabilização da sua manutenção.

A maior parte da produção dos agricultores familiares é para o autoconsumo. Ao questionar o agricultor P. J. P. (56 anos) sobre o motivo pelo qual ele não produz, por exemplo, hortaliças em maior quantidade para comercializar, ele responde: “[...] *infelizmente não temos incentivo, nem estrutura no município para produzir e comercializar. Os produtores rurais estão desanimados, a única coisa que faço aqui são queijos que vendo na rua (porta-porta), pois vender o leite para laticínios não compensa*”. Entende-se que para estimular a produção é preciso criar condições e fortalecer a esperança e sua autoestima. Assim sendo, a implementação de políticas públicas que atendem aos anseios e necessidades da categoria podem ser uma valiosa contribuição.

A afirmação a seguir, do agricultor P. J. P (56 anos), corrobora com o resultado da pesquisa de Conceição (2015) na qual ela aborda o assunto da intervenção estatal para garantia de preços justos aos produtores agrícolas em sua pesquisa, afirmando que:

Vale ressaltar que com a crise internacional, principalmente nos últimos meses, os agricultores se queixaram da alta dos preços dos insumos, em um momento em que os preços internacionais dos principais produtos estavam caindo. A este descompasso entre custo de produção e preço de venda, evidenciou-se o terceiro elemento: crédito. As *tradings*, que tradicionalmente financiam a produção, saíram do mercado, e os bancos aumentaram suas

exigências. Neste momento, qualquer iniciativa do governo (isto é, qualquer instrumento de comercialização) que garanta o preço é bem-vinda (CONCEIÇÃO, 2015, p. 143).

O agricultor B. L. Z. P. (39 anos) ressalta que a prefeitura local poderia contratar um corpo técnico para auxiliar as famílias rurais buscando otimizar a produção agrícola do município. O produtor ressaltou que, atualmente, o município não possui nenhum produto agrícola que seja referência comercial local (e muito menos regional), mesmo possuindo terras férteis e muita mão de obra ociosa. Além disso, afirmou que, se houvesse uma cooperação entre os agricultores e poder público local, seria possível realizar um estudo e verificar qual a cultura mais adequada ao clima e solo do município. Desta forma, aqueles agricultores que pudessem se dedicar a sua produção para alcançarem qualidade e maior quantidade seria possível viabilizar o manejo e o escoamento. Seria possível, por exemplo, a disponibilidade de um veículo da prefeitura para realizar pelo menos duas viagens na semana para a capital do estado, Belo Horizonte, e realizar a entrega da produção na Central de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa/MG), podendo, inclusive, aproveitar a viagem para comprar implementos em centros de distribuições de produtos agrícolas na capital, buscando assim viabilizar e otimizar a produção e comercialização.

Nesse sentido, é necessário buscar formas de fortalecimento do comércio agrícola no município de Córrego Novo. A partir dos achados desta pesquisa, o ponto principal circunscreve em torno da organização dos agricultores para empoderamento da classe e busca por objetivos em comum. Dentre estas metas existe a necessidade de criação e implementação de políticas públicas municipais para atendimento, de forma efetiva, aos interesses da classe que, conseqüentemente, segue junto ao desenvolvimento local e regional.

5. Considerações Finais

O município de Córrego Novo possui grande potencial agrícola, com possibilidade de crescimento. Nessa pesquisa identificamos que existem diferentes tipologias de estabelecimentos/produtores rurais, predominando em maior quantidade os pequenos estabelecimentos, além de um sistema de produção pouco variado, apesar das condições propícias para uma produção mais diversificada. Dada a importância do setor agropecuário para a economia municipal, existe a necessidade de repensar, por parte da gestão pública, diferentes formas de incentivo e colaboração para a consolidação e o desenvolvimento da agropecuária no local.

No município foi possível identificar que os agricultores que se enquadram nas tipologias A e B, por serem mais capitalizados e terem acesso à informação, praticam agricultura empresarial. Neste modelo, o agricultor se insere ao mercado como estratégia de maximizar os ganhos financeiros, especializando-se na produção de um produto principal (o leite). Outro resultado da pesquisa evidenciou que nas propriedades analisadas encontra-se uma, ou duas atividades rurais principais voltadas para a comercialização, com o predomínio da produção leiteira, e outras atividades como o cultivo do milho e hortaliças, seguido por outras culturas direcionadas principalmente ao autoconsumo.

Também vale ressaltar a carência de incentivo e de políticas públicas municipais implementadas para fortalecimento da agricultura familiar. Os agricultores demonstraram-se frustrados com a falta de suporte para produzir, apontando, sobretudo, para a necessidade de assistência técnica especializada para acompanhamento das propriedades. Considerando as condições climáticas e de solos propícios para produção agrícola no município, associando-as com a assistência técnica e às políticas públicas, existindo uma gestão eficiente desses recursos, o município poderia desenvolver-se e possivelmente tornar-se

referência em alguma produção agropecuária na região em que está inserido.

Para concluir ressaltamos a necessidade de formulação de políticas públicas municipais para incentivar o desenvolvimento agropecuário do município. Destacamos também as questões atinentes à precificação do leite no município, sendo necessário buscar formas de tornar mais rentável para o agricultor, uma vez que é a principal produção primária no município. Inicialmente seria interessante uma mobilização dos agricultores familiares locais no sentido de criarem uma associação ou cooperativa com o intuito de intermediar a comercialização do leite e prover insumos para os agricultores com preços mais justos e acessíveis.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Congresso Nacional, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 10 dez. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6746.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Política de comercialização agrícola no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 129-152.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: produtores, estabelecimentos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades:** Córrego Novo, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/corrego-novo/panorama>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS.** 2011. 261 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

REDIN, E. Estratégias, diversidades e similitudes das famílias agricultoras de tabaco. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 7, p. 58-72, nov. 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/3HIVRQy>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 12 p. 111-151, jul./dez. 2013b. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/872/566>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVA, D. F. **Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha.** 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SILVA, V. **O papel do programa de aquisição de alimentos – PAA – para fortalecimento da agricultura familiar:** o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada – COOPAFI – de Capanema, PR. 2013. 208 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Pato Branco, Pato Branco, 2013.

VERGARA. S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

Capítulo 10

“A raiva e fome é coisa dos home”: fome e literatura no Vale do Jequitinhonha

Herena Reis Barcelos¹

Nadja Maria Gomes Murta²



Resumo

Este trabalho aborda a relação entre a produção literária, a qualidade de vida e as políticas públicas no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, por meio de análise temática de conteúdo de três coletâneas literárias regionais dos anos de 1984, 2011 e 2018. Os poemas foram divididos em quatro categorias, compostas por 15 subcategorias totais,

¹ Mestre em Estudos Rurais (PPGER) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Nutricionista do PNAE na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Itinga, herena.barcelos@ufvjm.edu.br

² Doutora em Ciências Sociais (Antropologia). Nutricionista, Professora do Departamento de Nutrição, e dos Mestrados em Estudos Rurais (PPGER) e em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, nadja.murta@ufvjm.edu.br

conforme o tema central: Miséria, Reflexões, Vale do Jequitinhonha e Sentimentos. Na década de 1980 sobressaíam os poemas com temáticas ligadas à miséria (35,8%), havendo queda progressiva nos outros anos analisados, 11,6% em 2011 e 4,7% em 2018. A redução do fenômeno da fome no cotidiano dos escritores abriu espaço para outras reflexões de dimensões subjetivas, como as questões sentimentais. O estudo evidenciou que as produções literárias analisadas refletiram as transformações sociais advindas de políticas públicas implementadas na região e também são frutos do movimento que engendrou o contradiscurso de “Vale da Miséria”.

Introdução

“Tudo que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo”. Inspirados por Guimarães Rosa (1986, p. 273), compreendemos a necessidade de se conhecer os processos sociais e históricos envolvidos na formação dos povos e regiões. Tais processos interferem diretamente nas manifestações culturais, nas paisagens, nas relações e mesmo nas políticas sociais ligadas aos territórios.

Ainda no século passado, desde os anos 1930, Josué de Castro denuncia que as desigualdades sociais, que podem ser expressas, por exemplo, pela insegurança alimentar, pela fome e pela morte, são advindas da forma como os seres humanos se apropriam dos espaços territoriais. No seu livro *Geopolítica da Fome*, que aborda a questão da fome nos diferentes continentes do planeta, o autor afirma:

A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra de fome (CASTRO, 1953, p. 65).

As peculiaridades do cenário agrário do Vale do Jequitinhonha e seus relativos baixos indicadores econômicos fizeram com que a região fosse considerada uma das mais pobres do Brasil. Nos anos de 1970, a região foi classificada como Vale da

Miséria, estigma que a assombra nos últimos anos (SERVILHA, 2012; FÁVERO; MONTEIRO, 2014). Para Fávero e Monteiro (2014), esse estigma de miséria foi e tem sido o ensejo para que se desenvolvam projetos que acabam por intensificar a exploração dos recursos naturais, característica da região desde o período da colonização. De toda maneira, é importante reconhecer o papel das políticas públicas de combate às desigualdades sociais no território brasileiro e, sobretudo, no Vale do Jequitinhonha. Nesse sentido, objetivou-se analisar a relação entre a produção literária, a qualidade de vida e a implementação de políticas públicas no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais.

Percurso metodológico

Para a presente pesquisa, foram selecionadas de maneira intencional três obras literárias, a saber, “Arreunião”, produzida em 1984 pelo Jornal Geraes e Centro Cultural do Vale do Jequitinhonha (CCVJ), “Antologia Poética do Vale do Jequitinhonha”, produzida pelo Instituto Vale Mais, em 2011, e “Antologia dos Poetas e Escritores do Vale do Jequitinhonha”, produzida pelo Coletivo dos Escritores do Vale em parceria com a Editora Artesanal Arte Eterna, em 2018.

A escolha das obras se deu pelo caráter coletivo e participação de poetas de distintos municípios, sendo uma publicada na década de 80 e duas posteriores à implementação de políticas de combate às desigualdades sociais e à fome. As obras foram submetidas à análise temática de conteúdo proposta por Laurence Bardin (BARDIN, 2011). Concomitantemente foi realizada a revisão de literatura, com busca em periódicos nacionais, bem como em sítios eletrônicos institucionais, fontes de dados secundários: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A literatura e a representatividade social

“Ficou em paz, não tinha mais que chorar de fome, estrada afora. Não tinha mais alguns anos de miséria à frente da vida [...] Cordulina, no entanto, queria-o vivo. Embora sofrendo, mas em pé, andando junto dela, chorando de fome, brigando com os outros...” (QUEIROZ, 2006, p. 51). O fragmento do livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, publicado originalmente em 1930, ajuda a ilustrar a dimensão da fome no Brasil.

A literatura, por basear-se e inspirar-se no real, pode ajudar a compreender o cotidiano dos diferentes povos. A obra de Raquel de Queiroz, como de tantos outros escritores, a exemplo de João Cabral de Melo Neto, Euclides da Cunha, João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, trazem em seus entremeios elementos fundamentais que ajudam a refletir sobre questões envolvidas na formação social do Brasil (VILAS BOAS; SOUZA, 2020). Estende-se a outros autores o que Bueno, Bastos e Santana (2010) atribuíram a Guimarães Rosa: as vivências de um escritor — por terem relação com a observação direta dos locais, das pessoas e dos contextos — estão presentes em sua obra nas descrições da natureza, paisagens, tradições e costumes, credences, religiosidade, linguística, culinária, entre outras tantas características. Traça-se assim a relação entre cotidiano e literatura.

Montanari (2013) lembra que os modos de produção, preparação e consumo dos alimentos se tornaram essenciais para a humanidade, e que há uma diversidade de técnicas ligadas a esses processos. Poulain (2004), na abertura de sua obra *Sociologias da Alimentação*, lembra como os produtos naturais são instituídos de valores culturais, consumidos em uma dinâmica fortemente socializada. Mintz retrata os papéis sociais que a comida carrega: “o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social” (MINTZ, 2001, p. 31). Dessa maneira, Mintz entende que os comportamentos ligados à comida são importantes demarcadores da diversidade social. Ao se pensar a “Comida como Cultura” (MONTANARI, 2013), coloca-se

luz na presença constante das práticas, dos hábitos e dos cotidianos alimentares na literatura.

Por outro lado, Moscovici (1978 apud MASRCHNER, 2013) já chamava atenção para a atual indissolubilidade entre a realidade e sua representação, e como discursos, conscientes ou não, podem servir como orientação de comportamentos que reproduzem a dominação de alguns grupos sobre outros. Marschner (2015) acredita que as representações sociais podem constituir um imaginário hegemônico que se reflete nas construções históricas, o que o autor exemplifica com a subalternidade do campo para com a cidade na sociedade brasileira.

No Vale do Jequitinhonha, local onde a literatura se expressa na escrita e na oralidade, o sertão mineiro se vê representado nos versos e prosas de seus fazedores de literatura. Nomes como Sosígenes Costa, Adão Ventura, Maria Nelly Lages Jardim, Luís Santiago, Tadeu Martins, Silvino Patente Neto, Cláudio Bento, Joaquim Celso Freire, Lena Guimarães, Narciso Durães, Robson Waite, Jota Neris, têm contribuído com o processo da narrativa escrita das histórias, costumes e paisagens do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha e a fome

Diziam Chico Buarque e Edu Lobo que “mesmo miseráveis os poetas os seus versos serão bons”. Servilha (2012) acredita que mais que tentar apontar responsáveis ou uma marca temporal para a concepção do “Vale da Miséria”, é preciso entender a dinâmica pela qual a adjetivação foi difundida e, além disso, como foi ressignificada. E para o povo do Jequitinhonha, a identidade regional se fez fundamental nesse processo.

Ribeiro *et al.* (2007) consideram que a associação entre o Vale do Jequitinhonha e pobreza é “recente”. Os autores acreditam que o termo “Vale da Miséria” foi inaugurado pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento de 1971, mas ganhou força, conforme Servilha (2012), ao ser utilizado, em 1974, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse período foi antecedido pelo tempo de fama da

riqueza mineral das terras do Vale (século XVIII) e pelo apagamento nos anos seguintes, quando a região foi relegada a uma remota peça do sertão norte-mineiro. Conforme Ribeiro *et al.* (2007), essa relação se dá principalmente pelo modelo agrícola da região, que diferia do modelo de desenvolvimento proposto à época. O Vale do Jequitinhonha ganha a classificação de pobre, absoluta e relativamente, como se representasse a persistência de um passado atrasado. Os autores complementam, ainda, que não apenas os indicadores sociais foram responsáveis para essa avaliação negativa: as ideias desenvolvimentistas da época do milagre econômico entendiam que:

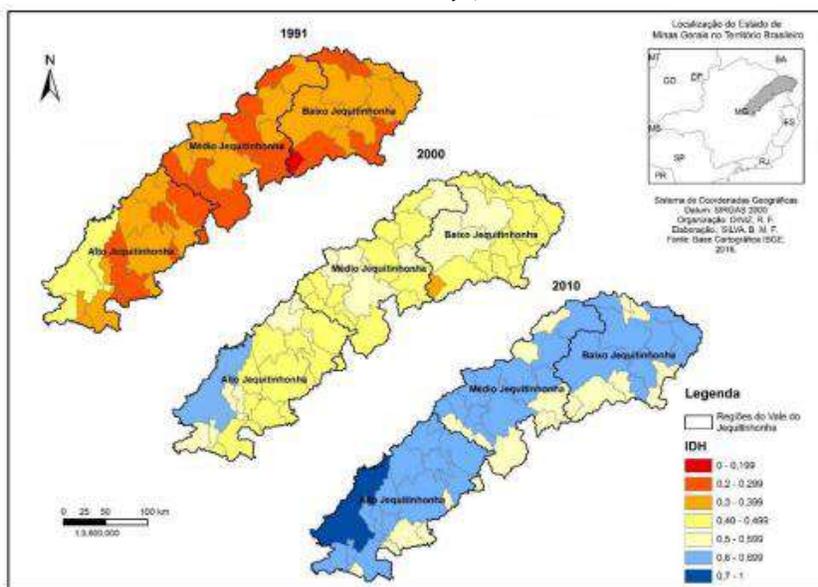
(...) diferenças se transformavam em problemas que deveriam ser eliminados para equalizar produtividade e renda nas diversas regiões. O Norte/Nordeste mineiro – e o Alto Jequitinhonha em especial – foi construído assim como o lugar da pobreza: a expectativa de crescimento continuado que havia naqueles anos de milagre econômico estimulava as comparações e, nessa equalização, desaparecia a especificidade dessas regiões rurais (RIBEIRO *et al.*, 2007, p. 1082).

Para Servilha (2012), utilizando-se das ideias de Bourdieu (2007), tem-se um quadro que representa as disputas por significação de si e do outro, marcadas por relações verticais de poder, onde se definem os maniqueísmos incluir/excluir, as demarcações de fronteiras, as classificações e as normalizações. Ainda segundo o autor, soma-se a isso a homogeneização incoerente e a estereotipação de uma bacia hidrográfica marcada pela diversidade de biomas e realidades socioculturais, por meio da repetição de imagens de seca, de notícias da fome e dos índices de pobreza.

Mas não se pode negar as condições de vulnerabilidade em que vivia parte da população do Vale do Jequitinhonha até os anos 1990. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é um indicador que se dá a partir de três aspectos da qualidade de vida de uma população — renda, educação e saúde — é classificado em escala de 0 a 1. Países ou entidades subnacionais

(estados e municípios) são classificados com IDH muito alto (acima de 0,800), alto (0,700 a 0,799), médio (0,600 a 0,699), baixo (0,500 a 0,599) ou muito baixo (0,000 a 0,499). Como pode ser visto na figura 1, no censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1991, todos os municípios da região estavam classificados com índices baixos ou muito baixos. No ano de 2000, embora tenha havido uma diminuição de municípios com índices muito baixos, apenas o município de Diamantina foi classificado com um IDH médio (0,602), sendo o maior da região (IBGE, 2000; DINIZ, 2018).

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (TCS) DO ALTO, MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA, 1991, 2000, 2010, CONFORME ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, REALIZADO PELO PNUD/IPEA/FJP, 2013.



FONTE: DINIZ (2018).

No que concerne às desigualdades sociais, algumas políticas e programas foram desenvolvidas pela Comissão de

Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), órgão de intervenção estatal de atuação controversa (DINIZ, 2018; SANTOS, 2018).

No Brasil, na década de 90, a fome e a miséria entraram no debate nacional, o que culminou na elaboração do primeiro Mapa da Fome, em 1993, o qual continha a dimensão da pobreza em âmbito nacional, o mapeamento da produção agrícola e propostas para o enfrentamento da questão alimentar. A partir de então o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é difundido no país. Nesse período, no que concerne às políticas públicas, houve a criação e implementação de programas e políticas compensatórias, focadas em regiões e grupos específicos: o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e o Comunidade Solidária, dentre outros. De maneira concomitante, houve a estabilização da moeda. Tal cenário foi significativo para a redução do número absoluto de pessoas que viviam em situação de indigência e miséria no país (PELIANO, 2010).

O Vale do Jequitinhonha foi alvo de ações interministeriais e de organizações não-governamentais, combinando ações com foco na redução da mortalidade infantil e estímulo da produção agrícola, como exemplo: o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, o Programa de Suplementação de Vitamina A, a descentralização da Alimentação Escolar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ações da Pastoral da Criança etc., os quais cumpriram a proposta de melhorar os índices de desenvolvimento da região (BRASIL, 1994; PELIANO, 2010; CUNHA, 2018).

A partir de 2003, com destaque para o Programa Fome Zero, o combate à fome e pobreza ganha força na agenda política nacional (FAO, 2014), com desdobramentos também na região. O programa foi organizado em quatro eixos:

(I) acesso aos alimentos; (II) fortalecimento da agricultura familiar; (III) geração de renda; (IV) articulação, mobilização e controle social. Essa equação foi reconhecida internacionalmente, principalmente pela capacidade de integrar e articular políticas. Delas, a mais conhecida é o Bolsa

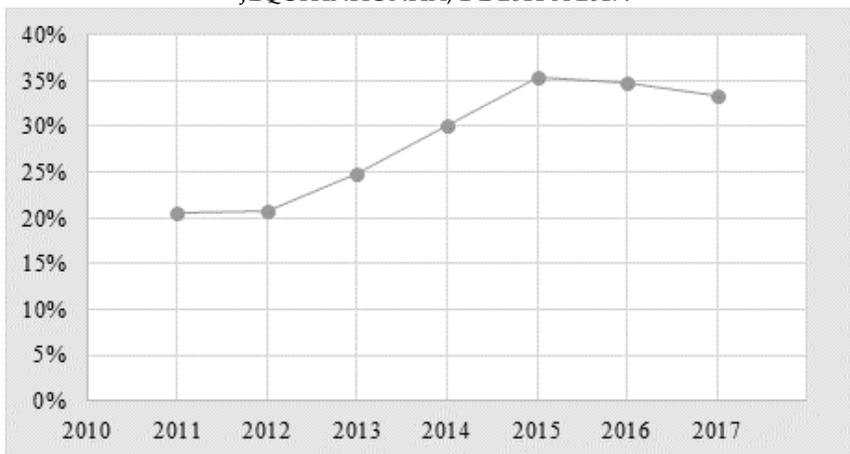
Família, maior programa de transferência de renda do mundo. Porém, o impacto do Bolsa Família não teria sido tão grande se não estivesse articulado a outros programas e ações (ARANHA A. V. (org.), p. 11).

Dentre as políticas constituintes da estratégia tem-se programas de estímulo à agricultura familiar, aos circuitos curtos de comercialização de alimentos e à conseqüente circulação local de recursos financeiros, ações importantes para a região do Vale do Jequitinhonha. Esse é o caso, por exemplo, do Programa Cisternas do extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE é uma das principais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Brasil. A partir da Lei nº11.947, de 2009, o programa traz como inovação a utilização de no mínimo 30% dos recursos recebidos pelas Entidades Executoras para compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. O apoio ao desenvolvimento sustentável torna-se uma das diretrizes da política de alimentação escolar, ao lado de outras ações ligadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (BRASIL, 2009; FERREIRA *et al.*, 2019).

No gráfico 1 são apresentados os valores médios percentuais da compra de alimentos oriundos da agricultura familiar nos municípios de: Araçuaí, Berilo, Carai, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa, localizados no Médio Jequitinhonha, no qual pode ser observado um aumento gradual da aquisição de alimentos à medida em que o programa se estrutura.

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM 14 CIDADES DO MÉDIO JEQUITINHONHA, DE 2011 A 2017.



FONTE: FNDE (2021).

A implementação desses programas, em conjunto com a atuação da sociedade civil, teve impacto positivo na qualidade de vida da população da região do Vale do Jequitinhonha. Isso pode ser constatado na pesquisa de Diniz (2018), que demonstra a continuidade de melhoria nos índices de desenvolvimento entre 2000 e 2010: Diamantina passa a ter um IDH classificado como alto (0,716), 35 municípios apresentam IDH médio, 19 municípios com IDH baixo e nenhum município foi avaliado com IDH muito baixo, o que pode ser observado na figura 1 apresentada anteriormente.

À melhoria da qualidade de vida soma-se o movimento contra o estigma de miséria, que irrompeu na região a partir dos anos 90, representado por produções e coletivos de artistas e intelectuais, que defendia um Vale do Jequitinhonha diverso e autêntico, o que, por sua vez, ressalta o papel fundamental da cultura e da literatura para o protagonismo de projetos contra-hegemônicos que contribuíram para ressignificação e revalorização do Vale (SERVILHA, 2012; DINIZ, 2018).

Fome e literatura no Vale do Jequitinhonha

A realidade apontada pelos dados ora apresentados é também expressa nas temáticas da produção literária da região. Na década de 1980, o quadro de vulnerabilidade social e miséria da população do Vale, talvez intensificado pelo estigma de Vale da Miséria, se refletiu na literatura:

(...)
*Nós temos fé,
Temos ilusões,
Histórias, a seca,
A fome, o sol.*

*Coitados de nós.
Por que fomos
Os escolhidos para não ter?
(...)*

Carlos Ivan Prates (JORNAL GERAES; CCVJ, 1984)

(...)
*Grunhidos, sons da fome,
Dançam déspotas e leis
Gritos de dor
Coroa dos Reis
A saga num vale sem nome.
(...)*

Jansen Chaves (JORNAL GERAES; CCVJ, 1984)

A exploração do povo e da natureza também são temáticas marcantes na década de 80.

*Este Vale tem riqueza
Tudo que planta
Começa a vingar.
Mas o rico com certeza
E muita malvadeza
Vem do pobre tudo tirar.*

(...)

Clemente Lucas (JORNAL GERAES; CCVJ, 1984, p. 18)

Talvez como reflexo do intenso movimento cultural que permeia a região, são muitos os escritores espalhados pelas cidades, o que por vezes eclode na produção de coletâneas literárias. Os fragmentos anteriormente apresentados foram retirados da coletânea “Arreunião” (JORNAL GERAES; CCVJ, 1984), uma das três obras selecionadas para este estudo (figura 2). As demais obras analisadas foram a “Antologia Poética do Vale do Jequitinhonha” (VALEMAIS, 2011) e a “Antologia dos Poetas e Escritores do Vale do Jequitinhonha” (FRANCA, A. G. *et al.* 2018), totalizando 179 poemas (tabela 1).

FIGURA 2 – CAPAS DAS OBRAS ANALISADAS, DA ESQUERDA PARA DIREITA, “ARREUNIÃO” DE 1984, ANTOLOGIA POÉTICA DO VALE DO JEQUITINHONHA DE 2011 E ANTOLOGIA DOS POETAS E ESCRITORES DO VALE DO JEQUITINHONHA DE 2018.



FONTE: ACERVO DA AUTORA.

TABELA 1 – DADOS DAS OBRAS ARREUNIÃO (1984), ANTOLOGIA POÉTICA DO VALE DO JEQUITINHONHA (2011) E ANTOLOGIA DOS POETAS E ESCRITORES DO VALE DO JEQUITINHONHA (2018).

Obra	Organização	Editora	Ano	Autores	Cidades	Poemas
“Arreunião”	Centro Cultural do Vale do Jequitinhonha e Jornal Geraes	Gráfica do Sistema Pitágoras de Ensino	1984	67	21	67
Antologia Poética do Vale do Jequitinhonha	Instituto Vale Mais	O Lutador	2011	36	23	69
Antologia dos Poetas e Escritores do Vale do Jequitinhonha	Movimento dos Poetas e Escritores do Vale do Jequitinhonha	Arte Eterna	2018	43	15	43

FONTE: Jornal Geraes; CCVJ (1984); VALEMAIS (2011); FRANCA, A. G. *et al.* (2018).

Na análise temática dos poemas das obras escolhidas emergiram quatro categorias: Miséria (quando ligados às dificuldades cotidianas da miséria ou desigualdades sociais), Vale do Jequitinhonha (quando traziam questões específicas da região, como cultura popular ou personalidades), Sentimentos (com poemas ligados ao amor fraterno, passional, familiar ou ao próprio ato de escrever) e Reflexões (quando os poemas traziam autorreflexões ou reflexões sociais diversas à fome ou desigualdade). Na tabela 2 está representada a análise temática dos poemas das obras escolhidas, as quatro categorias e suas respectivas subcategorias, apresentadas em valores absolutos.

TABELA 2 – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE E SUAS OCORRÊNCIAS, EM NÚMEROS ABSOLUTOS, NOS POEMAS DAS OBRAS ARREUNIÃO, ANTOLOGIA POÉTICA DO VALE DO JEQUITINHONHA (APVJ) E ANTOLOGIA DOS POETAS E ESCRITORES DO VALE DO JEQUITINHONHA (APEVJ)

Categorias	Subcategorias	Arreunião (1984)	APVJ (2011)	APEVJ (2018)
Miséria	Pobreza / Fome	14	4	0
	Seca / Vida sertaneja difícil	8	0	2
	Desigualdade / Injustiça	2	4	0
Reflexões	Autorreflexão / Reflexão enquanto sujeito	11	8	4
	Sociedade (política, racismo, ganância, gênero, destruição da natureza)	10	12	6
Vale do Jequitinhonha	Saudade do Vale / Amor ao vale	2	12	2
	Cultura / Artesanato / Alimentação / Personalidades	2	4	5
	Cidades / Região	2	2	3
	Religiosidade / Cotidiano	0	2	2
	Belezas naturais	2	0	2
	Sentimentos	Romance / Paixão	8	7
	Família / Amigos	1	3	0
	Saudade	1	6	5
	Alegria / Tristeza	2	0	5
	Viver/amar/escrever poesia	1	5	4
Total		67	69	43

FONTE: JORNAL GERAES; CCVJ (1984); VALE MAIS (2011); FRANCA, A. G. ET AL. (2018).

É importante ressaltar a subjetividade da escrita literária e que as categorizações dizem respeito ao que se considerou como a temática central dos poemas. No entanto, não se pode deixar de observar que na década de 1980, tomando como referência a obra *Arreunião*, um número relativamente elevado de poemas produzidos traz como temática central questões ligadas à miséria:

pobreza, fome, seca, dificuldades diárias, desigualdade e injustiças. Na obra em questão, mesmo alguns poemas que não têm a miséria como temática central citam a fome e a pobreza em algum momento do desfiar de seus versos — sobretudo aqueles que trazem um panorama geral do Vale. Não é difícil encontrar em muitas dessas produções uma dicotomia entre o amor à terra e o sofrimento pelas condições desfavoráveis de vida.

*Nasci no sertão, numa roça,
Numa velha e esburacada palhoça,
Da mesma nada existe.
Era um sertão sombrio e triste,
Mas de fartura e vanglória.*

(...)

Preto Souza (JORNAL GERAES; CCVJ, 1984, p. 63)

Se na década de 80 sobressaíam os poemas com temáticas ligadas à miséria (35,8%), em 2011, já se nota uma queda do percentual de produções poéticas com esse tema (11,6%), e na antologia mais recente, apenas dois poemas foram classificados segundo essa categoria (4,7%), figurando no subtema seca/vida difícil no Vale. A palavra “miséria” não tem ocorrência nesta última obra e a palavra “fome” apareceu duas vezes, mas apenas uma vez como um problema social e, ainda assim, não era a temática central do poema. Destaca-se que nenhum poema de 2018 trazia como tema principal a fome.

(...)

*Um pé descalço outro calçado.
Mãos grossas, cabelos de sol queimado.
Homem sertanejo peleja sobrevivência nas terras de Jequitinhonha e Mucuri.
Querem com a fome sumi, e na avenida catam lata e papelão,
Para dar à cada filho um pedaço de pão.*

(...)

Junio Dutra (FRANCA, A. G. et al. 2018, p. 32)

No fragmento de Dutra, os versos citados contrastam com o restante do poema que retrata muito mais a beleza do artesanato e de outras artes presentes no Vale do Jequitinhonha.

(...)

Barro do vale descobre Pasmadinho, Ulisses e Dona Dagmá.

Modelam histórias, contos e lendas no pé dum Fogão de lenha.

Vende arte e dom e de artesões cresce vale.

Também de atores, poetas, escritores e cantores nos mais simples tons.

Junio Dutra (FRANCA, A. G. et al. 2018, p. 32)

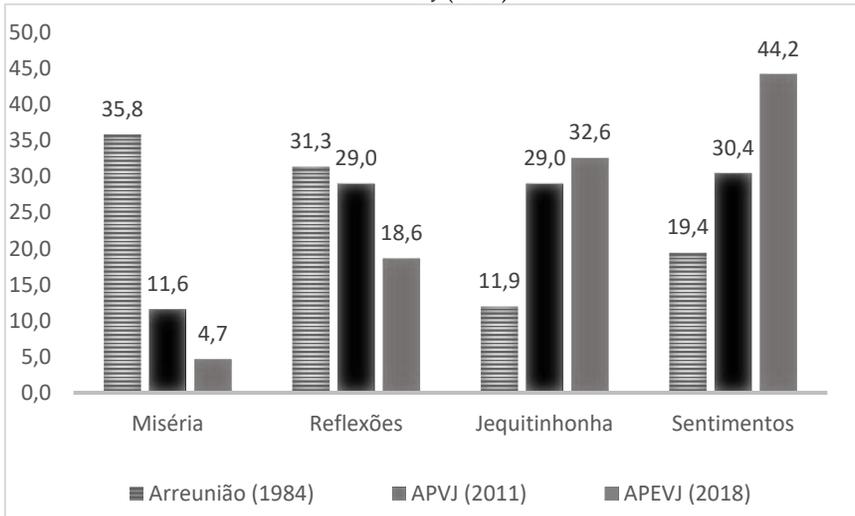
Já no fragmento de Magalhães, percebe-se que aparece a palavra fome, mas como um fenômeno biológico, inclusive, no poema, saciada pelos tradicionais alimentos das romarias.

(...) *Na sacola, os romeiros levavam farofa, biscoitos de goma, bolo, café, paçoca de carne de sol para matar a fome durante a viagem. (...)*

Deyse Magalhães (FRANCA, A. G. et al. 2018, p. 17)

O gráfico 2 ajuda a compreender melhor como o número de poemas na categoria miséria se reduz ao longo do período estudado. Houve, em contrapartida, aumento de poemas com temas ligados ao Vale do Jequitinhonha, como o amor à terra, homenagens às cidades e personalidades, bem como reflexões relacionadas aos sentimentos.

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS ENCONTRADAS NOS POEMAS DAS OBRAS ARREUNIÃO (1984), ANTOLOGIA POÉTICA DO VALE DO JEQUITINHONHA – APVJ (2011) E ANTOLOGIA DOS POETAS E ESCRITORES DO VALE DO JEQUITINHONHA – APEVJ (2018).



FONTE: Jornal Geraes; CCVJ (1984); VALE MAIS (2011); FRANCA, A. G. *et al.* (2018).

Retomando as considerações elaboradas por Josué de Castro, agora em sua obra *Geografia da Fome*, destacamos:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social (CASTRO, 1984, p. 243).

Nossa hipótese é a de que a redução do fenômeno fome no cotidiano dos escritores abriu espaço para outras reflexões de dimensões subjetivas, como as questões sentimentais de ordem diversas como paixões, família, amizades, dentre outros, ou aquelas ligadas especificamente à região do Vale do Jequitinhonha, como a religiosidade, cultura, belezas naturais, personalidades (vide tabela 2).

Considerações finais

Tomando a literatura como uma das formas de expressão cultural que podem retratar o cotidiano e dessa maneira contribuir para descortinar o vivido e registrar a história social de um povo, buscamos demonstrar que obras literárias podem servir para a análise subjetiva ou indireta de desdobramentos de políticas sociais de determinada região.

Ao considerarmos que a literatura é ao mesmo tempo produto e retrato da realidade, vimos que no período estudado, as produções literárias analisadas na pesquisa refletiram as transformações sociais advindas de políticas públicas implementadas na região do Vale do Jequitinhonha e também são frutos do movimento que engendrou o contradiscurso de “Vale da Miséria”.

Por fim, sublinha-se o recorte temporal deste estudo: 34 anos entre a primeira obra analisada e a mais recente antologia do coletivo de escritores do Vale do Jequitinhonha. Entretanto, os resultados aqui apresentados podem não mais condizer com a atual realidade da região e do país, uma vez que inquéritos alimentares recentes apontam para o aumento do número de pessoas com insegurança alimentar, inclusive na sua forma mais grave, que pode ser expressa pela fome.

Referências

ARANHA A. V. (org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. v. 1, 2010. p. 190.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Ática, 2007. p. 191.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de

2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.160, de 29 de dezembro de 1994**. Estabelece a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, dos municípios que cumpriram a obrigatoriedade de envio do levantamento entomológico de Infestação por *Aedes aegypti*, conforme previsão do art. 1º da Resolução CIT nº 12, de 26 de janeiro de 2017. Brasília, DF, 137. ed. p. 55, 2018.

BUENO, M. S.; BASTOS, S.; SANTANA, U. **Ôôôô de Casa... Ôôôô de Fora... As Cozinhas em “Grande Sertão: Veredas”**. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., São Paulo, 2010. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/118.pdf>. Acesso em: 4 set. 2021.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e população do mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CUNHA, M. A. da. **Percepções atribuídas pelos líderes voluntários ao trabalho desenvolvido na Pastoral da Criança da Arquidiocese de Diamantina/MG**: uma análise de conteúdo. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales Do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, 2018.

DINIZ, R. F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. 489 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

FÁVERO, C.; MONTEIRO, F. T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Agriculturas**, v. 11, n. 3. out. 2014.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Alimentação e Aprendizagem. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 90- 113, nov. 2018 /fev. 2019. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/150/121>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

FRANCA, A. G. *et al.* **Antologia dos Poetas e Escritores do Vale do Jequitinhonha**. Felisburgo: Arte eterna, 2018.

JORNAL GERAES; CCVJ – CENTRO CULTURAL DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Arreunião**: coletânea de poetas dos Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Gráfica do Sistema Pitágoras de Ensino, 1984.

MARSCHNER, W. R. As representações do espaço rural na literatura modernista, a exemplo do personagem Jeca Tatu. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 21, p. 393-414, 2015.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47. out. 2001.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília, DF: ago. 2014.

PELIANO, A. M. M. Lições da história — avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. *In*: ARANHA, A. V. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. p.190.

POULAIN, J. P. **Sociologias da Alimentação**: os comedores e o espaço alimentar. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

QUEIROZ, R. de. O Quinze. 93. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil**. 2021. p. 65.

RIBEIRO, E. M. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 45, n. 4, dez 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000400012>. Acesso em: 5 out. 2021.

ROSA, G. J. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, A. C. A. **A CODEVALE e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Diamantina, 2018.

SERVILHA, M. de M. **O Vale do Jequitinhonha entre a “divisão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. 2012. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, J. C. F. **Políticas Públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção da nova política regional. Santo André: Alpharrabio, 2005.

VALE MAIS. **Antologia Poética do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: O lutador, 2011.

VILAS BOAS, L. G.; SOUZA, L. O. A questão agrária brasileira na obra de João Cabral de Melo Neto. *Revista Presença Geográfica*, 2020, v. 7, n. 1, jan./jun. DOI: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v7i1.5057>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Capítulo 11

Pedagogia Freireana e a soberania alimentar na luta pela terra

Isabela Angélica de Moraes¹
Claudiane Aparecida de Sousa²
Rosana Passos Cambraia³



FONTE: NILMAR LAGE (2017).

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Mestre em Estudos Rurais (PPGER), Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

² Faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA), coorientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER), Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER), Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Para além de um método educacional, pensar Paulo Freire é pensar em uma consciência crítica do mundo. O educador defende uma educação que priorize valores que construa a justiça social e liberte o indivíduo de determinada situação opressiva, o que nos remete à luta dos movimentos sociais e da busca pelos direitos fundamentais previstos constitucionalmente. Assim, a pedagogia freiriana e suas práticas, quando exercidas através de um diálogo interdisciplinar, mira a emancipação dos sujeitos para a transformação social. Todavia, os trabalhadores e trabalhadoras rurais só terão autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir, com a aplicabilidade da legislação vigente no que tange a reforma agrária no cumprimento da função social da propriedade. Nesse sentido, o ser livre luta pelo seu reconhecimento social e cria percepções sobre as desigualdades do mundo que habita e, assim, entende a necessidade de lutar pela sua subsistência no que diz respeito à Soberania e Segurança Alimentar.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, subdivididos em cinco capítulos. Para a compreensão deste trabalho, destacamos os direitos individuais e coletivos relativos ao direito à propriedade e os direitos sociais no que diz respeito à saúde, à educação, à moradia e à alimentação. Não obstante sua importância, a alimentação só foi reconhecida como direito social constitucional no Brasil no ano de 2010, através de uma emenda constitucional⁴ (CONSEA, 2010).

A alimentação adequada e saudável funda-se como condição efetiva para o pleno desenvolvimento dos povos. Todos os sujeitos devem ter a garantia da promoção constante e regular, de maneira socialmente justa, de uma alimentação adequada e saudável fundamentada em uma prática alimentar própria aos aspectos

⁴ Emenda Constitucional nº64, de 04 de fevereiro de 2010.

biológicos, sociais e culturais, conforme a fase da vida e necessidades alimentares específicas (BRASIL, 1988). Isto inclui o atendimento aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor) e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2010). O cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) significa que os indivíduos não apenas devem estar livres da fome e da desnutrição, mas ainda ter acesso a uma alimentação adequada, saudável, sustentável ambiental e economicamente, e que respeite a cultura alimentar, alcançando assim a Segurança Alimentar e Nutricional⁵ (SAN) (BRASIL, 2006). Sendo um direito social, é dever do Estado garantir a toda a população uma alimentação adequada. Apesar disso, a plena efetivação desse direito, na maioria das vezes, depende da participação ativa da sociedade, cobrando e fiscalizando as ações que o afiançam. Dessa forma, estratégias que visem equipar sujeitos com elementos imprescindíveis para a exigência de seus direitos são de grande valia e potencial.

O mesmo acontece com o direito à moradia, elencado no artigo 6º da CF/88. O que temos são direitos com eficácia jurídica, promulgados pela Constituição, mas sem eficácia social, a dita aplicabilidade. Um ponto importante a destacar é que os direitos fundamentais são irrenunciáveis e invioláveis, ou seja, não podem ser renunciados de maneira alguma, como também não podem ser desrespeitados por nenhuma autoridade ou lei infraconstitucional⁶,

⁵A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Contudo, não cabe aqui neste texto posicionar SAN, dissociada ou não da Soberania Alimentar, pois não é este o objetivo das autoras. Isto porque, há autores que levantam teorias dissidentes acerca dos respectivos conceitos.

⁶ Toda norma que não faça parte do texto constitucional é inferior a ela, uma vez que a Constituição é a lei suprema de um país e exerce supremacia hierárquica

sob pena de responsabilidade civil, penal ou administrativa (BRASIL, 1988).

Os movimentos sociais são de suma importância para a eficácia social desses direitos, pois lutam diariamente pela formação e pelo exercício da cidadania. Por isso, no Brasil, desde seu nascimento como Estado Independente, foram os movimentos sociais que deram sentido e efetividade aos direitos fundamentais e à cidadania” (GONZALEZ, 2010, p. 8). Historicamente, foram as lutas e os movimentos sociais que deram aplicabilidade aos poucos direitos fundamentais que sustentam a frágil cidadania no Brasil. Conforme o autor supramencionado, quando os direitos fundamentais não decorrem de conquistas sociais e populares, tornam-se meras ideologias, que banalizam as conquistas históricas da humanidade e ocultam seu significado jurídico e político (GONZALEZ, 2010).

Assim, foi em 1984, na cidade de Cascavel (PR), que aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra (MST), com o objetivo de lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade justa e igualitária (MST, 1984-1986). O surgimento do MST foi uma continuidade das lutas históricas do movimento camponês em nosso país. Durante o Brasil Colônia, a luta pela terra foi desenvolvida pelos povos originários, que guerreavam na defesa de seus territórios invadidos pelos colonizadores. O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo (ALBUQUERQUE JUNIOR, *et al.* 2019), e nosso território é formado pelos maiores latifundiários (ALBUQUERQUE JUNIOR, *et al.* 2019). A concentração e improdutividade de terras têm raízes históricas que remontam ao início da invasão portuguesa, no século XVI. A monocultura para exportação e a escravização, combinadas com a forma de colonização de nossas

sobre todas as outras leis. À vista disso, ainda que tenham sido editadas para regulamentar algum artigo da Constituição, elas são reputadas infraconstitucionais.

terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

O MST atualmente está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país; no total, são cerca de 350 mil famílias assentadas que conquistaram a terra por meio de luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MST). “Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da reforma agrária” (MST, n. p). As terras que são desapropriadas em razão do interesse público e do respeito à função social geralmente possuem pouca benfeitoria e infraestrutura, tais como saneamento, energia elétrica, acesso à educação, cultura e lazer. Por esse motivo, as famílias, mesmo depois de assentadas, seguem organizadas e realizam novas lutas em busca dos direitos fundamentais básicos.

Nesta perspectiva, em uma dimensão nacional, as famílias assentadas ⁷ e acampadas ⁸ organizam-se em uma estrutura participativa e democrática para tomar decisões dentro do movimento. Organizam-se em núcleos que discutem as necessidades específicas de cada área. Cada núcleo possui seu coordenador e sua coordenadora, escolhidos de forma democrática e inclusiva, pois as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher (MST).

Enquanto nas assembleias dos acampamentos e dos assentamentos, o voto é um direito de todos e todas, incluindo os jovens, os adultos, idosos, homens e mulheres, essa estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Conforme informa o sítio eletrônico do movimento o maior espaço de decisões do MST

⁷ O assentamento é apontado tanto por estudiosos da área quanto pelo MST como um momento da luta distinto do acampamento, posto que o assentamento é um indicador de que a terra já foi “conquistada”, portanto, inicia-se uma nova comunidade a partir da demarcação operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁸ Os sujeitos e sujeitas ainda estão na luta pela conquista da terra, ou seja, nessa fase ainda não houve o decreto de desapropriação a favor das famílias acampadas.

são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além do Congresso, a cada dois anos acontece o encontro nacional do MST, onde as definições deliberadas no Congresso são avaliadas e atualizadas (MST).

Falar em reforma agrária nos remete à Soberania Alimentar⁹. Visto que “é um conceito de grande importância para a garantia do direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional” (LEÃO, 2013, p. 17). E a reforma agrária nada mais é do que um conjunto de medidas, propostas e alterações, que passam pelo campo político, social, técnico e econômico, com o objetivo de transferir terras dos grandes latifundiários para os pequenos agricultores. Isto se dá visando o cumprimento da função social da propriedade, que só ocorre quando a utilização da terra é em prol de toda uma sociedade e não de apenas um proprietário, rumo a uma igualdade social, melhor distribuição do poder político e melhorias de ordem econômica.

Para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir, caracterizando assim a Soberania Alimentar, é necessário que tenham um pedaço de terra para tal realização. Em matéria para o site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL), Lázaro Bento, coordenador de Reforma Agrária da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), explica que:

⁹ Soberania Alimentar é “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A Soberania Alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001). (Tradução livre).

A reforma agrária garante emprego, produção, melhor condição de vida para que o trabalhador possa permanecer no campo e ajudar a desenvolver a região. Quando a família deixa a beira da estrada e começa a produzir, mexe com toda a economia local. (CONTRAF BRASIL, n. p.).

O elo entre a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária é um ponto necessário neste trabalho. Defendida pelos movimentos camponeses, a Soberania Alimentar está vinculada à autossuficiência do país na produção de alimentos, ou seja, “soberano será o país capaz de produzir alimentos suficientes para atender à demanda existente no seu território” (FABRINI, 2017, p. 55). Nesta circunstância, percebemos a pedagogia do professor Paulo Freire (1921-1997), com sua práxis dialógica e conscientizadora, como uma ferramenta para o alcance desta soberania. O educador defendeu e incentivou o posicionamento do ser adulto, não alfabetizado no meio social e político em que ele habita, assim sendo, no seu contexto real. Ele tratou o indivíduo com bases fiéis às suas raízes, não modificado pela educação em massa e, disposto a agregar aos seus conhecimentos, não os anulando. A “liberdade educacional” é a chave para a Reforma Agrária e, conseqüentemente, para a Soberania Alimentar. Para além de um método educacional, pensar Paulo Freire é pensar em uma consciência crítica do mundo. O educador defendeu uma educação que priorize valores que constroem a justiça social e liberta o indivíduo do preconceito e da marginalização (FREIRE, 1987), o que nos remete à luta dos movimentos sociais e da busca pelos direitos fundamentais previstos constitucionalmente. O trabalhador e a trabalhadora que alcançam um pensamento crítico abrem suas percepções para as injustiças do mundo em que habitam (FREIRE, 1987), e conseqüentemente, entendem a necessidade de lutar pela sua subsistência.

Este trabalho busca, a partir de uma pesquisa bibliográfica, enfatizar a liberdade dita por Paulo Freire, relacionando-a com o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a liberdade crítica do pensamento no alcance da Soberania Alimentar. A abordagem aqui utilizada é a qualitativa, pois o foco

está no caráter subjetivo do objeto analisado. A proposta deste capítulo é compreender a pedagogia freireana como uma chave para o despertar da necessidade da Soberania Alimentar, criando um elo com a luta pela terra dos movimentos sociais, tais como o MST e a eficácia social da Reforma Agrária, utilizando como aporte jurídico e legal os direitos fundamentais elencados na CF/88.

2. Desenvolvimento

2.1 Direitos e garantias fundamentais e os movimentos sociais

Os direitos fundamentais são direitos de caráter protetivo, com a função de garantir o mínimo necessário para que o indivíduo viva de forma digna dentro de uma sociedade administrada pelo poder Estatal (PEREZ, *et al.* 2019). Eles são baseados no princípio da dignidade da pessoa humana, uma grande conquista da CF/88, após os 21 anos de ditadura militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985. Enquanto os direitos fundamentais prometem reduto ao cidadão e à cidadã, as garantias prometem assegurar-los frente à atuação do Estado (PEREZ, *et al.* 2019). Como exemplo de garantias fundamentais podemos citar os remédios constitucionais, tais como, habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular e mandado de injunção.

É notável a proximidade dos direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição de 1988 com os direitos humanos. A diferença está na amplitude de seu alcance e na natureza prática de ambos. Os direitos humanos fazem alusão à Declaração dos Direitos Humanos de 1948, baseada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, o que significa que são normas de caráter internacional, baseadas em acordos, tratados e declarações. Ao ponto que os direitos fundamentais são garantias formais presentes na Constituição Federativa do Brasil, estabelecidos dentro dos limites do Estado brasileiro (BARROSO, 2012).

Dispõe o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Em seu artigo 6º, dispõe sobre os direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Como todo o ordenamento jurídico, os direitos fundamentais possuem princípios e características que conduzem o *modus operandi*. Eles são detentores de universalidade, devendo alcançar toda a população administrada pelo poder Estatal. São imprescritíveis, isto é, não podem prescrever com o tempo. São também inalienáveis, ou seja, não podem ser transferidos, ignorados, desfeitos ou negociados, pois a vigência deles confere a disposição da ordem jurídica e da manutenção do Estado. Além do mais, possuem relatividade, complementaridade, historicidade, por serem frutos de um processo histórico e por derradeiro, são irrenunciáveis, uma vez que não podem ser renunciados por nenhum indivíduo. Ninguém pode, por vontade própria, negar os direitos e deveres dados como fundamentais (BRASIL, 2002¹⁰).

Entretanto, há condições para esses direitos e garantias fundamentais. Se levarmos em conta o direito à propriedade, por exemplo, entenderemos que não há que se falar em propriedade quando a mesma não cumpre sua função social. Ainda no artigo 5º da CF/88, veremos que “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL, 1988). A referida função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que seu usufruto não seja prejudicial ao bem coletivo. O artigo 186 da Constituição, diz que:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

¹⁰ Tais afirmações estão esculpadas no capítulo II - Dos direitos da personalidade, do Código Civil de 2002.

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Verifica-se que esses quatro elementos trabalham como subfunções que compõem o núcleo da função social de forma socioeconômica, socioambiental, trabalhista e de bem-estar. Quando a propriedade deixa de cumprir algum desses requisitos do artigo 186 da CF/88, o Estado deve desapropriá-la por interesse social, para fins de reforma agrária.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Certificamos que há uma lei com eficácia jurídica que garante o dever do Estado de desapropriar a área que está em descumprimento da função social da propriedade. Contudo, essa lei não possui eficácia social, isto é, não possui efetividade. Existe uma imensidão de propriedades rurais e urbanas que estão em descumprimento dessa norma e que permanecem sem a devida atuação do Estado (SOUSA; MORAIS; TOMAZ, 2019). Nesse contexto, entende-se a importância dos movimentos sociais que lutam pela sobrevivência digna, conforme as garantias do Estado e que são de extrema elevação para a formação de uma sociedade democrática ao buscarem a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos.

Dentre os movimentos sociais existentes no Brasil, destacamos o MST, devido à sua grande atuação na luta pela reforma agrária. Durante os anos 60 e 70 as lutas camponesas ganharam força por todo território nacional, devido aos conflitos no campo e a gestão

do governo sobre a questão agrária. Esse crescimento aconteceu também com a criminalização desses movimentos, que eram tratados com violência. Bernardo Fernandes explica:

A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros fundiários. Aumentando os números da violência e colidiram com a relutância camponesa que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas (FERNANDES, 2000, p. 44).

Durante a inflamação dos conflitos agrários explicitados acima e a luta pela reforma agrária, surge o MST, fundado em 1984 no Primeiro Encontro Nacional, realizado de 21 a 24 de janeiro em Cascavel, Paraná (ELIAS, 2019), e composto fundamentalmente pelo campesinato brasileiro. Segundo Fernandes (2000) os Sem-Terra realizaram seu Primeiro Congresso em janeiro de 1985, iniciando assim o processo de territorialização do MST pelo Brasil. A criação do Movimento tem em sua construção anos de lutas, que antecederam este momento, sendo que se deram de forma separada pelos Estados brasileiros, preparando o caminho para a consolidação do MST.

A ocupação de terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses. É, portanto um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida. (FERNANDES, 2000, p. 66).

A construção do Movimento foi um processo histórico que se deu através das lutas expostas e muitas outras que aconteceram em vários estados do país, o que contribuiu para o fortalecimento das lutas camponesas no Brasil. Elias (2019) discute que “o MST se organizou de forma a pensar estratégias de luta pela terra visando a reforma agrária, nesses encontros os trabalhadores trocavam experiências, criando espaço para socialização política” (ELIAS, 2019, p. 20).

A mobilização do movimento se dá por meio de marchas e ocupações. Dentre seus objetivos, destacam-se a luta pela terra,

pela reforma agrária e por mudanças sociais, tais como a reorganização das terras no campo, o aproveitamento racional e adequado dos meios de produção agrícola, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, dentre outras. As ocupações acontecem em forma de acampamento nas terras em situação de descumprimento da função social. As famílias ocupam as propriedades e passam a viver ali como forma de exercer pressão ao poder Público para que aconteça a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, conforme a lei determina. Nesses acampamentos, as famílias desenvolvem a agricultura familiar como meio de subsistência. A partir do momento que o poder Público realiza a desapropriação das terras que não cumprem com a função social, essas são repassadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que as famílias sejam assentadas. Desse ponto em diante, o acampamento torna-se assentamento, permitindo que as famílias substituam os barracos de lona por construções de alvenaria.

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza-se em 24 estados por todo o país, é composto por mais de 350 mil famílias e possui mais de 2 mil escolas públicas em seus acampamentos (MST). É também o movimento responsável pela maior produção de orgânicos do Brasil e sua estrutura está dividida em 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações (MST). Além disso, os assentados do Rio Grande do Sul produzem arroz orgânico há mais de vinte anos, tornando-se os maiores produtores do alimento sem veneno da América Latina (MST, 2020/2021).

2.2 Soberania alimentar e a reforma agrária

A Soberania Alimentar defendida pelos movimentos camponeses está relacionada à autossuficiência do país na produção de alimentos. Acrescenta-se ao processo de construção da Soberania Alimentar nacional o protagonismo do Estado-nacional, que constitui uma instância política que diz ser capaz de

defender os interesses do País e garantir soberania derivada da produção nacional de alimentos. Observa-se que a Soberania Alimentar possui teor político, ideológico e territorial, que, segundo Fabrini (2017), está relacionado a um projeto de nação, indo além da problemática alimentar que envolve a existência autônoma dos camponeses.

Vimos no item 2.1 a importância dos movimentos sociais no processo de luta pela terra, e que os movimentos camponeses desenvolvem um conjunto de lutas e ações que estão intrinsecamente ligadas ao ideário de soberania alimentar, bem como a um direito constitucionalmente garantido. A preocupação com a soberania une ainda os movimentos camponeses aos sindicatos de trabalhadores da indústria, como por exemplo, na formação do Comitê de Defesa do Petróleo Pela Soberania Nacional (FABRINI, 2018). Os movimentos camponeses e entidades diversas de trabalhadores na defesa de um projeto de nação podem ser verificados também na formação da Frente Brasil Popular (setembro de 2015). A frente reúne movimentos e entidades que estão preocupados com questões nacionais como a soberania, defesa da economia nacional, patrimônio e riquezas nacionais, que se encontram ameaçadas de desnacionalização pelo grande capital (FABRINI, 2017). Para o autor citado, trata-se da defesa do patrimônio nacional como se ele pertencesse a todo o povo brasileiro.

Apesar da capacidade de produção e eficiência produtiva da agricultura familiar executada pelos movimentos sociais do campo, como o MST, ainda existem muitos segmentos sociais, inclusive intelectuais, que visualizam no agronegócio a garantia de produção de alimentos para o País e, conseqüentemente, para sua Soberania Alimentar (FABRINI, 2017, p. 63). A suposta produção do agronegócio justificaria, na concepção desses autores, a não realização da reforma agrária com distribuição de terras aos camponeses (FABRINI, 2017). Esses segmentos entendem que o fato de o Brasil ter passado de importador de alimentos na década de 1960 para exportador nos anos 2010 atesta a capacidade do

agronegócio de produzir alimentos, contribuindo para a pauta de exportação e o equilíbrio das contas externas e da balança comercial (NAVARRO *et al.* 2014).

Em entrevista ao sítio eletrônico do MST, Luiz Zarref, coordenador nacional do Movimento, explica que a Soberania Alimentar é uma síntese popular construída pelos movimentos articulados pela Via Campesina para enfrentar a lógica da fome. Para o coordenador, a Soberania Alimentar é um conceito que define que os povos devem ter autonomia sobre a definição do que comer e como/por quem o alimento será distribuído. Isto posto, a Soberania Alimentar tem como sujeito político o campo, mas há uma relação da classe trabalhadora urbana com campesinato, tudo isso para definir como abastecer as nações, a partir dos povos.

A defesa da Soberania Alimentar se constitui em uma das principais evidências do suporte nacional da luta dos movimentos camponeses (FABRINI, 2017). A ideia de Soberania Alimentar defendida pelo MST se constitui em um projeto que apresenta uma conotação nacional, porque a nação soberana será aquela capaz de produzir alimentos para atender às necessidades do seu povo, ou seja, para uma nação ser soberana é necessário autoabastecimento nacional de alimentos, dentre outros requisitos (FABRINI, 2017). Para tanto, faz-se necessária a execução da Reforma Agrária Popular, que tem por objetivo a redistribuição justa da terra com o intuito de promover os direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988.

A luta pela reforma agrária é fundamental para a soberania alimentar e para o acesso ao trabalho, e também é essencial para a promoção da agricultura familiar, tendo em vista a efetivação de serviços e direitos sociais aos povos do campo. O agronegócio se constitui como “(...) política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder” (BRUNO, 2009, p. 114). Nesse sentido, mais uma vez, os movimentos sociais têm o papel de lutar pela busca da concretização dos seus direitos, pois como vimos acima, é com a

organização política que asseguramos nossas garantias fundamentais previstas constitucionalmente.

Conforme preleciona Silva Filho (2015, p. 1), por meio da Carta Magna, a reforma agrária tem como objetivo “[...] o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (SILVA FILHO, 2015, p. 1). Nessa perspectiva, a reforma agrária é entendida como um processo amplo, que vai além da justa distribuição de terras, uma vez que deve se proporcionar um modo de existência que garanta segurança e liberdade aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Vejamos:

A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano (BRASIL, 2004, p. 5).

Se por um lado a CF/88 determina a função social da propriedade e a desapropriação das terras que não a cumprem, por interesse social, para fins de reforma agrária, por outro, a adoção de medidas de rigidez por parte do Estado, junto às alianças com a burguesia agrária, visa o avanço do agronegócio para atender à lógica do capital (SOUZA JÚNIOR, 2019). Considerando que os processos são históricos e transitórios, é importante enaltecermos as lutas dos movimentos sociais, as organizações coletivas e de consciência da classe trabalhadora.

2.3 Pedagogia Freireana e o despertar para o mundo crítico

Podemos falar do despertar do mundo crítico quando temos educação do campo ou educação rural? A reforma agrária, bem como a Soberania Alimentar, são práxis da pedagogia Freireana?

Quando falamos de Soberania Alimentar, tratamos de que realidade, em qual contexto e sobre qual movimento?

A pedagogia libertadora ou a pedagogia da libertação faz parte dos postulados centrais da obra do professor Paulo Freire, e propõe uma educação crítica em prol da transformação social (SCHRAM; CARVALHO, 2007). O método educacional libertador de Paulo Freire passa por três etapas: investigação, tematização e problematização. Na primeira, ocorre uma busca conjunta entre educador e educando por palavras e temas mais significativos da vida do educando, dentro do seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive. A segunda etapa trata da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais, dos temas e palavras. E por último, a problematização, etapa em que o educador desafia e inspira o educando a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizadora (FEITOSA, 1999).

Na metodologia freireana, o professor se posiciona ao lado de seus alunos, para que juntos organizem as atividades desenvolvidas nas classes, baseadas no debate de temáticas sociopolíticas, inerentes ao contexto vivenciado por eles. Desta forma, seu método age não só no circuito educativo, mas também no econômico, político e nas demais esferas da vida em sociedade (FEITOSA, 1999).

Paulo Freire acreditava que para o homem não bastava apenas viver no mundo, mas sim, estar no mundo, interagindo, dialogando, se apropriando e transformando a cultura. E, ainda, “nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade” (FREIRE, 1967, p. 40). Para ele o homem é um ser de relações e não apenas de contatos, e isso é o grande diferencial dos outros animais. O homem então pode conseguir essa integração com o mundo ao se adequar à realidade, conhecendo o contexto histórico e cultural, e ainda, interagir, criar, recriar, decidir, criticar, participar e transformar a história e a cultura — desta forma, podendo conseguir humanizar

a realidade. De acordo com o livro *Educação como Prática da Liberdade*, escrito em 1967:

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não pode absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser “situado e dado”. Daí que a massificação implique o desenraizamento do homem. Na sua “destempolização”. Na sua acomodação. No seu ajustamento. (FREIRE, 1967, p. 41-42).

Contudo, para o professor, esta não é a realidade; o que ele notou foram os povos deprimidos, direcionados, passivos, comandados pelo poder minoritário, “que inventam mitos para massificar e conseguir impor suas ideologias, que cada vez mais negava os direitos à educação à maioria da população e os oprimiam através do analfabetismo, e que sentem medo até da liberdade” (MIRANDA, 2014, p. 18). Nesse contexto, Freire explica:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se. (FREIRE, 1967, p. 4).

A pedagogia freireana nos ensina a despertar para o mundo crítico. Ela pontua que através da Educação o homem pode mudar seu destino no mundo, deixando de “coisificar-se”, para, então, humanizar-se. O professor aponta:

(...) O de que se precisava urgentemente era dar soluções rápidas e seguras aos seus problemas angustiantes. Soluções, repita-se, com o povo e nunca sobre ou simplesmente para ele. Era ir ao encontro desse povo emerso nos centros urbanos e emergindo já nos rurais e ajudá-lo a inserir-se no processo, criticamente. E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engôdo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização. Daí a preocupação que sempre tivemos de analisar estes vários graus de compreensão da realidade em seu condicionamento histórico-cultural (...)
(FREIRE, 1967, p. 57-58).

Segundo Paulo Freire, a pedagogia libertadora baseia-se no diálogo. O diálogo se faz fundamental em relação à responsabilidade social e política do homem. O professor afirma que no desenvolvimento do Brasil não houve essa oportunidade de diálogo: desde o período colonial o poder político de alguns se sobrepôs à participação popular, submeteu o homem ao ajustamento, acomodação e não à integração. O homem foi aceitando tudo que lhe era imposto, sem questionar. O povo foi sendo marginalizado ao longo da história (MIRANDA, 2014).

Faz-se necessário aos seres humanos uma pedagogia da libertação. Uma educação tolerante, que acolhe suas condições, suas interações sociais e culturais da comunidade em que está inserido e que não despreze suas experiências fora da Unidade Escolar. A pedagogia freireana vai muito além do ensino democratizado, “uma alfabetização voltada para a tomada de consciência do povo a respeito da sua condição social e econômica, e que a partir daí haja a participação da população nas práticas que vão permear o saber popular ao saber sistematizado” (MIRANDA, 2014, p. 24).

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) discorre sobre uma pedagogia sob a ótica do oprimido e afirma que a libertação do homem só acontecerá quando o mesmo acreditar em si e quando houver o reconhecimento do oprimido em relação a si mesmo. Ele também pontua que os trabalhos na área da Educação priorizam o diálogo e que ação e reflexão caminham juntas.

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (FREIRE, 1987, p. 22).

Neste contexto, pensamos na pedagogia do professor Paulo Freire, com sua práxis dialógica e conscientizadora, como uma ferramenta para o alcance da liberdade educacional, abrindo um leque visionário do mundo crítico. O indivíduo questionador está propenso a libertar-se de métodos que os colocam dentro da “caixinha”, sejam eles capitalistas, ditatoriais, comunistas, fascistas etc. Fato é que, a libertação do indivíduo das prisões impostas pelo outro, faz com que ele lute pelo seu reconhecimento enquanto sujeito possuidor de direitos e garantias fundamentais, criando percepções que alcancem as injustiças do mundo que habita. Assim, entende a necessidade de lutar pela sua subsistência no que tange à moradia digna, alimentação saudável, saúde e educação.

3. Notas conclusivas

O presente texto procurou explicitar questões inerentes aos direitos e garantias fundamentais previstos constitucionalmente, no que diz respeito ao direito à propriedade e os direitos sociais no que diz respeito à saúde, à educação e, principalmente à moradia e à alimentação. Foi abordada a importância dos movimentos sociais para a aplicabilidade social desses direitos como forma de pressionar o poder Estatal para o cumprimento da norma vigente, no que tange a execução da reforma agrária popular. Foi necessário abordar essas questões para melhor compreensão do alcance à

Soberania Alimentar, uma vez que a terra é o ponto principal para obtenção de uma autonomia alimentar.

Concluiu-se que a falta de eficácia social da reforma agrária no Brasil é um dos obstáculos para o pleno desenvolvimento do país, visto que há um direito que ampara a ocupação de terras improdutivas, mas muitas vezes não há efetividade/aplicabilidade. Contudo, é provável que não haja unanimidade acerca do assunto, haja vista que essa discussão abarca costumes políticos, sociais, morais e valores subjetivos de uma sociedade capitalista e conservadora em diversos vieses.

O tema interdisciplinar propôs uma ligação entre a necessidade da eficácia social da reforma agrária e a pedagogia dialógica e libertadora de Paulo Freire como uma ferramenta para o alcance da soberania alimentar, através de um levantamento bibliográfico que se desenvolveu em três importantes tópicos. No primeiro, fez-se necessário contextualizar os direitos e garantias fundamentais, apontando as condições para a aplicabilidade dos mesmos, certificando-se que há uma lei com eficácia jurídica que garante o dever do Estado e que, contudo, essa lei, normalmente, não possui eficácia social. Para isso, descreveu-se o papel dos movimentos sociais para o alcance de tais direitos.

No segundo tópico, foi delineado sobre a Soberania Alimentar defendida pelos movimentos camponeses e sua relação com a autossuficiência do país na produção de alimentos. Portanto, a luta pela reforma agrária é fundamental para a soberania alimentar, para o acesso ao trabalho e para a promoção da agricultura familiar, tendo em vista a efetivação de serviços e direitos sociais aos povos do campo.

O último tópico descreve os ensinamentos da pedagogia libertadora do professor Paulo Freire que propõe uma educação crítica em prol da transformação social. Assim, sabemos que podemos ter através da educação libertadora uma excelente ferramenta para “desvendar” a educação do campo e, conseqüentemente, o alcance da Soberania Alimentar. De tal modo que, os indivíduos têm a oportunidade de alcançar as percepções

críticas do mundo. Tais percepções fazem o indivíduo questionador que está propenso a libertar-se.

Por derradeiro, vale ressaltar, que esse texto faz parte de uma dissertação que se encontra em construção. Por isso, não temo uma conclusão pronta e acabada, mas ainda muitas perguntas que certamente serão respondidas na dissertação final ou em outros capítulos de livros que poderão surgir, quais sejam: Como a pedagogia freireana pode, na prática, colaborar para uma maior apropriação, por parte dos indivíduos, a respeito da notabilidade da garantia de direitos constitucionais e soberania alimentar? Seria aceitável/executável/plausível ponderar a compreensão de conceitos e abordagens freireanas nos acampamentos/assentamentos, por exemplo? A pedagogia freireana pode aclarar a apreensão/assimilação do conceito de soberania alimentar e, por consequência, corroborar em novas ferramentas de luta pela terra?

Referências

ALBUQUERQUE, J. A. B. de. *et al.* Análise da concentração de terras no Brasil a partir de uma visão crítica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 9, 2019.

BARROSO, L. R. **O novo direito constitucional brasileiro-contribuições para a construção teórica e prática**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRUNO, R. et al. (Orgs.). Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica, RJ: Edur, 2009.

COSTA, J. E. **Luta antiga**, [online]. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/trialogos/simp/simp15.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2021.

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 até os dias atuais. Brasília, DF: CONSEA, 2010.

CONSEA. **Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

ELIAS, S. K. dos S. Formação social do Brasil e a origem do MST. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, Maranhão. **Anais** [...]. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_851_8515cc78c9b12e47.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

FABRINI, J. E. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **GEOgraphia Niterói**, Universidade Federal Fluminense, v. 19, n. 39, p. 55-69, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i39.a13786>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FABRINI, J. E. O sentido nacional da concepção de soberania alimentar dos movimentos camponeses. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFA AGRÁRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, 24., 2018, Dourados. **Anais** [...]. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. p. 4.504.

FEITOSA, S. C. S. **Método Paulo Freire**: princípio e práticas de uma concepção popular de educação. São Paulo: FE-USP, 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana, Cuba. **Anais** [...]. Havana, Cuba, 2001. Tema: Declaración Final: por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/ecosocial/file/Boletin%20ECOS/ECOS%20CDV/Bolet%C3%ADn%204/dec_final_foro.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

GONZALEZ, E. T. Q. Movimentos sociais e os direitos fundamentais coletivos e difusos no Brasil. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, 2010.

LEÃO, M. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

MIRANDA, R. F. Um estudo sobre a prática pedagógica libertadora de Paulo Freire. **Boletim GEPEP**, v. 3, n. 4, p. 14-28, jul. 2014.

MODUS OPERANDI. **Wikipédia, a enciclopédia livre**, Flórida, USA, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Modus_operandi&oldid=59797521. Acesso em: 14 maio 2021.

MST: NOSSA HISTÓRIA. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** — Brasil. 1984-1986. Disponível em <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 29 nov. 2021

NAVARRO, Z. S. de. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

PEREZ, A. M. **CONSTITUIÇÃO DO BRASIL: 30 anos 1988 – 2018** / Perez, Áurea Maria Brasil Santos; Sena, Aline Damasceno Pereira de (orgs.) – Belo Horizonte, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Escola Judicial “Des. Edésio Fernandes”, 2019.

SCHRAM, S. C.; CARVALHO, M. A. B. **O pensar educação em Paulo Freire**: para uma pedagogia de mudanças. 2007. Projeto de Pesquisa (Formação docente no Programa de Desenvolvimento Educacional PDE /SEED/IES PR) – Rede Pública Estadual, Núcleo Regional de Educação, Cascavel, 2007-8.

SILVA FILHO, F. C. O. A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o desenvolvimento econômico do Brasil efetividade e limites. Universidade Federal do Cariri. Crato-CE. Disponível em: http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf.

Acesso em: 21 jun. 2021.

SENA, A. D. P. de. *et al.* **Constituição do Brasil**: 30 anos 1988 – 2018. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019.

SOUSA, C. A. de; MORAIS, I. A. de; TOMAZ, N. L. F. e. Ocupação de terras que não cumprem a sua função social: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, Ipatinga, v. 1, n. 2, 2019.

SOUZA, M. de F.; JÚNIOR, F. V. de S. A reforma agrária no Brasil: elementos para o debate. **FIDES**, Natal, v. 10, n. 2, jul./nov. 2019.

Seção 3

Questões Fundiárias



Capítulo 12

O nó do parque: uma análise da questão fundiária da comunidade de Pinheiro - MG

Beatriz Roque dos Santos¹
Alan Faber do Nascimento²
Hebert Canela Salgado³

¹ Graduada em Turismo pela UFVJM e Especialista em Políticas Públicas, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade Venda Nova do Imigrante -FAVENI. É mestranda do Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM. E-mail: beatriz.roque@ufvjm.edu.br

² Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e Doutor em Geografia pela UNESP do campus de Rio Claro. É professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM. E-mail: alan.faber@ufvjm.edu.br

³ Graduado em Turismo e Hotelaria pela FIP-MOC, Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS/Unimontes e Doutor em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. É professor do Curso de Bacharelado em Turismo/UFVJM e do Mestrado em Estudos Rurais PPGER/UFVJM. E-mail: hebert.salgado@ufvjm.edu.br



Foto: Beatriz Roque (2020).

Resumo

Este trabalho analisa a questão fundiária da comunidade do Pinheiro, localizada na divisa do Parque Estadual do Biribiri (PEBI), MG, com o objetivo de explorar o argumento de que a propriedade privada da terra se converteu no principal obstáculo para a consolidação das áreas ambientalmente protegidas, especialmente o PEBI aqui estudada. Para tanto, foram utilizados os seguintes métodos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo, na qual foi composta por entrevista estruturada e observação participante do cotidiano da comunidade. Os resultados da investigação mostraram que a ausência de regularização da estrutura fundiária do PEBI não apenas comprometeu os seus objetivos socioambientais, como, paradoxalmente, se converteu em uma oportunidade para a especulação imobiliária local e, sobretudo, em um agente de expropriação territorial das comunidades do seu entorno.

Palavras-chave: Conflitos fundiários. PEBI. Comunidade de Pinheiro

Introdução

Muito se tem discutido sobre os usos econômicos, sociais e ambientais das Unidades de Conservação (UCs) do Brasil (MOREIRA, 2018). O debate envolvendo posse de terras e estrutura fundiária das áreas ambientalmente protegidas apresenta questões de alta complexidade que vão desde a extensão territorial nacional, passando pela sobreposição de tipos de ocupação no território, pela insegurança jurídica historicamente vigente nas instituições, até a acentuada disputa de poder no estabelecimento de critérios normativos de posse e domínio, e pela necessidade de procedimentos técnicos e administrativos que auxiliem os atos burocráticos de regularização da terra (OLIVEIRA, 2010).

A intensificação de estudos sobre a temática, especialmente se considerados os debates acumulados no seio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), do Código Florestal (Lei n.º 4.771), da Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, mais recentemente, no Novo Código de Mineração (Lei n.º 6.567), mostram o quanto a questão encontra um terreno fértil para ser explorada, notadamente em um país de natureza patrimonialista, onde o poder político e econômico deriva muito também do monopólio da terra.

Este trabalho se inscreve em tal debate. Para tanto, problematiza-se a situação fundiária da comunidade de Pinheiro, localizada no entorno do Parque Estadual do Biribiri (PEBI), no município mineiro de Diamantina. A metodologia utilizada pela investigação abarca revisão bibliográfica, pesquisa documental em relatórios de órgãos públicos do Estado de Minas Gerais (acessados em bancos digitais), pesquisa de campo e entrevistas, por meio de questões abertas e fechadas, com representantes da comunidade do Pinheiro. Os trabalhos de campo foram realizados no período de dezembro de 2020 a março de 2021, sob a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio do processo n. 39421820.2.0000.5108.

Situando brevemente o problema da questão fundiária nas Unidades de Conservação brasileiras

O problema da questão fundiária no Brasil emerge a partir do momento em que a terra se transforma em uma mercadoria. O que, em termos de um marco histórico, tem na Lei de Terras (Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850) um papel central. A partir de então, a terra deixava de ser ocupada livremente pelo trabalho, contanto que fosse tomada de maneira pacífica, como se fazia no regime de sesmarias, e passava a ser acessada tão somente pela compra e pela venda.

No entanto, ao contrário do que preconizava formalmente a lei, na prática fundiária, os mecanismos do livre mercado “aclimataram-se” mal aos trópicos. É que, desde o início da colonização, a formação da propriedade privada no Brasil tem sido fortemente caracterizada pela fraude e pela violência. Mais precisamente, em vez de ser adquirida no mercado (ou mesmo em uma hasta pública), a propriedade privada tem sido formada pela tomada de terras públicas (OLIVEIRA, 2010; BOMBARDI, 2006).

Assim, do Império aos dias atuais, o enredo tem sido semelhante: grileiros a mando de fazendeiros ou de empresas expropriam populações camponesas, indígenas e quilombolas de seus territórios, utilizando-se de títulos falsificados, às vezes com a complacência das autoridades cartoriais locais, e da violência, ocasionalmente feita em parceria com as forças policiais, para fins da expansão agropecuária — o que resultou em inúmeros conflitos a eclodir de tempos em tempos por todo o país, notadamente em áreas de fronteira agrícola. Neste sentido, a década de 1950 é paradigmática, pois foi a época da formação das Ligas Camponesas (ALVES, 2015).

Mesmo quando se impôs a necessidade de modernização da agricultura, o quadro não se alterou. O Estatuto da Terra nº 4.504, criado durante o regime militar, paradoxalmente não aboliu a grande propriedade. Antes disso, o que se viu foi uma solução *sui generis* para o obstáculo que a renda da terra representava para o capital: se nas situações clássicas do processo, como no caso inglês,

foi a burguesia industrial que se lançou contra a classe oligárquica, destituindo-a, pelas reformas agrárias, para que o desenvolvimento do capitalismo no campo avançasse; no Brasil, foi o Estado que, por meio de incentivos e subsídios ao ingresso do capital no campo, que arcou com as irracionalidades representadas pelo latifúndio, preservando-o (MARTINS, 2013). O resultado foi uma aliança entre o capital e o latifúndio:

O Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contrarreforma, como escreveu Octavio Ianni. Após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária. Foi a “Nova República” que se incumbiu dessa missão histórica, sem, entretanto, obter o apoio de sua base aliada no PMDB, no PFL, e dos latifundiários, enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia de ser superado o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais quesito, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e, agora, territorializados (OLIVEIRA, 2010, p. 192).

Há, no entanto, pelo menos desde o final dos anos 1990, um novo componente: a propriedade fundiária encontrou no meio ambiente institucionalmente protegido um poderoso ativo para se autovalorizar.

No caso, o problema fundiário nas áreas ambientalmente protegidas é potencializado por alguns fatores. O primeiro está relacionado à própria estrutura administrativa das áreas protegidas. Como realizar levantamentos de titulação da terra se há poucos funcionários incumbidos para as pesquisas em campo? Por seu turno, os recursos financeiros para a regularização fundiária (o que inclui a arrecadação das terras particulares existentes no interior da unidade de conservação) são diminutos (PIVOTO, 2019). E o que é pior: na ausência de indenizações diretas, são os próprios proprietários que empobrecem ainda mais o poder público, pela via da indústria milionária de indenizações indiretas (NETO, 2018). É o que se verifica entre os parques do Estado de Minas Gerais.

A questão fundiária nos Parques Estaduais de Minas Gerais

No estado de Minas Gerais, o órgão responsável pela administração das UCs é o Instituto Estadual de Florestas (IEF), criado pela lei estadual 2.606 de 5 de janeiro de 1962. O objetivo desse órgão é a proteção das áreas naturais do meio ambiente mineiro e o desenvolvimento de políticas, ações e atividades que visem consolidar as áreas ambientalmente protegidas do estado.

É, também, da alçada do IEF a responsabilidade pelos processos de regularização fundiária de parques, estações ecológicas, reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) etc. E, para isso, apoiando-se em Oliveira (2010), o IEF dispõe de alguns dispositivos, entre os quais vale citar:

a) Desapropriação: trata-se da passagem documental das terras particulares ou públicas para o domínio do Estado, por meio de indenizações. As indenizações podem ser diretas ou indiretas. No caso da passagem direta, o imóvel é arrecadado por meio de ato indenizatório realizado pelo próprio poder público. E no caso da indireta, o processo de arrecadação é via uma indenização induzida judicialmente pelo proprietário do terreno;

b) Compensação de Reserva Legal (CRL): trata-se de um mecanismo mais atual, regulamentado pelo Código Florestal de 2012, em que imóveis privados no interior de UCs são doados ao poder público, contanto que o proprietário do terreno se valha do quantitativo doado para formar a reserva legal de outro imóvel rural situado no mesmo bioma;

c) Recategorização: trata-se de expediente, previsto pela lei do SNUC de 2000, que permite a transformação de uma área ambientalmente de proteção restrita, como um parque, em uma área de uso “flexível”, caso de uma RDS. Malgrado esses dispostos, a realidade fundiária de grande parte dos parques estaduais mineiros apresenta problemas, relacionados à sua regularização. Com efeito, há os parques que, embora ostentem regularização mais avançada, ainda possuem terras para arrecadar (parcialmente regularizados); há os que já estão regularizados, o que significa que

o total das terras está sob domínio e propriedade públicos (totalmente regularizados), e há aqueles que o processo de regularização mal começou, classificados como (não regularizados), conforme se observa na tabela abaixo (Tabela 01).

TABELA 1 – SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PARQUES ESTADUAIS LOCALIZADOS EM MINAS GERAIS.

Parques de Minas		Situação fundiária			
Parque Estadual	Ano de criação	Não regularizado	Parcialmente regularizado	Totalmente regularizado	Sem informação
Alto Cariri	2008	X			
Caminho das Gerais	2017	X			
Da Baleia	1998	X			
Da Serra Grande	2010	X			
Da Lagoa do Cajueiro	1998		X		
Da Lapa Grande	2006		X		
Da Mata Seca	2009		X		
Da Serra do Brigadeiro	1996		X		
Da Serra do Cabral	2005		X		
Da Serra do Papagaio	1998		X		
Da Serra do Rola-Moça	1994		X		
Da Serra do Sobrado	2010	X			
Da Serra Negra	1998		X		
De Grão de Mogol	1998	X			
De Montezuma	2007	X			
De Nova Baden	1994		X		
De Paracatu	2011				X

Serra Nova e Talhado	2003		X		
De Sete Salões	1998	X			
Do Biribiri	1998	X			
Do Ibitipoca	1973			X	
Itacolomi	1967	X			
Do Pau Furado	2007	X			
Pico do Itambé	1998		X		
Do Rio Corrente	1998	X			
Do Rio Doce	1994				X
Do Sumidouro	1980	X			
Do Verde Grande	1998	X			
Dos Campos Altos	2004			X	
Mata do Limoeiro	2011				X
Rio Preto	1994		X		
Serra da Boa Esperança	2007	X			
Serra da Candonga	2008	X			
Serra das Araras	1998		X		
Serra do Intendente	2007		X		
Serra do Ouro Branco	2009	X			
Serra Verde	2007	X			
Veredas do Peruçu	1994	X			
Serra Negra da Mantiqueira	2018	X			
Botumirim	2018		X		

Do Sagarana	2003	X			
Serra do Cipó	1978	X			

FONTE: AMBRÓSIO (2014); SMA/FF (2009); TCE - MG (2012); IEF (2021).
ELABORADO PELOS AUTORES.

Note-se que apenas dois dos 42 parques estaduais mineiros encontram-se totalmente regularizados (100%). Convém lembrar que, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), os parques de Minas Gerais, em média, ostentam um índice de 50%, ante uma média nacional que oscila entre 35% a 40% de regularização fundiária (ARIADNE, 2010). Ainda que isso seja um dado positivo para os parques mineiros, o fato é que o montante territorial protegido (regularizado) alcança, na prática, apenas a metade do que está previsto em lei.

Outro dado interessante é que, mesmo no caso dos parques que foram criados após a lei do SNUC, não se alcançou plenamente a regularização fundiária. Isso equivale, sublinhe-se, a 21 parques, metade do total. De onde aparece mais um paradoxo, haja vista que tal legislação é um marco na agenda nacional do que se convencionou chamar de o tripé do desenvolvimento sustentável – isto é, a conciliação entre desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção da natureza (SACHS, 2002).

Em um recorte regional, note-se que o quadro se repete nos parques localizados na região do Alto do Jequitinhonha, na porção nordeste do estado (Tabela 2):

TABELA 2 – SITUAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS NO ALTO JEQUITINHONHA

Parques do Alto Jequitinhonha	Questão fundiária
Parque Estadual do Biribiri	Existência de ações de desapropriação
Parque Estadual do Pico do Itambé	Em processo de desapropriação
Parque Estadual do Rio Preto	Parcialmente regularizado

Parque Estadual Serra do Intendente	Parcialmente regularizado
-------------------------------------	---------------------------

FONTE: Ambrosio (2014); ICMBio (2021); SCTP (2004b), IEF (2021). Elaborado pelos autores.

Em um breve exame da documentação dos parques, é fácil constatar dados cadastrais e planos de manejo desatualizados, e ausência de informações sobre as populações do entorno das unidades, conforme se observa abaixo (Tabela 3):

TABELA 3 – DADOS DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES ESTADUAIS DO ALTO JEQUITINHONHA

Parques Estaduais	Criação	Plano de manejo	Áreas para atualizar	Atualização de dados
Da Serra Negra	1998	2011	sim	Não há previsão
Do Rio Preto	1994	2004	sim	Há reuniões e levantamentos de dados para a atualização, há previsão de atualização para 2022
Do Intendente	2007	2016	não	O plano por ser novo e não ter mais de 10 anos ainda abrange as áreas de demarcação
Pico do Itambé	1998	2004	sim	Não há previsão

FONTE: IEF (2021); ICMBio (2021); SCTP (2004a); SCTP (2004b); SCTP (2004c); MMA (2018). Elaborado pelos autores.

A ausência de regularização, somada às insuficiências cadastrais e de planejamento, fragiliza os objetivos de conservação ambiental dos parques. O resultado é que as unidades de conservação se convertem em meios de expropriação territorial de populações rurais que, ou moram no interior dessas áreas, ou possuem posses e terrenos em seu entorno. É o que tem ocorrido com a comunidade do Pinheiro, no município de Diamantina, que vive nas imediações do Parque Estadual do Biribiri (PEBI).

Os paradoxos de uma questão não resolvida: o entorno comunitário do PEBI

De imediato, é importante destacar que nenhuma área do PEBI está regularizada (TCE-MG, 2012). Na prática, 95% do território do PEBI se encontra sob o domínio de um único dono, a empresa Estamparia S.A., ao passo que 5% pertencem a pequenos posseiros (MORAIS; GONTIJO; PIUZANA, 2016). Estima-se que existam aproximadamente 51 propriedades dentro do PEBI (SOUZA; SCALCO; XAVIER, 2012). Todos esses números, decerto, singularizam a questão fundiária do PEBI, ainda mais quando se leva em conta que, deles, não foram subtraídas as terras devolutas — isto é, as terras que são públicas, mas que ainda não foram arrecadadas ou destinadas ao Estado). A esse propósito, cumpre lembrar que as terras devolutas do parque nem sequer foram discriminadas.

Examinadas em retrospectiva, essas terras remetem à construção da fábrica de tecidos do Biribiri em fins do século XIX. A iniciativa, encabeçada pelo bispo de Diamantina à época, Dom João Antônio Felício dos Santos, surgiu do desejo de incentivar o processo industrial na cidade de Diamantina, em um momento em que os preços do diamante no mercado mundial despencavam (MARTINS, 2014).

As iniciativas de industrializar a região não tiveram o efeito desejado e fato é que, na ausência de um fator substantivo que a integrasse ao mercado, a região passou a ser ocupada e utilizada pelas famílias camponesas do entorno para coleta de lenha, criação de gado solto e demais atividades agrárias e pastoris (XAVIER, 2011).

Esse quadro social começa a mudar nas décadas de 1990 e 2000. O crescimento urbano de Diamantina, o desenvolvimento do turismo local, a instalação de instituições universitárias na região, a criação de unidades de conservação no Alto do Jequitinhonha (o próprio PEBI, além do Parque Estadual do Rio Preto, criado em 1994, e do Parque Nacional da Sempre-Vivas, criado em 2002),

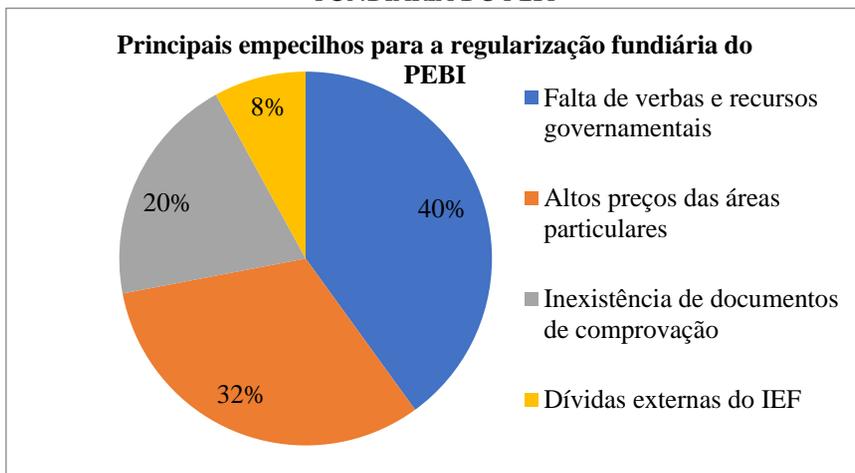
entre outros fatores, reativaram o valor de mercado das terras que hoje conformam o território do PEBI.

Em razão dessa valorização imobiliária, escusado dizer que a arrecadação das terras particulares pelo Estado torna-se ainda mais difícil. Além disso, o fato de haver terras particulares (que precisam sem arrecadadas) no seu perímetro, dificulta que o parque, por definição uma área pública pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pelo SNUC, receba o apoio financeiro do Estado para a sua estruturação.

Embora o PEBI tenha sido criado em 1998, somente em 2005 foram alocados os primeiros funcionários para sua gestão (SOUZA; SCALCO; XAVIER, 2012). Apesar de ser o segundo parque mais visitado de Minas Gerais (ÁVILA; PAULA, 2010), no tocante à infraestrutura, o parque possui apenas uma guarita de entrada, o que não deixa de ser paradoxal. Por não estar formalmente consolidado, o parque não auferre receitas de bilheteria. Apenas entre os anos de 2008 e 2010, estima-se que 112.849 pessoas tenham visitado o PEBI (TCE – MG, 2012). Ademais, edificações como centro administrativo, casa de funcionários, pronto-socorro, centros de pesquisa, convenção e de visitantes, por ora, só existem no papel, conforme se constata no plano de manejo do parque (SCTP, 2004a).

De acordo com a gestão do PEBI, diversos fatores dificultam a resolução de sua questão fundiária, entre os quais destacam-se (Gráfico 1):

GRÁFICO 1 – PRINCIPAIS EMPECILHOS PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PEBI



FONTE: DADOS DOS AUTORES

Digno de nota é que essas dificuldades, paradoxalmente, são potencializadas pela própria legislação protetiva, seja a de natureza ambiental ou de natureza patrimonial, conforme discorreremos a seguir.

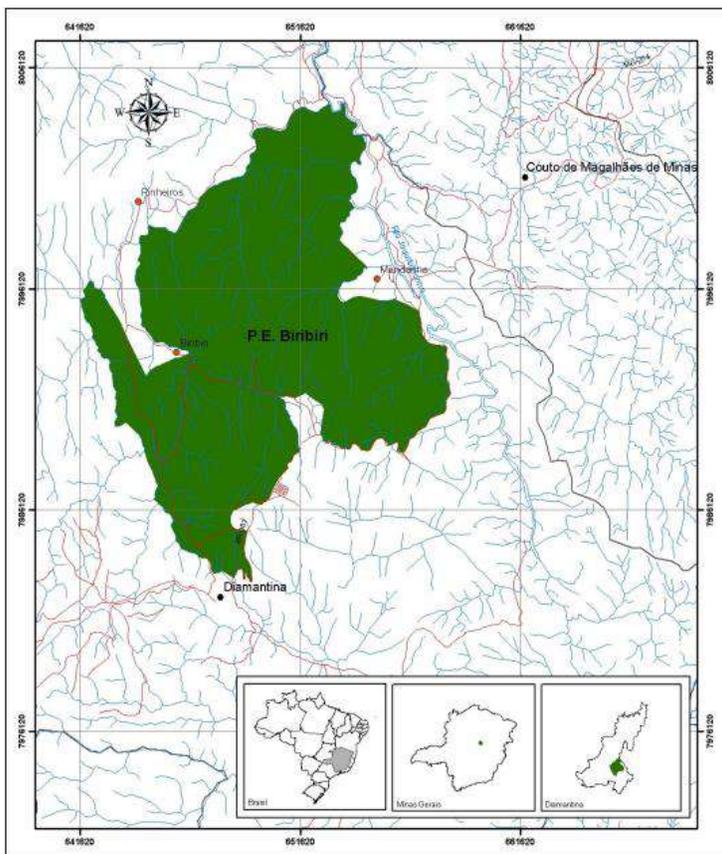
O centro histórico de Diamantina é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e é considerado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Os fluxos de consumo, notadamente os turísticos, que essas distinções costumam encetar acabam por majorar os valores indenizatórios requeridos pelos proprietários. E, assim, criam-se as condições para que, no preço da terra, estejam embutidas as chamadas rendas de monopólio, que é um tipo de renda associada a um preço de raridade (HARVEY, 2005). Dito de outro modo, as amenidades paisagísticas e arquitetônicas, tão valorizadas pela propaganda turística e imobiliária, geram um sobre valor que é apropriado pelo proprietário fundiário — a exemplo do que se observa no recente comércio de escrituras e casas coloniais na chamada Vila do Biribiri, sede antiga do empreendimento têxtil, em área rural contígua ao parque, e onde a visitação, ao contrário

do que ocorre com o parque, é autorizada mediante cobrança de uma taxa de entrada⁴.

As porções territoriais onde estão localizadas as comunidades rurais do entorno ao parque são classificadas como zonas de amortecimento. Lá estão as comunidades de Mendanha, Cidade Nova e do Pinheiro (Figura 1). Estima-se que o território ocupado por essas comunidades equivalha a 5% das áreas do PEBI. E, no caso da comunidade de Pinheiro, a ocupação está localizada na porção noroeste das limitações territoriais do PEBI e é formada por quatro nucleações: Córrego Fundo, Pinheiro de Baixo, Pinheiro de Cima e Mato Porco.

⁴ Em pesquisa de campo, realizada em março de 2021, constatou-se que o valor da taxa para entrar na Vila era de R\$10,00 por pessoa

FIGURA 2 – ILUSTRAÇÃO DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PEBI



FONTE: STCP (2004a).

A maioria dos habitantes da comunidade de Pinheiro é composta por casais de idosos, cuja atividade principal é a agricultura familiar. Os jovens costumam morar nas periferias urbanas da cidade de Diamantina ou até em outras cidades. Talvez seja difícil sustentar que a migração dos mais novos se explica somente pela falta de oportunidade local — afinal, a cidade e seus signos fascinam os jovens. Contudo, cumpre destacar que, historicamente, a principal atividade da comunidade do Pinheiro foi o garimpo. Portanto, não se pode desconsiderar que, em um primeiro momento, o enfraquecimento do garimpo e,

posteriormente, a criação do próprio PEBI, que fragilizou as atividades de extrativismo vegetal e criação de gado, foram fatores que contribuíram para o envelhecimento da população local (MORAIS; GONTIJO; PIUZANA, 2016).

Na comunidade de Pinheiro existem aproximadamente 80 residências. A grande maioria (80% do total) fica fechada e só é ocupada por ocasião de festas religiosas, férias ou eventos na comunidade. As 20% de residências restantes pertencem aos moradores locais. Isso denota uma situação social que, mesmo com a migração, as relações comunitárias se mantêm. Assim, os herdeiros, ainda que morando fora, acabam voltando para os locais da origem familiar, o que assegura a reprodução da propriedade/posse entre eles.

Grosso modo, as posses são herdadas e registradas no Cartório de Imóvel da cidade de Diamantina, MG. Mais recentemente, a prefeitura acabou por registrar e demarcar inclusive as propriedades que até então não possuíam qualquer registro de posse. Em alguns casos, foi preciso demarcar as posses *in loco*, uma vez que os documentos, caso não fossem desconhecidos, eram praticamente ilegíveis pelo precário estado de conservação.

Vale destacar que, formalmente, as edificações da comunidade não sofrem interferência do parque, pois os limites da unidade não abrangem as casas dos moradores. O conflito reside na proibição de acesso e uso de recursos naturais nas porções limítrofes ou dentro do perímetro do parque – notadamente nos locais utilizados tradicionalmente para pesca, caça, extração de madeira e criação de animais, conforme se observa nos relatos abaixo (Tabela 4)

TABELA 4 – ATIVIDADES TRADICIONAIS REALIZADAS ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DO PEBI

Atividades	Antes da criação do PEBI	Depois da criação do PEBI
Garimpo	<p>“Era uma atividade coletiva da gente, íamos todos juntos e sempre achava algo</p> <p>“O garimpo era tradicional aqui, e tinha gente de vários lugares, todo mundo gostava e saía cedo, os jovens iam juntos para aprender e a gente conseguia ganhar algo”</p>	<p>“Quando eles começaram a demarcar aqui e ali e falar do rio, já víamos que o garimpo ia acabar”</p> <p>“Foi uma época difícil sabe de lembrar, meu filho com 14 anos de idade quis ir embora pra cidade e eu tive que deixar porque ele me ajudava muito era no garimpo”</p>
Pecuária	<p>“No fundo da nossa casa, tem o rio e lá do outro lado ficavam as vacas soltas no pasto, a gente distraía e ainda tinha leite todo dia”</p> <p>“Meu pai gostava de vacas e herdou umas poucas do meu avô e depois passou para mim, eu gostava muito de cuidar delas que ficavam ali na frente depois do rio, era nossa distração aqui”</p>	<p>“O povo do Parque não avisou sobre a proibição, foram colocando cercas lá e aqui, e depois disso meu filho quis ir embora porque não queria vender os cavalos que era herança do pai, hoje só tem eu aqui eles só vêm lá pro final de semana”</p> <p>“Depois do parque as vacas tiveram que ser vendidas e outras foram pegos pelos fazendeiros daqui de perto, hoje tem nada, só mato”</p>
Atividades	Antes da criação do PEBI	Depois da criação do PEBI
Coleta de sempre-vivas	<p>“As mulheres iam cedo para coletar as flores, depois sentava e montava os arranjos e levava para vender”</p> <p>“Eu aprendi com minha mãe a colher flor ia era todo mundo e depois levei minha filha também, a gente vendia tudo porque elas são lindas”</p>	<p>“Para colher flor acho que precisa deles autorizar e a gente daqui nem sabe se tem mais flor onde tinha”</p> <p>“As sempre-vivas foi uma tradição nossa aqui que foi perdida porque hoje a gente não pode mais ir lá, deve ter uns 10 anos ou mais que não vou onde tinha dela porque eu não tenho idade pra pular cerca”</p>
Extração de madeira	<p>“Íamos todo mundo daqui de casa, enquanto uns colhia as flores, outros íamos nas lenhas e trazíamos era tudo”</p>	<p>“Eu e minha família pensarmos foi em ir embora porque já teve vez de tá vindo com a lenha e ser parado na estrada”</p>

	<p><i>“Aqui em casa a gente tem fogão de lenha então sempre que acabava lenha, tinha que buscar e aqui acha muita lá pra frente perto do mato”</i></p>	<p><i>“Meu menino me deu um fogão no ano passado, mas eu gosto é do de lenha sabe, então eu vou no mato e busco lenha mais era melhor se a gente pudesse continuar com tudo de antes”</i></p>
--	--	---

FONTE: COLETA DE DADOS DOS AUTORES.

Ao atentarmos para essas falas, encontramos um importante paradoxo da propriedade da terra em áreas protegidas. Referimo-nos aos usos comuns e coletivos do espaço, próprios do mundo da tradição, que colidem com a lógica física, geométrica, que subjaz a criação dessas áreas pelo Estado. Atividades como a pecuária ou a cata de lenha acabam, em essência, sendo reprimidas porque a forma moderna da propriedade (seja privada ou pública) não comporta as dimensões culturais, simbólicas e práticas do uso do território. O que, somado ao modelo preservacionista, de inspiração norte-americana e afeito ao “mito da natureza intocada”, acaba por revelar a natureza totalitária da expropriação territorial:

Apesar de 95% da área do PEBI ainda ser uma propriedade particular, essa realidade não modificou o uso comunal desta propriedade até a criação do parque. Não houve uma situação de conflito entre propriedades e comunidades campesinas. A limitação de uso desta área foi imposta com a inserção do PEBI. A falta de envolvimento da grande parte da sociedade com a criação do PEBI somada a dificuldade de esclarecimento por parte do órgão gestor geraram os avanços dos conflitos para a atual zona de amortecimento. Proprietários de terras das zonas de amortecimento promoveram uma nítida modificação quanto ao acesso de suas propriedades. O cercamento de terras foi o mais marcante. Grandes propriedades particulares antes utilizadas de forma comunal, a exemplo das terras da Companhia Industrial Estamparia S.A., passaram a ser individualizadas e coibir o uso coletivo e tradicional, gerando conflitos socioambientais da mesma forma que o parque. Juntamente com a criação do PEBI instalou-se uma fiscalização ambiental. Na visão da comunidade de Pinheiro e de alguns proprietários de terras da zona de amortecimento as leis que passaram a limitar o uso dos recursos naturais teriam sido exclusividade para a realidade do parque e de seu entorno tornando assim

um real desconhecimento sobre a legislação ambiental e a questão fundiária (MORAIS, 2014, p. 119).

A título de ilustração, tomando uma amostra de oito chefes de família, sete nos relataram possuir alguma documentação de suas posses. Trata-se, em essência, de registros paroquiais que vão passando de pai para filho. E mesmo para quem não possui o registro da posse, há a garantia da usucapião, uma vez que se trata de famílias que residem há mais de cinco anos no local. No entanto, que os moradores da comunidade do Pinheiro pouco ou nada sabem acerca da situação fundiária das porções de terra que estão dentro do parque — o que sinaliza a ausência de diálogo entre a gestão e as comunidades locais. Embora o PEBI tenha sido criado antes da lei do SNUC, existem, atualmente, meios para informar, debater e buscar soluções coletivas para as demarcações territoriais de comunidades afetadas por UCS.

O fato é que, na ausência de comunicação sobre a questão fundiária do PEBI, tem se verificado o seguinte paradoxo: se, por um lado, o parque se revelou uma forma de expropriação territorial das comunidades do entorno, por outro, o PEBI tem se transformado em um meio para negócios imobiliários, principalmente para aqueles que operam nos bastidores cartoriais da imprecisão fundiária. Ademais, devido à proximidade das áreas do entorno com o perímetro urbano de Diamantina, há indicativos de que essas terras têm sido objeto de especulação imobiliária, conforme se observa nos relatos abaixo:

“Veio um homem visitante que tava a passeio lá na Vila, lá por junho do ano retrasado e me viu sentado aqui no banco e me perguntou se eu não queria vender minha casa ou sabia de alguém que vendia, porque ele queria sabe passar feriados e lá na Vila deve ser cara, eu falei que não era a casa só minha e que eu vivia a anos lá, mais sabe de uma coisa com tanta proibição e descaso da gente eu penso tem horas que seria melhor até me mudar aqui” (Relato do Morador A sobre o interesse de visitante pela sua casa, novembro de 2021).

“Eu tava colhendo lenha lá perto de Córrego Fundo e veio um casal perguntando se Pinheiro era bom de morar e que tinham indicado para passeios e descanso, penso que pode ter sido o povo rico lá da Vila, sabe a gente aqui não tem contato com eles, porque não nos sentimos pertencente à lá, mais eles sempre falam da nossa comunidade, eu tenho é medo sabe do interesse que eles podem ter daqui, lá vive cheio e sempre passam aqui só de passagem, mais não sei se estão querendo algo aqui sabe” (Relato Morador B sobre o interesse de visitante pela comunidade, novembro de 2021).

Considerando que essas áreas não possuem qualquer estrutura de saneamento, os problemas ambientais acabam por se agravar ainda mais. E, assim, a disposição inadequada de resíduos e esgoto, captação desordenada de água, o desmatamento para a abertura de ruas e lotes, dão mais alguns "nós" no difícil processo de consolidação do PEBI.

Considerações finais

Possíveis ações visando à consolidação do PEBI podem ser enumeradas.

Uma primeira ação passaria pela realização de reuniões semanais ou mensais que debatessem a fundo a questão fundiária do PEBI. Essas reuniões seriam organizadas pela gestão do parque em parceria com o representante da comunidade de Pinheiro. Cabe ressaltar que o PEBI já possui um conselho consultivo. Porém, constata-se que ainda falta uma maior inserção da comunidade do Pinheiro no conselho. A nosso ver, é de suma importância que as reuniões, por exemplo, discutam com os comunitários as demarcações territoriais propostas pelo plano de manejo, até porque esse instrumento de ordenação do espaço precisa ser revisado e atualizado. Longe de ser algo ocioso ou mera formalidade de pauta, trata-se, em essência, de um exercício que busca, sublinhe-se, tornar o assunto hegemônico nas reuniões do parque, seja em conselhos ou nas assembleias promovidas pela gestão.

Seria importante, também, fomentar atividades que impliquem usos pluriativos do entorno do parque. E, de novo, que

isso fosse discutido e proposto com base em um processo, embora presidido pela gestão do parque, que priorizasse a participação da comunidade. Um exemplo é o turismo de base comunitária, uma atividade fortemente territorializada, de onde as maiores rendas vêm justamente da propriedade da terra (pousadas locais, restaurantes populares etc.).

E, adicionalmente, deve-se seguir com o processo de arrecadação das terras, seja pela via tradicional dos processos de indenização direta, ou até mesmo por ferramentas mais atuais, caso da Compensação de Reserva Legal (CRL).

A questão fundiária é um ponto central na consolidação do PEBI. Seja em Minas Gerais ou no restante do país, o não enfrentamento dessa questão fragiliza não apenas a função ambiental das UCs, como também agrava as desigualdades socioespaciais, ao reproduzir, agora pelo viés ambiental, a estrutura patrimonialista da sociedade brasileira.

Referências

ALVES, B.P.J. Revisitando as ligas camponesas: lideranças e disputas internas do movimento camponês. **Revista IDEAs**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2015.

AMBROSIO, R. V. **Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais**. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal - Ciências Florestais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

ARIADNE, Q. Metade dos parques estaduais não tem regularização fundiária. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 19 set. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/metade-dos-parques-estaduais-nao-tem-regularizacao-fundiaria-1.367104>. Acesso em: 18 nov. 2021.

ÁVILA, G. C.; PAULA, V. C. **Relatório de Atividades Realizadas**: Parque Estadual do Biribiri. Diamantina: Instituto Estadual de Florestas, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/BD%20IEF/Plano%20de%20Manejo%20PESI%20Encarte%201%20FINAL.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia/FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. **Acervo documental e dados dos Parques Estaduais de Minas Gerais**. Instituto Estadual de Florestas, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2836-parques-estaduais>. Acesso em: 16 nov. 2021

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Do Parque Estadual Da Serra Negra**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano%20de%20Manejo%20Volume%202%20-%20RBSN.20SET.2011.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021

MARTINS, J. S. **A sociologia como aventura: memórias**. São Paulo: Contexto, 2013

MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais, século XIX**. Rio de Janeiro: Fino Traço, 2014.

MORAIS, M. S. **A realidade socioambiental imposta a comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MORAIS, M. S.; GONTIJO, B. M.; PIUZANA, D. Análise temporal do uso e ocupação do terreno do Parque Estadual do Biribiri e de sua Zona de Amortecimento, município de Diamantina, Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 46, p. 362-381, 2016.

MOREIRA, L. A. **Unidades de Conservação: análise dos conflitos e das potencialidades socioambientais**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em

Meio Ambiente e recursos hídricos) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018.

NETO, J. B. C. **A complexidade da questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário.** 2018. 145 f. Tese (Estrutura Ambientais e urbanas) – Instituto de Ciência Florestal, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, L. J. D. Regularização fundiária de unidades de conservação, **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, n. 32-33, p. 143-176, 2010.

PIVOTO, A. S. Aqueles que ainda resistem: um olhar sobre as disputas territoriais associadas ao processo de regularização fundiária do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG, Brasil. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 57, p. 420-440, 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SMA/FF – Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. **Regularização fundiária em unidades de conservação: as experiências dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2012/01/regularizaofundiriaaemaunidadesadeaconservaoasprj_arquivo.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

SOUZA, D.; SCALCO, R.; XAVIER, K. As Implicações da Criação do Parque Estadual do Biribiri para a Comunidade e para o Desenvolvimento do Turismo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 22, p. 116-132, 2012.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri.** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad: Instituto Estadual de Florestas – IEF, Curitiba, 2004a. Disponível em: <http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/Encarte%20-%20Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Unidade%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15 set. 2021.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto.** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável – Semad: Instituto Estadual de Florestas – IEF, Curitiba, 2004b. Disponível em: <http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/Encarte%201%20-%20Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Unidade%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20Rio%20Preto.pdf> . Acesso em: 16 set. 2021

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual Do Pico do Itambé**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Instituto Estadual de Florestas – IEF, Curitiba, 2004c. Disponível em: <http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/encarte%201%20-%20Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Unidade%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20Itambe.pdf> . Acesso em:16 de nov. 2021

TCE-MG – Tribunal de Contas de Minas Gerais. Relatório Final de Auditoria Operacional Meio Ambiente – Unidades de Conservação de Proteção Integral, Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/Auditoria%20Operacional/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20UCPIs.pdf> . Acesso em: 24 set. 2021.

XAVIER, K. F. **Cidade Nova**: estudo de caso para mobilização e integração social dos moradores na atividade turística em Diamantina-MG. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2011.

Capítulo 13

Exploração e expropriação territorial no baixo Vale do Jequitinhonha: o caso da cabeceira do Piabanha

Edivaldo Ferreira Lopes¹

Claudenir Fávero²



FOTO: LOIC RONSSE (2019).

Resumo

Neste texto são analisados os processos de exploração e expropriação territorial que a Comunidade Tradicional Agroextrativista e Artesã Cabeceira do Piabanha, localizada no município de Salto da Divisa, MG, tem sofrido. A história da comunidade evidencia de maneira contundente, as formas que o capital utiliza para se expandir no campo. Na maioria dos casos, apoiado pelo Estado, o capital se vale de meios lícitos e ilícitos para garantir sua reprodução ampliada. Desde a ocupação no ano de 1952, pelos pioneiros, até a atualidade, vêm ocorrendo uma

¹ Licenciado em Educação do Campo e Mestre em Estudos Rurais pela UFVJM. Agente da Comissão Pastoral da Terra – MG. edivaldocpt@gmail.com

² Doutor em Ciências do Solo com Pós-doutorado em Metabolismo Agrário e Agroecologia. Professor Titular da UFVJM. Diamantina, MG. parana@ufvjm.edu.br).

sequência de ilegalidades praticadas por fazendeiros, com apoio direto ou indireto do Estado.

Introdução

O Estado brasileiro, desde o início de sua constituição, tem atuado como um agente mediador e subsidiário do modelo de desenvolvimento capitalista expropriador e explorador dos/as camponeses/as em todo o território nacional. Assim, o capitalismo agrário/industrial se desenvolveu no Brasil, a partir da concentração da terra, tendo o Estado como seu principal agente intermediário (WANDERLEI, 2009; MARTINS, 1982). Por meio de subsídios financeiros e do ordenamento jurídico, o Estado garante a manutenção da grande propriedade e o lucro do capitalista agroindustrial, enquanto outros setores da sociedade pagam os ônus por esta remuneração. No Brasil, milhões de camponeses(as) se tornam proletários(as) a serviço do capital, no campo e na cidade (OLIVEIRA, 2001, 1994; MARTINS, 1983, 1986a, 1986b, 1999 e 2012). O avanço dos projetos capitalistas no campo provocou o acirramento dos conflitos socioambientais, fundiários e, conseqüentemente, a expulsão direta ou indireta das comunidades do campo (LOPES, 2018).

Para Oliveira (1991), a expropriação é a principal característica da expansão do capitalismo. Martins (1982), afirma que os processos de expropriação comumente são acompanhados da violência, mas este não é o seu aspecto principal. “O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento da produção do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital” (MARTINS, 1982, p. 54). Os processos de expropriação dos camponeses, principalmente durante os anos finais da ditadura militar, foram praticados principalmente por grandes empresas capitalistas que atuam no campo, motivadas, sobretudo, por incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, almejando amplos negócios na grande propriedade

privada da terra (LOPES, 2018). Segundo Martins (1982), os processos de expulsão ocorridos no campo brasileiro não ocorreram apenas com indígenas, mas também com arrendatários, posseiros, arrendatários e parceiros (MARTINS, 1982).

No Vale do Jequitinhonha, a expansão das atividades de produção capitalista não foi diferente do ocorrido em outras regiões do país. Os sucessivos governos, nas diferentes esferas, com discursos ideológicos propagando desenvolvimento para o “Vale da Miséria”, implantaram muitos projetos (SERVILHA, 2012) que contribuíram fortemente para o acirramento dos conflitos socioambientais e, conseqüentemente, para o êxodo rural, pela expulsão direta ou indireta dos(as) camponeses(as) de suas terras — chão de morada e de cultivo — expondo milhares deles(as) à migração definitiva ou sazonal (LOPES, 2018; LEITE, 2015; SERVILHA, 2012; SILVA, 1999).

A partir da década de 1970, o fortalecimento da pecuária extensiva, avanço da monocultura de eucalipto, criação de unidades de conservação, construção de usinas hidrelétricas e chegada de grandes projetos de mineração, vêm contribuindo diretamente para acelerar os processos de expropriação e exploração (LOPES, 2018). Frequentemente, tais processos são precedidos por violência física e simbólica contra os(as) camponeses(as). As terras, que antes eram lugar de expressão e reprodução do modo de vida camponês, são cobiçadas por latifundiários, por empresas ou alvo da política ambiental dos governos que passaram a promover a disputa pelos territórios camponeses (LOES, 2018).

No Vale do Jequitinhonha, especialmente na região do Baixo Jequitinhonha, a fazenda³ viabilizou um modelo de poder baseado no mandonismo do fazendeiro. O poder originou-se da exploração da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores rurais. Esses, que antes eram os donos das terras, passaram a produtores de

³ Fazenda se refere a uma grande propriedade rural, neste caso em estudo, destinada principalmente para a criação de gado extensivo.

riqueza para o fazendeiro que, além de se apropriar das terras de uso camponês, também passou a distribuir “justiça” segundo suas próprias leis, dentro dos horizontes da fazenda e até mesmo fora dela. O poder da fazenda não ficou restrito aos mourões das cercas do latifúndio (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988).

A fazenda em processo de formação se apropriou da mão de obra de camponeses(as) para derrubadas das matas, plantio e manutenção de pastagens, tornando-os agregados nas terras que antes eram suas posses. Durante o processo de formação das fazendas, o agregado tinha a função de derrubar a mata e plantar principalmente milho, feijão e mandioca; na safra seguinte era necessária nova derrubada, pois aquela área deveria ser destinada a pastagem. Esse processo perdurou até a extinção das matas da região (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988). Com o fim das matas muitos camponeses(as) foram expulsos, e os que permaneceram ficaram praticamente sem espaço para produção e passaram a serem diaristas na manutenção de fazendas. O sistema de agregação vigorou até as últimas décadas do século XX, ficando a terra monopolizada sob o domínio de poucos (LOPES, 2018).

Desde sua origem, o Estado tem atuado de maneira a favorecer a constituição e formação das grandes fazendas de gado no Vale do Jequitinhonha. Esta atuação iniciou-se principalmente a partir de 1808, com a imposição da força, por meio da chamada “Guerra Justa” contra os indígenas que resistiam na defesa de seu território (LOPES, 2018). Depois, deu-se por meio de incentivos fiscais, financeiros e pelo aparato legal, concedendo a fazendeiros grandes glebas de terras que, em muitos casos, já eram posses camponesas (LOPES, 2018). Desta forma, foram garantidos os meios necessários para a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários e empresas, bem como a expropriação e a exploração dos camponeses(as), generalizando-se os conflitos no campo (LOPES, 2018). Para garantir a implantação dos grandes projetos capitalistas foram (ainda são) utilizados discursos ideológicos que preconizam o progresso e o bem-estar social para população que “carece de desenvolvimento”, pois vivia no “Vale da Miséria”. Segundo

Habermas (1983), o Estado garante “[...] as premissas para a existência de um processo econômico despolitizado, liberto de normas éticas e de orientações ligadas ao valor-de-uso” (HABERMAS, 1983, p. 229).

Este trabalho é parte da pesquisa do Mestrado Acadêmico em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que teve como objetivos investigar os processos de ocupação, o domínio fundiário, os fatores causadores de diversos conflitos, as formas de organização e estratégias de resistência que a comunidade Cabeceira do Piabanha empreendeu ao longo da história para defender o seu território, frente às pressões sofridas. O estudo foi realizado em 2016 e 2018, por meio de uma pesquisa qualitativa, ancorada na abordagem metodológica da pesquisa participativa pelo método da observação participante (BRANDÃO; BORGES, 2007; THIOLENT, 1999). Foi feita pesquisa bibliográfica, que incluiu o estudo de documentos da associação comunitária da comunidade Cabeceira do Piabanha, documentos de terras e outros documentos oficiais, além de entrevistas semiestruturada com moradores da comunidade.

Comunidade Tradicional Agroextrativista e Artesã Cabeceira do Piabanha

A comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha está localizada às margens do Córrego Piabanha, município de Salto da Divisa, baixo Vale do Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, divisa com o sul da Bahia (Figura 1).

onça, paca, caititu, cobra e tatu". Os moradores afirmam que desde que foram morar no território tiveram como prática o extrativismo e a agricultura tradicional, conhecida localmente como roça de toco ou de coivara.

No passado, o preparo da roça de toco ou de coivara era iniciado com a derrubada da mata, acompanhado do uso do fogo. Em seguida, vinha o plantio realizado entre os tocos e árvores remanescentes. Com a diminuição da fertilidade natural da terra, a área era deixada em "descanso" (pousio), ou ainda era plantado outro tipo de cultura. Os períodos de descanso duravam entre dois a cinco anos, dependendo da necessidade e disponibilidade de áreas para tal. O pousio ou "descanso da terra", como conhecido na comunidade, é assim justificada pelos comunitários: *"a terra é como a gente, assim como a gente cansa e precisa de descanso, a terra também cansa e precisa de descanso"*. Nesta mesma direção, uma comunitária afirmou: *"a gente descansa em um dia ou dois e a terra precisa de mais tempo para descansar"*.

A agricultura tradicional e o extrativismo conformaram a base de sustentação das famílias da Comunidade Tradicional Cabeceira da Piabanha. Com uma diversidade de produtos, como: 5 variedades de feijão (carioca, carioquinha, calentinha ou rosinha e feijão bosta de coelho); milho (vermelho e palha roxa); 21 variedades de mandioca (Aipim Brasil, Aipim Manteiga, Aipim Roxa, Cacau, Cacauzinha, Calipinha, Calombo, Cramuquém, Enrica Homem, Jacobina, Jordaninha, Lisona, Olho Roxo, Pacaré, Parazinha, Preta Rica, Pretinha, Pretona, Santa Cruz, Tapicuru e Unha); 12 variedades de banana (caturra, caturrinha, china, da terra, da terra maranhão, maçã, prata, prata maranhão, prata caturra, roxa, roxa branca e três pencas); frutas: laranja, limão, tangerina, manga, coco, abacate, abacaxi, melancia, jaca, acerola, mamão, maracujá, graviola, goiaba; hortaliças: couve, alface, coentro, cebola, rúcula, salsa, cenoura, mostarda, beterraba e outras; e outros produtos como cacau, café, chuchu, urucum, batata, cana (caiana, caiana preta, fista, obassa e pitu),

abobora/moranga, e pimenta, Além da criação de pequenos animais, como porcos, galinhas e peixes.

Essa grande quantidade e variedade de produtos sempre teve como finalidade principal o autoconsumo e doações entre membros da comunidade, parentes, visitantes e festas de santos etc. Isso não significa que a comunidade é alheia à relação com o mercado. As famílias utilizam distintos meios para a comercialização do excedente da produção, destacando-se: venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); venda na feira livre do município, entrega em domicílio e venda para comerciantes na cidade de Salto da Divisa.

Os processos produtivos são ajustados a partir de modos historicamente constituídos, com uma diversidade considerável. O arranjo espacial das áreas produtivas (roças) presentes no território revelou que a organização ali presente está em consonância com os usos existentes: o uso familiar e o uso comunitário das terras.

O extrativismo e o artesanato foram práticas bastante utilizadas pela comunidade. Tais atividades passaram a ser menos intensivas após as restrições impostas pelo Parque Estadual Alto Cariri a partir de 2008. Alguns exemplos de objetos de artesanato fabricados e utilizados pela comunidade são: vassouras de rejeira, jequiá e imbé (tipos de cipós existentes no território), balaios feitos de cipós de caititu (cipó São João) e de cipó alho, (balaio é utilizado para transporte nos animais de serviço). Já foram confeccionados: cestos para utilização doméstica e outros fins, peneiras de taboca para “soprar feijão” e refinar a massa de mandioca para farinha, palmito e castanhas de cocos, palha de coqueiro (palmeira) para cobertura das casas e paióis para armazenar milho e feijão. Somam-se a estes, outra grande quantidade de utensílios feitos com argila e madeira pararam de ser confeccionados, mas ainda estão presente na memória dos(as) comunitários(as).

A agricultura e o extrativismo se somam a uma multiplicidade de outras relações, usos, e apropriação não capitalista do território, que completa o modo de vida tradicional da comunidade. As condições naturais do território (alta precipitação, terra fértil, fauna

e flora abundantes) viabilizam a reprodução sociocultural da comunidade. As práticas agrícolas utilizadas pela comunidade são fundadas na experiência e repassadas de geração em geração.

Uma História Marcada pela Expropriação e a Violência

Segundo Oliveira (2007) e Martins (1983), no Brasil o camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo, portanto, é uma classe social que, ao longo da história, vem sendo expulsa da terra, mas frequentemente a ela retorna, mesmo que para tanto tenha que migrar para outro lugar distante de sua terra natal. Os processos de exploração e expropriação que os(as) camponeses(as) sofreram e ainda sofrem são decorrentes da expansão do capital sobre a terra, e “É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). “Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-possesores é uma história de perambulação” (MARTINS, 1983, p. 17).

Segundo os moradores da comunidade Cabeceira do Piabanha, a família pioneira saiu da Bahia (próximo de Bom Jesus da Lapa), vindo a se instalar às margens do Córrego Cabeceira do Piabanha — na época, era região ainda coberta pela vegetação nativa de Mata Atlântica e ainda não havia sido apropriada por fazendeiros, por estar distante do Rio Jequitinhonha e da rodovia BR-367. Segundo Sol (1981), por volta de 1930, toda região do baixo Jequitinhonha — principalmente as mais afastadas do Rio Jequitinhonha — ainda não tinham sido apropriadas por fazendeiros. “As terras, sobretudo as mais afastadas do Rio Grande ⁴ e córregos principais, eram praticamente sem donos” (SOL, 1981, p. 27). Geralmente estas localidades eram ocupadas pelas famílias camponesas para abrirem suas posses com suas roças de toco.

⁴ O autor se refere ao rio Jequitinhonha, que antes era conhecido por rio Grande.

Quando os primeiros moradores chegaram à Cabeceira do Piabanha encontraram uma fração significativa de remanescentes de vegetação nativa que ainda não tinha sido apropriada pela grande fazenda, onde instalaram suas posses. A posse mansa e passiva, entretanto, não durou muitos anos. Em 1959, a área foi apropriada pela grande fazenda. Cerca de sete anos após a chegada dos pioneiros, o governo de Minas Gerais concedeu título de propriedade de uma de área de 4.517,60 ha (quatro mil, quinhentos e dezessete hectares e sessenta ares) de terras devolutas, em favor de um fazendeiro da região que, a partir dessa data, passou a afirmar ser dono das terras ocupadas pelas famílias. Mas até hoje existem dúvidas, se de fato a área titulada em favor do então fazendeiro englobava o território da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. As famílias contestam, afirmando que a área não faz parte da fazenda.

Ao titular a área em favor do fazendeiro, o Estado ignorou a presença dos(a)s camponeses(as) que eram posseiros(as), ou seja, as famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha foram expropriadas (isto é, “perderam”) seu direito de posse. Isso aconteceu com muitas outras famílias camponesas da região que ocupavam terras devolutas⁵. Os(as) camponeses(as) ao serem confrontadas pelo poder de prova da propriedade exclusiva, por meio de título de propriedade invocado por um fazendeiro, ficam sem suas terras, (RIBEIRO, 1996; MOURA, 1988; SILVA, 1999). A legitimação do direito via título de propriedade privada é uma forma de garantir a hegemonia da classe dominante (fazendeiros) sobre os/as camponeses/as, pois os primeiros se beneficiaram do acesso às leis, as informações, condições financeiras favoráveis e aos órgãos públicos para se apropriar de terras/posses. Essa prática era recorrente na região do Jequitinhonha, em que “[...] indivíduos

⁵ São terras públicas que não foram destinadas pelo Poder Público ao patrimônio de um particular em nenhum momento, mesmo que, tais terras estejam ocupadas por alguém, se não foi destinada documentalmente via de título de propriedade, tal ocupação é irregular.

poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitadas por sitiantes desvalidos” (MOURA, 1988, p. 15).

No caso estudado, mesmo sendo titulada pelo Governo de Minas Gerais em 1959, o registro no Cartório de Registro de Imóveis foi efetivado apenas em 24 de abril de 1961, consolidando a invasão das posses das famílias lá existentes. Assim, a fazenda em processo de formação “transforma, num passo de mágica pequenos posseiros em invasores de terra, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçavam” (MOURA, 1988, p. 22). Sem muitas alternativas, para continuar na condição de camponeses(as), a maioria passou a viver como agregado, sob o mando de fazendeiros. “A glória da fazenda foi dominar a mata, e a glória do fazendeiro foi usufruir deste domínio e, por meio do domínio da terra, subordinar outros homens” (RIBEIRO, 2003, p. 4).

Embora a agregação seja coisa do passado (aproximadamente até o final da década de 1980), este tempo ainda está presente na memória dos comunitários mais velhos. Eles recordam de um tempo em que seus pais eram obrigados a trabalhar na fazenda toda vez que eram convocados. Caso descumprissem a ordem, seriam punidos com a destruição das roças ou expulsos da terra, muitas vezes, com uso da força e violência.

A função mais significativa dos agregados, não só neste caso, mas em quase toda a região do baixo Jequitinhonha, fora a derrubada da Mata Atlântica para a formação de pastagens para criação extensiva de gado (MOURA 1988; RIBEIRO, 1996). No caso da Cabeceira do Piabanha, além da derrubada da mata (muitas vezes, sem custos ao fazendeiro), as famílias também tinham que prestar serviços na fazenda Monte Cristo ou Lua Nova na manutenção das pastagens, construção de cercas e outras tarefas cotidianas. A agregação no Jequitinhonha criou as condições concretas para viabilizar o latifúndio. Na memória dos comunitários de Cabeceira do Piabanha, as normas impostas pela fazenda ainda são bem vivas, conforme o relato abaixo de um morador:

“Essas famílias eram obrigadas a manter essa ordem dele. Atender esse mandado dele. Para fazer o trabalho na fazenda Lua Nova, os três dias lá e os dois dias para a pessoa, para a família mesmo. Quando a família não atendia essa ordem dele, ele pegava, mandava os vaqueiros colocar gado. A roça que cabia 50 vacas, ele mandava colocar 500 vacas na roça da pessoa. Judiava da pessoa o máximo que pudesse, pá depois mandar a polícia. Vinha com jagunço, polícia e marrava as pessoas e colocava no caminhão e exportava. Meu sogro mesmo, aconteceu isso. O Otaviano saiu marrado, mas depois que destruiu a roça dele. O Antônio Branco, ele passou o jirico, o trator, ele jogou o trator e jogou os cacho de banana da terra que dava mais de 50 quilos cada um cacho. O pobzinho do velho gritando e pedindo pela amor de Deus para não derrubar as benfeitoria dele, que ele vivia daquilo e o tratozão comendo de concha lá e derrubando tudo.”

Outro comunitário descreve a expulsão de sua família e revela a forma truculenta que o fazendeiro utilizou durante o despejo: *“eles passaram o trator numa roça, numa chácara de café que meu pai tinha. Nós fomos tirados aí com a polícia e levou nós para a São Vicente e despejou a gente como se fosse um monte de lixo”*. Os comunitários afirmam que na época do fazendeiro, não podia plantar nada além de feijão, milho, mandioca e hortaliças. As famílias não tinham quaisquer frutas, pois o fazendeiro mandava destruir. *“Tinha medo, pois se a gente plantasse, ele mandava rancar. Era medo dele vim e rançar. Os primeiros morador que tinha aqui, ele fez isso. Ele rançou”*. *“O Antônio da Cesta plantou pé de tanja, limão, laranja, pé de jaca e ele chegou e mandou rancar tudo. Já tava dando fruta já”*.

Morar na fazenda como agregado significava ser fiel às regras estabelecidas pela fazenda; para ser aceito e permanecer como agregado, teria que ser bom para com o fazendeiro. Analisando as formas de expulsões de agregados das fazendas do Jequitinhonha, Moura (1988) diz que

Há aqui um sistema comportamental calcado na enumeração de obrigações, interrompidas quando não se quer mais favorecer, encerrando os compromissos que unem as partes envolvidas. A maneiras de cessar a relação se faz pela interrupção abrupta da bondade. Ela fornece sinais de que

a convivência não mais satisfaz o lado dominante, e este deixa de ser benfeitor.

Para o lado dominado, não há apelação possível. Como os termos da relação eram controlados pelo fazendeiro, qualquer acordo que incluía a continuidade da relação ou sua supressão supõe sua aceitação do acordo nas bases propostas pelo mesmo. A solução encontrada para uma relação indesejada é de supressão abrupta e violenta do favor concedido (MOURA, 1988, p. 97).

Se a família camponesa não faz jus a tal “bondade” do fazendeiro de lhe conceder moradia, esta é retirada da terra, em muitos casos, com o uso da força e, em muitos casos, com violência física. Neste sentido, ser fiel aos mandos do fazendeiro não é exatamente uma forma de submissão, mas sim, a única forma de permanecer em seu chão de moradia. O rompimento da relação agregado e fazendeiro não se dava apenas pela violência direta contra as pessoas; outras formas eram recorrentes, como a proibição de formar novas roças, soltura de gado dentro das roças e destruição de plantação (dos agregados), principalmente as frutíferas.

Quase todas as pessoas da comunidade que foram vítimas desses despejos violentos, ao relatar os fatos, mesmo depois de quase meio século, caíram em prantos devido ao sentimento de humilhação, raiva e injustiça. Segundo Moura (1988), o despejo significa para os camponeses(as) deixar a casa — o canto de moradia e de trabalho, sair significa também, tirar da família a vergonha, os sentimentos de brio e de pertencimento ao lugar de vida, (MOURA, 1988, p. 99). Nas fazendas do Jequitinhonha e Mucuri, “a autoridade do fazendeiro era imposta com muita força em sua fazenda, formando um conjunto de normas” (RIBEIRO, 1996, p. 28).

Na maioria dos relatos de expulsão de famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha há menção à Polícia Militar (PM). Nesses casos, a PM assumiu a defesa dos fazendeiros e de suas propriedades, representando o Estado nestes litígios. Na prática, é um Estado autoritário, comprometido em implementar e sustentar a política das classes dominantes, ou seja, a manutenção

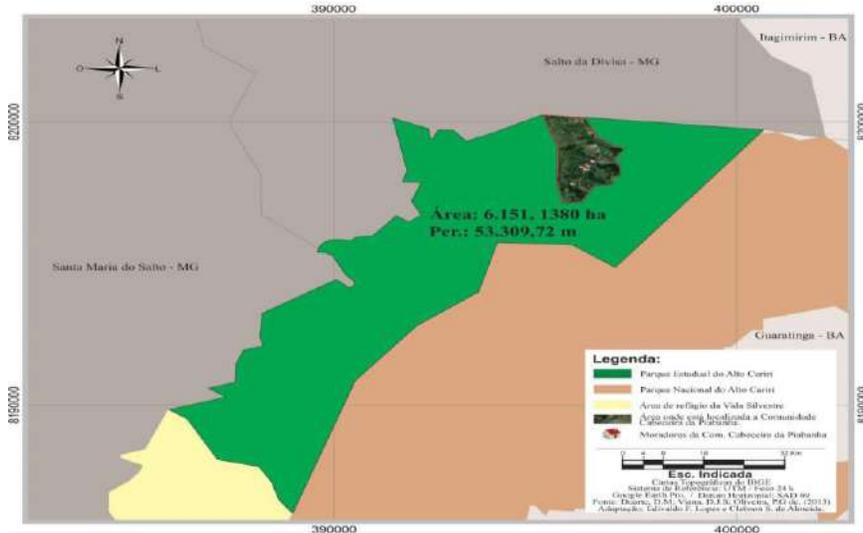
da estrutura agrária vigente (MARTINS, 1982, 1983; SILVA, 1999; OLIVEIRA, 1991).

Com a morte do fazendeiro detentor do título de propriedade, na década de 1990, a comunidade passou a ter liberdade no uso do território, não sendo mais obrigatória a prestação de serviços nas fazendas. Segundo um comunitário, *“As coisa foi melhorar depois que o véi morreu, aí o povo foi criando uma coragenzinha e, e foi fazendo as coisa”*. A partir de então, as famílias constituíram um uso cada vez mais estável do território, mais autônomo. Passaram a construir casas e fazer as roças em áreas que antes não faziam. Começaram a criar gado, que antes também havia restrições. A diversificação de culturas foi sendo ampliada, incluindo culturas que eram proibidas anteriormente, como: coco, laranja, limão, cacau, banana, manga e muitas outras. *“Devagarzinho você vai plantando uma coisa ali e não acontece nada, cê vai plantando outra. Cê vai tomando a liberdade de, de fazer as coisas”*, conforme nos relatou uma moradora da comunidade.

Com a ausência do poder exercido pelo fazendeiro, as famílias estruturaram um território comunitário, sendo que a liberdade de uso do território, entre os comunitários passou a ser o elemento edificante. Tal liberdade é constituída, principalmente, no compartilhamento da terra para construção de moradias e para produção. O uso comunitário se expande também para os demais recursos naturais, como a utilização da água para diversos fins, da mata para extração de espécies vegetais, para a caça e pesca, entre outros exemplos. Para os comunitários, desde a década de 1990 a Cabeceira do Piabanha passa a ser um território casa, *“mãe de todo mundo”* onde se vive em liberdade, *“é um vale rico de água e pão”* e, se é filho do lugar *“não se pede licença para entrar”* e construir sua morada.

Entretanto, o Estado de Minas Gerais colocou em xeque parte da liberdade ali existente ao incluir o território comunitário, ocupado havia cerca de 70 anos, dentro da área do Parque Estadual Alto Cariri. O parque, criado em 18/02/2008 pelo Decreto nº. 44.726, abrange uma área de 6.151 hectares entre os municípios de Santa Maria do Salto e Salto da Divisa, Minas Gerais (Figura 2).

FIGURA 2 — MAPA DO PARQUE ESTADUAL ALTO CARIRI NA COR VER E A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO EM CINZA ESCURO.



FONTE: LOPES (2018).

Detentores de um profundo sentimento de pertencimento ao “lugar”, os (as) camponeses(as) definem o Território da Cabeceira do Piabanha como “*uma casa que ninguém pede licença a ninguém para poder entrar*” — deste modo, o Governo de Minas Gerais, ao criar o Parque Estadual do Alto Cariri de cima para baixo, adentrou no território desconsiderando os vínculos territoriais tradicionalmente construídos entre as famílias e o “seu lugar”. Segundo os(as) comunitários(as), em nenhum momento foram procurados por órgão ou agente público para esclarecimento sobre a criação do Parque, ou seja, não houve consulta as famílias.

Durante o processo de criação do Parque Estadual do Alto Cariri foram realizadas audiências nas cidades de Santa Maria do Salto e Salto da Divisa, entretanto, os(as) comunitários(as) da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha afirmam não terem sido informados ou consultados. Se a comunidade não foi consultada, o procedimento não atendeu em sua plenitude ao

preceito legal da consulta pública, explícito na Lei Nº 9.985/2000⁶ e Lei 20.922/2013⁷ — essa última, em seu art. 44, inciso 3º, diz que “o poder público fornecerá informações adequadas à compreensão da população local e outros interessados”.

Neste sentido, o Estado não cumpriu com todos os preceitos legais ao não garantir que as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha fossem informadas de forma objetiva e com linguagem acessível, demonstrando as consequências que a criação do parque causaria para a comunidade. Nos processos de criação de unidades de conservação, as consultas públicas realizadas pelos órgãos do Estado geralmente se caracterizam por “[...] reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões tomadas à distância, para garantir uma roupagem mínima exigida por doadores internacionais, governos, etc.” (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 24).

Segundo Pimentel e Ribeiro (2016), a criação de unidades de conservação envolve ações projetadas em escala global, desconsiderando a realidade local ou regional. Segundo Arruda (1999), com algumas exceções, no Brasil, a ideia de unidade de conservação é a mesma concebida pelos Estados Unidos no século passado. É uma ideia de uma natureza intocada para ser venerada pelo ser humano, bem como para “refazer suas energias materiais e espirituais e pesquisar a própria natureza” (ARRUDA, 1999, p. 83). Essa política verticalizada causa diferentes graus de exclusão, principalmente para as comunidades tradicionais atingidas. Os processos de exclusão vão desde a falta de participação no processo de criação e gestão, que são controlados com exclusividade pelo Estado, até a exclusão total dos territórios, que são os meios de reprodução social, econômico e cultural das comunidades.

Na comunidade Cabeceira do Piabanha ocorreram conflitos da década de 1960 até final de 1980, período da imposição das regras

⁶ Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

⁷ Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no estado.

da relação fazenda e agregado. Entre 1990 e 2008, com a morte do fazendeiro, houve um período de liberdade. Em 2008, com a criação Parque Estadual Alto Cariri, novos conflitos surgiram. A partir de 2014 a situação ficou mais tensa, mediante a apresentação do Projeto de Lei – PL nº 1480/2015⁸ na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que propunha alterar os limites do Parque Estadual do Alto Cariri. A justificativa apresentada no texto original do projeto era de adequar o perímetro do parque ajustando a vegetação da região, substituindo uma área de 368,72 hectares que, segundo o projeto estava antropizada, com a presença de 12 famílias, por outra de 436,86 ha, composta por fragmentos de floresta estacional semidecidual, capoeirinha, capoeira e capoeirão. No processo de criação do referido Projeto de Lei, mais uma vez, a comunidade foi lesada quanto ao direito de ser consultada. Pois, segundo os comunitários, em nenhum momento foram procurados por órgão ou agente público informando sobre a proposta de alteração nos limites do Parque. Recordam que estiveram algumas pessoas visitando a área e fazendo perguntas às famílias, mas sem dizer para quais objetivos. Fica evidente, mais uma vez, que o Estado faltou com sua responsabilidade ao não consultar a comunidade sobre as alterações propostas pelo referido projeto.

Em parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG do dia 28/05/2014, em que a comissão aprovou o projeto de lei (na época, nº 4.743/2013), depois de discorrer sobre a legislação Federal e Estadual, a comissão reconheceu que não houve consulta pública, conforme prevê a legislação. No entanto, concluiu que tal exigência poderia ser satisfeita no curso do processo legislativo. Em novo parecer sobre o projeto, do dia 21/06/2017, a Comissão de Constituição e Justiça da ALMG concluiu que a consulta pública não havia ocorrido ainda e, novamente, aponta que deveria ser realizada no curso do processo legislativo. A consulta prévia e as informações necessárias à comunidade com relação à alteração nos

⁸ PL 1480/2015 (Ex-Projeto de Lei Nº 4.743 de 27 de novembro de 2013). Dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri.

limites do parque não se efetivaram, o que se pode compreender como manifesta violação de legislação Federal e Estadual.

Segundo declarações do gerente de criação de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Floresta – IEF⁹, a iniciativa de mudar os limites do Parque Estadual Alto Cariri, não foi do órgão, mas de um deputado a pedido de um ruralista¹⁰, que inclusive tem interesses no local, ou seja, diz possuir propriedade da área e com frequência tem utilizados de meios diversos para expulsar as famílias do local (LOPES, 2018). Isto deixa evidências que o projeto não tem o real interesse em contribuir para atingir os objetivos contidos no decreto de criação do Parque Estadual do Alto Cariri, conforme a justificativa apresentada. E, muito menos, tem objetivo de resolver os problemas das famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha, como afirmam seus autores e interessados. Isso ficou mais explícito ainda com os fatos ocorridos a partir do início da tramitação do referido projeto (LOPES, 2018). Segundo os comunitários, as pessoas que são protagonistas do projeto de lei e, que dizem possuir direito de propriedade no local, passaram a fazer vários tipos de pressões para as famílias saírem do território. Inclusive, com ameaças de morte contra as famílias e assédio financeiro. Como a maioria das famílias resistiram contra as diversas ameaças sofridas, em 2016, os pretensos proprietários, impetraram uma ação de reintegração de posse contra as famílias, deixando-as com medo de perder o território (LOPES, 2018).

As evidências indicam que a desafetação da área do parque busca atender a interesses minerários da Empresa Nacional de Grafite.

⁹ MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

¹⁰ Gilvander Luís Moreira - Pediram ao deputado Carlos Pimenta para fazer um projeto. Foi você quem pediu ou a Grafite? O Sr. Olinto Herculano Pimenta - Fui eu, Olinto Herculano Pimenta. (Olinto Herculano Pimenta – 12/07/2016, p. 35 – In: MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

As informações observadas no sítio eletrônico do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)¹¹ demonstraram que há uma reserva de grafita dentro da área que se propõe a desafetação e que, por sua vez, também coincide com o território da comunidade Cabeceira do Piabanha. Tal reserva de grafita tem como titular a Empresa Nacional de Grafite e está, atualmente, na fase de requerimento de lavra (processo de nº 831863/1992 no DNPM).

A desafetação de parte da área do Parque Estadual Alto Cariri significa colocar a área disponível para mineração. Para a comunidade Cabeceira do Piabanha, isto significa a perda do seu território. Grandes esforços foram e ainda são empreendidos para mudar os limites do Parque Estadual Alto Cariri, seja por meio de instrumentos legais, seja violando as leis e/ou banalizando-as de acordo com as conveniências do momento. Para atender aos interesses do capital “há sempre uma dialética entre o legal e o ilegal na concepção e construção destes grandes empreendimentos” (JUNIOR *et al.* 2018, p. 153).

Considerações Finais

A comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha historicamente vivenciou processos que ilustram como o capital apoiado pelo Estado se vale de meios nem sempre lícitos e ilícitos para garantir sua reprodução ampliada. Desde sua origem a comunidade vem sendo vítima da presença e/ou da ausência do Estado, seja quando instituiu uma política agrária que favoreceu a concentração da terra ou quando criou o Parque Estadual Alto Cariri, utilizando-se de mecanismos políticos-jurídicos e até coercitivos ao impor regras preservacionistas ao território.

A partir de 2014, mediante o acirramento dos conflitos, a comunidade buscou apoio externo para potencializar e externalizar suas reivindicações. Mais recentemente acionou a identidade

¹¹ Sistemas de informações geográficas da mineração. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap>.

coletiva como comunidade tradicional agroextrativista e artesã exercendo o direito de se autodefinir. Foi reconhecida e certificada, pelo Governo de Minas em 15/06/2018 (Processo nº 1640.01.0001745/2018-87) e, em seguida, encaminhou documentação solicitando a regularização fundiária do território com base no Decreto Estadual nº 47.289¹². O processo de regularização fundiária foi aberto por meio do Processo nº 1640.01.0001838/2018-98, do dia 21/11/2018.

Todas as formas de lutas e resistência empreendidas pela comunidade conformaram estratégias de defesa territorial para garantir a sua existência enquanto comunidade socioculturalmente distinta.

Atualmente, só existem três famílias na comunidade. As demais foram expropriadas, maioria no final de 2019 e início de 2020, após muitas pressões exercidas principalmente por parte dos fazendeiros e do judiciário. Depois da saída do território, a maioria das famílias adquiriu terras nas proximidades e mantêm a esperança de retorno ao território tradicional. Para isso, é necessário que o Governo do Estado de Minas Gerais regularize o território conforme prevê a legislação estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

Em nosso entendimento, a opção mais apropriada para a regularização fundiária do território em favor da comunidade, seria a mudança da categoria da área que sobrepõe o território da comunidade, tornando-a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Nesse caso, seria uma Reserva Extrativista, que garantiria o direito territorial da comunidade, seu modo de vida e sua cultura, aliada a conservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e os demais atributos ecológicos.

Como a área têm interesses econômicos consideráveis, principalmente de empresa mineradora, muitas lutas precisam ser

¹² Decreto 47.289, de 20/11/2017. Regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

empreendidas para que o território da comunidade seja regularizado.

Referências

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **SciELO Brazil**, [online], v. 2, n. 5, p. 79-93, dez. 1999,

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007. <http://www.seer.ufu.br>. Acessado em: em 21/06/2016.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. (orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB:

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

JUNIOR, M. A. M. *et al.* Leis e grandes empreendimentos: do estado de direito ao estado de exceção. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia, 2018, p. 151-156.

LEITE, A. C. G. **O Campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, E. F. **Comunidade Cabeceira do Piabanha, Território de Resistência**: “Nossa identidade, parte da gente”. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2018.

MARTINS, J. de S. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1986b.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986a.

MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, M. M. **Os desertados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, IEA USP. v. 15, n. 43, p. 185 – 206. set./dez. 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, p. 184.

PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas**. Geosp – Espaço e Tempo [Online], v. 20, n. 2, p. 224-237, ago. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/122692-Texto%20do%20artigo-238795-1-10-20170121%20(1).pdf. Acessado em: 30 jun. 2018.

RIBEIRO, E. M. Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro. **Revista Unimontes Científica**, Minas Gerais, v. 5, n. 2, jul./dez 2003. Disponível em: <http://www.unimontes.br/unimontescientifica>. Acessado em: 16 mar. 2011.

RIBEIRO, E. M. **Lembranças do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem:

SERVILHA, M. de M. **O Vale do Jequitinhonha Entre a “Di-Visão” pela Pobreza a sua Resignificação pela Identificação Regional**. 2012. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia – Ordenamento Territorial e Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SOL, O. F. **Salto da Divisa e outras considerações**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1981. p. 155.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 82-103.

Capítulo 14

Águas que não matam a sede: análise de reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Setúbal, Minas Gerais, Brasil

Gessica Steffens¹

Aline Weber Sulzbacher²



FOTO: GESSICA STEFFENS (2019).

¹ Arquiteta e Urbanista (UFFS, Campus Erechim, RS). Mestra em Estudos Rurais (PPGER, UFVJM, Campus JK, MG). E-mail: gessicasteffens@gmail.com

² Docente do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK – Diamantina/MG. Grupo de pesquisa Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro. E-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Resumo

Analizamos a relação entre o modelo energético brasileiro e o direito humano à moradia adequada a partir da realidade das famílias atingidas pela construção da barragem de Setúbal, localizada entre os municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, Minas Gerais. Os procedimentos metodológicos basearam-se em abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa exploratória de campo. Este estudo aponta que o paradigma do desenvolvimento baseado em grandes projetos e a violação de direitos humanos são processos interconectados, reproduzem e ampliam a violência estrutural com comunidades rurais e sujeitos atingidos em qualquer lugar do Brasil, principalmente ao não garantir dignidade no acesso à moradia adequada, infraestrutura (estradas, energia, água) e acesso às políticas públicas.

Introdução

Analizamos a relação entre o modelo energético brasileiro e a produção de moradia adequada a partir da realidade das famílias atingidas pela construção da barragem de Setúbal, deslocadas da comunidade Vargem do Setúbal e reassentadas na Agrovila 2. Localizada entre os municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, Minas Gerais, a barragem foi projetada em 1980 pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para a produção de energia elétrica, porém, a obra foi interrompida em 1990. Foi inaugurada em 2010, com readequação do objetivo, que passou a ser o de perenização do rio Setúbal no intuito de assim garantir a provisão de água na região. Também tinha como proposta fortalecer o desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para a agropecuária e turismo, conduzido pela Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário, (Ruralminas³). A barragem inundou uma área de 980 hectares e deslocou 170 famílias.

³ A Ruralminas era o órgão responsável pelo planejamento, gestão, fiscalização e execução de projetos voltados ao meio rural de Minas Gerais. Foi extinta no segundo semestre de 2016, com base na Lei n. 22.293 de 2016. Suas atribuições e competências foram destinadas às seguintes secretarias e empresas: SEAPA

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho foi desenvolvida entre agosto de 2018 a agosto de 2020, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e ao Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro⁴” – esse promoveu apoio financeiro para a execução da pesquisa, com concessão de bolsa de estudos e diárias para pesquisas de campo. Importante citar que a pesquisa foi impactada pelo avanço da pandemia mundial da covid-19, a partir de fevereiro de 2020, que exigiu medidas de isolamento social e, portanto, de suspensão de atividades presenciais por tempo indeterminado. Deste modo, parte significativa da coleta de dados primários não foi executada. Optou-se, então, realizar conversas telefônicas – infelizmente isso se mostrou limitado pela dificuldade de acesso à rede telefônica por parte dos moradores do reassentamento Agrovila 2 e pela própria condição da proposta de pesquisa.

No que tange ao modelo energético nacional, Cervinski (2019) indica que são três grandes setores industriais que o compõem: do petróleo; dos agrocombustíveis e da eletricidade, sendo a hidroeletricidade a fonte principal de produção de energia do país. O setor elétrico é dividido em Geração, Transmissão e Distribuição, e compreende dois tipos principais de consumidores de energia: os livres (consumidores acima de 500KW/mês) e os cativos (menores de 500KW/mês), sendo esses últimos, os que pagam as maiores

(Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento); SEDA (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário); EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e DETEL (Departamento Estadual de Telecomunicações do Estado de Minas Gerais).

⁴ Projeto submetido e aprovado no chamamento público 02/2047 do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), vinculado à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Objetiva a instalação de usina fotovoltaica flutuante na Usina de Santa Marta, em Grão Mogol/MG.

tarifas de energia. A produção de energia por hidroeletricidade é muito rentável, já que envolve baixíssimo custo de produção e sua venda é realizada a preços elevados (pois é balizada pelos preços internacionais da energia térmica), e geralmente desconsidera os custos e danos sociais e ambientais, tornando-se atrativa para multinacionais, corporações e capital financeiro em geral (CERVINSKI, 2019).

Esse modo de operação, seja do próprio Estado ou de multinacionais (com o aval e incentivo do Estado), está sempre amparado no discurso desenvolvimentista e provoca passivos ambientais e sociais irreparáveis, desencadeando crises, escassez, violência e morte. O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁵, com estudos entre 2006 e 2010, em diversas regiões do país⁶, apontou que tanto na construção de barragens quanto de hidrelétricas há um padrão vigente de violação de pelo menos dezesseis direitos humanos, dos quais ressaltamos: o direito à moradia adequada; o direito à plena reparação das perdas; o direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais,

⁵ Em 2014, o CDDPH foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), pela Lei Federal N. 12.986. Tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos (sejam os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, sejam aqueles previstos nos tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil), mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. O conselho possui composição paritária entre órgãos do Estado (11 representantes ao todo: do governo federal, congresso, senado, magistrados, DPU, PF e PGR) e Sociedade Civil (11 representantes, sendo OAB, CNMP e nove eleitos) (CDDPH, 2010, p. 9).

⁶ A comissão recebeu denúncias de violação de direitos humanos em 74 barragens e selecionou sete casos para acompanhamento, contemplando as cinco regiões do país: Açude Acauã (PB), UHE Aimorés e PCHs Emboque e Fumaça (MG), e UHE's Cana Brava (GO), Foz do Chapecó (RS/SC) e Tucuruí (PA). Os casos contemplaram obras em fase de licenciamento, em implantação e em operação, em todas as regiões do país: sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Além disso, englobaram pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e grandes barragens para captação de água (açudes) e produção de energia elétrica (UHE) (ANAB, 2013, p. 29).

materiais e imateriais; o direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; o direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária, dentre outros (CDDPH, 2010).

O direito humano à moradia adequada é garantido tanto por legislações internacionais quanto pela Constituição brasileira. Ela baseia-se em sete princípios, aqui elencados:

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levadas em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991 apud SDHPR, 2013).

Desse modo, apresentamos a discussão iniciando pela análise da realidade das famílias atingidas e atualmente moradoras do reassentamento Agrovila 2, para, na sequência, abordar o modelo energético brasileiro, seu paradigma de desenvolvimento baseado em grandes projetos e consequente violação de direitos humanos. Por fim, indicamos a histórica luta dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Atingidos por Barragens, que atuam na denúncia da realidade das famílias atingidas pelo modelo energético, na luta e reivindicação pela reparação social e ambiental em acordo com os direitos humanos, bem como na reflexão, debate

e proposição de outro modelo energético que atenda à soberania nacional, distribuição da riqueza e controle popular.

Atenção: “é proibido nadar, captar e beber água sem o tratamento adequado”

O rio Setúbal faz parte da bacia hidrográfica do rio Araçuaí, estado de Minas Gerais, correspondendo a 18% da bacia, com uma extensão aproximada de 174,74 km. Suas nascentes estão situadas principalmente na área do município de Novo Cruzeiro, mas a bacia estende-se pelos municípios de Setubinha, Minas Novas, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró, Chapada do Norte e Araçuaí. Em sua maioria, esses municípios têm população rural maior que a urbana, e vêm sofrendo um processo histórico de empobrecimento da população decorrente da expropriação de bens comuns e naturais. O processo histórico de ocupação perpassa a exploração de ouro que se iniciou por volta de 1728 e é citado o Rio Capivari como o local em que foram exploradas as minas (SABERES PLURAIS, 2019). Souza e Moreira (2017) ressaltam que em Chapada do Norte 36,38% da população reside no campo e é um dos municípios que lidera o percentual de população negra no estado, com uma taxa de 91,1%.

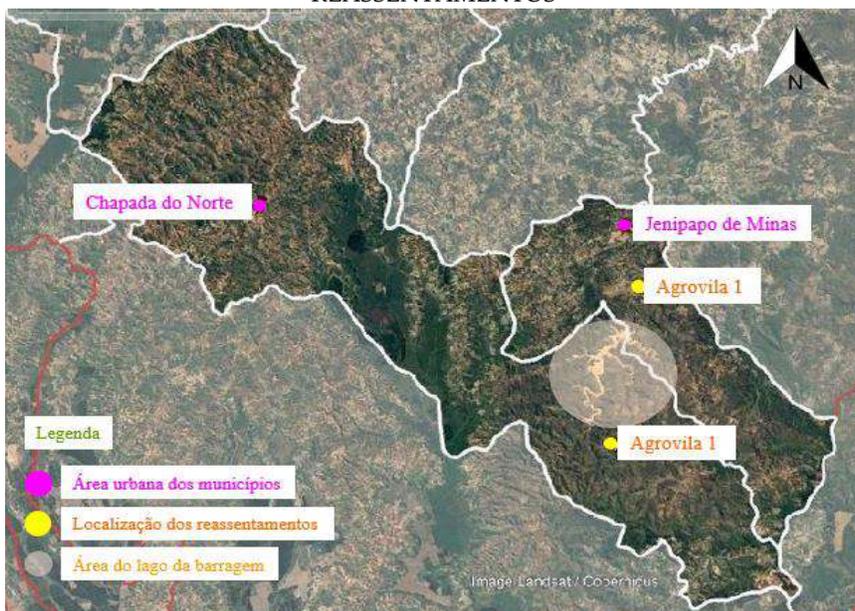
Esses municípios também compõem, junto de outros do Vale do Jequitinhonha, o maior maciço de eucalipto da América Latina, fato que contribui para a escassez hídrica da região, agrava os conflitos fundiários e agoniza a situação das comunidades rurais. De acordo com Borges, Leite e Leite (2018), no ano de 2015, as plantações ocupavam uma área de 226.954,02 hectares nas chapadas, que são reconhecidas como áreas de recarga hídrica, e que juntamente com as grotas compõem a paisagem e fazem parte dinâmica social e produtiva dos moradores da região (BORGES, LEITE; LEITE, 2018, p. 63).

A barragem do Setúbal foi instalada na divisa dos municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, conforme indicado na Figura 1. A publicação realizada pela Secretaria de Estado de

Governo (2008), intitulada “Ruralminas entrega casas na área da Barragem de Setúbal”, indica que os objetivos para a barragem visavam o abastecimento de água para as populações do entorno, perenização do rio e outras atividades econômicas assim descritas: “Desta vez, a obra será voltada para o uso múltiplo, direcionada à perenização do rio Setúbal e ao **abastecimento humano e animal**. Posteriormente, ainda serão viabilizados projetos de irrigação, piscicultura, lazer e turismo” (Secretaria de Estado de Governo, 2008, p. 1, grifos nossos).

Em relação à barragem de Setúbal, a Assessoria de Imprensa da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) realizou denúncias de que estudos de impacto ambiental não foram suficientes, além de indicar questões pendentes (AMBIENTE BRASIL, 2006).

FIGURA 1 – LIMITES DOS MUNICÍPIOS DE CHAPADA DO NORTE E JENIAPAO DE MINAS, INDICAÇÃO ÁREA URBANA E LOCALIZAÇÃO DOS REASSENTAMENTOS



FONTE: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS A PARTIR DE IMAGEM DO GOOGLE EARTH (2020).

Martins (2016) apresenta análise da importância da barragem de perenização de água, embora este uso ainda seja ínfimo na região. O estudo realizado pelo autor apresenta fotos e depoimentos sobre a qualidade da água e as propostas de irrigação e piscicultura. Todavia, até 2015 não havia registro de nenhum projeto público dessa ordem nos municípios. No entanto, existem algumas iniciativas pontuais, de órgãos como a EMATER, para acompanhar alguns agricultores, principalmente as 20 famílias que compõem a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Jenipapo de Minas que vendem a produção na feira urbana ou para o PNAE (MARTINS, 2016).

No que tange ao abastecimento humano, especificamente no reassentamento estudado, há fatores agravantes. A estação de tratamento de água (ETA) existente, estava desativada no período da pesquisa (Figura 2), o que sugere que a água armazenada pela barragem necessita de tratamento adequado, mas este não ocorre. Ademais, nem todas as residências do reassentamento recebiam, efetivamente, água encanada em 2019.

FIGURA 2 – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EM SITUAÇÃO DE ABANDONO – AGROVILA 2



FONTE: PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CAMPO (JUN. 2019). REGISTROS DE GESSICA STEFFENS.

Para suprimir as necessidades das famílias, há atendimento por meio de caminhão pipa, porém a água fornecida também não é adequada para consumo humano. Como mitigação para essa situação, ONGs internacionais, tais como a *ChildFund*, fornecem

sachês de purificação de água denominados P&G⁷. Essa ação, todavia, é de caráter paliativo pois atende somente famílias com crianças e adolescentes. Cada sachê purifica cerca de 10 litros de água. Na Figura 3 pode-se observar o processo da mistura do sachê e a purificação da água.

FIGURA 3 – EXEMPLO DO PROCESSO DE PURIFICAÇÃO DA ÁGUA COM SACHÊ P&G



FONTE: PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CAMPO (JUN. 2019). REGISTROS DE GESSICA STEFFENS.

Para as famílias que moram longe da rede da estação de tratamento, que não recebem água pelo sistema de distribuição e tampouco são atendidas pelo caminhão pipa (em função das péssimas condições das estradas) resta apenas a opção de buscar água no lago da barragem (Figura 4).

FIGURA 4 – BUSCA DE ÁGUA NO LAGO DA BARRAGEM POR FAMÍLIA DA AGROVILA 2



FONTE: PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CAMPO (JUN. 2019). REGISTROS DE GESSICA STEFFENS.

⁷ P&G O sachê leva o nome abreviado da *Procter & Gamble*, uma multinacional dos segmentos de saúde, higiene e limpeza com sede nos Estados Unidos, fundada em 1837.

Na área comunitária do reassentamento, estão as estruturas físicas da escola, posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, quadra aberta e cemitério. De acordo com os relatos, a escola já chegou a fechar em determinadas épocas do ano por falta de água; o centro comunitário está abandonado, assim como a quadra e o campo. O posto de saúde, que estava fechado, atualmente atende quinzenalmente — resultado de uma manifestação pública dos moradores em janeiro de 2018⁸. Dentre as pautas reivindicadas, os moradores ressaltavam a necessidade do atendimento no posto de saúde. No cemitério, mesmo após 10 anos de reassentamento, nenhuma família enterrou seus entes falecidos, o que sugere questões adicionais sobre a adaptação das famílias ao reassentamento e que podem ser abordadas em pesquisas futuras.

Discutir o acesso dessas famílias à água potável é indubitavelmente a primeira necessidade. Falamos aqui de uma contradição entre a proposta e a implementação do projeto. Nos relatos dos moradores são descritas as características da Vargem do Setúbal (de onde foram deslocados) com abundância de água e possibilidade de reprodução da vida, dos alimentos, dos costumes. São características das comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas possuir outras relações de cuidado e utilização da água. Como discutir moradia adequada, produção de alimentos, reprodução do habitat rural e perspectivas de vida em um reassentamento que não tem água para beber?

Nos relatórios técnicos consultados, as menções referentes à qualidade da água eram exclusivamente em princípios estabelecidos pelo IQA — Índice de Qualidade das Águas⁹. Percebe-se pelos relatos

⁸ Moradores de povoados e distrito de Chapada do Norte/MG protestam na sede por seus direitos. Youtube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_kE3YVhTgdM. Acesso em: mar. 2019.

⁹ Para calcular o IQA, são observados os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, oxigênio dissolvido, resíduo total, demanda bioquímica de oxigênio, coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total e turbidez. É um indicador bastante utilizado nas avaliações sobre qualidade da água para abastecimento humano e quanto mais baixo o valor, menor a qualidade da água.

dos populares, certa dificuldade em interpretar quem são os responsáveis pela barragem atualmente e de quem deveriam ser cobradas medidas mitigatórias referente à situação em que vivem.

Ao analisar dados¹⁰ disponibilizados pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), sobre a construção de cisternas do Programa Federal 1 Milhão de Cisternas (P1MC), nota-se que 51 das 84 famílias reassentadas necessitavam da instalação da cisterna de 16 mil litros em 2013 (CAV, 2020). Ou seja, no período entre os três a cinco primeiros anos do reassentamento, 60,71% das famílias não tinham água, necessitando enquadrar-se em medidas paliativas de captação de água, com alta vulnerabilidade.

Pela análise documental, pode-se indicar várias questões relacionadas aos diferentes discursos apresentados nos documentos: entre os anos de 2008 a 2010 aparecem os investimentos, os envolvidos, a forma digna que seria realizado o reassentamento das pessoas, a padronização das casas, as irrigações para as lavouras (já em 2008) e o quanto de desenvolvimento e empregos seriam propiciados para a região. No entanto, efetivamente, a realidade das famílias atingidas contrapõe essas expectativas e denuncia esses discursos. A realidade, porém, é outra.

No que se refere ao projeto das casas em específico, são citadas moradias com 61m², que não atendem às especificidades das famílias, aos processos participativos de projeto e construção, não são levadas em consideração as regionalidades ou os métodos construtivos locais, não atendem às demandas do habitat rural. Levando em consideração os dados do CAV, 68,63% das moradias não atendem nem o número de quartos necessários para os moradores da casa. Na Figura 5 notam-se, por exemplo, as ampliações e construções ao entorno da casa para atender às demandas da família.

¹⁰ Dados cedidos pelo CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, uma das organizações vinculadas à ASA- Articulação Semiárido Brasileiro, que foi responsável pela gestão dos recursos do P1MC no Alto Jequitinhonha.

FIGURA 5 — MORADIA DE FAMÍLIA REASSENTADA



FONTE: PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CAMPO (JUN. 2019). REGISTROS DE GESSICA STEFFENS.

A Agrovila 2 sofre também com a precariedade ou mesmo falta de estradas. Adicionalmente os moradores ainda não possuem a documentação da terra, e afirmam que, além de causar insegurança jurídica, também impede o acesso às políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Desse modo, a partir da pesquisa realizada podemos afirmar que a violação sistemática de direitos humanos relatada pela Comissão Especial de Barragens em 2010, também foi aferida nessa localidade.

As contradições do modelo energético vigente e as disputas pela água

Para tratar de modelo energético, é preciso retomar a situação histórica que funda o paradigma desenvolvimentista. Se em meados dos anos 1920 se fala sobre desenvolvimento aos moldes estadunidenses, é com Harry Truman, em 1949, que isso se efetiva. Ao tomar posse em seu segundo mandato, Truman então afirmou em seu discurso a necessidade de disponibilizar os avanços científicos e o progresso industrial Norte Americano para todas as partes do mundo (ACOSTA, 2016).

Foram criados planos, programas, teorias, entre outros instrumentos legais para fomentar e financiar o desenvolvimento no então chamado terceiro mundo. Ações militares diversas (inclusive ditaduras), empréstimos vultosos junto ao Banco

Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) também foram justificados para este propósito. (ACOSTA, 2016, p. 54-55)

Para dar suporte a essas ações, foram transformadas as bases produtivas do setor elétrico tanto na esfera nacional quanto estadual. Até a primeira metade do século XX, o setor elétrico era em sua maioria, de capital privado (nacional ou internacional), atendendo basicamente aos ramos de produção de tecidos, iluminação e mineração. Já na segunda metade passou a ter crescente intervenção estatal, marcada, por exemplo, pela criação do Ministério de Minas e Energia em 1960, e da Eletrobrás em 1962. (CEMIG, 2006)

No caso do estado de Minas Gerais, quando Juscelino Kubitschek assumiu o governo (1951), a meta prioritária era promover a modernização e a industrialização¹¹ do estado, através da ênfase em dois “setores que identificava como pontos básicos de estrangulamento da economia mineira, sintetizando seu programa administrativo com o slogan “Binômio Energia e Transporte” (CEMIG, 2006, p. 23). Em 1961, a CEMIG, com o apoio e colaboração financeira do Fundo Nacional das Nações Unidas (atual Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD), lança a demanda para um estudo do potencial hidrelétrico do estado de Minas Gerais¹². As três empresas de engenharia escolhidas pelo próprio Banco Mundial foram a *Montreal Engineering Company*, a *G. E. Crippen and Associates* (ambas canadenses) e a *Gibbs and Hill* (norte

¹¹ A CEMIG assegurou a expansão da oferta de energia para grandes empresas que instalaram ou ampliaram suas plantas industriais no estado. Em 1962, a companhia atendia 1.800 consumidores industriais que absorviam mais de 80% de sua produção de energia elétrica. Entre os principais consumidores industriais, figuravam a Mannesmann (tubos de aço), a Belgo Mineira (laminados de aço), a Alumínio de Minas Gerais – Aluminas (alumínio e ferroligas), a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas (chapas de aço), a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (ferroligas), a Usinas Queiroz Júnior (laminados de aço) e as companhias de cimento Barroso, Itaú e Cauê (CEMIG, 2006, p. 34)

¹² Este estudo, por recomendação do Banco Mundial, foi estendido posteriormente para toda a região sudeste e sul. Nas outras regiões do Brasil, foram realizados pela Eletrobrás.

americana). Juntas formaram o consórcio *Canambra Engineering Consultants Limited* (CEMIG, 2006, p. 34).

No decorrer dos anos 1970 foram construídos megaempreendimentos em diferentes regiões do Brasil e durante a década de 1980, diante do endividamento do país, com crises econômicas e financeiras, o setor elétrico nacional passou por redução de gastos operacionais e administrativos, adaptando-se à diminuição de investimentos e das taxas de remuneração (CEMIG, 2006, p. 43). Para este cenário, na década de 1990, as escolhas políticas baseadas nas recomendações do Consenso de Washington foram as privatizações em massa:

A reestruturação do setor compreendeu a privatização de numerosas concessionárias federais e estaduais, a liberalização do mercado para a entrada do capital privado em novos empreendimentos de geração, a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição e a reformulação das entidades especializadas nas funções de regulação, planejamento da expansão e coordenação da operação dos sistemas elétricos brasileiros (CEMIG, 2006, p. 44).

Ainda de acordo com a CEMIG (2006), ao final do ano de 1988 mais da metade do mercado nacional de distribuição de energia, já estava sob o controle da iniciativa privada, com participação expressiva de grupos norte-americanos e europeus.

As ações realizadas pela CEMIG têm um direcionamento federal, logo, ao se consultar os documentos publicados pela empresa, tem-se um panorama do que os órgãos governamentais federais estavam aprovando enquanto marco regulatório no país. Possivelmente, encontraremos sua base nos interesses internacionais, buscando alta lucratividade, sempre amparado pelo discurso desenvolvimentista e com pouca ou nenhuma referência às pessoas que vivem nos territórios atingidos.

Entretanto, há famílias e comunidades nestes territórios e historicamente é a incidência dos movimentos sociais que tem garantido a denúncia e a reivindicação para que os direitos humanos sejam minimamente atendidos. As denúncias versam

principalmente sobre as violências e danos às famílias (dimensão social) e à natureza (dimensão ambiental) para que sejam de conhecimento da sociedade em geral. Uma mobilização importante nesses processos é a disputa por amparo legal, por meio de pressão junto à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional para a discussão e aprovação de legislações estaduais e federais que contemplem a defesa das comunidades, famílias e territórios.

Do processo de luta e articulação dessas famílias e comunidades em diversos locais do Brasil, foi realizado em 1992 o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, a partir do qual se consolidou gradativamente, um movimento social de caráter popular, que atua em diversos estados brasileiros com pautas locais, nacionais e internacionais e:

[...] desempenha uma função sócio-política relevante, ao reunir e empoderar grupos e segmentos historicamente invisibilizados e excluídos. Também fortalece a consciência sobre os direitos ambientais na medida em que, por um lado, combate a tendência hegemônica que trata a água e a energia como mercadorias e, por outro, impunha desde sua origem a bandeira que reivindica "água para a vida não para a morte (BENINCÁ, 2011, p. 8).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é composto por indivíduos do campo e da cidade, trabalhadores de diversas gerações, etnias e ramos de atividades. Estes se mobilizam quando da construção ou ameaça de barragens de diversos tipos, sejam elas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, para dessedentação e mais recentemente as de rejeito de mineração. Participam mulheres e homens de qualquer faixa etária que buscam uma organização nacional, porém com características regionais (BENINCÁ, 2011). O MAB aponta para a necessidade de projetos que contribuam para uma transição energética de caráter popular, visto que o modelo energético tal como está atualmente organizado traduz um *modus operandi* que atende aos interesses do capital, e/ou gera danos sociais e ambientais irreparáveis, conforme observamos na realidade das famílias atingidas pela barragem de Setúbal.

Ademais, os processos indenizatórios endossam perspectivas apenas patrimonialistas e hídricas. A concepção patrimonialista vincula o atingido com a propriedade legal da terra, o que restringe o número de famílias ou mesmo de municípios atingidos. Isto ocorre porque no Brasil há um passivo histórico quanto ao reconhecimento da propriedade fundiária de posseiros e/ou comunidades tradicionais. Portanto, desconsidera elementos importantes do modo de vida “em regra ligadas às condições de (re) produção da existência alicerçados na produção familiar e camponesa, diversidade cultural, etc.” (RIBEIRO; MORAES, 2019, p. 1063). Na concepção patrimonialista, não se considera como atingidos aqueles que vivem fora da área de abrangência direta da obra. Por sua vez, a concepção hídrica somente considera atingido aquele que possui bens e/ou propriedades em área circunscrita espacialmente para ser alagada/inundada, mesmo sem um título de domínio. Essa também não é considerada abrangente o suficiente pois desconsidera, por exemplo, as consequências a jusante de uma hidrelétrica ou de um rompimento de lama tóxica (RIBEIRO; MORAES, 2019).

Portanto, pressupõe-se que o impacto pode ser circunscrito a uma determinada classe e um determinado local, independentemente da história agrária regional e que o caminho é que seja incorporado ao conceito de atingido toda a dimensão de “complexo processo de mudança social perpetrado pelo empreendimento”:

[...] dar visibilidade, por um lado, a uma dimensão mais global e internacional da sua atuação frente aos processos de expropriação e lutas em matéria de água e energia num contexto de acumulação ampliada de capital e, por outro, permitir a compreensão das lutas dos camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos que, preservando sua identidade étnica, cultural ou territorial se reconhecem também como atingidos dado o grau de intervenção e violação de direitos que ocorrem no processo de construção das barragens em todo o Brasil. (RIBEIRO; MORAES, 2019, p. 1068).

Dentre várias formas de incidência política, uma das pautas mais antigas do movimento é a construção e aprovação de uma política nacional que garanta os direitos das populações atingidas por barragens e de um marco legal no setor elétrico em todas suas etapas.

O debate acerca da Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB) e das Políticas Estaduais dos Atingidos por Barragens (PEABs) foi enfatizado a partir das denúncias feitas à Organização das Nações Unidas (ONU) pelas populações atingidas, principalmente a partir de 2005 (ANAB, 2015). Estas denúncias apontam como principais fatores causadores de violações, a precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federais e estaduais na implantação de barragens, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotado pelas empresas (CDDPH, 2010, p. 14).

De acordo com o MAB, existem hoje no Brasil aproximadamente 24 mil barragens construídas e mais de um milhão de pessoas deslocadas. Em debate promovido e transmitido ao vivo em 26 de maio de 2020, denominado “A luta dos atingidos por barragens”, foi apresentado um panorama geral sobre as leis nacionais que alteram a legislação de barragens — as quatro principais, dentre elas a PNAB, estão em tramitação na Câmara ou aguardando a apreciação pelo senado (Quadro 1).

QUADRO 1 – PANORAMA GERAL DE PROJETOS DE LEI EM DEFESA DOS SUJEITOS ATINGIDOS

Projeto de Lei	Nova Ementa	Situação
PL 550/2019	Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)	Aguardando apreciação pelo Senado Federal

PL 2788/2019	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
PL 2787/2019	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem; e dá outras providências.	Em tramitação na Câmara
PL 2790/2019	Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; entre outras providências.	Em tramitação na Câmara

FONTE: SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR GESSICA STEFFENS (2019).

Ainda no âmbito do marco legal, a implementação das PEABs depende da correlação de força política que se tem no poder executivo estadual. Por exemplo, no Rio Grande do Sul foram instituídas a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul, por meio do decreto estadual nº 51.595/2014. Entretanto, este decreto foi revogado em novembro de 2019 pelo governador Eduardo Leite (PSDB).

A ausência de um marco legal dificulta a proteção das populações atingidas, visto que não se ache claro quem são elas, ou quais seus direitos e possíveis reparações. A importância da PNAB também está na sua dimensão de compilação e sistematização de direitos (por exemplo, moradia, saúde, educação) que estão

pulverizados em diversas leis, mas que nestes casos não podem ser vistos separadamente, nem ficar à margem da interpretação dos magistrados, que por vezes não possuem sequer conhecimento sobre a dimensão desses conflitos.

Considerações finais

Ao analisar as condições de reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de Setúbal é possível retomar a perspectiva histórica sobre os padrões de violência e violação de direitos humanos básicos na construção de barragens no Brasil. Percebe-se que o modo que está estruturado o atual modelo energético brasileiro agrava as desigualdades sociais já existentes no país.

Reassentamentos aos moldes da Agrovila 2, impõem rupturas violentas em todas as dimensões da vida e são ainda mais agressivos quando o novo local de morada não oferece condições similares ou melhores do que a comunidade anterior. Infelizmente, a Agrovila 2 não pode ser considerada como um caso isolado, pois há inúmeros casos similares e tão graves quanto esse em diversas regiões do país.

E é a partir da realidade das comunidades atingidas que a atuação de movimentos sociais populares tem o intuito de que situações como esta não caiam no esquecimento, tenham seus passivos devidamente reparados e não tornem a acontecer. É, entretanto, um caminho longo.

Demanda atuações mais assertivas do ponto de vista político, econômico, ambiental e social, no sentido de reflexão e construção de alternativas viáveis, comprometidas com a qualidade de vida do povo brasileiro. É preciso que na construção de empreendimentos de fonte renovável (água, sol, vento), não sejam desconsiderados os impactos que causam. É necessário um tratamento sociotecnológico adequado, que permita respostas positivas nas diferentes escalas de um projeto, que possa ser baseado em experiências coletivas e ambientalmente contextualizadas.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 268.

AMBIENTE BRASIL. **ONG diz que Barragem de Setúbal (MG) pode causar graves impactos ambientais**. 2006. Disponível em:<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/05/28/24845-ong-diz-quebarragem-desetubal-mg-pode-causar-graves-impactos-ambientais.html>. Acesso maio de 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – ANAB. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2013.

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania a luta**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BORGES, M. G.; LEITE, M. E.; LEITE, M. R. Mapeamento do Eucalipto no Estado de Minas Gerais Utilizando o Sensor Modis. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 53-70, nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDHPR. **Direito à moradia adequada**. Brasília, DF: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 76.

CAV. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. Turmalina, jun. 2020.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – CDDPH. **Comissão Especial de Atingidos por Barragens**: Relatório. Brasília, DF: CDDPH, 2010, p.12.

CEMIG. **Usinas da CEMIG**: a história da eletricidade em Minas e no Brasil, 1952-2005. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 304.

CERVINSKI, G. **Como está organizado o modelo energético brasileiro?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8GFAunAi_e4&feature=emb_logo. Acesso em: 10 nov. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. **Ruralminas entrega casas na área da Barragem de Setúbal**. Minas Gerais: Governo de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://governo-mg.jusbrasil.com.br/noticias/168506/ruralminas-entrega-casasna-area-da-barragem-de-setubal>. Acesso em: jun. 2019.

MARTINS, G. L. A. **A disponibilidade e a qualidade da água na promoção do desenvolvimento socioeconômico no município de Jenipapo de Minas/MG**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Curso de Mestrado em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2016.

RIBEIRO, A. M. M.; MORAIS, H. B. de. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens – Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 1046-1070, jun. 2019.

SABERES PLURAIS. Município Chapada do Norte. [online], 2019. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberespurias/municipio/chapada-do-norte/>. Acesso em: maio 2019.

SOUZA, C. L. S.; MOREIRA, R. C. **Vale do Jequitinhonha: migrações temporárias e superexploração da força de trabalho**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

Seção 4

Resistências e desigualdades nas relações



FOTO: EXPOSIÇÃO O JEQUITINHONHA QUE HABITA EM MIM, BORDADO
ALINE GOMES RUAS, FOTOGRAFIA LORI FIGUEIRÓ, ARAÇUAÍ,
DEZEMBRO DE 2022.

Capítulo 15

Trabalhadores rurais, sindicalização e assistência à saúde – Diamantina, Minas Gerais, 1970-1985¹

Túlio Henrique Pinheiro²
Edneila Rodrigues Chaves³



FOTO: SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
DIAMANTINA: A CASA DOS TRABALHADORES, 2020 DIAMANTINA-MG;
FONTE: ACERVO PESSOAL DE TÚLIO HENRIQUE PINHEIRO.

¹ Este texto é parte reformulada do trabalho desenvolvido no mestrado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) “Trabalhadores, terra, sindicato: sindicalismo rural em Diamantina – MG (1970-1985)” e no âmbito do projeto de pesquisa “Agricultura familiar, lutas sociais e espaços institucionais” coordenado pela prof^a Dr^a Edneila Rodrigues Chaves. Agradecimentos ao prof. Alan Faber do Nascimento que colaborou com o desenvolvimento da pesquisa respectiva.

² henrique.ulio@hotmail.com. Colégio Tiradentes - Diamantina/MG

³ edneila.chaves@ufvjm.edu.br. PPGER/FIH/UFVJM

NOTA: A IMAGEM REFERE-SE À SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA, CUJO PRÉDIO FOI ADQUIRIDO EM 1980. SITUA-SE NA PRAÇA PADRE BELCHIOR, DIAMANTINA-MG.

Resumo

O estudo refere-se ao acesso aos serviços de saúde por parte de trabalhadores rurais de Diamantina (Minas Gerais) no âmbito da sindicalização desse segmento, no período de 1970-1985. O objetivo foi analisar a criação do referido Sindicato e o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, em interface com a assistência à saúde, em nível nacional, via o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e operacionalizada pelo Sindicato, em nível local. Foram observadas também as percepções dos trabalhadores rurais em relação ao acesso aos serviços de saúde prestados. Este estudo foi desenvolvido com base na orientação teórica e metodológica da história oral. Trabalhou-se também com dados coletados de fontes documentais do acervo do arquivo do Sindicato e dados do jornal *Voz de Diamantina*. Os trabalhadores rurais qualificaram o tempo do Sindicato e da sindicalização como um “novo tempo” em relação às percepções que se tinham sobre o acesso aos serviços de saúde e em consonância com as mudanças vivenciadas neste “novo tempo”.

Introdução

Este capítulo versa sobre a sindicalização de trabalhadores rurais e seus reflexos no campo da assistência à saúde. Analisa-se a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina (STRD) em Minas Gerais (MG) e o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, em interface com a assistência à saúde, garantida pelo governo, em nível nacional, via o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e operacionalizada pelo Sindicato, em nível local. O recorte temporal selecionado foi de 1970 a 1985, período que abrange os processos de fundação do STRD até a redemocratização do País, cuja conjuntura política e social promoveu outros contornos para a sindicalização dos

trabalhadores rurais. Verificou-se a percepção dos trabalhadores rurais em relação ao acesso aos serviços de saúde prestados pelo STRD em contraponto com período anterior de difícil acesso a essa categoria de serviços.

Para a realização do trabalho foram feitas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores rurais do município de Diamantina entre 2019 e 2020, com fins de produção de dados e com base em orientações teóricas e metodológicas do campo da história oral⁴. Por meio da história oral, alcança-se a história de vida, a qual “apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação.” (POLLAK, 1992, p. 211).

A fonte oral possui uma característica singular em relação às demais fontes, visto que permite analisar mais do que relatos de memórias. Permite-se observar a construção de memórias, passando pela recuperação do fato vivido e trazendo-o para o presente. O processo de resgatar a memória possibilita “repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, sustentado em experiências do presente e expressando a dinâmica de construção do próprio sujeito individual ou coletivo.” (FERNANDES, 1995).

Foram utilizados também dados retirados de fontes documentais do acervo do arquivo do STRD: atas de reuniões sindicais, registros de sindicalizados, prontuários, registros do setor médico-hospitalar, documentos administrativos e correspondências gerais. Os dados desses documentos foram úteis para analisar a atuação do STRD na prestação de serviços de saúde aos sindicalizados. Dados do jornal *Voz de Diamantina*, de caráter complementar, somaram-se aos dados das fontes acima referidas, os quais contribuíram para compreensão do cenário diamantinense no período estudado.

⁴ O procedimento adotado para a produção da fonte oral passou por análise do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e teve parecer favorável, subscrito pelo número: 3.723.806. Conforme compromisso firmado com o CEP, visando resguardar os participantes, nas identificações das fontes constam apenas as iniciais do nome do entrevistado.

O capítulo está estruturado em três tópicos. No primeiro tópico, aborda-se um breve histórico da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina, situado em contexto nacional. Destacam-se a criação do SRTD, os atores envolvidos no processo de fundação da instituição sindical para o segmento de trabalhadores rurais e a estreita relação entre a fundação do Sindicato e a prestação de assistência ao trabalhador rural. No segundo e terceiro tópicos analisa-se a trajetória histórica dos trabalhadores rurais em relação ao acesso aos serviços de saúde em dois períodos, anterior ao Sindicato e à sindicalização e para o período de existência do Sindicato e do sindicalizado.

Sindicalização e assistência aos trabalhadores rurais em Diamantina: breve histórico

A sindicalização de trabalhadores rurais no Brasil ocorreu somente na década de 1960. Em 1962, no governo de João Goulart, a sindicalização rural foi reconhecida institucionalmente, ainda que em uma conjuntura de dominação pelas oligarquias rurais (STEIN, 2008). O espaço rural brasileiro foi historicamente marcado pela dominação do segmento patronal na agricultura. Tais oligarquias, visando manter sua hegemonia, barravam qualquer tentativa de extensão de direitos aos sujeitos do campo, bem como a formação de organizações que viessem a exigí-los (COLETTI, 1996). Isso dificultou a inclusão da população rural na extensão de direitos sociais desde a Era Vargas. (DEZEMONE, 2008, 2012; WELCH, 2016).

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado em 1963, pode ser entendido como uma legislação fundamental e que deu os contornos para a conquista de direitos por parte dos trabalhadores rurais no Brasil, sobretudo, trabalhistas (PICOLOTTO, 2011). O ETR previa reconhecer este segmento de trabalhadores de modo a contemplá-los com direitos sociais e trabalhistas, como um segmento profissional (PICOLOTTO, 2011). Em consonância com o que estava sendo previsto no ETR, foi criado o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL),

órgão cuja atribuição era administrar e operacionalizar as assistências ao segmento de trabalhadores rurais (BRASIL, 1963).

Entretanto, em 31 de março de 1964 a conjuntura do país mudou, pois por meio de um golpe, instalou-se a ditadura militar. As mudanças que estavam em curso, contemplando os trabalhadores rurais, foram interrompidas. A sindicalização passou a sofrer limitações e imposições por parte do governo ditatorial e a extensão das garantias previstas em âmbito do ETR não foram efetivamente aplicadas. Somente na década de 1970 foram retomadas as intenções de promoção de direitos trabalhistas e demais direitos sociais no meio rural brasileiro (PICOLOTTO, 2011).

Em 1971 foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), criado pela Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Tratava-se de um programa com o qual se pretendia atender aos trabalhadores rurais, especialmente nos quesitos saúde e previdência, resgatando, em alguma medida, o que já tinha sido previsto no ETR. Por meio do PRORURAL, os trabalhadores rurais e seus dependentes passaram a contar com os seguintes benefícios: aposentadoria por velhice e por invalidez, serviços de saúde, pensão por morte, auxílio-funeral e serviço social (BRASIL, 1971). Na promoção de uma modernização conservadora no campo, desenvolvida em âmbito da política ditatorial daquela conjuntura, o governo temia que diferentes organizações de trabalhadores rurais pudessem surgir e se revoltarem contra o processo de modernização em curso. Além disso, o campo vivia um êxodo crescente e que na época pensava-se que poderia ser evitado com a implementação de uma política de assistência ao trabalhador rural, contemplada, desse modo, com o PRORURAL. No mais, as estruturas para a oferta de tal assistência já tinha sido colocada em curso desde 1963, com o ETR. Tratava-se então de executá-las, preservando os interesses do governo (SCHWARZER, 2000).

Com o PRORURAL, os trabalhadores rurais e seus dependentes teriam uma série de direitos. Por exemplo, em caso de aposentarem com idades acima de 65 anos teriam direito a meio

salário mínimo corrente. O recurso seria destinado ao “chefe de família”, ou seja, àquele que se consolidasse como o provedor do lar, em sua maioria, os homens (BRUMER, 2002). No caso de pensão por morte do cônjuge, receberiam 30% do salário mínimo. As aposentadorias e as assistências médicas e funerárias seriam dadas a partir da comprovação da atividade rural do trabalhador, sem qualquer custo.

A comprovação da condição de trabalhador rural apto ao recebimento das assistências poderia se dar junto de um escritório da representação do FUNRURAL, órgão que ficou responsável por executar o PRORURAL, na administração e aplicação dos recursos. A comprovação também se dava por parecer dos sindicatos de trabalhadores rurais locais.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, nesse processo, em nível nacional, passaram a assumir a função de meras extensões do Estado na promoção de assistência social e trabalhista (COLETTI, 1996). A restrição da atuação sindical foi oficializada por meio do Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972. Os sindicatos, em sua maioria, deveriam atuar majoritariamente na atenção social aos trabalhadores rurais. Eles ficaram responsáveis por intermediar, orientar e, até mesmo identificar os trabalhadores rurais a serem contemplados com as garantias instituídas. Além disso, os sindicatos, devidamente reconhecidos junto ao Estado, poderiam firmar convênios com o FUNRURAL, com fins de receber recursos para oferecer, em sede própria, serviços de saúde. A intenção de limitar os sindicatos a meros “postos de previdência social” e assistência à saúde restringia a possibilidade dessas instituições representarem institucionalmente as reivindicações desse segmento (COLETTI, 1996).

A sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina (MG) ocorreu na década de 1970. O STRD foi fundado em meados de 1971 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em janeiro de 1972, por meio da expedição da Carta Sindical. Verifica-se que localmente o segmento patronal da agricultura, a

Igreja Católica, os políticos e representantes de trabalhadores rurais estiveram à frente da empreitada da fundação dessa instituição.

Em fins da década de 1960, a emigração de trabalhadores rurais em Diamantina para áreas urbanas estava em crescimento. Havia os “paus-de-arara”, como assim eram denominados os caminhões que transportavam trabalhadores para o trabalho nas fazendas em São Paulo. Os trabalhadores eram levados em grande número, “ludibriados” com oferta de melhores condições de trabalho e de carteira de trabalho assinada. (CARTA ABERTA, 1972; SILVA, 1999).

O processo de migração foi considerado pelo segmento patronal da agricultura na proposição de fundar um sindicato para os trabalhadores rurais. Deve-se pontuar que esse segmento de produtores rurais já possuía o seu sindicato — o Sindicato dos Produtores Rurais (SRD) — fundado em 1966. Eles defendiam que era também preciso fundar um sindicato para os trabalhadores que pudesse receber suas demandas e solucioná-las. Na aparente defesa da sindicalização para os trabalhadores, o segmento patronal tinha interesse, de fato, em conter a emigração e preservar mão de obra em suas propriedades, mediante a saída de trabalhadores que se verificava.

No âmbito da Igreja Católica, o arcebispo D. Geraldo Sigaud atuou diretamente na fundação do sindicato para os trabalhadores. O religioso envolveu-se nessa causa e procurou atender às orientações religiosas em curso, havia então duas encíclicas papais, publicadas pelo papa João XXIII, que orientavam sobre as ações da Igreja Católica no meio rural. A primeira delas, de 1961, foi denominada de *Mater et Magistra* e a segunda, de 1963, *Pacem in Terris*. Estas encíclicas recomendavam que a Igreja deveria solucionar as demandas dos agricultores de forma imediata, resolvendo seus problemas mais urgentes. A Igreja deveria se encarregar da missão de promover o sindicalismo e o cooperativismo e evitar um sindicalismo de embates (CAMISASCA, 2009; PICOLOTTO, 2011).

Dom Geraldo de Proença Sigaud levou em consideração as orientações da cúpula católica, especialmente no quesito da promoção da sindicalização sem embates. Além disso, pretendia atender às orientações acerca do encaminhamento das demandas mais urgentes do segmento rural diamantinense. O Arcebispo entendia que a fundação de um sindicato poderia resolver os problemas sociais, que estavam ocorrendo no meio rural local, dentre os quais ele destacava a emigração de trabalhadores, como também pautado pelo segmento patronal. O entendimento era de que muitos trabalhadores, ao deixar suas terras, ficavam à mercê da exploração de fazendeiros. Assim, o religioso previa que a sindicalização de trabalhadores poderia ser um mecanismo para que estes trabalhadores permanecessem em seus lugares de origem (SIGAUD, 1972). A sindicalização também apresentava uma forma de reunir os trabalhadores com demandas semelhantes e, juntos, propor ações visando solucioná-las.

Alguns trabalhadores rurais, em contato com o segmento patronal, defendiam também a necessidade da fundação de um sindicato para a sua classe. Destaca-se, nesse caso, Edson Soares da Silva, sua esposa Maria da Conceição Araújo Silva e vários outros trabalhadores do distrito de Desembargador Otoni. Edson Soares da Silva era trabalhador rural e escrivão, sua atuação como escrivão proporcionava-lhe interação com diferentes segmentos da sociedade de Diamantina, conforme relato de sua esposa, Maria da Conceição Araújo Silva.

No que se refere ao interesse do segmento de trabalhadores rurais em favor da fundação de um sindicato para essa categoria, visou-se uma instituição que ofertasse, especialmente, serviços de saúde. Naquela conjuntura, os tratamentos de saúde eram limitados e na visão desses trabalhadores, seria significativa a instituição que atendesse essa demanda do segmento. Eles desejavam serem contemplados especialmente com atendimentos emergenciais e primários realizados por médicos, bem como tratamentos odontológicos, conforme ressaltado nos depoimentos de trabalhadores rurais.

A proposta de criação do sindicato de trabalhadores foi pautada também na esfera da política local por João Antunes de Oliveira, que era político e médico de elevado destaque na sociedade diamantinense (VOZ DE DIAMANTINA, 1968). Ele também era integrante do segmento patronal da agricultura de Diamantina e do seu respectivo sindicato. “Doutor João”, como era conhecido, filiou-se a esse sindicato rural em função de possuir terras nas proximidades de Diamantina. Assim, João Antunes utilizou-se da política para instituir interesses do segmento patronal. Em 1970, ele concorreu às eleições para prefeito municipal, pelo partido Arena, e tornou-se prefeito municipal (VOZ DE DIAMANTINA, 1970). Na qualidade de prefeito, João Antunes levou a demanda da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Diamantina para a esfera da política.

Em 1971, com a instituição do PRORURAL, a fundação do sindicato para os trabalhadores rurais ficou diretamente associada a esse programa. O sindicato teria a função de fazer a intermediação junto aos trabalhadores em relação aos benefícios instituídos, bem como qualificar o trabalhador rural para ser contemplado na nova legislação vigente. O STRD foi fundado em meados de 1971. O prefeito João Antunes de Oliveira e o arcebispo D. Geraldo Sigaud recorreram, por meio de ofícios, ao deputado Geraldo Renault e ao Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco em busca de apoio para o reconhecimento do sindicato.

Considerando a circunstância da fundação do STRD e a sua intermediação ao PRORURAL, isso contribuiu, de forma continuada, para com a difusão e popularização do Sindicato entre os trabalhadores. Dentre os benefícios, destacavam-se os serviços de saúde. A direção do STRD considerava a oferta de serviços de saúde como algo muito importante e havia interesse em instalar uma estrutura ampla para atendimentos médicos e odontológicos. A possibilidade de convênio com o FUNRURAL fomentou o interesse de promover serviços de saúde de maneira mais abrangente. Diante disso, o STRD desejou atuar como uma espécie

de unidade hospitalar e também como posto de previdência social, assim como observado em relatos de trabalhadores rurais.

Considerando o exposto, analisa-se adiante os desafios postos em relação ao acesso aos serviços de saúde por parte dos trabalhadores rurais para período anterior à atuação do Sindicato. Segue-se com abordagem sobre a atuação do STRD na prestação desses serviços para os trabalhadores sindicalizados e conforme perspectiva destes, observando o significado que esses trabalhadores atribuíram aos serviços de saúde, que passaram a usufruir.

Os trabalhadores rurais em Diamantina e o difícil acesso aos serviços de saúde: “outros tempos”

Antes da implementação do PRORURAL os tratamentos de saúde para os trabalhadores rurais (serviços médicos e hospitalares) possuíam limitações, eram praticamente inexistentes. Nas entrevistas realizadas, verifica-se que o fator econômico era elemento central que restringia o acesso a esses serviços. Até mesmo aqueles sujeitos que conquistavam algum lucro nos garimpos⁵ evitavam gastos com tratamentos de saúde, alegando que os custos eram elevados. Entre os trabalhadores rurais havia uma compreensão de que médicos eram para ricos.

“Eram ‘outros tempos’ [...] Ninguém aqui mexia com vida de médico não. Como? Quem é que tinha condição de pagar médico? Era muito caro. [...] teve gente aqui de morrer sem nunca ter ido em um médico. [...] médico era coisa de gente rica, nós aqui, pelo menos eu mesmo, só fui vim mexer com médico foi depois que veio pra cá esse Sindicato” (entrevistada M. N. S. P.).

“Pra você ir ao médico lá na cidade (Diamantina) era uma coisa mais difícil que tinha. Médico era preciso pagar e a gente pagava como? Aqui teve gente que teve com parente doente e que fazia de um tudo e a pessoa não sarava [curava/melhorava],

⁵Os garimpos eram atividades de extração mineral, que no caso de Diamantina era uma das principais atividades ocupacionais dos trabalhadores rurais. Sendo também os garimpos responsáveis por mais ganhos financeiros para esses sujeitos.

ia em farmacêutico e nada. Deu então que levou no médico, ficou internado por lá, mais também foi assim, teve que vender uma junta de boi pra pagar depois as custas” (entrevistado A. C. S).

“Médicos não existiam aqui pra nós nessa época. Muitos aqui ficaram velhos sem conhecer, mãe mesmo ela foi a médico foi poucas vezes. E quantos que morriam sem tratamento? Eu mesmo conheço gente demais daquela época que morreu sem tratamento porque não tinha médico, era sem recurso... ficavam tratando era assim, com remédio de raizeiro, e remédio mesmo né? Morreu muitas pessoas sem terem recursos” (entrevistada A. N. S).

“Meu pai mesmo não teve como tratar não, meu pai arrumou uma doença aí e ia era no farmacêutico, ir ao médico não ia não, ir de que jeito? Pagar com quê? Ele arrumou um negócio no braço aqui assim ó, que ele ficava dia e noite gritando, com um negócio no braço lá ele, nisso, levava no farmacêutico e lá o farmacêutico dava um remédio lá. Médico naquela época para nós era estranho, médico era pra rico, não tinha isso. E dessa doença ele foi [o pai dele]. Morreu disso aí, [...]. Ele adoeceu cismado que tinha sido um cabeludo [lagarta] que tinha mordido ele no braço, mas nunca teve condição de saber direito o que que foi” (entrevistado G. R. S).

Verifica-se, por meio das entrevistas, a dificuldade narrada pelos trabalhadores em ter acesso aos tratamentos de saúde. Os trabalhadores analisam os determinantes dessas dificuldades. Os depoimentos também evidenciam a formulação de uma memória por parte dos trabalhadores rurais relacionando o acesso a tratamentos ao Sindicato, por meio da sindicalização. Dessa forma, ignorou-se que havia uma política pública de assistência ao trabalhador rural, que incluíam serviço de saúde, sendo o PRORURAL.

É preciso observar que, embora sob resistência devido às condições econômicas, algumas pessoas buscavam serviços médicos. Conforme depoimento, quando a situação era extrema “e nada resolvia o problema daquela pessoa e ela ainda continuava sofrendo muito, fazia o que fosse e nada resolvia, tinha que dispor do que tinha para ir ao médico”, conforme relatou o entrevistado A. C. S. No entanto, isso custaria um preço elevado. Por vezes, a família tinha que vender os bens de valor que possuía para arcar com os custos de tratamentos. Quando o doente ou sua família não

possuía nenhum bem de valor, uma solução era sair de porta em porta a pedir esmolas, com fins de realizar os tratamentos de saúde em circunstâncias extremas.

A distância entre os locais em que os trabalhadores residiam e a cidade de Diamantina (onde eram feitos os atendimentos médicos) deve ser ressaltada. A ligação entre as áreas rurais e a cidade era feita comumente por meio de caminhos em trilhas e atalhos, modelados por cascos de animais de tropas que, frequentemente, levavam mercadorias dos trabalhadores e que eram vendidas aos moradores de Diamantina. Quando havia necessidade de transportar um doente para atendimento médico, em quadro grave, fazia-se uso de redes de pano. Juntava-se uma turma de homens para levar o doente até a cidade, para assim ter seu tratamento de saúde. Essa forma de transporte para acesso ao atendimento médico era rejeitada por muitos pacientes devido às condições adversas do próprio transporte e devido ao quadro de saúde, conforme depoimento abaixo:

“Isso de ir na rede levar quem estava doente para o médico também era uma coisa que assim, fazia com que muita gente resistisse o quanto podia. O doente, às vezes, colocava resistência de ir, o caminho não era bom e se o doente já não estava bem do corpo, podia chegar lá pior ou nem chegar” (entrevistado A.C.S).

Tratamentos caseiros com chás de ervas ou plantas medicinais eram recorrentemente utilizados pelos trabalhadores, como opção viável. Os raizeiros eram geralmente pessoas mais velhas nas localidades e possuía conhecimento sobre raízes e ervas. Por isso, eles eram solicitados para recomendar um determinado chá, em observância ao quadro apresentado pelo doente. As principais doenças curadas com esse tipo de tratamento estavam ligadas às verminoses e febres fortes. Já os chás difundidos popularmente eram utilizados para tratamento de gripe, diarreia, dores de barriga, asma, dores corporais, falta de apetite, fraqueza física, dentre outros agravos a saúde. Nesses casos, sem necessidade de recorrer aos raizeiros, cujas plantas eram encontradas nos quintais, conforme foi relatado pelo entrevistado G. R. S.

Além dos raizeiros, nota-se nos depoimentos dos trabalhadores, que havia procura recorrente por benzedeiros e curandeiros, aos seus conhecimentos para tratamento de males. Os benzedeiros curavam maus-olhados, espinhela caída (dor forte no peito), carne-quebrada (dores fortes nos músculos) e cobreiros. Já em relação aos curandeiros, havia uma crença muito presente em males espirituais. Nota-se que muitos tipos de males eram considerados feitiços. Essa concepção era mais recorrente entre os mais velhos, que associavam feitiços a doenças e respectivos sintomas que não conheciam. Para qualquer doença estranha, procurava-se um curandeiro para que quebrasse o feitiço:

“Como a gente não conhecia certas doenças e não tinha médico para falar com a gente o que era aquilo, tudo que aparecia de diferente já saía por aí achando que era “coisa posta”, que era feitiço. Não que muita coisa não fosse, antigamente tinha muita gente “sabida” e que não podia facilitar mesmo não, que fazia essas coisas com os outros. Mas, depois que a gente começou a ir no médico a gente começou a ver que muita coisa que antes o povo começava achando que era feitiço era outra coisa muito diferente. Às vezes era coisa tão simples e que curava ali com uma pomada, um remédio e que antes era visto como feitiço e ainda ficava era desconfiando dos outros, querendo saber quem será que tinha posto” (entrevistado A. C. S.).

Conforme o relato apresentado e consoante ao observado no conjunto dos relatos, percebe-se que a crença em feitiços ocorria por pensarem que conheciam todas as doenças. A classificação de determinada doença como feitiço ocorria devido ao seu desconhecimento e isso se modificou com o contato com médicos, o que permitiu a ressignificação da associação entre doença e feitiço. Percebe-se que, independentemente dos sintomas, havia interesse pelas causas das doenças e era desejada uma explicação e um sentido para elas. Se fosse um quadro desconhecido, era classificado como algo misterioso e que poderia ser espiritual. Tratava-se de justificativa difundida e legitimada. O que estava em questão era a necessidade de dar significado para as doenças e favorecer a busca pelo tratamento.

O profissional farmacêutico atuava também em tratamentos de saúde. Recorria-se a ele com a persistência da doença e de sintomas desconhecidos após o uso de remédios caseiros, após passar por curandeiros e raizeiros. O procedimento era encaminhar por escrito uma “informação” para o farmacêutico e este, com base na “informação”, vendia um remédio que era levado ao doente. A “informação” tratava-se de uma folha escrita, com os sintomas que o doente apresentava. Geralmente, a família do doente ou o próprio doente, solicitava a uma professora da localidade para ir até a casa do doente, para verificação do seu quadro de saúde. Assim, ela escrevia em um papel as informações sobre os sintomas da doença⁶. Com a “informação” em mãos, alguém da família ou da localidade ia até a cidade e apresentava ao farmacêutico o papel com as características observadas no doente. Ele vendia o medicamento e instruía sobre a sua aplicação. Desse modo, o farmacêutico era mais acessível que o médico, “o braço direito do povo da roça”, como se verifica nos depoimentos abaixo:

“Era assim, a gente tinha que chamar alguém que soubesse escrever e essa pessoa olhava ali a situação que estava o doente e ia anotando tudo na informação. Isso era um negócio que era pelos cocos, podia escrever uma coisa chegar lá e vender um remédio que era para outra. Não sabia direito o quê que era, mas ir ao médico é que não iria fácil[...]. Depois de escrever essa informação uma pessoa aqui pegava o cavalo e ia levar para o farmacêutico e trazer o remédio” (entrevistada M. N. S. P.).

“Eles eram o braço direito do povo da roça, os farmacêuticos. [...] podia que às vezes até dava um remédio que não era o mais certo, mais que eles eram entendidos eles eram. Não tenho dúvida que eles salvaram gente aqui” (entrevistado J. P. P.).

As doenças recorrentes no meio rural diamantinense eram doenças causadas em geral por vermes, desnutrição, anemia, doença de Chagas, malária e bronquite (RELATÓRIO ENDEMIAS RURAIS, 1975). A mais comum era a verminose e a que mais vitimava, sobretudo crianças. Os fatores que favoreciam a alta

⁶ Escolhia-se uma professora por entender que ela tinha um domínio satisfatório da escrita. Todos os relatos mencionam professoras.

frequência dessa doença estavam relacionados ao consumo de alimentos poucos higienizados e de água contaminada, além do contato humano com animais variados. O tratamento era à base de chás caseiros. Na sequência das doenças mais comuns, seguia-se a desnutrição e anemia. Os alimentos ingeridos, muitas vezes, eram escassos ou pouco nutritivos, o que favorecia a ocorrência dessas doenças (RELATÓRIO ENDEMIAS RURAIS, 1975). Para a cura desses males, utilizavam-se de chás caseiros e complementação alimentar com alimentos específicos, como leite, ovos, dentre outros, como destacou o entrevistado T. M. M. As condições socioeconômicas, a distância das moradias rurais até a sede urbana e outros determinantes restringiam o acesso dos trabalhadores rurais aos atendimentos médicos para tratamento de saúde. Observa-se que havia elevado número de pessoas que adoeciam constantemente, conforme destacado tanto no Relatório de Endemias Rurais de 1975 e 1976, quanto em diferentes depoimentos coletados. No entanto, os dramas vividos ficavam restritos ao plano familiar e às localidades em que residiam. Já na década de 1970, com a fundação do Sindicato, com a implementação do PRORURAL e com o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, ocorreram mudanças tanto em relação à forma de conceber as doenças como no acesso ao tratamento de saúde.

A sindicalização e os serviços de saúde: “tempos de mudanças”

A sindicalização apresentou novos contornos para o meio rural diamantinense. Para esse “momento de mudança”, como qualificado pelos trabalhadores rurais, verificam-se as concepções desse segmento sobre o acesso ao tratamento de saúde prestado por médicos e em relação ao período anterior, para o qual esse tipo de serviço era raro. Isso possibilita observar o sentido que os trabalhadores atribuíram a essas mudanças, conforme relatos a seguir:

“A vida era muito difícil, se alguém viesse a adoecer a gente ia na casa dessa pessoa e via ela lá agonizando em cima da cama, mas era aquilo, levar pra cidade não era assim, nem fácil para sair daqui e ir, como também não era fácil chegar lá e ser atendido. Quando veio esse direito de “médico de graça”, as coisas mudaram muito. A gente começou a dar até jeito de arrumar a estrada, que se fosse um caso poderia vir um carro até na metade do caminho. No Sindicato também era possível a pessoa ir e ficar lá, né? Não precisava de preocupação não. Foi um momento de muitas mudanças. Mudanças para melhor, muito melhor, foi mesmo tempos de mudança” (entrevistado O. A. R.).

“Estava sendo um tempo em que a gente nem sabia o que que estava acontecendo, mas as coisas estavam melhorando. Uma coisa que hoje a gente acha até estranho em falar, a gente viu um alívio quando veio esse negócio de poder ir no médico. Alívio mesmo, porque muitas vezes a gente estava com pessoas doentes dentro de casa e não sabia mais o que fazer, tentava de tudo e não resolvia. Quando veio o direito de levar no médico, internar sem que a gente se preocupasse em gastar o que não tinha, a gente tinha segurança, sabia que tinha a quem recorrer e que socorria” (entrevistado G. R. S.).

No início, houve desconfiança sobre se os serviços eram mesmo gratuitos. Prevalencia a descrença e a insegurança por parte de trabalhadores em recorrer ao tratamento médico, como se nota no depoimento seguinte.

“[...] A gente ficou um pouco descrente naquilo porque ir ao médico era uma coisa assim... que a gente não ia. A gente pensava que ir ao médico não era assim não, tinha que gastar [dinheiro] e não era pouco. E a descrença ainda continuou por algum tempo pra muita gente. Eu lembro que tinha uma velha lá [no povoado onde o entrevistado morava] que logo depois que veio esse Sindicato pra cá, essa mulher estava numa ruindade, estava doente mesmo, estava descorada e com uma febre que todo mundo acreditava que ela fosse morrer. Aí eu que já era delegado [funcionário no sindicato] nessa época, o povo do Sindicato tinha ouvido falar dela, da situação que estava, e ela já até tinha arrumado sindicato também, a filha dela tinha arrumado pra ela e já estava até esperando pra receber, né? [receber aposentadoria] aí o sindicato mandou falar comigo que era para ir falar com o pessoal dela pra dá um jeito de levar ela que eles ia dar jeito de até internar. Daí eu fui lá, chegando lá eu falei com ela, mas quem disse que queria ir? Estava morrendo mas não queria ir porque pensava que ia ter que pagar e não queria ir. Foi quando eu falei com ela que não ia precisar, com muito custo ela aceitou ir. Foi chegando lá internou e ficou um tempo lá, pois você acredita que ela ainda tomou pé? [melhorou/sobreviveu]. [...] Ainda ficou uns anos boa” (entrevistado O. A. R.).

A noção do acesso ao serviço médico ainda permanecia associada à necessidade de pagamento. Com o tempo, apesar das desconfianças sobre o caráter gratuito dos serviços, ocorreu significativa adesão aos tratamentos médicos.

“[...] O povo viu naquilo [no acesso ao tratamento de saúde] uma novidade muito boa e sempre falavam que a vida na roça estava melhorando. Mas é claro que estava! A gente podia ir ao médico quando precisasse [...]” (entrevistada M. C. A. S.).

“Nossa, a gente via, esse negócio de médico mudou muito, a gente via fulano falar assim que no dia seguinte ia procurar uma consulta no Sindicato para tal coisa. A gente até assustava quando ouvia a pessoa falar aquilo, pois a gente não via isso, via quando a pessoa já estava pra morrer e olha lá. Era um tanto de gente consultando, que às vezes era difícil arrumar ficha. Era até uma coisa interessante. Coisa que a gente não via era o povo falando que ia no médico. Quando veio o Sindicato, era o que a gente mais via era isso. Você quer saber que o povo falava até satisfeito que ia no médico, depois que tinha ele aí” (entrevistada M. N. S. P.).

“O povo ficou de um modo que não podia ter uma tosse que procurava médico [risos]. Foi uma coisa que era estranha aqui, a gente ouvindo o povo falar que ia ao médico. Pra gente aquilo ainda era uma coisa nova. Pelo menos gente falando que ia no médico quando não estava em situação já de... últimas mesmo. [...]. O povo começou a ir [em consultas médicas], [...] quase que era preciso falar com o povo para começar a ir menos. [risos]” (entrevistado A. C. S.).

“Você sabe que hoje a gente fala e acha graça, mas naquela época falar que ia no médico era luxo. A gente falava em médico era “cestrando”. Pois, médico era coisa de rico, né? E aí veio que a gente que era trabalhadora rural podia ir, então a gente ficava mesmo se achando com aquilo, porque a gente podia. Ficamos nos achando até mais importantes. Por que que aquilo tinha vindo pra nós que era da roça? Era porque a gente era importante” (entrevistada A. A. S.).

Conforme pontuado nos depoimentos acima, a procura por atendimento médico era grande, “o povo parece que estava esperando por aquilo, a gente via muita gente indo todo dia”, conforme depoimento de M. C. A. S. A popularização do serviço médico aconteceu e em toda parte se ouviam pessoas falando que iam ao médico. Alguns trabalhadores rurais assinalaram que a assistência médica fez com que muitas pessoas “vivessem por mais alguns anos”, pois muitos morriam com doenças consideradas

simples. A falta de acompanhamento e orientação por parte de profissionais de saúde podia agravar o estado de saúde do doente. Com a assistência médica, ocorreram melhorias nas condições de saúde dos trabalhadores rurais junto de uma percepção de vida mais longa.

Certamente que sim, quando começamos a ter acesso a médico aqui, parece que as pessoas passaram até a viver mais. Tinha gente antigamente que um resfriado, uma pneumonia e não escapava [não sobrevivia], isso porque não tinha orientação das coisas, às vezes nem sabia direito o que que tinha e ficava tomando remédio achando que era uma coisa que não era (entrevistado A. C. S.).

Para o período observado, o STRD contou com diferentes médicos, que atendiam aos trabalhadores em consultas, realização de exames e pré-natais. Maria da Conceição Araújo Silva, esposa de Edson Soares da Silva, ambos importantes líderes dos trabalhadores, prestava atendimentos para curativos, para aplicação de medicamentos, de vacinas, dentre outros. Já no início da década de 1980, o Sindicato adquiriu uma ambulância para realizar o transporte dos trabalhadores entre a área rural e a cidade de Diamantina.

Os atendimentos de saúde dos trabalhadores que não podiam ser feitos naquela instituição eram encaminhados para os hospitais locais. Em ocasiões necessárias, como em casos de atendimentos especializados, ocorriam encaminhamentos de pacientes para atendimento hospitalar em outras cidades, especialmente em Belo Horizonte. O STRD operacionalizava os atendimentos externos e os custos dos serviços cobertos pelo PRORURAL, quando em consonância com o programa, ou custeados com o fundo do próprio STRD, quando não contemplados com recursos externos (CONTROLE AMBULATORIAL, 1978).

Para esse período de mudanças demarcado pela prestação de serviços de saúde para a população rural, verifica-se que os

trabalhadores formularam novos entendimentos sobre as noções que tinham sobre saúde e doença. Para o período anterior, havia imprecisão na definição de ambos os termos. Recorrentemente, um indivíduo quando estava acima do peso era considerado saudável, ou seja, “bem alimentado”. Isso era um indicativo de boa saúde. Já a doença, em diversas circunstâncias era considerada de caráter espiritual, não propriamente como doença em seus aspectos fisiológicos. Ao reportar a essas memórias, os trabalhadores desconstruíram essas noções com novas formulações, que foram elaboradas a partir do “novo tempo” para o qual usufruíram de assistência à saúde, prestada por profissionais médicos, no âmbito da prestação de assistência ao trabalhador rural por parte do PRORURAL e com a intermediação do STRD.

Conclusão

Os trabalhadores rurais atribuem significado à introdução dos serviços de saúde para a população do meio rural de Diamantina, cuja prestação de serviços foi proporcionada pelo PRORURAL e operacionalizada pelo STRD. O período inicial de usufruto dos serviços de saúde foi qualificado como um “novo tempo” pelos trabalhadores, marcado pelo acesso aos tratamentos de saúde e pela mudança de concepção em relação às noções de saúde e doença.

Há uma noção difundida entre os trabalhadores de que a oferta dos serviços de assistência à saúde, bem como o acesso a eles foram instituídos pelo STRD. Formulou-se, então, uma compreensão de que as transformações sociais daquela conjuntura se deviam, exclusivamente, em razão da sindicalização. De fato, o Sindicato colaborou para a construção de uma memória que associa a sindicalização ao acesso aos serviços de saúde, já que suas ações na atenção à saúde dos trabalhadores foram amplas e em processo continuado de expansão. O acesso aos tratamentos de saúde serviu de elemento fundamental para a chamada à sindicalização.

Os trabalhadores mostram uma percepção positiva do acesso aos serviços de saúde para aquele “novo tempo”, cujos serviços

proporcionaram segurança e conforto para si e seus familiares. Desse modo, o SRTD foi qualificado como protagonista das transformações ocorridas, em uma formulação de memória positiva para o Sindicato, para a sindicalização e para o “novo tempo”. Já o PRORURAL, não teve visibilidade entre os trabalhadores, visto que sua atuação se restringiu ao âmbito da burocracia estatal.

A oferta e o acesso aos serviços de saúde para os trabalhadores rurais em Diamantina delinearum um “novo tempo” para a população rural, em termos de mudanças estruturais nas dinâmicas sociais rurais. Na visão dos trabalhadores, a assistência à saúde e consequente melhoria nas condições de vida, na conjuntura em questão, favoreceram a permanência dos trabalhadores em suas residências, no espaço rural, em uma conjuntura em que muitos trabalhadores saíram de suas terras, migrando em busca de melhoria de vida e garantias futuras.

Após a universalização dos serviços de saúde em nível nacional, materializada com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, o STRD reduziu sua atuação na prestação desses serviços. A instituição deu continuidade à oferta de atendimentos médicos e odontológicos e à oferta de coparticipação em pagamentos de consultas médicas e de exames para os trabalhadores sindicalizados, permanecendo com seu traço constitutivo de atuação em atenção à saúde dos trabalhadores sindicalizados.

Para a população rural mais jovem, a saúde gratuita e de acesso mais facilitado é algo dado, ou seja, se apresenta como se sempre estivesse sido assim. O surgimento dos postos de saúde, nos mecanismos de atendimento em saúde da família, por exemplo, os centros de emergência e outros atendimentos vinculados a programas de saúde pública e gratuita fortaleceram o acesso à saúde por todos e, por vezes, se apresenta como se fosse algo que sempre esteve ali. No entanto, não se pode esquecer de que o acesso à saúde pública é produto de um tempo e de um processo histórico e social. Os trabalhadores rurais mais velhos,

que viveram esse processo de transição de um tempo em que a saúde era “para poucos” para um tempo de “saúde para todos”, reconhecem isso e compreendem a importância de registrar essas memórias e de contar essas histórias, ressaltando a importância dessas conquistas em diferentes perspectivas.

Referências

BRASIL. **Lei n. 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 maio 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.214, de março de 1963**. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Diário Oficial da União: Brasília, DF: 18 mar. 1963. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, p. 50-81, junho de 2002.

CAMISASCA, M. M. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

DEZEMONE, M. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 220-240, 2008.

DEZEMONE, M. Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. **Tempos Históricos**, v. 16, n. 2. p. 219-245, 2012.

DOMINGUES, J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

FERNANDES, T. M. D. História Oral na Casa de Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 2, n. 1, jun. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701995000200010> Acesso em: 18 nov. 2021.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011, 289 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SCHWARZER, H. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil — Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, abr. 2000.

SIGAUD, G. de P. **Discurso (ou carta) para o STRD**, maio 1972. Arquivo STRD, pasta: documentos diversos 1972/1973, 1972.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STEIN, L. de M. **Trabalhismo, círculos operários e política**: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008.

STRD — **Carta aberta sobre a intenção de formalizar contratos de trabalhadores com determinadas empresas e empregadores**. Pasta: documentos diversos 1971/1972.

STRD — **Controle ambulatorial, registros de controle ambulatorial**. Pasta: Registros ambulatoriais, 1978/1979.

STRD — **Relatório endemias rurais, projeto de combate às endemias rurais**. Pasta: Estatísticas médicas de 1975/1976.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 62, n. 35, 30 jun. 1968. p. 4.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 65, n. 9, 29 nov. 1970, p. 4.

WELCH, C. A. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 81-105, abr. 2016.

Apêndice I – Relação de entrevistados

Grupo I		
Entrevistado (nome abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
M. C. A. S.	1936	Ex-funcionária do STRD, trabalhadora rural aposentada.
O. A. R.	1944	Ex-funcionário do STRD, trabalhador rural aposentado.
Grupo II		
Entrevistado (nome abreviado)	Ano de nascimento	Segmento
J. P. P.	1941	Trabalhador rural aposentado.
A. N. S.	1942	Trabalhadora rural aposentada.
T. M. M.	1944	Trabalhador rural aposentado.
G. R. S.	1946	Trabalhador rural aposentado.
A. A. S.	1948	Trabalhadora rural aposentada.
A. C. S.	1951	Trabalhador rural aposentado.
M. N. S. P.	1953	Trabalhadora rural aposentada.

Capítulo 16

As trabalhadoras rurais e os obstáculos para o acesso a aposentadoria por idade: a experiência das entidades sindicais mineiras de Medina e Congonhas do Norte

Érica Pinto de Moraes¹

Josélia Barroso Queiroz Lima ²



FOTO: MARCHA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER – STTR DE MEDINA 2018 (ACERVO DO STTR)

¹ Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS. Advogada. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina, Brasil. Bolsa (CAPES). E-mail: ericamoraespos@gmail.com

² Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), no curso de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM, Diamantina, Brasil. E-mail: joseliabqlima@gmail.com



FOTO: TRABALHADORAS RURAIS DE CONGONHAS DO NORTE NA MARCHA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM DIAMANTINA-MG - STR DE DIAMANTINA 2017

Resumo

Este capítulo pretende discutir, de forma breve, um recorte da dissertação de Mestrado, apresentada ao PPGER/UFVJM, em março de 2021, na qual, foi utilizado o método de estudo de caso, para refletir sobre duas entidades sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais das cidades de Medina e Congonhas do Norte, no período de 2008 a 2016. A pesquisa teve como objeto, o acesso à aposentadoria por idade das trabalhadoras rurais, pela via do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Uma vez que, através da reflexão sobre mulheres rurais, observamos que até os dias atuais tal grupo social ainda sofre pela ausência da figura do Estado como garantidor de direitos. Por outro lado, identificamos que essas mulheres possuem identidades, possuem história, mas necessitam de expressar sua voz, visto que, ao longo da história, por serem na maioria, mulheres negras, foram silenciadas, partícipes de diversos tipos de violências e discriminações de gênero, cor e classe social, mas se revigoram e resistem nos movimentos de mulheres, movimentos sindicais, bem como na política.

Introdução

Primeiramente é necessário explicar como chegamos na introdução da dissertação escrita em primeira pessoa. Ao longo da pesquisa, a orientadora realizou um exercício cuidadoso de desnaturalização e de revelação da minha identidade quanto mulher negra, que sofreu e sofre com o apagamento da identidade, que também conviveu com o racismo e com a discriminação de classe.

Durante a pesquisa, a minha identificação com aquelas mulheres trabalhadoras rurais era cada vez maior e isso só foi se tornar perceptível depois que me reconheci como uma delas. Por tal motivo, a orientadora e a banca de qualificação me questionaram por qual razão não percebiam no meu texto essa identificação quanto mulher negra partícipe dessa realidade de naturalização e apagamento da identidade e dos corpos negros.

Dito isso, para adentrar com profundidade na pesquisa, precisei fazer uma autorreflexão sobre minha trajetória como mulher negra trabalhadora, inserida no curso de Mestrado de uma Universidade Pública. Voltar na memória e me (re)conhecer não foi tarefa fácil, pois remexeu aquilo que estava silenciado. Minha trajetória como estudante e pesquisadora é repleta de obstáculos, negação da identidade, discriminação de cor e classe social. Quando todas essas questões foram sendo expostas nas discussões com a orientadora, a pesquisa foi encontrando seu caminho.

O Curso de Direito me instigou a questionar sobre questões sociais de grupos marginalizados, dentre eles, as mulheres, mas não me fez enxergar sobre minha própria identidade como mulher negra bolsista do PROUNI (Programa Universidade para Todos), inserida em uma Universidade privada e católica.

Todos os questionamentos sobre o “eu” mulher, negra, pesquisadora e trabalhadora só foram evidenciados no Mestrado em Estudos Rurais do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar (PPGER), da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. O Curso de Mestrado em Estudos Rurais me

proporcionou voltar nas memórias silenciadas, e me reencontrar com minha identidade, minha ancestralidade.

Esse reconhecimento faz parte da pesquisa e portanto precisava ser externalizados para que o texto da dissertação possa tornar-se símbolo de expressão de uma voz que, por muitos anos, foi silenciada.

Outra questão mobilizadora à investigação, que apresentamos brevemente, ficou a cargo da minha profissão como advogada, inserida em um espaço sindical, convivendo e me envolvendo com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente quanto à matéria da previdência social e o sindicalismo rural.

Deste modo, trabalhadores e trabalhadoras faziam e fazem parte do meu cotidiano profissional. Por isto, merecem uma observação cuidadosa, para que se possa entender o quanto essa população rural sofre pelo isolamento geográfico, pela escassez do mínimo existencial³, como saúde, educação, justiça, entre outros direitos que lhes são essenciais e que já foram assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Com esses pilares, juntamente com a relação construída com as mulheres trabalhadoras rurais de Congonhas do Norte, percebi a importância de refletir e pesquisar sobre o fazer sindical, o direito e a realidade delas, tendo por referência as dificuldades que as trabalhadoras enfrentam no dia-dia para o acesso dos seus direitos. Nesse contexto, meu trabalho tornou-se também o campo de pesquisa, partindo do estudo de caso de dois sindicatos distintos que estão localizados em dois municípios que compõem o cenário

³ O princípio do mínimo existencial está diretamente vinculado aos direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, bem como ao Estado Democrático de Direito, ou seja, são direitos fundamentais básicos que devem ser garantidos pelo Estado, como saúde, educação, seguridade social, alimentação, habitação, fazendo com que aumente a expectativa de vida dos cidadãos e conseqüentemente sua dignidade humana. Para Sen (2000), o Estado que garante tais direitos para a população possui resultados melhores de duração e qualidade de vida.

geográfico do Vale do Jequitinhonha: o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medina (STTR-Medina) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Congonhas do Norte (STTR-Congonhas do Norte).

Depois da análise da realidade das mulheres rurais e das teorias feministas, a categoria que melhor identificamos para narrar os dados foi: **mulheres trabalhadoras rurais**, pois ainda que percebamos que o acesso aos direitos sociais garantidos na CF/88, decorram das lutas sociais dos movimentos feministas, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), da Marcha das Mulheres Negras (MMN), da Marcha das Margaridas, que representa o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), dentre outros movimentos de mulheres no mundo rural investigado, muitas delas ainda não acessam o pensar teórico feminista. Elas, em sua maioria negras, com baixa escolaridade, trabalham, resistem e cuidam, compondo fazeres e significados que nos indicam memórias sociais de violência e de resistência, do silenciamento patriarcal que naturalizou a supremacia branca como argumenta Bell Hooks (2019). Muitas acessam ou acessaram parte do ideário da luta feminista ao acessar os direitos sociais, como exemplo, a sindicalização nos Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nos escritos da Dissertação fizemos um percurso histórico do sindicalismo rural e observamos que ora se manifesta como grande aliado do Estado, ora se manifesta com ideias mais críticas que não se coadunam com a política governamental.

Logo em seguida, a investigação parte para o marco temporal que compreende o período de 2008 a 2016, no qual tem como foco da discussão o acesso da população às políticas sociais do governo Lula e Dilma, principalmente com relação à previdência social, quando foi editada a lei 11.718 de 20 de junho de 2008.

A referida lei viabilizou o acesso de mulheres e homens a serem cadastrados como segurados especiais da previdência social pelas próprias entidades sindicais, através do convênio que foi estabelecido entre o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e as entidades sindicais. Assim, trabalhares e trabalhadoras rurais

tiveram acesso com mais rapidez ao benefício previdenciário pleiteado. Essa mudança foi possível com a inclusão do artigo 38-A⁴, na lei 8213/1991 (Lei dos benefícios previdenciários), pela Lei 11.7180/2008, que criou CNIS RURAL (Cadastro de Informações Sociais) dos segurados especiais.

Com base nesse marco temporal que fomos para a pesquisa documental para compararmos os números de processos administrativos de aposentadoria por idade concedidos em ambos os sindicatos com os números obtidos pelos documentos oficiais do INSS. Além da comparação dos números de processos administrativos confeccionados de mulheres e homens em ambos os sindicatos. Os resultados quantitativos foram organizados em tabelas.

E, por último realizamos as entrevistas semiestruturadas com os agentes e dirigentes sindicais que estiveram nas atividades no período de 2008 a 2016.

2. Justificativa

A justificativa da pesquisa foi centralizada na conjuntura das mulheres trabalhadoras rurais que vivem no espaço rural das cidades de Medina e Congonhas do Norte, região do Alto e Médio Jequitinhonha. Essas mulheres rurais têm rostos, têm identidades, têm seu espaço de trabalho e saberes ancestrais que não coadunam com o *modus* capitalista do Estado e da sociedade burguesa. Assim,

⁴ Art. 38-A. O Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento dos segurados especiais, observado o disposto nos §§ 4o e 5o do art. 17 desta Lei, podendo para tanto firmar convênio com órgãos federais, estaduais ou do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades de classe, em especial as respectivas confederações ou federações.

§ 1º O programa de que trata o caput deste artigo deverá prever a manutenção e a atualização anual do cadastro, e as informações nele contidas não dispensam a apresentação dos documentos previstos no art. 106 desta Lei.

§ 2º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar nenhum ônus para os segurados, sejam eles filiados ou não às entidades conveniadas.

É plausível explicar que o artigo 38-A foi revogado pela reforma da previdência de 2019, realizada pelo governo Bolsonaro.

a maioria delas vive apenas para sustentar a família, junto com os filhos, o companheiro ou marido. Em uma estrutura social das comunidades rurais que é composta por opressões, medo, violência e discriminação, muitas vezes, naturalizadas.

Por outro lado, essas mulheres, por toda história de submissão e educação hierarquizante, não se reconhecem como trabalhadoras, muitas delas, são dependentes financeiramente do marido/companheiro, pois seu trabalho não é considerado, e sim reduzido a uma simples “ajuda”. Isso implica na crítica que Daniele Kergoat (2009), faz em relação à divisão sexual do trabalho, segundo socióloga:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, o que permite, segundo alguns (HÉRITIER-AUGÉ, 1984), mas não segundo outros (PEYRE; WIELS, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade. (DANIELE KERGOAT, 2009, p. 67-68).

O trabalho do homem e da mulher não se pretendem complementares, mas “uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” na concepção de Kergoat (2009). Sua principal característica é a distinção do que é considerado trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. À mulher cabe o lugar de reprodução e o trabalho doméstico, que pode ser entendido como as tarefas com relação direta com o cuidado das pessoas, realizadas no lar; é um trabalho não remunerado e invisibilizado. Já ao homem cabe a esfera produtiva, o trabalho que é valorizado e considerado mais importante; nas suas atribuições estão também as tarefas de cunho político, religioso e militar, explica (KERGOAT, 2009).

Por outro lado, Ana Montenegro (1981), destaca com base na etnografia e arqueologia que,

[...] historicamente que posição igualitária ocupada pela mulher na comunidade primitiva foi determinada pelo valor de seu trabalho produtivo, que se realizava coletivamente. A partir da dissolução das

estruturas comunitárias e da substituição pela família patriarcal, o trabalho da mulher se individualizou, e, embora expulsa do universo econômico criador, cumpriu uma função econômica fundamental (MONTENEGRO, 1981, p. 17).

Sob o olhar de Azevedo (2019), a origem da dominação masculina sobre as mulheres, advém de sociedades da Antiguidade, principalmente a sociedade romana, que passou a incorporar os costumes à legislação, reafirmando e validando práticas cotidianas da vida privada e doméstica, causando reação na aristocracia. “Esta reação é caracterizada por uma ideia de interferência ilegítima do governante principalmente porque ele transferiu para a esfera pública muitos dos mecanismos que pertenciam à ordem privada e doméstica, acarretando uma reconfiguração das funções, direitos e deveres do *pater famílias* (AZEVEDO, 2019, p. 2). Seguindo o raciocínio de Azevedo (2019):

O patriarcado romano, assim como outros patriarcados da Antiguidade, vem servindo como referência para se pensar em uma ética monogâmica baseada na ideia de posse, dominação e violência. Podemos dizer que um dos precursores deste debate é Engels, que, a partir de uma perspectiva evolutiva, situa os patriarcados antigos como pertencentes a uma fase da civilização ocidental rumo à família burguesa. Esta proposição é explorada por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1891), ao postular, por meio da análise das forças produtivas, que o patriarcado teria surgido a partir do desenvolvimento de técnicas agrícolas e pastorais, que levaram a uma produção de excedentes os quais os homens passaram a controlar e comercializar. A regulamentação do corpo feminino, então, passaria a ter importância na medida em que surge no homem a preocupação em manter a propriedade [...] (AZEVEDO, 2019, p. 2).

No Brasil, essa realidade não foi diferente, a forte presença da Igreja Católica durante todo processo de formação da sociedade impôs também o culto à família romana, instituindo um modelo moral familiar, devendo, pois, obediência à figura do *pater famílias*. Emanuel Araújo (2013) revela que as mulheres jovens das famílias burguesas da Colônia brasileira passavam por rígido controle do pai e pessoas de confiança dele, a sexualidade lhes era negada a

todo custo, porque as regras dos bons costumes e moral não podiam ser violadas. “A todo-poderosa Igreja Católica exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 2013, p. 45-46).

A autora Maria Asenate Conceição Franco (2017), ao dialogar com Perrot (1995), Del Priore (1998), Soihet (1997) e González (1984) entre outros, nos reafirma que na sociedade burguesa brasileira, existiram mulheres negras africanas, que passaram pelo processo do trabalho escravo, da tortura, da violência sexual, ou seja, um processo de silenciamento da identidade e naturalização da violência e do racismo. “Sobreviviam precariamente, condições subumanas, escravizadas, oprimidas e susceptíveis a violências múltiplas em seus corpos e suas almas” (FRANCO, 2017, p. 2).

Neste sentido, a participação da mulher negra na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, como a “ama de leite”, a cozinheira, a acompanhante foi se naturalizando a ponto da sociedade não pensar que elas poderiam ser e estar em outros espaços. É sobre este cenário que se constrói uma sociedade estritamente patriarcal e machista, como é o caso do Brasil, onde tem-se a vigilância constante das mulheres brancas pela Igreja Católica e a opressão e violência física das mulheres negras. (FRANCO, 2017 apud GONZÁLEZ, 1984).

É neste aparato opressor que se formam as relações sociais agrárias no Brasil, com a presença de mulheres trabalhadoras nos grandes latifúndios. Segundo Silva (2013):

A figura da mulher colona aparece nas áreas rurais paulistas no momento em que a mão de obra escrava é substituída pela mão de obra livre na agricultura de exportação. Esse sistema de trabalho, que passou a ser conhecido como colonato, foi adotado pelos fazendeiros de café nas últimas décadas do século XIX [...]”. (SILVA, 2013, p. 554-555).

Mesmo as mulheres brancas imigrantes e trabalhadoras rurais sofriam com a vigilância masculina representada pelo pai, pelo

marido e pelo patrão. Silva (2013), destaca depoimentos de colonos que diziam: “Meu pai não precisava falar com agente, bastava olhar, e a gente sabia o que ele queria ou não” (SILVA, 2013, p. 558). Nas pesquisas de Silva (2013), além dos colonos, outra mão-de-obra utilizada era os negros, mestiços, trabalhadores livres, porém sem o reconhecimento como tal.

Ao lado da realidade rural paulista, está o resto da população rural do Brasil que, no século XIX, se viu entregue aos latifúndios de cana-de-açúcar, algodão e café, produtos destinados à exportação. No interior das Minas Gerais, os escravos libertos pela Lei Áurea (1888), porém não reconhecidos como pessoa pelo Estado e sociedade, foram relegados às ruas, à vadiagem, o que propiciou o serviço gratuito e a continuidade da violação do corpo como forma de sobrevivência. Esse “imaginário social construído sobre o negro não foi positivo [...], possibilitou a incorporação de teorias raciais que atestaram a inferioridade das pessoas negras, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a permitividade da cultura negra e a democracia racial”, (SILVA *et al.* 2005, p. 42),

Com a modernização da agricultura, nos anos 50 e 60, as mulheres trabalhadoras rurais, de acordo com Silva (2013), foram expropriadas da sua força de trabalho, uma vez que não mais estavam vinculadas à família na figura do pai ou marido, a partir deste momento, elas vendem sua força de trabalho no mercado, ou seja,

“[...] as mulheres foram absorvidas e submetidas a um intenso processo de exploração e dominação, predominantemente no eito⁵ dos canaviais, laranjais, e cafezais. As mulheres passaram a se empregar no corte de cana, na colheita de café, laranja, algodão e amendoim” (SILVA, 2013, p. 562).

As mulheres trabalhadoras rurais foram inseridas neste mercado capitalista agrário, entretanto, as estruturas patriarcais de

⁵ O termo significa fileira ou sequência de coisas encadeadas no mesmo sentido. Exemplo: limpeza de uma plantação realizada com a enxada ou com instrumentos manuais.

subalternidade não se modificaram e elas continuaram em um patamar inferior em relação ao homem, mesmo assumindo duplas ou múltiplas jornadas de trabalho entre a casa e o trabalho, com salários baixos, submetidas aos assédios sexuais e à negação dos direitos como o registro de carteira, afirma Silva (2013).

Verifica-se a clara discriminação para com as mulheres rurais, seja na falta de reconhecimento do trabalho, seja na precarização do salário, seja pura e simplesmente por serem **mulheres trabalhadoras rurais**, que sobem no caminhão, como as [boias-frias], retratadas por Martinez-Alier (1979), na década de 70, na fazenda Águas Claras⁶:

Os homens vestem calças desgastadas e camisas rasgadas; as mulheres vestem calças, saias, duas camisas, uma sobre a outra, lenços amarrados na cabeça, escondendo uma parte boa de suas faces, e um grande chapéu de palha. Todos carregam uma espécie de mochila que contém a comida, um pedaço de plástico para o caso de chuva e uma lima para afiar sua enxada. (MARTINEZ-ALIER, 1979, p. 71).

E o denominado caminhão de turma⁷, pegava as mulheres trabalhadoras rurais todas as manhãs. “[...] Cerca de trinta destes são mulheres, divididas igualmente entre moças e mulheres casadas de meia-idade. Estas mulheres trabalham em turma nos campos” (MARTINEZ-ALIER, 1979, p. 71).

Essas mulheres boias-frias, em sua maioria, eram de outros lugares, eram e ainda são mulheres daqui, do Jequitinhonha mineiro, são inúmeras histórias de mulheres migrantes que partem com a família em busca de melhores condições de vida.

⁶ “Fazenda Águas Claras, localizada a cerca de 100 km a nordeste da cidade de São Paulo é, em muitos aspectos, típica das grandes propriedades do interior do Estado. Abrange aproximadamente 1.300 ha de rica terra roxa, um terço coberto de café”. (MARTINEZ-ALIER, 1979, p. 70).

⁷ “Os caminhões são o que nesta área chama de caminhão de turma. As pessoas transportadas são chamadas coletivamente de turma. Individualmente são conhecidas pelo público e denominadas pela imprensa como volantes e bóias-frias” (MARTINEZ-ALIER, 1979, p. 71).

Silva (2004), importante pesquisadora sobre os migrantes do Vale do Jequitinhonha conta uma dessas histórias, cuja mulher, dona Maria, trabalhadora e também rezadeira, saiu das grotas do Vale do Jequitinhonha, migrou-se com a família para o estado do Paraná, Mato Grosso e São Paulo, na busca por emprego e sobrevivência, trabalharam em fazenda de café como meeiros, ocuparam terras indígenas, foram expulsos. Em São Paulo, dona Maria trabalhou nas usinas de cana, porém o marido por razões de saúde não conseguiu trabalhar. Com o desemprego, as dificuldades aumentaram, foi motivo para que a família procurasse a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo), em Araraquara, para se cadastrarem como demandantes de terra. Desde então, a família vive do Assentamento Bela Vista, como titular de um lote, e considera que seu sonho foi realizado. (SILVA, 2004, p. 65).

Por outro lado, apesar das relações sociais de acentuada herança da dominação masculina, como revela Reis (2017-2018), existem grupos de mulheres rurais que estão engajadas em alguma ação política ou em movimentos sociais para enfrentar esta tradição e reformular as relações sociais no âmbito público e privado.

Elas representam e assumem suas identidades e culturas de resistência como por exemplo, as mulheres negras, pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos, mulheres trabalhadoras rurais, movimentos organizados em diversas entidades, como Organizações Não Governamentais (ONGs), Igrejas, Sindicatos, associações, com intuito de se posicionar ao enfrentamento das inúmeras violências, entre elas, a dominação masculina, a violência sexual, o preconceito e a discriminação por raça, sexo e cor no cotidiano rural onde estão inseridas.

Marlise Matos (2017) enfatiza a força das mulheres rurais negras perante uma sociedade patriarcal e racista, posto que elas lutam e participam politicamente, são líderes comunitárias, sindicais, quilombolas, religiosas, da agroecologia entre outras.

Na concepção desta pesquisadora, deve-se reconhecer a histórias dessas mulheres no contexto de um país agrário, no qual as mulheres desde muito cedo começam a rotina de trabalho na

terra, tendo que deixar a escolarização em segundo plano, a maioria só assina o nome.

Quanto ao sindicalismo rural, de acordo com Stein (2008), surge no final da década de 50 e início de 60, como movimento alinhado ao Partido Comunista Brasileiro (PTB), a Igreja Católica e outros grupos. A “questão sindical agrícola” se tornou prioridade para as organizações populares, no esforço conjunto pela cidadania. O símbolo deste esforço foi a realização da primeira conferência de trabalhadores agrícolas e de lavradores, que originou a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e a formação do movimento pelas Ligas Camponesas, ambos em 1954.

Em Minas Gerais, somente em 1968 foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Segundo informações institucionais publicadas no portal da FETAEMG, “nesta época já existiam quase trinta Sindicatos de Trabalhadores Rurais, mas apenas cinco (Poté, Araçuaí, Esmeraldas, Brumadinho e Três Pontas) estavam em condições de participar da fundação da FETAEMG por serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho”. FETAEMG, on-line (2017).

Conforme estudos de Vilenia Venâncio Porto Aguiar (2016), vale dizer que “a mobilização de mulheres rurais não se forma na prática sindical, mas a partir de debates sobre condições de vida realizados em pequenos grupos, a maioria de matriz religiosa ligados às pastorais, mas também grupos de matriz laica das mobilizações de resistência de expulsões de moradores das fazendas” (GIULIANI, 2013, p. 643).

Na década de 70, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se proliferam na zona rurais contribuindo no conhecimento político “de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) — associada, em uma perspectiva de gênero, à presença feminina — e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino” (AGUIAR, 2016, p. 264).

Nas palavras de (AGUIAR, 2016, p. 264), “foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou um molecular processo de organização e formação de ‘oposições sindical’. Seguindo o raciocínio de Aguiar (2016), esse novo grupo antagônico foi denominado de o ‘novo sindicalismo’, gestado nas áreas urbanas e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas etc.), deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983” (AGUIAR, 2016, p. 265).

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais atualmente participa de projetos grandiosos criados por elas mesmas, como é o caso da Marcha das Margaridas, que tem ações integradas à Marcha Mundial das Mulheres (MMM), além de projetos de educação popular, enfrentamento à violência contra mulher no campo, contra o racismo e sexismo, de acordo com Aguiar (2016):

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se fortaleceu no 1º Fórum Social Mundial e aglutinou setores como o movimento autônomo de mulheres e o movimento popular e sindical, rural e urbano. Inicialmente, essa articulação se deu por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que, atualmente, integra o Comitê Internacional da MMM. Foi a partir dessa articulação que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR) ligou-se à Marcha Mundial das Mulheres, organizando a primeira Marcha das Margaridas como uma ação em adesão a esse movimento. (AGUIAR, 2016, p. 271).

Adicionalmente, tem uma agenda de segurança alimentar que engloba o movimento agroecológico de mulheres, com o lema: “sem feminismo não há agroecologia”, que expressa a reflexão constante da trajetória das mulheres rurais, as experiências e luta contra múltiplas formas de opressão, relata (PIMENTA, 2008).

3. Marco temporal

Para nos situarmos no tempo, nosso recorte foi o período entre 2008 a 2016, que abrangeu o segundo mandato do ex-presidente Lula, e os mandatos de Dilma Rousseff (a primeira presidente mulher) ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja orientação política abarcou bandeiras da inclusão social, ações afirmativas e de movimentos sociais entre outros, e pelo governo da primeira presidente mulher que o povo brasileiro elegeu. De antemão, na concepção de Clementino (2019), os governos liderados pelo PT tiveram uma política social que conseguiu atingir a população mais pobre, indo na linha contrária do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No ano de 2015, a presidente Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment que culminou no seu afastamento do governo em 2016, quando o então o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência com uma série de medidas de austeridade e corte de gastos que alcançou os direitos sociais abruptamente, principalmente a legislação previdenciária e a flexibilização das leis trabalhistas, além do enfraquecimento da atuação dos sindicatos da classe trabalhadora.

Outro ponto que marca este tempo é a edição da Lei nº 11.718 de 2008, que criou o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabeleceu normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural, inclui o artigo 38-A na Lei nº 8213/91 (benefícios previdenciários) criando o Cadastro de Informações Sociais (CNIS RURAL). E através da cooperação técnica entre o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com as confederações, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, os/as trabalhares/as rurais tiveram oportunidade de cadastrar ao INSS, sem sair da sua cidade, o que possibilitou também o acesso aos direitos previdenciários. Porém, com a reforma da previdência (Lei nº 13.846, de 2019), realizada no governo Bolsonaro, parte do artigo que falava dessa cooperação com entidades de classe foi suprimido.

Considerando, portanto, com o nosso marco temporal e o papel mediador dos sindicatos dos trabalhadores rurais, iremos discutir de modo breve a problemática do sindicalismo rural brasileiro, sob a perspectiva de gênero. Ainda que tenhamos como pano de fundo as discussões feministas, optamos por utilizar a categoria de análise “mulheres trabalhadoras rurais”, pois não podemos dizer que nas regiões nas quais os sindicatos pesquisados atuam, o pensamento feminista seja consenso social, ou seja, as mulheres são ainda movidas pelos saberes e práticas tradicionais patriarcais.

As mulheres rurais buscam, na verdade, a cidadania, cujo marco é o texto constitucional de 1988, que inaugura uma nova conjuntura de acesso a direitos fundamentais a todos os cidadãos independentemente de raça, cor, orientação sexual e gênero.

A CF de 1988, amplia de forma contundente os direitos sociais à sociedade brasileira, incluindo trabalhadores urbanos e rurais na proteção ao trabalho, bem como no sistema de seguridade social, conforme os artigos 6º — São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição e *caput* do artigo 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. No entanto, as dificuldades eram, e são tamanhas, este novo cenário estava longe de ser uma sociedade justa e igualitária.

Nessa perspectiva, os direitos sociais integram o pensamento de que o Estado seja garantidor do mínimo existencial através de políticas públicas para a educação, saúde, seguridade social, moradia, entre outros serviços. (FIGUEIREDO; JUBILUT, 2013, p. 249). O direito de aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais, só se tornou realidade com a Carta Magna de 1988.

Nas palavras de (BRUMER, 2002, p. 57), a CF/88, juntamente com as “Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios), de 1991, passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial [...]”. Com a devida comprovação das atividades como

agricultor, seja individual ou sob regime de agricultura familiar, seja como proprietário ou como parceiro, arrendatário, meeiro e pescador artesanal, bem como seus respectivos cônjuges, conforme art. 195, §8º da CF/88. (BRUMER, 2002).

4. A metodologia e os resultados

No primeiro momento, utilizamos os registros fotográficos das duas entidades sindicais como forma de apresentar, comparativamente, como é a organização da entidade, como por exemplo os arquivos, as divisões dos ambientes. As fotos revelaram a história de cada entidade sindical, suas opiniões, suas lutas. No segundo momento, as fotografias apresentadas faziam parte do acervo dos sindicatos e de seus integrantes e revelaram o cotidiano das lutas sindicais e das marchas por direitos.

Quanto ao método da entrevista, fizemos uso da entrevista semiestruturada, que na pesquisa social, tem como finalidade a interação entre o pesquisador e o pesquisado, as perguntas implicam com o objetivo pré-estabelecido contido no roteiro de entrevista, cuja função é nortear o pesquisador/entrevistador na conversa com o pesquisado/entrevistado.

Sobre a entrevista semiestruturada não podemos deixar de dizer que o entrevistador/pesquisador exerce uma influência sobre o entrevistado/pesquisado, neste sentido, Boni e Quaresma (2005, p. 75), comentam que “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”, neste sentido, o meu papel de pesquisadora não se torna fácil quando já se tem um prévio conhecimento da realidade objeto de estudo, como também minha formação em direito, visto que fui moldada para relatar fatos sociais na figura da terceira pessoa e não para falar do “eu” do “nós”, este autoconhecimento me foi aberto a partir do Mestrado de Estudos Rurais, o reconhecimento da condição de negra, e da crítica à educação superior jurídica que forma meros relatores da vida cotidiana. Esta função da crítica recai sobre as

ciências sociais, no meu caso se complementa com a trajetória de liderança sindical e militância do meu pai.

Assim, buscamos trabalhar com a categorização temática segundo Bardin (1979). A categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico” (BARDIN, 1979, p. 117 apud GOMES, 2012, p. 88).

Com essa base teórica, fizemos as entrevistas semiestruturadas com os funcionários responsáveis pelos processos administrativos previdenciários, no período de 2008 a 2016, de cada sindicato. Ao final, entrevistamos os dirigentes que estiveram na presidência das entidades no mesmo período.

As entrevistas com os agentes sindicais de Medina e de Congonhas do Norte apontaram para os obstáculos que as mulheres trabalhadoras rurais, em sua maioria, negras, necessitam transpor para que possam acessar com efetividade a aposentadoria por idade rural. O analfabetismo ou a baixa escolaridade são grandes obstáculos, posto que o rigor pela documentação escrita, formal e o processo administrativo burocrático, potencializam a exclusão delas ao acesso ao tão sonhado benefício previdenciário.

Evidenciou-se nas entrevistas, a discriminação da sociedade, do Estado e das próprias mulheres, que naturalizando o lugar de subalternidade, nomeiam a si próprias como ajudantes, auxiliares, e assim, não se percebem como trabalhadoras rurais. Além disso, foi revelado pelos entrevistados que a baixa escolaridade ou analfabetismo as coloca como dependentes dos maridos, filhos, companheiros.

Nas falas dos agentes sindicais, ficou expresso que a documentação rural, como titularidade da terra, documentos que comprovam a atividade rural na propriedade, na maioria das vezes, somente apresentam em nome o pai, o esposo, companheiro,

o que silencia toda a trajetória de resistência e luta e de muito trabalho pesado das mulheres trabalhadoras rurais.

Por fim, ainda de comum, evidencia-se que os dois sindicatos são as agências mediadoras entre elas e o Estado, mas que ainda necessitam de ações dirigidas especificamente às mulheres, no reconhecimento do lugar de trabalhadoras. Em nosso entendimento, isto implica desnaturalizar o silenciamento das violências-simbólicas, psicológicas, patrimoniais, morais e físicas dirigida à negritude, personificado no patriarcado de supremacia branca que permeia o mundo rural estudado.

Utilizamos também a fotografia como documento, tanto no diário de pesquisa, como documento pertencente ao acervo dos Sindicatos, pois expressam o cotidiano das entidades sindicais pesquisadas, como também refletem a história e a identidade do lugar ou do grupo social pesquisado.

Nas fotos abaixo, expressam uma das questões que envolve toda o diálogo da dissertação, qual seja, o direito das mulheres trabalhadoras rurais:

FIGURA 1 – FACHADA DO STTR DE MEDINA.



FONTE: FOTO DA PESQUISA DE CAMPO - 27-11-2020. FOTOGRAFIA REALIZADA PELA ORIENTADA NA PESQUISA DE CAMPO.

FIGURA 2 – FACHADA DO STR DE CONGONHAS DO NORTE



FONTE: FACHADA DO STR DE CONGONHAS DO NORTE
FOTO DA PESQUISA DE CAMPO - 07-10-2020.

Importante frisar que no STTR de Medina já foi incluído a palavra “trabalhadora” na fachada da sede do Sindicato (Figura 1), como forma de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais, porém ainda não houve a mudança no estatuto interno. Em Congonhas do Norte, ainda não está incluída a palavra “trabalhadora” na fachada do prédio e nem no estatuto interno.

Essas pequenas ações são fruto da luta das mulheres pela paridade de gênero na estrutura sindical, sobre isso Foro, Rodrigues e Silva (2017), comentaram sobre a implantação do sistema de paridade de gênero no 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da CONTAG (CNTTR) em 2017, cuja conquista é inédita para “as mulheres do campo, das florestas e das águas. Em 53 (cinquenta e três) anos de história, no ano de 2017, a CONTAG terá sua direção 50% mulheres e 50% homens. Segundo os autores, “a paridade de gênero foi resultado de um processo histórico, no qual as mulheres lutaram pelos espaços e os conquistaram, significando muito além valor numérico, e sim a celebração da igualdade de direitos e oportunidades dentro da atividade sindical” (FORO, RODRIGUES; SILVA, 2017 on-line).

Ainda que muito simbólica e não alterando o estatuto interno da entidade, em Medina houve um ato de reconhecimento e a valorização da trabalhadora rural, ao incluir a palavra no nome do

sindicato. Pois, diante das entrevistas, observamos que, na prática, há vários obstáculos que impedem as mulheres de alcançar a igualdade das relações sociais no âmbito do trabalho rural, na documentação rural e nos processos administrativos de benefícios previdenciários.

Esse reconhecimento simbólico de inclusão da palavra “trabalhadora” não ocorreu no âmbito no sindicato de trabalhadores rurais de Congonhas do Norte, mas nos papéis timbrados a palavra é incluída. Porém, como o STTR de Medina, a realidade das mulheres sobre equidade de gênero está distante, pela falta de uma atuação sindical específica para as mulheres.

Esses símbolos fazem parte da opressão de gênero no decorrer da história, quando mencionamos as palavras, ou quando lemos fachadas, bandeiras, logomarcas, brasões, estamos manifestando nossa resistência, nossa luta, contra todas as formas de negação de nossos direitos, nosso papéis na sociedade, quanto mulheres, quanto classe trabalhadora.

As figuras 3,4,5 e 6, expressam o cotidiano de atividades dos STTR (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Medina e STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Congonhas do Norte, revelam que as mulheres participam das atividades de ambos os sindicatos, mas percebemos que a maioria delas, são idosas, ou seja, as jovens trabalhadoras não aparecem nessas imagens. Isto também foi notado na queda do número de sindicalizados/as de ambos os sindicatos nos últimos anos, decorrente da migração da juventude rural para os grandes centros urbanos, bem como de políticas de desestruturação e enfraquecimento dos sindicatos da classe trabalhadora.

FIGURA 3 – MARCHA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
MULHERES RURAIS DE CONGONHAS DO NORTE DIAMANTINA 15-02-
2017.



FONTE: REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO PELA PESQUISADORA /
ORIENTADA NA MARCHA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
(ACERVO DA PESQUISADORA) (2017).

FIGURA 4 – MARCHA DO DIA DAS MULHERES TRABALHADORAS
RURAIS DE MEDINA



FONTE: REGISTRO FOTOGRÁFICO PERTENCENTE AO ACERVO DO STTR
DE MEDINA. O AUTOR/A DA FOTO PERTENCE AO SINDICATO.

FIGURA 5 – COMISSÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE MEDINA



FONTE: IDEM , MEDINA-MG (ACERVO SINDICATO)

FIGURA 6 – POSSE DA NOVA DIRETORIA DO STR DE CONGONHAS DO NORTE – 31-07-2019



FONTE: REGISTRO FOTOGRÁFICO PERTENCENTE AO ACERVO DO STR DE CONGONHAS DO NORTE. O AUTOR DA FOTO É O DIRIGENTE ENTREVISTADO. (ACERVO DO SINDICATO) (2019).

As Figuras 3, 4, e 5 são imagens de pessoas que sempre conviveram com a exclusão social, com a negação de direitos fundamentais como saúde, educação, seguridade social e justiça, senão, não precisariam marchar e reivindicar direitos. O passado colonial e escravocrata contribuiu para um pensamento de supremacia branca que silencia violências de gênero, de classe social, racial e sexista. As mulheres no momento da marcha ecoam palavras de ordem sobre essas questões, sobre a falta de credibilidade no poder público em assegurar necessidades básicas para a população.

Nas entrevistas, identificamos os problemas e obstáculos que as entidades sindicais enfrentam para assegurar o mínimo de acesso à aposentadoria rural das mulheres trabalhadoras rurais. Identificamos como os agentes mediadores percebem as relações de gênero, discriminação racial, discriminação quanto à profissão de trabalhadora rural, ou seja, opressão quanto a classe trabalhadora rural, entre outras violências-simbólicas e institucionais que marcam a trajetória social, econômica e política das questões que atravessam essas mulheres rurais.

A entrevista com a agente mediadora, funcionária (F1) do STR de Congonhas do Norte, foi realizada na sede do STR, em Congonhas do Norte, no dia 9 de outubro de 2020. A entrevista com o dirigente sindical do STR de Congonhas no período investigado, foi realizada em sua casa, no dia 10 de janeiro de 2021, com a finalidade de complementar uma primeira entrevista realizada no dia 3 de dezembro de 2020.

As entrevistas com os agentes mediadores do STTR de Medina, foram realizadas por videoconferência em uma primeira tentativa, no dia 23 de outubro de 2020. Entretanto, a entrevista com a dirigente (D2) precisou ser realizada novamente de maneira presencial, na sede do STTR de Medina, no dia 27 de novembro de 2020. A realização das entrevistas por videoconferência deu-se em decorrência do isolamento social provocado pela pandemia da covid-19. O isolamento iniciado em março de 2020 comprometeu todo o andamento da pesquisa de campo, implicando na alteração da observação dos campos e das realizações das entrevistas

O conteúdo das entrevistas foi categorizado por 7 (sete) grandes temas⁸, para cada grupo de entrevistados. Depois da análise de conteúdo, organizamos em tabelas a seguir:

⁸ Segue os temas para os funcionários das entidades: 1- Percepção dos entrevistados quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais; 2- Os entrevistados têm conhecimento se as mulheres possuem percepção dos seus direitos à previdência social; 3- Percepção dos entrevistados das questões sociais de gênero que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais; 4- Percepção dos entrevistados quanto a função do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras

4.1

TABELA 1 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS DO STR DE CONGONHAS DO NORTE E STTR DE MEDINA.

Unidades de registro	Unidade de contexto	
Tema	Funcionário/a F1- STR Congonhas do Norte	Funcionário/a F2 – STTR – Medina
1 – Percepção dos entrevistados quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais	<i>“A maioria é assim, geralmente a documentação está em nome do marido. Então se não são casados. Aí você tem que provar que os dois tem companheirismo porque ela trabalha no terreno dele. aí você tem que está anexando lá, casamento religioso, certidão de nascimento de filhos para provar que eles tem uma união porque ela trabalha no terreno dele.”</i>	1 - Percepção dos entrevistados quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais
2 – Os entrevistados têm conhecimento se as mulheres possuem percepção dos seus direitos à previdência social	<i>“Geralmente a questão relacionada a documento...todas elas tem muita preocupação se vai ter toda documentação exigida. Porque a gente passa uma lista muito grande, então elas ficam na dúvida se vão ter toda documentação que está sendo</i>	<i>“Algumas pessoas tem essa noção porque acompanha a luta, a maioria das mulheres que são beneficiadas ela não tem noção de como</i>

rurais para a efetivação do acesso à aposentadoria por idade pelas mulheres trabalhadoras rurais; 5- Percepção dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na legislação previdenciária rural; 6- Percepção dos entrevistados da importância do trabalho da mulher rural; 7- Percepção dos entrevistados sobre a política no país. Segue os temas para os dirigentes sindicais: 1 - Memória da experiência sindical; 2 - Percepção dos entrevistados quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais

3 - Os entrevistados tem conhecimento se as mulheres possuem percepção dos seus direitos à previdência social; 4 - Percepção dos entrevistados das questões sociais de gênero que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais; 5 - Percepção dos entrevistados quanto a função do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais para a efetivação do acesso à aposentadoria por idade pelas mulheres trabalhadoras rurais; 6 - Percepção dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na legislação previdenciária rural; 7 - Percepção dos entrevistados sobre a política no país.

	<p><i>passada, a preocupação maior está entre as mulheres e homens solteiros que não tem filhos. Eles tem menos documentação ainda.”</i></p>	<p><i>que é a luta para garantir esse direito pra elas, porque o sindicato luta a anos né, as lideranças em si, elas tem esse conhecimento, elas estão na ponta estão na frente, aquela trabalhadora rural que está lá na comunidade isolada ela e o marido e os filhos, acho que ela não tem esse conhecimento o quanto é difícil isso aí.”</i></p>
<p>3 — Percepção dos entrevistados das questões sociais de gênero que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais</p>	<p><i>“Mesmo que vai fazer um direito de posse, sempre vem o nome dele primeiro, ela sempre como agregada em segundo plano.”</i></p> <p><i>“Sempre a decisão é dele né. Geralmente umas vem montar processo ai o marido vem junto. A gente faz a pergunta pra ela, é ele que responde, é as vezes ela fica até com vergonha de responder, porque parece que ele tem a voz ativa, ou então a gente faz a pergunta para ela, aí na hora de responder ela olha pra ele, antes de responder. Isso quando vem com ele né. Geralmente é menos”.</i></p> <p><i>“Aqui pra gente como o pessoal é muito carente questão de leitura é muito analfabeto, o grau é bem alto a nossa oportunidade é rádio né...tudo que coloca lá o pessoal ouve ...a se tá passando na rua alguém grita...ah</i></p>	<p><i>“Então a gente aqui faz parte da entidade e faz parte de alguns conselhos da assistência social a gente tem orientado o pessoal da assistência de quando ele for colocar dado da família bolsa família alguma coisa colocar na mente da mulher tem que atinar pra ela que ela é lavradora então o próprio pessoal da assistência como a gente é dos conselhos o pessoal da assistência tem tomado esses cuidados perguntar se realmente ela é lavradora é um trabalho que a gente</i></p>

	<p><i>ouvi na rádio que vai ter isso lá...tá fazendo isso."</i></p>	<p><i>tem feito junto com os conselhos também."</i></p> <p><i>"É porque a cultura que nos tempos...as pessoas não atinam pra isso e acabam colocando domésticas é cultural praticamente."</i></p> <p><i>(...)Tem aquelas mulheres tímidas, mulheres que depende do marido né, quando não é o marido vem um filho uma filha acompanhando junto."</i></p>
<p>4 — Percepção dos entrevistados quanto a função do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais para a efetivação do acesso à aposentadoria por idade pelas mulheres trabalhadoras rurais</p>	<p><i>"Pra mulher rural, aqui pra nós é o único caminho né. É o intercâmbio entre elas e o INSS. A gente tem a sorte de não tem atravessador, que dá ideia errada pra elas né. Elas já vem direto aqui mesmo. Todas elas sabem que tem que procurar aqui mesmo. Então elas não vão em outra fonte, fica sabendo de todas as informações por aqui."</i></p> <p><i>"Essa parte de estrutura agente tem, como a gente vai pedir a pessoa, geralmente o rural que frequenta aqui a sede, são pessoas carentes, como você vai pedir uma pessoa dessa pra escanear 20/30 documentos, escanear, reconhecer firma ou autenticar ...o cartório cobra quase 8 reais para autenticar cada folha."</i></p>	<p><i>"Nós temos sindicatos e sindicatos né, nós temos sindicatos são muito atuantes em relação a isso, o nosso aqui, graças a deus, consegue fazer isso muito bem, a gente tem muita participação, geralmente aqui a assembleia de mulheres tem 100 mulheres 120, assembleia de jovens, 100 jovens, festa do aposentado, organização de encontro dos aposentados, a gente tem quinhentos, seiscentos</i></p>

		<p><i>aposentados, a gente faz muito evento durante o ano e traz esse pessoal pra gente, pelo menos em termos de orientação de divulgação e de distribuição de material educativo a gente consegue fazer muito bem aqui em Medina...e é muito bom."</i></p> <p><i>"A outra questão é assim as pessoas se filiam no sindicato e não atinam que ele passa ser um sócio que é membro que ele tem que participar da entidade ativamente, né então muita gente vem e participa, mas muita gente vem filia paga ali seis meses dois meses some e não vem mais, cinco anos seis anos sem voltar no sindicato."</i></p>
<p>5 — Percepção dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na legislação previdenciária rural</p>	<p><i>"É muito relativo, porque no início acho que a concessão acontecia mais porque se aquele entrevistador do INSS ali, na hora da entrevista, que existia ainda, se ele ficasse com dúvida com relação a entrevista com o segurado, ele tinha 3 pessoas lá dentro do INSS que foram acompanhando esse segurado pra dar entrevista também né, que era os confinantes da pessoa, ele que acabava tirando um pouco dessas</i></p>	<p><i>"Houve restrição e houve também um retrocesso direitos que a gente já tinha conquistado esse retrocesso ele e real porque, como eu trabalho diretamente com os processos, antes a cada dez processos que a gente encaminhava, sete</i></p>

	<p><i>dúvidas juntos, mas aí, mesmo assim, restavam dúvidas, eles vinham pra fazer a pesquisa aqui em campo né, acaba por consolidar se estava certo ou errado. É quando foi acabando isso, foi como se tivesse cortando direitos. (...) Hoje, não aceita isso mais, não aceita confinante, praticamente...não tem a declaração do presidente que acompanhava junto, e é a pessoa que está sempre em contato com o segurado o tempo todo, que visita, que conhece, a fundo...até o fundo da cozinha como se diz...que poderia tá li dando sua palavra junto pra poder firmar...hoje não aceita...acho que tipo cortando aos pouquim cortando os direitos cortando, e hoje a pessoa tem que provar só com os documentos, inda vem com essa ideia de documento..."</i></p> <p><i>"Essa autodeclaração que eles fazem hoje ficou muito supérflua porque fala o mínimo".</i></p> <p><i>Essa criação do meu INSS mesmo é um avanço, cê tem uma independência muito grande de cê mesmo poder marcar, ter um aplicativo no celular, de outra forma, eles não conseguem deixar a burocracia de documento original, uma coisa que o processo eletrônico...eles tem que aceitar, porque, eles criam uma forma de autenticação.</i></p> <p><i>"Eles estão criando uma forma de burlar direitos só pra poder ganhar tempo".</i></p>	<p><i>oito eram aprovados, numa média hoje que eu encaminho dez processos vamos dizer que aprova quatro ou cinco...e 50% é reprovado eu tenho que fazer recurso eu tenho que tá procurando mais documentos para reforçar o processo da pessoa ou até mesmo tem que tá direcionando que advogados acione a justiça para garantir esse direito as pessoas. Bem mais complexos..."</i></p>
--	---	---

<p>6 — Percepção dos entrevistados da importância do trabalho da mulher rural</p>	<p><i>“A mulher tem medo...na área rural é o homem quem cuida do dinheiro, mesmo ela trabalhando. Vamos supor que mexe lá com leite, queijo, ela faz o queijo, mas é ele que vende, se ela faz outras coisas lá, ajuda na farinha, ajuda na rapadura, mas é ele que vende, é ele que fica com o dinheiro, então é ele que resolve a questão financeira...então, pra assumir uma dívida, elas não tem coragem por causa disso”.</i></p> <p><i>“Geralmente o serviço maior é dela, mas ela não reivindica esse direito, ela fica submissa ao marido”.</i></p> <p><i>“Isso...do empoderamento da mulher. A partir do momento que eu comecei a vê isso, tanto ne faculdade, como em reuniões, no trabalho mesmo do dia-a-dia, que a gente vê que a mulher que está pegando mais no que o próprio homem. Porque a mulher levanta, ela vai pra roça junto com ele, ela sai da roça, vem faz o almoço, leva pra ele, continua ajudando ele, ele vem embora, vai tomar o banho e vai descansar...e ela ainda tem a janta e ainda tem os meninos pra cuidar, então ela trabalha é na hora de dormir. a partir disso, vc começa ver com outros olhos”</i></p> <p><i>“Quem é chefe de família nessa hora? é o marido que está descansando ou é ela que está trabalhando até na hora de dormir”.</i></p> <p><i>“Não e...e...fora a roupa limpa, tem que tá pra ele lá. A toalha limpinha</i></p>	<p><i>“Sim acontece porque geralmente, tem aquelas mulheres tímidas, mulheres que depende do marido né, quando não é o marido vem um filho uma filha acompanhando junto”.</i></p> <p><i>“Geralmente a propriedade é em nome da pessoa, geralmente a certidão de casamento consta homem lavrador e a mulher doméstica, os filhos quem vai registrar é o homem né ...lá ele coloca que é lavrador, mas esquece de colocar o da mulher ...tem toda essa dificuldade em relação do homem com a mulher aí vai fazer a matrícula da escola... a mulher muitas vezes ela é inocente ela prefere colocar que ela é doméstica e esquece que tem que apontar que ela é lavradora”.</i></p>
---	--	--

	<i>pra ele toma o banho...aí tem lugar que não tem água...tem que esquentar água pra ele, né...tem homem que nem a lenha pra mulher não busca...eles acham que são atividades da mulher”.</i>	
7 – Percepção dos entrevistados sobre a diferença entre a mulher e o homem quanto ao acesso à aposentadoria	<p><i>“Às vezes ele chega aqui com o pacote todo bunitinho, quando cê vai olha o pacote do marido dela, está tudo em nome do marido”.</i></p> <p><i>“(...) mesmo quando a terra é dos dois. Uma compra do casal, sempre o nome dele vem primeiro. Não concordo com isso”.</i></p>	<i>“Geralmente a propriedade é em nome da pessoa, geralmente a certidão de casamento consta homem lavrador e a mulher doméstica, os filhos quem vai registrar é o homem né ...lá ele coloca que é lavrador, mas esquece de colocar o da mulher ...tem toda essa dificuldade em relação do homem com a mulher aí vai fazer a matrícula da escola ...a mulher muitas vezes ela é inocente ela prefere colocar que ela é doméstica e esquece que tem que apontar que ela é lavradora.”</i>

Na primeira análise de conteúdo observamos que tanto F1, quanto F2, relataram, em sua percepção, que, quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, está diretamente relacionado com a documentação exigida pelo INSS para a concessão dos benefícios previdenciários, principalmente a aposentadoria por idade. Visto que tal benefício é um dos objetivos mais almejados pelas mulheres trabalhadoras rurais, ambos falaram a palavra “documentação”.

A referida documentação se traduz na transformação da posição da mulher rural que “ajuda” o marido, cuida dos filhos, planta, colhe em profissão como trabalhadora rural. Esta formalização do fazer rural da mulher ainda encontra dificuldade perante o homem que a acompanha, seja marido ou companheiro, perante pai ou irmãos, os quais também não reconhecem o labor da mulher enquanto profissão.

Por muitos anos, o estigma do não reconhecimento como trabalhadora rural, muitas vezes, motivo de vergonha, tem sido e ainda é o grande obstáculo para as mulheres trabalhadoras rurais acessarem a aposentadoria rural por idade.

Por outro lado, os entrevistados F1 e F2 têm conhecimento que as mulheres trabalhadoras rurais trazem as marcas sociais de uma sociedade patriarcal que silencia o lugar de produtoras e as subalternizam ao poder do homem; que isto se traduz na titulação documental e no racismo estrutural que as invisibilizam, seja como trabalhadoras, seja como mulheres produtoras rurais. As mulheres também têm a consciência de que elas não possuem toda a documentação exigida pelo INSS. Ou seja, quando as mulheres procuram os Sindicatos para pleitearem o benefício de aposentadoria elas já tem noção de que serão exigidos vários documentos.

Sendo assim, fica o questionamento, por que estas mulheres ficam apáticas diante dessa situação? Esta resposta pode estar na condição de opressão a que essas mulheres foram e são sujeitadas. O silenciamento quanto às violências sofridas no âmbito doméstico, a discriminação racial e discriminação por não saberem ler. Tudo isso pesa — e muito — quando elas tentam erguer a cabeça para pedir para formalizar um contrato de parceria, de comodato ou para exigir do ex-marido ou ex-companheiro seus direitos quanto aos bens adquiridos na constância do casamento⁹.

⁹ “Constância do casamento” é um termo jurídico utilizado por profissionais do sistema judiciário. Ver artigo 1660 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Todo conteúdo das entrevistas expressa valores morais, religiosos e sociais que as silenciam como sujeitos sociais de direito, que silenciam e as inferiorizam como trabalhadoras rurais por serem mulheres e mulheres negras, além de fazerem parte da classe trabalhadora com um trabalho que não é reconhecido ou valorizado. Neste sentido, nosso lugar de pesquisadoras, militantes da causa das mulheres rurais implica em desnaturalizar e demonstrar as feridas e as marcas da discriminação e exclusão social por serem mulheres e trabalhadoras rurais.

Todas essas questões estão também relacionadas com à percepção que os entrevistados têm sobre as questões sociais de gênero que envolvem as mulheres sindicalizadas, visto que a opressão silenciada e naturalizada pela família e pela sociedade, como já nos referimos ao longo da pesquisa, agora aparece no plano da realidade, no processo de reivindicar o direito social junto ao estado se revelando ainda nos depoimentos dos funcionários dos sindicatos.

TABELA 2 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES SINDICAIS DOS STR DE CONGONHAS DO NORTE E STTR DE MEDINA

Unidades de registro	Unidade de contexto	
Temas	Dirigente D1- STR CONGONHAS DO NORTE	Dirigente D2- STTR – MEDINA
1 – Memória da experiência sindical	“(SILENCIO) ... Das lembranças que eu tenho da década de 80, formação do sindicato, lá na região, na nossa região, nosso município por exemplo, a maioria dos habitantes, mais ou menos 70% é agricultor familiar, trabalhador rural. e a gente achou importante, juntamente com a federação e a Contag a fundação do sindicato, da categoria, e aí foi fundado o	“Em 88 nós já organizou muito até na questão dos abaixo assinados pra ir para a constituição né, no caso da reforma agrária, nos tinha pouco deputados do PT igual Nilmário Miranda, nos tinha uns deputado, né Tildem Santiago, nós tinha uma pessoas do PT que vinha muito já estava vinculado a este pessoal do Aredó. Aí a gente trabalhou muito numa área fazendo aqueles abaixo assinado,

	<p><i>sindicato de trabalhadores rurais de Congonhas do Norte, uma campanha que nós fizemos de janeiro até março de 1975, e de 3 março de 1975, foi constituído sindicato de trabalhadores rurais de Congonhas do Norte, como nossa categoria não tinha representação nenhuma junto a Contag e federação, trabalhadores rurais sem informação até então naquela época, fizemos questão, fizemos o movimento com apoio da prefeitura municipal que era, defendia a mesma bandeira, e nós fundamos o sindicato de trabalhadores rurais de Congonhas do Norte, em 3 de março de 1975 e se fosse uma entidade ruim não tinha prevalecido nosso sindicato, nosso sindicato, embora o município seja pequeno, nós somos 70% de todos os trabalhadores rurais agricultores familiares agricultoras ta ativo até hoje”</i></p>	<p><i>não tinha deputado lá suficiente, aqueles abaixo assinado, nem todo mundo assinava né mas tinha um grupo que a gente conseguiu Em 88 nos participou, porque nós começamos a participar, no partido foi em 80 né, mas no sindicato mesmo eu assumi a participação em 83.e em 87 a gente conseguiu eleger a diretoria.</i></p>
<p>2 – Percepção dos entrevistados quanto aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais</p>	<p><i>“Então nós perdemos alguns direitos tá sendo mais difícil pra nos tá montando os processos para os agricultores familiares trabalhadores rurais, mas não foi feito o movimento em Brasília ainda pra tá chegando ao conhecimento do governo, nós não tivemos sorte porque a pandemia que apareceu aí, travou todo mundo.”</i></p>	<p><i>(...) Ah o povo só quer o negócio de aposentadoria. Aí eu chamei atenção, não, não é assim não. A aposentadoria não é um direito? Nós não batalhou para isso? Então a gente tem saber trabalhar a previdência e trabalhar as outras coisas, mas é um ganho gigantesco que a gente conseguiu a previdência foi maior ganho moça, você já pensou na pessoa ter sua aposentadoria, um salário mínimo que ela tá garantido ali,</i></p>

		<i>chega na idade avançada, ela já tá garantido.</i>
3 — Os entrevistados tem conhecimento se as mulheres possuem percepção dos seus direitos a previdência social	<i>“Eu já havia falando disso que a gente tinha tá sempre documentado pra tá conseguindo os recursos, os benefícios na hora certinha, mas parece que até então, os agricultores familiares trabalhadores rurais não acredita muito na conversa da gente, acha que a gente tá convidando e falando que é só para interesse do sindicato e não é. A gente defende a bandeira dos rurais sempre, seja dentro do sindicato fora do sindicato que eu estou, ou dentro de Congonhas do norte, ou qualquer município eu sempre converso a respeito da gente dos direitos da gente, da gente tá alinhado com a documentação.”</i>	<i>“O desafio maior, moça, foi assim, porque a mulher sempre não fala que ela é trabalhadora rural né, ajudo meu marido, aí pra tirar isso das pessoas é muito complicado, outra coisa, no casamento civil, quem são casados no civil aí põe lá não tinha trabalhadora rural então ela é doméstica.”</i>
4 — Percepção dos entrevistados das questões sociais de gênero que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais.	<i>“(…)Da marcha das margaridas que eu tive no sindicato de 2003 até 2019 eu praticamente eu participei, parece que foi só numa que não participei, mas todas que tiveram nós fizemos questão de tá participando levando mulheres do município, trabalhadores rurais pra tá participando com agente, pra elas verem a diferença que tem para melhora das mulheres no meio rural e também pra elas terem o conhecimento da grandeza que tem a mulher tá participando deste movimento senti como é a participação das</i>	<i>Oh moça eu entrei aqui já tem bastante tempo, a gente entrou membro né, não na diretoria, mas assim na oposição sindical, participando, não tinha espaço aqui em Medina para povo ficar, eu ficava mais na minha casa ia pra lá. A gente ficou muito (...) povo fez acampamento tipo acampamento né, aqui era muito difícil (...) politicagem Aí eu sei que em 83, que a gente começou a participar assim dentro do movimento, as mulheres não participava era só os homens aí nos pegou um grupinho pequeno era um grupo menor das mulheres, poucas</i>

	<p><i>mulheres de outros municípios juntamente com os sindicatos dos trabalhadores rurais e também neste movimento eu me lembro que em 2015 a gente conseguiu nós do sindicato do Brasil inteiro colocar dentro de Brasília mais de 70.000 mulheres bem mais foi quase 80.000, trabalhadores rurais agricultores familiares lá em Brasília pra poder pedir, montar a documentação junto governo federal para continuar a defesa e aplicar os direitos das mulheres no meio rural.”</i></p> <p><i>“Eu acho que é interessante demais estes movimentos porque dentro da união tem a força e se tem a força tudo acontece, a partir daí essa marcha tá acontecendo sempre de 4 em 4 anos e sempre buscando ampliar os direitos das mulheres na base rural. Os sindicatos faz questão na diretoria, eu principalmente lá em Congonhas do Norte fiz questão de colocar a participação de mulheres 50% de mulheres até mais, na minha diretoria última, tinha 60% de mulheres agricultoras trabalhadoras rurais ajudando a defender os direitos delas dentro do nosso município e fora do município das participações do movimento administrados pela Contag e pela Fetaemg.”</i></p>	<p><i>mulheres, depois que foi aumentando e em 89, aí eu já fui fazer parte, porque antes como a gente não era sócio não podia fazer parte. Eu mesmo entrei na época no Ministério do Trabalho aí foi justiça para eu poder filiar no sindicato.</i></p> <p><i>(...) aí depois a gente conseguiu filiar, aí o grupo que agente apoiou ganhou no sindicato, aí um grupo de mulheres muito grande, até no livro de registro. Aí não precisou fazer pressão pra filiar, o grupo já tinha entrado, o presidente que agente apoiou, hoje em dia ele está até doente, deu um AVC nele...ele é assim, um negro mesmo, aqui do Aaredó, acabou ganhando, foi difícil, parecia que não ia ganhar nas eleições do sindicato e ganhou.</i></p>
--	---	--

<p>5 – Percepção dos entrevistados quanto a função do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais para a efetivação do acesso à aposentadoria por idade pelas mulheres trabalhadoras rurais</p>	<p><i>“A gente passava apertado com INSS e o INSS não reconhecia essa situação e o INSS quando a gente convidava ou mesmo oferecia para investigar, a gente fazia uma visita ao meio rural, aos trabalhadores rurais que montando processo ou de aposentadoria ou de salário maternidade ou auxílio acidente, ou auxílio doença. O INSS vinha pra poder fazer uma pesquisa pra saber se aquele companheiro era mesmo agricultor familiar trabalhador rural que executava os trabalhos no meio rural era uma dificuldade grande demais porquê, de repente, atrasava um benefício em determinado tempo porque não tinha visita do INSS naquela época exata, mas mesmo assim a partir da hora que eles tiveram conhecimento que como dirigente principal da diretoria do sindicato, a gente teve confiança ambas as partes, .foi bom que deslanchou nossos processos deslanchou bem entendeu...o INSS tinha confiança na gente e a gente tinha confiança no INSS, nossa relação melhorou demais a partir de 2005 em diante, .nós ficamos três anos de luta pra ter confiança em ambos, foi bom.”</i></p>	<p><i>“Muita gente já percebe a importância, aqui graças a deus ele tem uma relação muito boa, tem muita procura, as vezes mesmo quem não é da área, se precisa de alguma informação, eles vem no sindicato procurar.”</i></p> <p><i>“Porque a gente teve enftretamento também no INSS né, em 97. É nós fizemos acampamento, desceu gente de Belo Horizonte pra conversar porque na região tinha processo acumulado de quatro, cinco anos. Essa exigência era lá em Almenara. O nosso povo, mora numa terra e não tem documento nenhum daquela terra, então não fazia uma declaração, então não tem nada que garante, e mesmo o próprio sindicato, fazia a declaração, você não sabe, mesmo conhecendo a pessoa, mas você não é obrigado a conhecer todo mundo né.”</i></p> <p><i>“Se a gente facilitar é muita perseguição e pra você garantir também a confiança.”</i></p> <p><i>Nessas coisas você não pode ser bonzinho. Você tem que assumi o papel de dirigente né, você tem responsabilidade porque se acontecer alguma coisa de errado quem vai responder ne.”</i></p>
<p>6 – Percepção dos entrevistados sobre as</p>	<p><i>“Que acho nessa situação aí tanto é que nos tem feito um abaixo assinado em 2018 me parece, finalzinho de 2017, um</i></p>	<p><i>“Uma perda de direitos e uma doença dessa que não dá possibilidade né, no caso nosso nós estamos acostumados com os</i></p>

<p>mudanças ocorridas na legislação previdenciária rural</p>	<p><i>abaixo assinado, o presidente nosso, Wilson Luiz da Silva, Wilson da Fetaemg levou , entregou diretamente em mãos lá em Brasília o abaixo assinado com muitas mil assinaturas de segurar um pouco a legislação né para nós trabalhadores rurais foi entregue ao Rodrigo Maia lá em Brasília foi uma comitiva da Fetaemg, foi pioneira, saiu na frente com essa situação e só a gente não fez o movimento em Brasília ainda ...eu falo agente porque sempre quando tem movimento gosto de participar gosto de ir mesmo eu não tando na direção do sindicato vou fazer questão de ir nos movimentos."</i></p>	<p><i>movimentos sociais de organizar os movimentos de reuni para decidi as coisas. Nós ficamos impedidos ou você preserva a vida ou as coisas...Então assim um ano sem você reuni consegui fazer as coisa é muito complicado."</i></p>
<p>7 – Percepção dos entrevistados sobre a política no país</p>	<p><i>O Brasil do jeito que tá a situação hoje, principalmente de administração nacional, tá difícil, mas, de repente mudando este governo que tá aí, pode ser que a gente consegue caminhar mais e voltar até alguns direitos que a gente tá perdendo com Bolsonaro e final do mandato de Michel Temer. Acho que o Brasil tem que defender, tanto os governadores, quanto prefeitos, câmara estadual, federal, e senado defender mais o lado rural porque, se o campo não produz, a cidade não tem, não cresce, o campo tem que estar produzindo para os municípios estar crescendo sempre e aí tudo acontece.</i></p>	<p><i>Aí a gente foi trabalhando estas coisas, com governo lula, mesmo pra lula entrar agente trabalhou muito ...não foi rápido, mas foi um período muito bom, acho que a gente tinha que ter avançado mais, a gente não tava nem preparado pra isso, as vezes fica querendo as coisas cobrando mas nem t preparado Depois vem Dilma, depois vem aquele golpe aí toma um susto né as coisas mexe sacode mesmo.</i></p>

FONTE: ENTREVISTAS REALIZADAS PELAS AUTORAS.

4.2 -

Percebemos também que os dirigentes sindicais D1 e D2, têm a mesma percepção, mas com um outro olhar, pois eles trazem nas falas as trajetórias de militância, de enfrentamento e reivindicações de direitos, as falas dos dirigentes retratam uma apreensão, preocupação com a realidade da classe, quanto ao acesso aos direitos e logo depois o retrocesso advindo das alterações legislativas. Isso está expresso na fala:

“(...)A aposentadoria não é um direito? Nós não batalhou para isso? Então a gente tem saber trabalhar a previdência e trabalhar as outras coisas, mas é um ganho gigantesco que a gente conseguiu a previdência foi maior ganho moça, você já pensou na pessoa ter sua aposentadoria, um salário mínimo que ela tá garantido ali, chega na idade avançada, ela já tá garantido.” (D2, 2020).

Nas palavras de D1, a preocupação com as recentes mudanças que restringiram direitos dos trabalhadores rurais, e a autonomia dos sindicatos em reconhecer quem é ou não trabalhador rural através de uma declaração, conforme seu relato documento que fazia parte do processo administrativo de benefícios previdenciários. Na frase: *“Então nós perdemos alguns direitos tá sendo mais difícil pra nos tá montando os processos para os agricultores familiares trabalhadores rurais, (...)”*

Além das fontes documentais, tais como as fotografias, foi realizado também uma comparação numérica dos processos administrativos realizados no período de 2008 a 2016, em ambos sindicatos com números oficiais do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), obtidos através do portal de acesso à informação FALA.BR¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f> Acesso em: 6 dez. 2021.

5. Considerações finais

Contar sobre a experiência sindical dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Medina e Congonhas do Norte, quanto ao acesso da previdência social das mulheres trabalhadoras rurais, especialmente quanto à aposentadoria por idade, na verdade, é escancarar sobre a histórica negação do direito à mulher e sobretudo, à mulher negra, é desnaturalizar todas as formas de discriminação em razão do sexo, raça e do trabalho rural, visto que são mulheres que não se reconhecem como trabalhadoras, e sim como ajudantes, como agregadas. A reflexão permanece sobre a naturalização das violências dirigidas para com mulheres negras, no cotidiano rural, uma vez que nesse ambiente existe a negação do lugar de produção da mulher que é reduzida ao “do lar”, a simples “ajudante” das tarefas na roça.

Por tudo isso, falar de aposentadoria rural de mulheres trabalhadoras é desmistificar e dismantelar o patriarcado, as opressões de gênero, problematizando no interior do sindicalismo rural o papel do fazer sindical junto a mulheres trabalhadoras rurais. Se é necessário o reconhecimento do fazer rural da mulher como trabalho, reconhecendo suas particularidades na classe trabalhadora, é necessário reconhecer a negritude e tudo que ela significa em um contexto de um país que tem reificado valores conservadores. Mas na luta pela vivência democrática, entender as contradições e as possibilidades do fazer sindical pode possibilitar outras formas de fazer onde mulheres trabalhadoras negras, pela educação sindical, possam se reconhecer como sujeitos sociais de direito e a partir dali possam alcançar a liberdade de não mais depender do marido, do pai ou do companheiro. E a liberdade é o primeiro passo para se alcançar uma cidadania.

Agradecimentos

Às famílias envolvidas no estudo de caso, às organizações sociais, CODECEX e CAV, que apoiaram e intermediaram o

diálogo com as famílias; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Referências

AGUIAR, V.V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política e Sociedade**, Universidade Estadual de Campinas, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261> Acesso em: 15 dez. 2020.

ARAÚJO, E. A arte da sedução feminina na Colônia. In: DEL PRIORI, M., (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, 10. ed. 2 reimpr. p. 45-77.

AZEVEDO, S. F. L. de. **A ética da monogamia e o espírito do feminicídio**: Marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil atual (2019), **História**, [on-line], vol. 38, p. 1-19. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100310&lng=en&nrm=iso Acesso em: 15 de jan. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, V. e QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em 18 de mai. 2020.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, [online], n. 7, p. 50-81, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000100003>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CLEMENTINO, A. M. J. S. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff**: o Ideb e o Programa Mais Educação. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31802>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

FARO, C. de. (org.). *et al.* **Previdência Social no Brasil**: diagnósticos e sugestões de reforma. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13102/000060159_pes5.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 de jan. 2021.

FETAEMG. Fundação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais. **História**. [online]: 26 maio 2017. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/site/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FIGUEIREDO, E. H. L.; JUBILUT, L. L. Horizontes para a epistemologia dos direitos sociais. In: TOLEDO, C. (org.). **Direitos sociais em debate**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 239-268.

FORO, C., RODRIGUÊS, E.; SILVA, M. M. A paridade na CONTAG é mais uma conquista, mas não encerra a luta das mulheres rurais por igualdade. **CUT ARTIGOS**, 2017. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/a-paridade-na-contag-e-mais-uma-conquista-mas-nao-encerra-a-luta-das-mulheres-ru-49f8>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FRANCO, M. A. C. Histórias de mulheres trabalhadoras rurais e violência simbólica: assimetria de gênero? Editora realize eventos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES — 10 ANOS, 5., 2017, Bahia. **Anais** [...]. Bahia: Fiesta Bahia Hotel, 2017. p. 1-14. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID391_04062017125000.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

GIULIANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORI, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, 10. ed. 2 reimpr. p. 640- 668.

GONZÁLEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p 223-224. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/conte

nt/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em 27 mai. 2022.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

MARTINEZ-ALIER, V. As mulheres do caminhão de turma. *In*: PINSKY, J. (org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec Editora, 1979, p. 69-100.

MATOS, M. Apresentação. *In*: AMORIN, M. A. (org.). **Mulheres do campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

MONTENEGRO, A. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, Cadernos Guararapes, n. 3, 1981, p. 11-18. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bw573moUqIGeMENBakV6S3lYTzdEMGdmQnNjdW9raFFfalF3/view?resourcekey=0-njhloq_x3_JB_EL4RJ3cZA. Acesso em: 10 jan. 2021.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *In*. **Revista Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733/1734> Acesso em 27 mai. 2022.

PIMENTA, S. D. C. **As mulheres na agroecologia e agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências**. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agriculturares e Agricultoras Familiares, p. 112, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, B. A. da S. *et al.* A identidade afro-brasileira no contexto escolar. *In*: OLIVEIRA, V. de P. (Coord.). **Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-Brasileiro**. Belo horizonte: UEMG/PROPEX, 2005, p. 140.

SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra: experiências e memória**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 42-72.

SILVA, M. A. de M. De colona a boia-fria. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, 10. ed. 2 reimpr. p. 554-557.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 5, Nº1/1997. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. P. 07-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x> Acesso em 27 mai. 2022.

STEIN L. M. **Trabalhismo, círculos operários e política**: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008. p. 218.

Capítulo 17

Desvelando o Invisível, o Trabalho Doméstico e de Cuidados no Cotidiano de Mulheres Camponesas: Um Estudo de Caso no Vale do Jequitinhonha

Bárbara Letícia Lopes¹

Ivana Cristina Lovo²



FONTE: JOSÉ FRANCISCO BORGES XILOGRAVURA (2013).

[HTTP://WWW.OLHOLATINO.COM.BR/ACERVO/INDEX.PHP/OBRAS-DO-ACERVO/254-MULHERES-DO-SERTAO-J-BORGES](http://www.olholatino.com.br/acervo/index.php/obras-do-acervo/254-mulheres-do-sertao-j-borges)

¹ Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. barbara.leticia@ufvjm.edu.br

² Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais/ Licenciatura em Educação do Campo e participante do Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. ivana.lovo@ufvjm.edu.br

Resumo

Com o objetivo de compreender como se dá a autonomia das mulheres diante da distribuição e decisão sobre o trabalho em sistemas agroecológicos, as reflexões trazidas retratam realidades de duas famílias responsáveis por agroecossistemas localizados na porção alta da bacia do Rio Jequitinhonha. Com a observação participante, entrevistas e elaboração de fluxogramas sobre o trabalho no agroecossistema, foi possível perceber de que modo ocorre a divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres estão inseridos em contextos culturais nos quais os papéis sociais e sexuais de gênero são historicamente construídos, influenciados por diferenças de classe e raça, e que refletem nos seus modos de perceber, pensar, sentir e agir. A situação de mulheres camponesas não difere do que está registrado no pensamento feminista crítico, o qual descreve que as mulheres são as responsáveis por tarefas entendidas como “femininas”; nesse pacote temos o cuidado do quintal, da horta, a criação de pequenos animais, os cuidados domésticos, entre outras que caracterizam o trabalho reprodutivo, direcionado à produzir seres humanos como trabalhadores/as.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Agroecologia. Divisão sexual do trabalho.

Introdução

A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais formas de desigualdades entre homens e mulheres. Como nos indica Federici (2017) essa divisão parte de uma construção histórica que desvaloriza o trabalho das mulheres, produzindo o controle sobre seus corpos, as condicionando como reprodutoras de trabalhadores, o que explicita também a operação conjunta e cooperada entre os sistemas patriarcal, racista e capitalista, que se beneficiam de forma direta da subordinação das mulheres. É preciso entender e internalizar nas emoções que homens e mulheres estão inseridos em construções sociais históricas que influenciam o modo de perceber, pensar, sentir e,

consequentemente, refletem nos valores sociais e nos modos de agir dos indivíduos e coletivos.

A divisão sexual do trabalho é aqui entendida como atribuições de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher (CISNE, 2015). Sua principal característica é a distinção do que é considerado trabalho de mulher e trabalho de homem. À mulher cabe o lugar de reprodução, incluindo o conjunto do trabalho doméstico e de cuidados inerentes ao contexto da reprodução da vida.

A situação das mulheres rurais não é diferente; elas ficam responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos e de tarefas entendidas como femininas. Neste pacote temos o cuidado do quintal, da horta, a criação de pequenos animais, entre outras atividades. Geralmente a renda obtida fica com o homem, pai e/ou marido, ou, ainda, é incorporada na renda total da família, causando uma dependência financeira para mulher — o que muitas vezes a obriga a aguentar situações de violência, a falta de autonomia e marginalização nas decisões. A maioria das agricultoras não decide sobre o dinheiro que é fruto de seu suor ou sobre os investimentos que poderiam melhorar suas condições de trabalho (NOBRE, 2005, p. 47).

É importante compreender que a raiz de todo esse sistema de dominação e exploração é o patriarcado associado ao capitalismo. Neste trabalho será considerado o conceito de patriarcado apresentado por Saffioti (2015 p. 47), como sendo o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens e que abrange a sociedade como um todo. Assim, quando utilizamos o conceito de “patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres” (CISNE, 2015, p. 60). O patriarcado é um sistema estruturador de relações sociais, está presente na sociedade de forma multifacetada e se expressa de diferentes maneiras em contextos distintos. “Esse sistema modela as

relações de gênero que se dão tanto entre um homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres” (ALMEIDA, 2010, p. 13).

Nesse sentido entendemos o machismo como uma forma do patriarcado se expressar (CISNE, 2015), refletindo em um conjunto de práticas que promovem a superioridade masculina, a coisificação das mulheres e a negação das mulheres como sujeitos de direitos. Reflexos esses que no dia a dia se estruturam na organização familiar, através da divisão sexual do trabalho; no controle sobre os corpos da mulher que estrutura diferentes formas de violência, com base na crença de que as mulheres são propriedades dos homens; na virilidade exacerbada e na heteronormatividade dominante e; na não remuneração e desvalorização do trabalho da mulher, que legitima as relações econômicas e de poder desiguais que estrutura o sistema capitalista. Dessa forma, é importante entender a unidade de operação dos sistemas capitalista-patriarcal e racista.

Importante para este trabalho também foi o entendimento de agroecologia. Trata-se de um enfoque, uma visão de mundo, um paradigma que parte da aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e (re)desenho de agroecossistemas sustentáveis. Em um horizonte de tempo que considere o conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim um processo contínuo de transição agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), tendo, portanto, o agroecossistema como sua unidade fundamental de estudo, manejo e relações.

O agroecossistema é a unidade fundamental de estudo e de (re)desenho em que os ciclos da matéria/minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas ocorrem e são vistas e analisadas em seu conjunto (ALTIERI, 1989). Há necessidade de uma ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo/terra, a água, os vegetais, os animais e os micro-organismos (a partir de enfoque sistêmico,

holístico, e da complexidade). O agroecossistema é uma unidade de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos; sua delimitação física é demarcada pelo espaço ambiental apropriado por um núcleo social de gestão do agroecossistema, que costuma ser a própria família, no caso da agricultura familiar e camponesa (PETERSEN *et al.* 2017).

O fortalecimento das mulheres dentro do movimento da agroecologia tem apontado que, para ocorrer mudanças estruturais efetivas, é preciso romper com o sistema patriarcal e capitalista presente nas relações sociais, inclusive no campo, e avançar na construção de novas relações sociais, pois, “a conquista da soberania alimentar não se fará somente a partir do questionamento do modelo de produção capitalista ou apenas por meio da revalorização dos saberes tradicionais da cultura camponesa” (JALIL, 2009, p. 11). E espera-se que a agroecologia, ao considerar todos os componentes de um agroecossistema e do sistema de produção, tenha o papel de ajudar no reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres, reconhecendo esse trabalho como importante para o equilíbrio do sistema, para a reprodução familiar e para as relações comunitárias (SCHOTTZ *et al.* 2015).

Desta forma, foi objetivo da pesquisa aguçar o olhar sobre as relações de trabalho em dois agroecossistemas familiares na bacia do Rio Jequitinhonha, buscando entender como a divisão sexual do trabalho existente nesses sistemas se expressa nas técnicas, tecnologias e nas relações sociais agroecológicas presentes no manejo dos mesmos e, como essas relações contribuem, ou não, para a construção da autonomia das mulheres rurais envolvidas com a dinâmica do manejo desses agroecossistemas.

Material e Métodos

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se analisar o trabalho da mulher em dois agroecossistemas, localizados na região alta da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais. Para o estudo de caso (CHIZZOTTI,

2010), o diálogo e o desenvolvimento das ferramentas metodológicas envolveram o casal membro das duas famílias pesquisadas, que foram identificados por códigos para preservar a identidade dos participantes. Desse modo, neste texto as mulheres estão identificadas por nomes populares de aves e os homens por nomes populares de árvores.

O casal Arara e Barbatimão, reside na comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí, no município de Diamantina, MG. A Arara nasceu em 1972 na grota da Ponte Alta, um dos “bairros” da Comunidade Vargem do Inhaí. Coursou até o terceiro ano do ensino fundamental na escola da comunidade e teve que abandonar os estudos para trabalhar. Barbatimão nasceu em Vargem do Inhaí, em 1972, também estudou na escola da comunidade e fez até a quarta série do ensino fundamental, concluindo os estudos com 11 anos de idade. Arara e Barbatimão se casaram em 1997 e possuem três filhos, no momento da pesquisa apenas dois residem com eles no agroecossistema.

O casal Coruja e Pacari, reside na comunidade de Gameleira, no município de Veredinha, MG. Coruja nasceu em 1962 e foi criada na comunidade de Gameleira, estudou até o terceiro ano do ensino fundamental, porém teve que abandonar os estudos para trabalhar. Pacari nasceu em Córrego da Lage, no ano de 1959, local próximo à comunidade de Gameleira, ele cursou apenas o primeiro ano do ensino fundamental, tentou por diversas vezes dar continuidade, mas acabou por abandonar os estudos para trabalhar. Coruja e Pacari se casaram em 1983 e possuem duas filhas, atualmente nenhuma delas reside com o casal no agroecossistema.

Para coleta dos dados foram usadas os seguintes métodos: observação participante, de acordo com Minayo (2007), focando na caracterização da família (dados socioeconômicos), caracterização da propriedade/agroecossistema (a partir dos diagramas de fluxos, de acordo com Petersen *et al.* 2017); agregada a entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2007; PETERSEN *et al.* 2017), focando

as relações que se estabelecem no contexto dos agrossistemas em processos de tomada de decisões e emissão de opiniões.

A caracterização das famílias foi feita por observação participante em duas viagens a campo, ocorridas em 2019, nos meses de setembro e outubro, para a comunidade de Vargem do Inhaí, e dezembro para a comunidade de Gameleira. Essa caracterização foi feita para entender como se dá a organização do trabalho dentro da unidade familiar que maneja o agroecossistema.

Foi utilizada a ferramenta de diagramas de fluxo, como proposto por Petersen *et al.* (2017), por permitir uma visualização da propriedade e das relações que ali existem. Os diagramas de fluxo são a representação idealizada de um sistema, demonstrando seus componentes mais importantes (subsistemas), e têm como objetivo facilitar o entendimento sobre as complexas relações estabelecidas dentro e fora do agroecossistema. Na pesquisa analisamos os fluxogramas para entender qual a percepção do homem e da mulher acerca do trabalho desenvolvido nos subsistemas e na gestão da propriedade, para isso realizamos duas entrevistas separadamente, respeitando as individualidades e percepções acerca das dinâmicas que ali ocorrem. Os diagramas de fluxo serviram também como um instrumento facilitador para nortear a entrevista semiestruturada com os membros da família. Ao olhar separadamente para o fluxograma e com as perguntas que orientaram o diálogo, cada membro do casal contou sobre a sua rotina familiar, indicando como os trabalhos são executados na propriedade e sobre seu papel na divisão dos trabalhos e no processo de tomada de decisões.

Para a análise dos dados optamos por associar algumas das ferramentas propostas no “Método de Análise Econômica-Ecológica de Agroecossistemas-LUME”, descrito por Petersen *et al.* (2017), corroborada com a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Dessa forma, não foi feita uma análise dos resultados considerando todas as dimensões qualitativas e quantitativas propostas pelo Método Lume, assim como também não nos aportaremos às comparações longitudinal/retrospectiva do mesmo

agroecossistema e transversal entre diferentes agroecossistemas, que o método possibilita.

A elaboração de diagramas de fluxo facilitou o entendimento do processo de trabalho que ocorre dentro das propriedades e também acerca da percepção que cada membro tem a respeito das atividades que faz no dia a dia, possibilitando, por sua vez, a elaboração do diagrama de divisão social do trabalho.

No modelo de representação da divisão social do trabalho, procura-se discernir os trabalhos realizados em quatro esferas sociais: geração de rendas agrícolas (venda, autoconsumo e trocas e doações); trabalho doméstico e de cuidados; participação social; geração de rendas não agrícolas (ou pluriatividade) (PETERSEN et al., 2017, p. 122).

Na análise dos dados qualitativos, obtidos através da observação em campo e das entrevistas, também foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). A análise de conteúdo permite uma compreensão melhor acerca dos dados obtidos e também um entendimento acerca dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos, o “conteúdo de uma comunicação, a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações” (FRANCO, 2018, p. 29). A seguir serão apresentadas as análises a partir dos resultados obtidos através da pesquisa.

A pesquisa do mestrado foi submetida ao Comitê de Ética, sendo aprovada pelo processo CAAE: 19685419.0.0000.5108. Importante destacar que a pesquisa foi impactada pela pandemia da covid-19, que inviabilizou um retorno a campo em 2020 para proporcionar uma etapa de devolutiva de resultados com as famílias e complementar a produção de dados através de entrevistas presenciais, situação que foi contornada através de contatos telefônicos.

Resultados e Discussão

O trabalho agrícola sempre esteve presente na vida dos participantes da pesquisa, quando crianças contribuía nas atividades desenvolvidas pelos pais, e a dedicação ao trabalho na roça afetou suas vidas de diferentes formas. Dos quatro entrevistados apenas Barbatimão conseguiu cursar até a quarta série do ensino fundamental, os outros três não conseguiram chegar até o final desse ciclo. O motivo dado pela desistência foi comum para todos: era preciso ajudar nas atividades da roça e não restava tempo para o estudo; com as mulheres, além do trabalho no roçado, havia o cuidado dos irmãos mais novos e tarefas domésticas a cumprir.

Esse fato mostra como a reduzida quantidade de mão de obra no núcleo familiar traz a necessidade de que todos os membros estejam presentes nas atividades desenvolvidas na propriedade, e como isso afeta as crianças que, desde cedo, têm que desempenhar diversas atividades que, muitas vezes, podem comprometer sua saúde, estudos e lazer. À rotina das mulheres é adicionada a responsabilidade pelas tarefas domésticas, e desde cedo elas aprendem a conciliar várias atividades (as relacionadas ao cuidado com as produtivas), já que contribuem também no roçado. Assim, as mulheres, ao cuidarem da casa e dos irmãos, vão desde cedo aprendendo e interiorizando as atividades consideradas como femininas. Através da socialização, elas introjetam o sentimento de que aquelas tarefas são de responsabilidade das mulheres e de que possuem uma afinidade natural para realizá-las. Esses aprendizados não são repassados ou compartilhados com os homens, que crescem sentindo que não possuem “dom ou jeito” para atividades domésticas e de cuidado, e até mesmo desenvolvem o sentimento e a noção de que essas não são de sua responsabilidade.

Assim, essas situações se expressam nos adultos, e ajuda a entender falas como essa de Pacari “[...] só que um homem pra lavar gasta até mais sabão. Eu acho que a gente não tem muita base né?”. Nessa

passagem podemos ver como o machismo estrutural atinge também os homens, que durante o processo de socialização são muitas vezes privados de aprender tarefas tidas como femininas, mas que, na realidade, são fundamentais para a sobrevivência de qualquer pessoa, independente do seu sexo.

Segundo o casal Coruja e Pacari, a responsabilidade pelo sustento da casa esteve presente desde a juventude deles, para Coruja foi marcada pelos problemas de saúde do pai que não permitia grandes esforços físicos, e na de Pacari devido à morte precoce do seu pai. À Pacari restou a migração com destino a Goiás, Unai, Pompéu e João Pinheiro, fato comum na região da bacia do Rio do Jequitinhonha, como estudado em Botelho (2003).

A migração sazonal era tida como uma possibilidade de superar as dificuldades do local de origem, e ainda hoje se mantém presente. A migração é sofrida em vários níveis, seja pelo desconhecimento do que se vai fazer, do local para onde se está indo, por ter que se separar de sua família, pela baixa remuneração, entre tantos outros sofrimentos falados e ocultados.

Como trabalhadores que compõem a força propulsora que engendra o capital agroindustrial, os camponeses são identificados com aqueles que não pertencem, são os “paus-de-arara”, os que vêm “de fora”. A sobrevivência é, aí, garantida pela dilapidação daquilo que, em seu local de origem, é sagrado. A natureza é mutilada e o homem, ele próprio, o sujeito desta investida. No entanto, esta destruição não ocorre somente em sua relação com a natureza; ao mutilar, ele próprio também é mutilado. A dilapidação de si e da natureza e o sentimento de não-pertencimento concretizam-se nesses locais (BOTELHO, 2003, p.11).

O sofrimento não é só de quem parte, pois quem fica no local de origem sofre também pela falta do seu parente. Nessas situações, o que pode ajudar são os laços construídos com os vizinhos e dentro da comunidade.

Foi a necessidade de migração de Pacari um dos motivos que fez com que Coruja tomasse a decisão de adotar sua primeira filha. Esse é um dos fatos que mostra um certo nível de autonomia própria,

pois a decisão em adotar partiu de Coruja. A adoção foi também uma forma de Coruja não se sentir tão só diante da necessidade de migração do seu marido, que passava meses fora de casa.

Após a morte do pai de Pacari, sua mãe ficou responsável por cuidar dos bens que a família possuía, e através do relato dele podemos perceber algumas das violências sofridas por ela. No sistema simbólico patriarcal a naturalização das hierarquias se faz presente através de crenças que são normalizadas, e uma delas é a de que as mulheres não são capazes de gerir suas posses, ou ainda que não possuem aptidão para negócios; esse fato pode ser observado na tentativa de compra, a um preço abaixo do mercado, dos bens que a mãe de Pacari herdou. Ainda que esse exemplo seja antigo, hoje essa crença ainda permeia o pensamento hegemônico que estrutura a sociedade capitalista e as mulheres acabam sofrendo uma série de preconceitos, violências e são, o tempo todo, questionadas sobre a sua capacidade. Para entender como esse tipo de crença que desvaloriza a capacidade das mulheres surgiu e se tornou hegemônica, recorremos ao relato histórico de Federici (2017), que nos revela como e qual foi o papel da classe burguesa, da igreja e do Estado em promover, de forma violenta, a degradação dos saberes e fazeres das mulheres, excluindo-as do acesso à terra, as alijado de seus conhecimentos e experiências sobre saúde, sobre mercado, o mundo dos negócios, a gestão de bens comuns, inclusive as forçando a se manter em trabalhos relacionados aos cuidados e a (re)produção de novos seres trabalhadores.

Como nos aponta bell hooks (2019, p. 159-160), as mulheres, assim como outros grupos oprimidos e explorados na sociedade, possuem uma atitude negativa em relação ao trabalho em geral e tendem a desvalorizar o próprio trabalho, pois foram ensinadas a avaliar sua relevância apenas em termos de valor de troca. “Receber um salário pequeno ou não receber nenhum salário é sinônimo de fracasso pessoal, falta de sucesso, inferioridade” (BELL HOOKS, p. 159). E essa autora enfatiza, portanto, que tradicionalmente o trabalho não tem sido uma esfera da atividade humana da qual as mulheres participam com o propósito de

desenvolver a personalidade, conceitos e respeito de si (BELL HOOKS, p. 160). Outro estudo que pode ser considerado um exemplo de como a crença social sobre a inferioridade das mulheres se revela é o que Deere (2004) nos traz sobre a relação gênero e reforma agrária na América Latina, revelando o quanto a reforma agrária brasileira, nos anos 1990, chama a atenção em termos de sua relativamente baixa parcela de beneficiárias mulheres no acesso a titulação de terras, ao comparar-se com outros países latino-americanos. De acordo com Deere, a razão é que no Brasil a distribuição e a titulação conjunta das terras são uma opção e, as práticas culturais profundamente enraizadas, apoiadas até recentemente pelas normas legais, em que somente maridos representam a família e administram seus recursos, não é surpresa que as mulheres não recebam o título da terra e a titulação conjunta deva ser obrigatória para que essa medida seja implementada na prática (DEERE, 2004, p. 176).

Essa crença é fato, pois ainda se expressou no momento que a pesquisa foi realizada, por exemplo, Coruja é a principal responsável pelas tarefas da criação de galinha dentro do agroecossistema, e no momento da venda, que é realizada fora da propriedade, a figura central é o marido, que tem o papel de receber as ligações, encomendas e negociar as vendas. Uma dúvida que pode surgir é, como essas mulheres ainda não se sentem capazes de realizar tarefas como as que envolvem a comercialização, mesmo que já tenham feito isso em outros momentos de ausência do marido? Uma explicação que pode ser agregada as relatadas acima é que:

A venda dos produtos implica em uma relação com o mundo exterior à unidade doméstica, quer ela se estabeleça com membros do próprio grupo ao qual pertence o pequeno produtor, quer com membros de outros grupos sociais; qualquer que seja o caso, é o pequeno produtor o indivíduo que estabelece essa relação. O pai [**o homem**] é o responsável pela família e por consequência é quem a representa (HEREDIA, 2013, p.53-54, grifos nossos).

Nas transações para a venda de produtos e animais da propriedade os homens também detêm a palavra final. Isso pode ser observado quando as duas entrevistadas contam que não gostam de vender os animais, ou ainda que, mesmo que não queiram vender, a palavra final é do marido. Ao que isto indica, muitas vezes essas mulheres não têm sua opinião ouvida, ou até mesmo elas preferem não falar, por achar que os seus maridos têm uma maior capacidade para resolver essas transações econômicas, e ainda:

Se o trabalho no roçado é reconhecido como do domínio da esfera masculina, representada pelo pai de família, a venda dos produtos também corresponde à sua esfera de controle. Dessa forma, ele hegemoniza esse processo, decidindo como, em que circunstâncias e condições se realizará a venda dos diferentes produtos (HEREDIA, 2013, p. 53).

A situação de menor valorização de trabalho feito para terceiros esteve presente na juventude de Coruja, quando ela e as irmãs, mesmo sendo consideradas “boas de enxada”, recebiam diária menor que a de um homem pelo dia de trabalho. E quem ainda vivencia essa realidade é Arara, que conta que na comunidade as mulheres recebem menos que os homens, mesmo que façam a mesma atividade.

Isso mostra como o trabalho feminino ainda é desvalorizado, mesmo que essas mulheres desempenhem a mesma atividade e consigam ser tanto ou mais produtivas que um homem. Mostra também que, quando uma mulher exerce uma atividade considerada masculina (roçado, capina, atividades com o gado etc.), essa é lida como ajuda e, na grande maioria das vezes, passa a ser considerada um trabalho leve — o que não ocorreria caso um homem desempenhasse tal tarefa. Situação essa que corrobora com o que bell hooks nos traz sobre como as mulheres são economicamente e psicologicamente exploradas no trabalho, pois somos educadas pela ideologia sexista a desvalorizar a contribuição de nossa força de trabalho, e através do consumismo somos ensinadas a acreditar que o trabalho só é importante por

conta da necessidade material, não sendo visto como uma forma de contribuir para a sociedade, como exercício de criatividade, ou para experimentar a satisfação de desempenhar uma tarefa que beneficia a si e aos demais. (BELL HOOKS, 2019, p. 156).

Como ainda mostrado por Paulilo (1987), existe a tentativa de enquadrar um trabalho como feminino para que esse não receba um maior pagamento, e isso não significa que o trabalho seja de fato “leve” ou fácil de se realizar:

Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos (PAULILO, 1987, p. 2).

Como exemplo de trabalho considerado “leve”, há a atividade de torrar farinha, executada por Arara. Em um dia, ela trabalha por aproximadamente 12 horas e 30 minutos e quase não faz pausas. Sua alimentação é feita de forma rápida; é um trabalho extremamente cansativo, que requer muita atenção e cuidado para que, ao final, se consiga uma boa farinha. Em 2019 ela recebeu como pagamento por esse trabalho o valor de R\$35,00 reais a diária. Quando é um homem que realiza a mesma atividade, paga-se aproximadamente R\$15,00 reais a mais, (R\$50,00). Esse fato também se apresenta no momento do plantio em que ela, ao ficar com a tarefa de diversificar a plantação, ouve que está escolhendo o trabalho mais leve, conforme relata no seguinte dizer “[...] eles falam que eu gosto de pegar o serviço mais leve, porque eu vou picando as manaiwas, mas se eu deixá-los lá sozinhos vão plantar só um tipo de manaiwa”.

A passagem acima traz também a preocupação com a diversificação da produção, expressa na busca pela diversificação da alimentação das famílias, que fica a cargo das mulheres. Esse

fato se mostra no cuidado que elas possuem em diversificar os alimentos que serão consumidos, e também com a qualidade deles. Elas adotam diversas estratégias: uma delas é manter sua própria horta, onde conseguem produzir verduras e legumes de qualidade e que estarão sempre disponíveis para o consumo do núcleo familiar, além de terem uma produção menos agressiva para o meio ambiente. Esse fato contribui para diversidade alimentar, implicando diretamente na segurança alimentar e nutricional e possui uma estreita relação com os princípios da agroecologia.

[...] nosso entendimento é que a alimentação é mais que a ingestão de nutrientes, uma vez que as escolhas alimentares dependem de fatores culturais e das particularidades de cada contexto sociopolítico. A alimentação adequada e saudável deriva de sistemas agroalimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.47).

As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas da segurança alimentar e nutricional: produção dos alimentos, pesquisa de preço, seleção, preparação, beneficiamento e consumo. O conceito de segurança alimentar e nutricional abrange as múltiplas funções exercidas pelas mulheres no dia-a-dia das comunidades, tanto os trabalhos considerados reprodutivos, quanto os trabalhos considerados, produtivos. A segurança alimentar e nutricional dá visibilidade para a contribuição das mulheres na preservação da biodiversidade, pois são as mulheres que promovem a diversificação de espécies no âmbito dos quintais (um espaço dado como feminino), sendo que elas, por cuidar mais da alimentação na família, percebem a necessidade de manter uma alimentação variada (WEITZMAN, 2005, p. 24-25).

O cuidado com a alimentação dos outros por vezes não se expressa em relação à própria alimentação, já que ambas gastam um menor tempo para se alimentarem em relação ao tempo gasto pelos maridos. Esse menor tempo gasto se explica pelo fato dessas mulheres terem outras atividades para fazer, logo, gastam o menor tempo possível com elas mesmas para logo voltar a desempenhar as atividades programadas para o dia.

Esse fato reflete como o cuidado com os outros é tido como prioritário e se dá de uma forma naturalizada e urgente, enquanto é comum mulheres se sentirem incomodadas quando se colocam como prioridade nos assuntos. Para além da alimentação, o cuidar de si fica em segundo plano em outras questões, como o tempo para o lazer e descanso. “As cuidadoras cuidam de seus filhos, irmãos, companheiros, ainda que muitas vezes, representam grandes sacrifícios e exijam renúncia às próprias escolhas. Antes de serem, cuidam” (GUEDES; DAROS, 2009, p. 125).

Os quintais, para além de um espaço que contribui para a soberania alimentar das famílias, são também locais onde essas mulheres exercem sua autonomia:

“É eu que mexo mais com a hortinha né, é que é assim, tem hora que não gosto que ele nem mexa na minha hortinha. Conforme a hortinha que eu faço né, é pequeninha e eu gosto de plantar as coisas, só as coisinhas pequenas e ele vai e planta até manaíva se bestar!” (CORUJA).

“No quintal aqui quando tem que cortar as coisas eu mesma corto, se precisar capinar e arrancar eu mesma faço. [...] Sou eu que faço tudo aqui” (ARARA).

Com essas falas podemos ver que a autonomia se expressa na possibilidade de gerir um espaço produtivo. O quintal é o lugar onde a mulher pode decidir o que vai plantar e de que modo vai fazer isso. Esses fatos mostram formas de empoderamento que se constroem dentro da família. Segundo Telles (2018) os quintais

“são espaços de expressão das agricultoras, da sua resistência e da sua resiliência, no enfrentamento às relações patriarcais na unidade familiar” e são espaços, de maior responsabilidade das mulheres, embora pequenos em tamanho, guardam uma imensidão de conhecimentos e relações construídas pelas agricultoras. É neles em que elas exercem sua autoridade, determinam o que pode ou não, e como deve ser feito” (TELLES, 2018, p. 110-111).

Apesar da importância nutricional e ambiental dos quintais, o trabalho feito ali é quase sempre desconsiderado ou possui um menor valor. Mas por que isso ocorre? Este fato pode ser atribuído

à construção dos papéis de gênero e por causa da divisão sexual do trabalho, já que a área em torno da casa é entendida como feminina:

Pode-se sugerir que, a partir da valoração diferenciada do trabalho de agricultoras e agricultores, seja possível apreender a valoração diferenciada dos produtos desses trabalhos. É assim que os alimentos produzidos para o autoconsumo da família, predominantemente a partir do trabalho feminino, são considerados miudezas, termo utilizado para denominar os produtos que, oriundos das pequenas hortas, pomares e lavouras, não se destinam a atividades comerciais (MENASCHE *et al.* 2008, p. 150).

Os relatos e observações demonstram e corroboram com o que trazem as autoras já citadas, que, frequentemente, o que é relativo ao universo feminino é desvalorizado, de menor importância e fica em segundo plano, e isso foi observado mesmo em famílias que têm como base o exercício da agroecologia, pois espera-se que prática agroecológica fomente novas relações entre os seres humanos e a natureza, mas faz-se necessário estar muito atento para que essas novas relações e práticas se estendam para além da dimensão do trabalho produtivo, transbordando, também, para os trabalhos na dimensão do trabalho reprodutivo.

É para não se perder de vista esses desafios que o grupo de trabalho Mulheres e Agroecologia e os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA 2014; 2018) têm sido assertivos em apontar e reforçar que “Sem Feminismo não há Agroecologia”. Ou seja, não basta apenas a adoção de práticas agroecológicas; é preciso adotar novas formas de se relacionar com as pessoas, que possibilitem ressignificar emoções, fazeres e, assim, refletir em novos valores, posturas e atitudes, a partir do reconhecimento que vivemos em uma sociedade patriarcal e racista. Esse não deveria ser um processo lento, mas intenso e rápido já que exige um tocar e rever conceitos, valores, crenças e o modo de fazer e estar na sociedade, ou seja, rever a prática cotidiana do trabalho, o que bell hooks (2019, p. 159), aponta como a necessidade de repensar a natureza do trabalho, o vendo como forma de criar humanidade, que nos dê condições de ver no trabalho a expressão de dignidade, disciplina,

criatividade, respeito etc., em vez de pensarmos e sentirmos o trabalho como forma de escravidão, violências e desrespeitos.

Na realização da pesquisa, foi constatado também que nas atividades, as mulheres estudadas apresentam um “saber fazer” diferenciado, uma criatividade, que se expressa no cuidado com detalhes das atividades que fazem no dia-a-dia. Nos depoimentos das duas mulheres, elas se mostraram mais preocupadas com questões como a reutilização da água, diversificação da produção, com a manutenção de variedades crioulas, entre outras — conforme observa-se através das falas a seguir:

“Eu vou escolher as canas, porque eles têm um modo de plantar só uma cana se deixar. Eu vou lá, tiro de uma, tiro de outra, aí eles me respondem cana é uma só! Eu digo não, tem que segurar as dos nossos antepassados, se a gente deixar essa cultura acabar onde que a gente vai buscar?” (ARARA).

“A sim, mas nesse negócio de água aqui, eu aproveito as águas todas da pia, do tanque e tudo sabe. Aí eu fico mudando um pé de planta e ele, se eu sair e ficar 8 dias, a água fica caindo em um lugar só sabe. E aí pra cuidar mais do quintal é mais eu que cuido das coisas e pra capinar esse ano foi ele, eu ajudei mais foi pouco” (CORUJA).

Essas práticas diferenciadas, feitas por essas mulheres, apresenta uma estreita relação com a agroecologia, como mostra o documento final da plenária das mulheres no IV Encontro Nacional de Agroecologia “[...] Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (TELLES 2018 apud ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA- ANA, 2018).

Através das entrevistas foi possível perceber que, para essas famílias, o conhecimento está vinculado ao saber fazer e ter domínio sobre etapas de uma determinada atividade. Isso foi representado por exemplo, quando Barbatimão atribui a Arara a produção de mandioca, por ela entender mais do que ele sobre aquela produção. O fato de reconhecer o domínio e o trabalho da esposa naquela área é uma forma de valorizar o que a mulher faz. Assim como ela coloca o marido como principal responsável pelas

coletas feitas na área do extrativismo, mesmo ela indo junto e até mesmo preparando os remédios naturais que utilizam na propriedade, ela não considera o seu trabalho feito na área. Segundo ela, o marido conhece mais do que ela sobre as espécies e preparos e, portanto, seria o principal responsável pela área.

As atividades que envolvem o trabalho doméstico recebem uma maior atenção das mulheres nas duas famílias, e elas mesmas acabam por não contabilizar todo o serviço feito nesse contexto (mesmo sendo elas as principais responsáveis). Esse fato pode ser visto, por exemplo, durante a narrativa de ambas sobre o serviço doméstico ser compartilhado com a família: ao contabilizar o tempo gasto por elas, foi verificado que este é bem maior do que o tempo que seus companheiros dedicam a essas tarefas. Por exemplo, Arara gasta por dia, em média, 3 horas e 15 minutos em serviços domésticos, enquanto Barbatimão gasta apenas 15 minutos; Coruja gasta em média 3 horas 45 minutos, enquanto Pacari gasta 55 minutos. Esses fatos demonstram que elas são as responsáveis pela manutenção da casa e que recebem contribuição masculina de forma pontual.

Uma questão que surge é o porquê dessas mulheres não demonstrarem perceber que existe uma distribuição desigual de atividades relacionadas ao trabalho doméstico? Será apenas uma aceitação de suas próprias realidades, ou reflexo do que discutem Gonzales (1984), Orozco (2012), Federici (2017), bell hooks (2019), entre outras autoras, que nos revelam a estrutura racista, patriarcal e capitalista que está estruturada a sociedade e como essa estrutura está interiorizada em nós e, conseqüentemente, na sociedade em que vivemos. Daí, a responsabilidade das mulheres por realizar as tarefas domésticas, ou seja, o trabalho reprodutivo, não remunerado, que inclui os diferentes trabalhos relacionados ao cuidado e ao bem estar dos seres humanos, também entendidos como trabalhadores e, principalmente, os trabalhadores brancos. Dessa forma, muitas mulheres nem percebem que cuidar da vida dos outros, como filhos, maridos, familiares etc., inclusive os extensivos aos trabalhos domésticos mal remunerados, não é só de

responsabilidade da mulher, ou que esses trabalhos da esfera reprodutiva poderiam ser compartilhados de forma equilibrada, já que todos nós somos dependentes de cuidados e, ainda, esses trabalhos poderiam ser entendidos como responsabilidade do Estado e da sociedade. Uma outra possível consequência dessa interiorização, foi a constatação que as mulheres estudadas também não demonstraram ter uma noção clara do tempo que gastam com as atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo.

Arara relatou que na juventude teve a vontade de ir para Belo Horizonte para trabalhar junto com as primas que lá viviam, porém, seus pais não permitiram, já que queriam que ela casasse com Barbatimão. Aqui podemos indicar um exemplo de como a autonomia das mulheres é podada desde o início de sua formação como sujeito adulto. Fica então a pergunta: como essa situação no passado reflete na expressão da Arara "não tenho vontade de sair", relacionada às atividades que acontecem fora da comunidade? E, assim, o marido e os filhos sempre estão representando a família e o agroecossistema em atividades externas, pois a mulher "não gostar de sair", como reforça Barbatimão. Arara relata que sua prioridade em ficar em casa se deve ao fato de os filhos escutarem mais a ela do que ao marido. Mas podemos deixar a indagação sobre como alguém que teve o desejo de ir para Belo Horizonte na juventude, perde a vontade de sair e conhecer outros espaços ou pessoas? Percebe-se aqui uma situação em que os fundamentos do sistema capitalista — patriarcal e racista pode estar se expressando de forma velada, e sendo reforçado até mesmo pelas mulheres, como provocado por bell hooks (2019, p. 141 e 142) e Gonzales (1984, p. 225- 232). Por exemplo, apoiado pelo discurso da mulher não gostar, que expressa um desejo da entrevistada, mas que pode ser a expressão de valores introjetados que, de uma tal forma, nem se percebe a influência do patriarcado no cotidiano, revelando seu poder estrutural na sociedade.

Não se pode negar a importância das organizações sociais para a formação política e na assessoria técnica dessas famílias, mas uma questão que surge é como essas organizações trabalham as

questões de gênero nas suas práticas educativas e formativas e também dentro da própria organização. Corre-se o risco de que se as atividades não forem pensadas pelo viés da desconstrução do patriarcado e do machismo, inclusive em um contexto de ressignificação de emoções e sentimentos, em um processo de autoconhecimento e valorização da mulher, essas atividades e iniciativas podem ajudar, em algum nível, na revisão de papéis sociais, mas podem, também, reforçar e naturalizar papéis que são sempre atribuídos às mulheres.

Seria enriquecedor para a pesquisa se tivesse sido possível adentrar e entender melhor o modo com que essas duas famílias gerem e dividem os valores monetários. Aprofundar esse olhar ajudaria a compreender como se dá a construção da autonomia econômica dessas mulheres, porém, esse é ainda um tema delicado e difícil de ser abordado sem o desenvolvimento de um laço profundo de confiança e pertencimento entre as pessoas envolvidas com a pesquisa.

Não resta dúvidas sobre a quantidade de trabalho feito por essas mulheres, da sua presença nos trabalhos do roçado e doméstico, além de sua contribuição na construção e avanço da agroecologia no local, já que são famílias reconhecidas na região como guardiãs da agro sociobiodiversidade, pelo seu trabalho com guardiões de sementes crioulas, entre outras atividades. As duas famílias apresentam formações diferentes e estão inseridas em contextos sociais distintos, o que faz com que as situações vividas e a forma de agir diante delas seja diferente. Esse fato também se relaciona com o grau de autonomia e as respostas dadas por essas mulheres às situações que foram expostas, é notória a maleabilidade delas de se adaptarem às situações que vivenciam no dia-a-dia. Seria enriquecedor dar continuidade a esse estudo, no sentido de aprofundar a reflexão sobre seus sentimentos e emoções que podem revelar o estado emocional que as mesmas se encontram vivenciando suas rotinas.

Considerações Finais

Em diálogo com os objetivos da pesquisa, que foi o de entender como se estrutura a divisão sexual do trabalho no contexto de um agroecossistema e como essas relações fomentam condições para construção da autonomia das mulheres, foi possível perceber que os resultados corroboram com o que a literatura mostra sobre o trabalho da mulher. Existe uma divisão sexual de trabalho que se apresenta de várias formas e intensidades nas famílias estudadas, mesmo tratando-se de agroecossistemas, que têm como base o exercício da agroecologia.

Percebe-se que a mulher está envolvida de forma equitativa na divisão sexual do trabalho produtivo demandado para o manejo dos agroecossistemas, todavia essa divisão não reflete nas demandas para o trabalho reprodutivo, relacionado aos cuidados e afazeres domésticos, evidenciado pela maior presença em tempo e responsabilidades das duas mulheres para desenvolver esse tipo de trabalho no agroecossistema. As mulheres estão presentes em todas as etapas da produção, desde a colheita até a comercialização. Entretanto, por vezes, seus trabalhos são invisibilizados e tidos apenas como ajuda aos serviços feitos por seus companheiros. Para além dos serviços no roçado, elas são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados realizadas dentro dos lares, recebendo contribuição dos outros membros pontualmente ou, ainda, quando solicitado por elas.

Conclui-se que o trabalho doméstico estando sob responsabilidade apenas das mulheres, gera sobrecarga e reduz seu tempo livre, impossibilitando-as de usufruir desse tempo em atividades de lazer ou descanso. A limitação de tempo também pode afetar a participação dessas mulheres em organizações ou movimentos sociais, que poderiam abrir portas para o processo de autoconhecimento, aumento de autoestima e autonomia.

Por fim, estar atento para perceber e entender como a estrutura do sistema capitalista — patriarcal e racista nos moldou e molda enquanto sociedade, é um exercício constante de revisar atitudes,

valores e posturas que se mostram incorporadas nos nossos cotidianos, em nível individual ou coletivo. Esse desafio deve envolver sujeitos dos diferentes sexos, etnias, classes, orientações, que residem no campo ou em outros espaços.

É nesse contexto que os resultados evidenciam que apenas a base conceitual e a prática agroecológica não são suficientes para desconstruir as relações desiguais na divisão sexual do trabalho, já que essa divisão sustenta o sistema capitalista-patriarcal e racista e, dessa forma, refletir o papel da mulher no manejo dos agroecossistemas é uma estratégia de revelar e explicitar como práticas patriarcais e machistas se mantêm presentes no cotidiano agroecológico. Desse modo, a afirmação “Sem Feminismo Não Há Agroecologia” e “Com racismo não tem Agroecologia” (ENA 2018) gera o estranhamento necessário para aprofundar a luta por igualdade entre homens e mulheres e identificar, cada dia mais, como a agroecologia pode contribuir com as estratégias para essa igualdade se concretizar.

Seria imprescindível aumentar o número de famílias, mulheres entrevistadas, o que poderia embasar de forma mais segura os dados, percepções e conclusões apresentados neste texto. Ressaltamos que realizar uma pesquisa social, envolvendo aspectos de gênero e divisão sexual do trabalho, pressupõe uma aceitação por parte dos sujeitos envolvidos com a pesquisa, que não seria possível de ter sido construído apenas com o tempo e as condições limitadas para realizar pesquisa no mestrado. Assim, entendemos que fica a necessidade de aprofundar e ampliar este estudo de caso, buscando envolver outras famílias das comunidades estudadas e famílias de outras comunidades, buscando, inclusive comparar a realidade de mulheres rurais envolvidas com o trabalho em sistemas agroecológicos e sistemas que praticam uma agricultura convencional.

Referências

- ALMEIDA, J. P. de. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977. p. 223.
- BOTELHO, M. I. V. Experiências e vivências na migração sazonal. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 1-20, dez. 2003.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p. 24.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 152.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p. 464.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. p. 87.
- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA (Salvador). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo fida no brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: 2020. p. 232.
- GONZALES, L. Racismo, Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs. 1984. p. 223-244.

GUEDES, O. de S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, dez. 2009.

HEREDIA, B. M. A. de. CASA. Roçado. *In*: HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 48-75.

HOOKS, B. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. 254 p.

JALIL, L. Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Agriculturas**, experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 9-11, dez. 2009.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 145-158, jul./ago. 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2007.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. *In*: TERRIBILI, A.; FARIA, N.; COELHO, S. (org.). **Feminismo e luta das mulheres**: análises e debates. São Paulo, 2005. p. 39-50.

OROZCO, A. P. Ameaça Tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. *In*: FARIA, N.; MORENO, R. (org.). **Análises feministas**: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista. 2012. p. 103.

PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Santa Catarina, n. 28, 1987.

PETERSEN, P. *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. p. 250.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 160.

SCHOTTZ, V.; MARONHAS, M.; CARDOSO, E. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia.

Agriculturas Experiências em Agroecologia: pela vida das mulheres e pela Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p.48-53, dez. 2015.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas:** a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

WEITZMAN, R. As interfaces entre segurança alimentar e nutricional, agroecologia e gênero na prática dos movimentos sociais e na elaboração de políticas públicas. *In:* CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS, 3., 2005, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: CONSEA-MG, 2005. p. 24-28.

Capítulo 18

Círculos concêntricos: a construção da arquitetura silenciosa da violência patriarcal

Josélia barroso queiroz Lima¹

Nilma Lino Gomes²



FONTE: SIGAUD, GERALDO DE PROENÇA, CATECISMO ANTICOMUNISTA. SÃO PAULO: EDITORA VERA CRUZ, 1962.

¹ joseliabqlima@gmail.com Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

² nilmalinogomes@gmail.com , Professora Emérita do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Minas Gerais.

Resumo

Círculos Concêntricos refere-se a pedagogia de circulação da cristandade católica, que possibilita a expansão e hegemonia do pensar, fazer e agir cristão católico. Neste artigo discutimos como tal pedagogia sustenta o projeto patriarcal de branquitude que, no cenário brasileiro, contribui com a reprodução do mito da democracia racial. Focando o documento Catecismo Anticomunista, produzido e publicado pela Igreja Católica em 1961 e ainda em circulação desde 2010, analisamos a produção da violência patriarcal de supremacia branca, que estrutura as hierarquias sociais brasileiras. Discutimos que a democracia e a inclusão social implicam em desnaturalizar o simbólico patriarcal, envolve romper com o tabu religioso que silencia o papel social da Igreja em produzir e reproduzir o racismo, o sexismo e as hierarquizações que legitimam as desigualdades raciais e sociais.

Os antecedentes que levam a capacitação...

O Deus Mal Informado. No caminho onde passou um deus há tanto tempo que o tempo não lembra resta o sonho dos pés sem peso sem desenho. Quem passe ali, na função de segundo, em deus se erige, insciente, deus faminto, saudoso de existência. Vai seguindo em demanda de seu rastro, é um tremor radioso, uma opulência de impossíveis, casulos do possível. Mas a estrada se parte, se mil parte, a seta não aponta destino algum, e o traço ausente ao homem torna homem, novamente. Carlos Drummond de Andrade.

O artigo aqui apresentado reflete sobre as leituras e aprendizagens decorrentes do Curso de Capacitação, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, sob a orientação da Professora Nilma Lino Gomes, no período de março a maio de 2021³. Numa análise dos desafios a

³ Em Agosto de 2021, uma síntese do artigo foi apresentado no Seminário Diálogos Convergentes. IX CurtaoGenero, realizado pela Fabrica de Imagens, no período de 10 a 29 de Agosto, Fortaleza, Brasil. Em Novembro de 2021, no Seminário Internacional de Políticas Sociais do Mercosul, promovido pela Católica de

serem enfrentados via educação formal de modo a efetivar o processo de inclusão social e democratização da sociedade brasileira, visando à ruptura do racismo estrutural, do sexismo e do sistema simbólico patriarcal de supremacia branca que reafirma a lógica hierarquizante e excludente que organiza e naturaliza o funcionamento da desigualdade social brasileira.

Baseando-nos na literatura feminista negra, nacional e internacional, problematizamos o papel social da Igreja Católica na construção da racialidade branca e do mito da democracia social. Focando o documento público- Catecismo Anticomunista, editado em 1962 e reeditado em 2010, analisamos como o projeto educacional da cristandade, pela metodologia pedagógica dos círculos concêntricos, produziu o sistema de dominação patriarcal, naturalizando na sociedade brasileira o racismo, o sexismo, a branquitude. Discutimos sobre as Políticas Afirmativas de Direito e a Inclusão social como conquistas dos movimentos sociais de negros, indígenas e de mulheres, condições necessárias à democratização social.

No cenário político pós-golpe de 2016, refletimos os motivos que levam a circulação em redes sociais do Catecismo nos contextos pré-golpes (o militar, 1964 e o político, midiático e institucional, 2016). Defendemos a educação pública, laica, gratuita e a necessidade de educar para a transgressão. Entendemos que o projeto educacional religioso naturaliza as violências do racismo, do sexismo através da branquitude e da manutenção do mito da democracia racial, assim discutir e entender as sociabilidades naturalizadas no senso comum brasileiro e intervir no campo educacional formal e informal, são estratégias necessárias às resistências políticas.

Entre março de 2020 a março de 2021, quando efetivamente a capacitação foi iniciada, um conjunto de leituras realizadas em torno de autoras negras: bell hooks_ Raça, Negritude e

Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, uma versão mais aprofundada do mesmo foi apresentada, eixo decolonialidade, direitos humanos e lutas sociais.

Representações, Ensinando a Transgredir, Feminismo é para todo Mundo, Tudo sobre o Amor, Conceição Evaristo: Olhos D'água, Insubmissa Lágrimas de Mulheres, Lélia Gonzalez- O lugar do negro no Brasil- já produziam efeitos sobre o meu pensamento e minha ação docente, nesse sentido, partilhar as aprendizagens e as leituras feitas já impactavam nas produções e investigações realizadas junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudo Rurais-PPGER. No Mestrado PPGER, investigando e ou compondo banca de avaliação de trabalhos que discutem sobre mulheres trabalhadoras rurais e sindicalismo e divisão sexual do trabalho em ambientes agroecológicos no Vale do Jequitinhonha se evidenciavam os processos de naturalização assimilados pelas mulheres negras, nos quais o silenciamento sobre as violências físicas e simbólicas vividas, a invisibilidade sobre o papel social das mesmas na economia doméstica e familiar, no fazer cotidiano e no trabalho rural as mantém à margem do direito social da previdência social e ou, do reconhecimento do trabalho rural como trabalho e não, como ajuda. As investigações demandaram a necessidade da discussão racial e de gênero como fatores relevantes a desnaturalização dos modos de vida que marcam a interioridade mineira. Mas desnaturalizar implica em reconhecer que o naturalizado foi historicamente produzido como valor, como regra social, como moralidade social, e as diversas e diferentes formas de resistência e de produção cultural que permitiram a sobrevivência dos grupos sociais. E nesse sentido, desnaturalizar implica desvelar os sentidos e significados que permeiam o mundo rural, as mulheres, a negritude. Mas discutir sobre negritude num país fortemente racista, que se caracteriza pelo racismo de denegação⁴,

⁴Conforme Gonzalez (2019, p 345): Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as

requer reconhecer a branquitude como lugar e espaço de privilégio. Porém, como discutir a naturalização dos efeitos da branquitude, quando ainda não nos sabemos, “desiguais”.

Aqui, ressalto que o reconhecimento da desigualdade social e sobretudo, racial, exige a ruptura com a ideologia do mito da democracia racial⁵ que fundamenta ainda hoje a ausência de um estado republicano e democrático de direito e as políticas de reparação, que se abrem como perspectivas pela Constituição Federal de 1988. Políticas não implementadas, ou parcialmente implementadas, via as políticas afirmativas de direito; como cotas raciais, cotas eleitorais etc. Pelos estudos que desenvolvi e desenvolvo, entendo que a ruptura com o mito da democracia racial envolve também a ruptura com o tabu social em discutir a relação íntima entre Estado brasileiro e Igreja Católica. Pois, historicamente não tivemos a democratização de acessos sociais de direito, a secularização do Estado jamais aconteceu. Tivemos sim, a mediação da Igreja como forma de controle social, como discutem as autoras Cisne (2015), na análise da instituição do Serviço Social no Brasil, Lopes (2017) na discussão sobre a formação de professoras no Brasil, do século XVI ao século XX. O Estado brasileiro não se fez ausente, mas presente pela ação social da igreja, reproduzindo o patriarcado, o patrimonialismo, justificando o latifúndio e a desigualdade social (CARVALHO, 2017), através

classificações e os valores do Ocidente são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura).

⁵ O Mito da democracia racial, conforme Gonzalez(2020) foi uma construção simbólica e social que, hegemonicamente aceita entre intelectuais e sociedade, visa ocultar as violências históricas que constituíram o país- desde o genocídio indígena, ao tráfico africano e a escravidão, bem como o estupro de nativas e mulheres africanas que fizeram gerar uma sociedade miscigenada. O mito oculta dívidas históricas que produzem os abismos sociais de desigualdade racial e social, gerando a ideia de que somos uma sociedade democrática e cordial, e que a miscigenação revela-nos isso.

do catecismo, dos rituais religiosos, o discurso e as prescrições religiosas naturalizaram o sistema simbólico social e as mentalidades hierárquicas que teimam em ser reeditadas. Para Cisne (2015), a inserção da Igreja nas ações sociais, na formação do Serviço Social (profissão e ciência), profissão predominante feminina, constituída como alternativa à vida doméstica da mulher (branca), atendeu a aliança entre Igreja, Estado (Getúlio Vargas) e burguesia no enfrentamento da “questão social” e, sobretudo, no enfrentamento do avanço do pensamento socialista/comunista. O estudo de Cisne, como já mencionado, reafirma que a secularização jamais aconteceu. De outro modo, a aliança entre Igreja e Estado produziu os efeitos de frear os movimentos sociais organizados na luta pela democratização dos direitos sociais: educação, saúde e assistência social e o acesso à terra. Na opinião de Cisne, o caráter conservador da profissão tem seu fundamento histórico: “É, pois, da articulação entre burguesia e Igreja Católica, organizadas contra a teoria social de Marx, bem como contra qualquer ameaça, em especial a organização da classe trabalhadora, que irá se configurar a herança conservadora da profissão” (CISNE, 2015, p. 52) Analisa a autora: “Para tanto, o Estado utiliza-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais” (CISNE, 2015, p. 52).

À medida que avanço nos estudos, em diferentes contextos da formação científica e social do Brasil e dos problemas sociais, percebo a relação íntima Igreja e Estado, reafirmo a necessidade da responsabilização histórica que devemos enquanto sociedade, comprometida com a democratização e a justiça social, atribuir a ambos. Problematizo as relações socializantes verticalizadas, disciplinares, com as quais educamos e identifico a manutenção da mentalidade hierarquizante, branca, racista e sexista se reafirma e

se reproduz em círculos concêntricos institucionais⁶, silenciados, na moralidade social e nos valores religiosos católicos. Reconhecer a desigualdade social e racial como construção social, responsabilizando-nos por séculos de negação à humanidade às mulheres, aos negros, e aos povos pré-colombianos são consequências de modos de pensar patriarcais advindos do catolicismo religioso. Nesse sentido, a reprodução do pensamento sexista e racista do patriarcado cristão/católico compõe o processo e o projeto educacional religioso, no qual e pelo qual a lógica da branquitude, silenciada e silenciosa, produziu e reproduz as hierarquias sociais, tomadas e entendidas como parte da “ordem social” (SIGAUD, 1962, p. 44).

Antecedentes que levam ao artigo: a docência como profissão e instrumento de transformação social...

A docência no ensino superior faz parte de minha trajetória profissional e acontece desde 1998, de lá até aqui, lecionei em instituições públicas e privadas de Minas Gerais e do interior do Paraná⁷. No processo ensino e aprendizagem da Psicologia

⁶ Teoria dos Círculos Concêntricos foram e são estratégias educacionais de formação do pensamento católico, para o historiador Ivan Manoel (2008). Através da educação formal e informal, a Igreja multiplicava seus agentes educacionais, aumentando sua influência nos diferentes extratos sociais. “Da mãe cristã, das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna” (p. 58). Assim, a Igreja Católica expandia a ideologia cristã. Como argumenta FEDERICI (2017), a caça às bruxas e a violência dirigida à mulher, viria garantir a formação do trabalhador obediente e necessário ao sistema capitalista em formação. As ações sociais da Igreja Católica, seja na Europa ou nas Colônias, foram necessárias ao movimento contrarreformista religioso e contribuíram fundamentalmente para o desenvolvimento da economia capitalista.

⁷ Em Minas Gerais: Universidade Estadual de Minas Gerais/ Escola de Design/Licenciatura em Artes Plásticas/ Belo Horizonte/Mg; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Administração/ Serro/MG; Faculdade Presidente Antônio Carlos/ Docência do Ensino Superior, Guanhães/MG.

Educacional e ou temas vinculados a área *psi*, o debate e as discussões em torno da produção social da ciência e do fazer científico como dispositivo de controle, das questões sociais brasileiras, bem como a análise da educação como elemento de reprodução e ou transformação social são princípios nos quais sustento meu fazer, meu pensar profissionais. Para além do diálogo com autores, pesquisadores do campo da psicologia social e educacional, tenho inserido as leituras da história, da sociologia, da literatura como meio e estratégia de ampliar, aprofundar e debater a sociedade brasileira e as dívidas históricas que temos para com o nosso povo. Nesse sentido, ler e divulgar pelo ensino, a pesquisa e a extensão autores brasileiros e da América Latina, que fundamentam a análise histórica e social crítica tem sido uma estratégia do fazer educacional, acadêmico, profissional⁸.

Em 2014, após concurso público, tornei-me professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como docente responsável pela disciplina: Psicologia Social, vinculada ao curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, campus Diamantina/ MG. De 2016 a 2020, ocupei a coordenação de curso do Bacharelado em Humanidades e do curso em processo de implantação: Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Da experiência, do acúmulo de estudos e do fazer educacional e dos impactos sociais que a condição de docente e coordenadora me provocaram nasceu o projeto de pesquisa, ensino e extensão que desenvolvo desde 2018, intitulado: *Rede de Proteção à Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade*. Com o qual e pelo qual mantemos um canal de diálogo no interior da UFVJM

Faculdade Assis Gurgacz/ Curso de Psicologia/ Cascavel/PR; Universidade Estadual de Londrina/ Curso de Psicologia/ Londrina/ PR.

⁸ Romper com a educação bancária, problematizar a educação universitária e o papel social dela decorrente, são exercícios cotidianos com os quais problematizo a minha condição de educadora.

sobre a violência à mulher⁹, visando desnaturalizar o silenciamento que naturaliza um fazer científico ainda fortemente masculino, eurocentrado, de supremacia branca (HOOKS, 2013).

Nos artigos: *O poder masculino na esfera da universidade pública (2016)*¹⁰, e *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam a violência (2021)* discuto parte das demandas e dos desafios que a experiência na UFVJM, como docente e como coordenadora me levaram a intensificar as discussões sobre o patriarcado religioso e suas consequências nos diversos e diferentes ambientes educacionais. No entanto, faz-se necessário dizer que o entendimento do sistema patriarcal e suas consequências na sociabilidade brasileira e nas mentalidades não adveio da experiência docente, mas do processo investigativo do mestrado e do doutoramento. O entendimento do racismo e do sexismo silenciado e invisibilizado, do papel do tabu religioso como cortina necessária a encobrir séculos de violência naturalizadas na formação social brasileira, me conduziu nas escolhas inclusive dos autores com os quais dialogo na academia. Assim, conforme argumento:

Nas investigações: *Subjetividade e Religiosidade Católica: um estudo sobre a história de Sabinópolis - MG (mestrado, 2003)*, e *Sons do silêncio: a relação entre religião católica e educação escolar - um estudo de caso (doutorado, 2013)* compreendi as marcas societárias patriarcais que atravessam a mineiridade, o racismo, o sexismo, silenciados pelo tabu religioso, mas expressos nos gestos, nas piadas, na cordialidade aprendida como forma de resistência à violência escravagista. Na condição de mulher branca, filha de pai e mãe trabalhadores, perceberei ao longo dos processos de pesquisa os comportamentos atribuídos à mulher branca, de classe média, e entenderei, para além de todo o conhecimento acadêmico, como os

⁹O trabalho tem sido divulgado em Congressos Nacionais e Internacionais e está publicado em artigos e anais dos congressos: ALAS Peru/ 2019, 8 Encontro Internacional de Políticas Sociais. <https://enps.com.br>

¹⁰ LIMA, Josélia Barroso Queiroz. O poder masculino na esfera da universidade pública. Argentina. **Revista Eletrônica**. Vol.5 No.1. 2018. Enero – junio.

comportamentos sociais raciais e de gênero me edificaram numa educação moral, de classe, no modelo de mulher, “honestas”¹¹ (LIMA, 2021, p. 189)

O processo de ensino e aprendizagem, a coordenação de curso, a proposição e condução do projeto de extensão e a vinculação ao Mestrado em Estudos Rurais, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri produziram as demandas de pesquisa, nas quais, cada vez mais acadêmicas, mulheres, brancas e negras solicitam orientação e ou convidam-me para a produção de pesquisas- quer em âmbito de iniciação científica, quer em âmbito de pós-graduação. A compreensão dos diferentes lugares ocupados e das diferentes trajetórias que formam a minha condição de mulher, branca, professora e investigadora me levaram a necessidade de estudar sobre o feminismo, e sobretudo, sobre o feminismo negro.

O feminismo e suas discussões vieram pela identificação dos estudantes, das estudantes e por colegas de trabalho que reconheciam a relevância social das temáticas dialogadas via Psicologia Social. De minha parte, não posso dizer que assim me nomeava e ou identificava, pois todas as provocações feitas através das disciplinas sob minha responsabilidade, a saber: Psicologia Social, Políticas Educacionais e Sociologia da Educação se apoiavam na crítica da história social brasileira, no olhar sobre o estado ainda não republicano e ou democrático, na análise da negação dos direitos sociais que temos naturalizada como sociedade, na discussão sobre a desigualdade social como fator estrutural da sociedade colonial e patriarcal da qual somos originários, da educação religiosa católica como elemento estrutural do patriarcado que, silenciosamente, define as relações macro e micro do poder hierarquizado, opressor, que fundamenta

¹¹ LIMA, Josélia Barroso Queiroz **Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências**. Vol. 03, N. 12, Out Dez, 2020, p 186-207 <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>

a sociabilidade mineira e brasileira. A necessidade da discussão crítica como fundamento de construção de um fazer educacional que almeja a construção democrática, a necessidade da equidade social, sem a qual não podemos dizer da democracia.

No mestrado acadêmico do curso de pós graduação em Estudos Rurais, desde 2018, em parceria com os docentes Aline Weber Sulzbacher e Ivana Cristina Lovo temos ofertado a disciplina Gênero & Agricultura¹² visando “fomentar reflexões ético/políticas que pudessem articular o debate entre as relações sociais de gênero no contexto do campo e da agricultura, incluindo o foco agroecológico” (LIMA,SULZBAER, LOVO, 2021). No conteúdo discutido o livro Calibã e a Bruxa, de Silvia Federeci, tem sido uma referência com a qual debatemos o longo processo de produção de sociabilidades e subjetividades que naturalizando o cristianismo como valor moral, social, reproduzem de forma silenciosa os preceitos patriarcais de supremacia branca, que fundam e mantem o funcionamento hierárquico do sistema econômico e político capitalista.

Ao dizer dos antecedentes da capacitação e da produção dela decorrente: *Círculos Concêntricos: a construção da arquitetura silenciosa da violência*, remeto a trajetória que permitiu a aprofundamento da e na pedagogia católica, evidenciando os motivos que nos levaram a estudar o documento oficial da igreja católica _ Catecismo Anticomunista, publicado em 1962.

O catecismo anticomunista: um instrumento pedagógico sociabilidades hierarquizantes

Em continuidade às investigações sobre o catolicismo institucional, analisamos o papel social da Igreja Católica em criar discursos e preceitos que justificam a desigualdade social, as

¹² Artigo publicado pela editora Atena no livro: "Educação enquanto fenômeno social: Democracia e emancipação humana 4", sob ISBN 978-65-5983-650-5 e DOI 10.22533/at.ed.50521161114.

hierarquias sociais, reafirmando a branquitude e os privilégios sociais patriarcais. Portanto, analisamos o projeto educacional católico cristão que produz o racismo social, institucional e moral. Se nomeamos o projeto educacional católico como racista, o fazemos, pois na ocultação dos fatores históricos, no silenciamento de ser a Igreja, no período colonial, a principal empresa promotora do tráfico negreiro, sendo pois responsável pela escravidão, comercialização e nomeações atribuídas aos africanos: negros/pretos, inferiores, incapazes, sem alma, eróticos/pecadores, irracionais etc; identificamos os elementos estruturantes da sociedade patriarcal que produziu a desigualdade racial e social. A branquitude foi/ é o valor moral/ social/ normativo do ideal cristão. Problematizamos o Catecismo Anticomunista, publicado por Dom Sigaud¹³, arcebispo de Diamantina, MG, em 1962¹⁴. A análise qualitativa do conteúdo

¹³ [1] Arcebispo fundamentalista, atuou no Vale do Jequitinhonha por décadas, um dos responsáveis pelo cercamento das terras comunais da região, a inserção das formas de produção capitalista. O responsável pelo início do maior plantio de eucalipto, que hoje leva o Vale a ser reconhecido como possuidor do Mar Verde. O cercamento das terras teve por consequência a destruição do cerrado, o empobrecimento de comunidades tradicionais e a intensificação da migração, bem como o êxodo rural. O Catecismo Anticomunista, não pode ser entendido como uma produção inédita de Dom Geraldo de Proença Sigaud, pois apoiou-se em outra publicação do arcebispo norte-americano: F.J. SHEEN: Ópio do Povo, publicado em 1952. Ambas as publicações tiveram/tem por objetivo conter o avanço do pensamento democrático, republicano, nomeado e significado como comunista/ socialista. Vivíamos a Guerra Fria, na América Latina um outro catolicismo nascia pela aproximação de parte da Igreja Católica com os povos oprimidos. Dialeticamente, a aproximação que objetivava a contenção do avanço dos movimentos sociais, promoveu, no dizer de Santos(2014) a surgimento de uma teologia progressista, contra-hegemônica. Assumindo um fazer cristão comprometido com o povo e a transformação social - a Teologia da Libertação. No questionamento da ideologia hierarquizante, elitista, patriarcal da Igreja fundamentalista e recriava sentidos para e pela luta política. Conter o “comunismo” era também conter a ideologia da Teologia da Libertação. No cenário atual, a Teologia da Libertação continua sendo silenciada e marginalizada pelas lideranças papais de João Paulo VI ao papa Francisco.

¹⁴Nova publicação em 2010 reafirmam as hierarquias, os silenciamentos, as prescrições necessárias a ordem social patriarcal capitalista. As edições

do catecismo tem o caráter de explicitar o papel educativo da igreja, ao atingir públicos heterogêneos, no que tange a classe, raça e gênero e pela educação informal (e formal) homogeneizar as ações sociais, que mediadas pelo atendimento hospitalar, educação técnica, organização de sindicatos dos produtores rurais e dos trabalhadores rurais, pela assistência social/ entendida como caridade, como “dádiva” das mulheres brancas, da elite política, presentificou no interior de Minas e do Brasil um modo de fazer do Estado brasileiro, não o Estado Democrático de Direito, mas o autoritário, ditatorial, clientelista e patrimonial.

No discurso catequético justificou-se o *status quo* colonial, garantiu-se o silenciamento da diferença, da desigualdade racial, da desigualdade de gênero ao legitimar as formas de opressão com as quais o povo negro, indígena e as mulheres já conviviam. Assim, adentramos ao efeito da branquitude como consequência do projeto educacional patriarcal, de modo a compreender como nos pactos narcísicos¹⁵ produzidos seja nos nomeados negros, seja nos brancos, garantiu a naturalização da ideologia do mito da democracia racial e a concepção ideológica do homem universal (católico, branco, heteronormativo) alienando os sujeitos sociais na racialidade branca (BENTO, 2002). Tais ideologias dificultam a ruptura com as violências simbólicas que organizam as relações sociais, onde as opressões entre os sujeitos sociais, e as hierarquias culturais e simbólicas (superioridade, meritocracia; inferioridade/

anteciparam o golpe institucional de 2016. Ver: <https://edicoescristorei.com.br/produto/catecismo-anticomunista/>; <https://www.amazon.com.br/CatecismoAnticomunista-Geraldo-Proen%C3%A7a-Sigau/dp/856676416>

¹⁵ Em *Pele Negra. Máscaras brancas*, Frantz Fanon (2008), analisa o simbólico que leva a internalização da branquitude e das relações de subordinação racial que atravessam o funcionamento social, político e intersubjetivo da sociedade francesa e dos negros antilhanos, descreve que os pactos narcísicos levam a alienação da consciência tanto de negros, como de brancos. Aqueles por desejarem ser brancos, estes por internalizarem as hierarquias, naturalizando a subordinação que nega a humanidade ao negro, o inferiorizando. E de outro lado, não problematizam os privilégios da branquitude como processo histórico social, que violenta e objetiva os outros.

incapacidade) subordinam as relações intersubjetivas e institucionais reificando, no silêncio do tabu o simbólico racista, a lógica de supremacia branca.

No posicionamento pela emancipação social, entendemos que confronto das funções políticas do simbólico patriarcal e a responsabilização social das instituições –Estado e Igreja- devem ser um ponto comum na luta política, ideológica dos movimentos sociais pela democratização e justiça sociais. Os estudos mostram que o patriarcado originou o racismo, estruturando as bases do capitalismo global, portanto, precisa ser destruído como sistema de dominação. Explicitar o domínio opressor nas relações cotidianas, institucionais, educacionais provocar a fragmentação de sentidos, significações e fazeres sociais, de modo a desconstruir a alienação social, cultural, religiosa, econômica que insiste em perpetuar o poder hierarquizante patriarcal deve ser pauta comum dos movimentos contra-hegemônicos. Pois, entendemos e como Audre Lorde, afirmamos:

Pois temos embutidos em nós velhos esquemas de expectativas e resposta, velhas estruturas de opressão, e esses devem ser alterados ao mesmo tempo que alteramos as condições de vida que são um resultado dessas estruturas, porque as ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor. (LORDE, in Hollanda, p.248.2019).

Nas discussões, nas problematizações em torno da capacitação¹⁶, da conduta do plano de trabalho do curso, através de leituras de livros, artigos, encontros de orientação, aprofundamos nos temas: mito da democracia racial, políticas afirmativas de direito, feminismo negro, branquitude, desafios da democratização e as questões educacionais que permeiam a democratização, entre

¹⁶ Desde Março de 2020, o Brasil entrou em isolamento social, em decorrência da pandemia por Coronavírus, COVID-19, suspendendo as atividades presenciais da educação pública e privada. Tendo o governo Bolsonaro assumido uma política negacionista sobre a pandemia, ainda em 2021, estamos com as atividades presenciais suspensas e as universidades federais e públicas resistem aos ataques governamentais que precarizam e violam a educação como direito social.

elas: a necessidade de novas narrativas históricas que reconheçam às negritudes, os sujeitos sociais diversos e diferentes que compõem a história social brasileira, a ruptura da naturalização discursiva que reduz a história negra à escravidão, a necessidade de ruptura com a educação que reproduz silenciamentos, violência simbólica e hierarquias. A responsabilidade do fazer docente em discutir a branquitude, seus privilégios na análise relacional entre branquitude/negritude e seus efeitos. Portanto, defendemos uma educação pública comprometida com a democratização social, laica e socialmente referenciada.

A laicidade é um princípio necessário a democracia, pois sabemos que o catolicismo, a cristianidade constituíram a “missão civilizatória”¹⁷ na qual a colonialidade foi imposta aos povos. A colonização garantida nas múltiplas formas do exercício das violências, da dor ao medo, do estupro a morte pública, à internalização do pensamento binário patriarcal de hegemonia branca, silenciando as memórias sociais e coletivas dos povos africanos e pré-colombianos subalternizados pelo e ao europeu. Desse longo e doloroso processo ‘civilizatório’ temos por consequência a naturalização de formas brutais de violências físicas e simbólicas. Portanto, torna-se imprescindível entender as religiões como expressão cultural humana, colocando entre parênteses o quê e porquê do cristianismo ser ainda hegemônico nas terras ‘colonizadas’, dificultando, assim, de nos perceber como *Africamericanos*¹⁸

¹⁷ Ver e ler: Rumo a um feminismo decolonial. María Lugones. In: *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais/ Audre Lorde...[ET AL.]*; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, 440p.

¹⁸ Termo cunhado por Lélia Gonzalez para desconstruir o discurso hegemônico que nega a diversidade e a influência dos povos negros e pré-colombianos na constituição das memórias sociais e culturais das chamadas: América Latina e América do Norte (expressões fortemente marcadas pelo binarismo que impõe a lógica hierarquizante sobre os hemisférios e seus povos).

Catecismo Anticomunista: a ferramenta do senhor: a reprodução da desigualdade pelo viés da branquitude.

As ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor (Lorde, 2019).

Bento (2002) investigando a reprodução da “racialidade branca no discurso dos gestores de pessoal (chefes e profissionais de recursos humanos) de duas prefeituras do sudeste brasileiro”, apontará que a discussão racial e o enfrentamento da desigualdade social envolve o reconhecimento da dialética: desigualdade racial e branquitude. Na descrição sobre o funcionamento social brasileiro, fortemente marcado pelo mito da democracia racial, a autora traz a historicidade sobre os estudos que discutem a negritude, focando nela os elementos que justificam a desigualdade social, sem considerar as relações sociais e históricas estabelecidas entre brancos e negros. O primeiro símbolo da colonização, o segundo, sujeito social negado e expropriado de sua condição humana pela força da escravização. A negação da humanidade ao negro, através da violência colonial, deu-se pelo medo, pela exclusão social, pela subordinação e a inferiorização ao sujeito universal, branco, cristão.

Os efeitos da branquitude, no funcionamento institucional empresarial e público, revelam os pactos narcísicos que mantém as desigualdades entre brancos e negros e a estratificação dos negros no interior da organização do trabalho das empresas e instituições públicas pesquisadas. Argumenta que a dialética relacional não compõe o olhar dos investigadores brancos, nos estudos brasileiros a questão racial e a dimensão relacional que opera as hierarquias entre brancos e negros e os privilégios que marcam as trajetórias sociais dos brancos encontra-se invisibilizada e silenciada. A invisibilidade relacional reduz a questão racial e social a “problema do negro”.

Não obstante, Bento (2002) destaca a exceção da pesquisadora Edith Piza. Ao ler a tese de Bento e os argumentos de Piza, pude reconhecer, em minha trajetória de pesquisadora o processo de construção do funcionamento da branquitude, silenciando e invisibilizando os privilégios,

impressos em minha condição de mulher branca, católica, de classe média. Os estudos permitiram o entendimento do funcionamento em círculos concêntricos desse modo de pensar, agir e comportar. Pude ainda identificar/ reafirmar como a formação psi e a ciência positivista¹⁹, liberal e instrumental perpetua o imaginário, a identificação social branca. E ainda, entender como a ideologia da meritocracia oculta o processo de negação de direitos e a necessidade de reparação social com as mulheres, os povos originários e a população negra. O pensamento meritocrático e a individualização das questões sociais e raciais dificultam a implementação de políticas afirmativas de direito. A ideologia meritocrática veiculada, legitimada via mídia, ciência e educação corrobora com as políticas neoliberais que atacam o estado democrático de direito.

Como Piza, na condição de pesquisadora, mulher, branca, entendo que a racialidade branca é construção social, naturalizada em relações hierarquizadas de poder que compõem o cotidiano social. A branquitude mantém a hierarquia e a alienação de negros e brancos (FANON, 2008; GONZALEZ, 2020). E em específico, no caso brasileiro temos a situação agravada pelo mito da democracia racial- ideologia que permeia do senso comum ao fazer científico naturalizando a desigualdade racial e a injustiça social, dificultando a defesa e a implementação de Políticas Afirmativas de Direito, dificultando, portanto, a democratização social e racial.

A branquitude e seus efeitos (racismo e sexismo) se expandiram através do projeto educacional de recristianização, “Da mãe cristã, das famílias cristãs para a sociedade cristã” (MANOEL, 2008, p.58), assim podemos explicar a disseminação dos valores patriarcais. A teoria dos círculos concêntricos nos permite narrar como *se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar branco*. Sexismo, racismo e branquitude são, pois consequências do fazer educacional religioso, fundamentalista²⁰ e patriarcal que silenciou pela opressão e

¹⁹ A ciência positivista se pretende universal, anistórica e neutra, negando ser uma produção datada, produzida em contextos sociais e por sujeitos sociais. Majoritariamente constituída por homens brancos, toma como referência a técnica e a perspectiva eurocentrada e na atualidade, norte-americana.

²⁰ Para Boaventura Santos, na contemporaneidade podemos identificar diferentes teologias políticas, no livro *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos, 2014*, o

violências: físicas e simbólicas as pluralidades étnicas, religiosas, sexuais, silenciando a diversidade do humano ao hegemonizar a lógica universalizante cristã, moral, familiar, branca.

Romper como o olhar branco, é, portanto, fazer o exercício de “ter que pensar sobre isto”, pensar “o que significa ser branco”. Entender como ocupamos o lugar de opressores, por hegemonizar um modo de olhar, de relacionar e de fazer (cordial, obediente) do qual nem sempre temos consciência. Assim, alienados no imaginário, nas narrativas, nas formas de significar a existência e o outro, a partir dos modelos aprendidos, reificamos formas de violências simbólicas que muitas vezes passam despercebidas. Como argumenta Gonzalez (2020):

É verdade que, em termos de mudança em nível educacional, isso é fundamental. Essa colocação que você faz ai, no sentido de acabarmos com o famoso mito da democracia racial, é que leva a sociedade brasileira a se alienar de uma realidade que lhe é cotidiana. Evidentemente que as transformações, em termos das teorias e das práticas educacionais existentes no país, são fundamentais. Porém, por outro lado, para além do sistema educacional, constatamos que a chamada educação informal é mais terrível ainda. É aquela que passa pelos meios de comunicação de massa e que repassa uma imagem distorcida do negro, uma imagem inferiorizada e que, efetivamente, se reflete nas nossas crianças pela internalização através dos meios de comunicação e através do que se aprende na escola e inclusive, no seio familiar, porque a família negra não está alijada da sociedade. Quer dizer, são anos e anos de repetição contínua da famosa ideologia do

autor coloca em análise como o discurso dos direitos humanos universalista, liberal e individualizante oculta a luta pelos direitos humanos coletivos e contra-hegemônicos. Ao analisar os elementos ideológicos das diferentes concepções, relaciona como as teologias políticas distintas entram em cena na disputa política num contexto capitalista e globalizado. Conforme argumenta: ‘faço distinções de que resultam consequências significativas: por um lado, distinções entre diferentes tipos de teologias políticas (por exemplo, pluralista versus fundamentalista, tradicionalista versus progressista) e por outro lado, entre dois discursos e práticas contrastantes das políticas de direitos humanos (por exemplo, hegemônico versus contra-hegemônico). Termino o livro advogando que as teologias pluralistas e progressistas podem ser uma fonte de energia radical para as lutas contra-hegemônicas dos direitos humanos (SANTOS, 2014, p.12)

branqueamento, que se articula coma ideologia e o comício da democracia racial²¹ (GONZALEZ, 2020, p. 253).

Nomear, romper a invisibilidade, o silêncio: explicitar o oculto, as ‘ferramentas do senhor’.

Não gostarás do que vais ouvir, Que isso não te importe,
fala, É simples, matei Abel porque não podia matar-te a
ti, pela intenção estás morto, Compreendo o que queres
dizer, mas a morte está vedada ao deuses, Sim, embora
devessem carregar como todos os crimes cometidos em
seu nome ou por sua causa
(José Saramago).

O Catecismo Anticomunista foi organizado em 17 eixos temáticos, através de perguntas e respostas, o arcebispo diamantinense orienta os católicos sobre a seita internacional que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho” (SIGAUD, 1962, p. 7), produzida por Satanás, chamada Comunismo. Adverte: mesmo não sendo o socialismo igual ao comunismo, ambos devem ser combatidos de modo a resguardar a doutrina da Igreja e a ordem hierárquica natural. Cabe ressaltar que na década de 60, do século XX, no contexto brasileiro, nem 1% da população negra acessava a universidade. As discussões das teorias marxistas como já apontado por Lopes (2017) se intensificaram na década de 70, do século XX. Portanto, entender o cenário político, social e educacional no qual o Catecismo foi publicado nos aponta o caráter de controle disciplinar e moral que leva a Igreja a publicá-lo. Se evidencia nos itens colocados no catecismo, a disputa ideológica entre socialismo/comunismo e capitalismo. Se evidencia ainda o lugar político assumido pela Igreja. Quem divulgará o catecismo?

²¹ Discussão realizada na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Assembleia Constituinte de 1988. Lélia dialoga como uma companheira do movimento negro Maria da Graça dos Santos, que se dirige a ela pelo termo professora e Lélia solicita evitar o tratamento diferencial, argumentando que ele era necessária no espaço educacional escolar.

A quem será dirigido? Quais os agentes mediadores do mesmo? O que ele quer colocar sobre controle? Pelo contexto descrito, podemos afirmar: os agentes mediadores foram as catequistas brancas, as instituições formadoras (magistério, serviço social, associações sindicais vinculadas a Igreja), as crianças brancas e negras foram alvos do Catecismo, mas sobretudo, a população negra e as comunidades negras, apartadas do acesso à terra, à educação, e ao trabalho formal assalariado. E mesmo nos anos 80 do século XX, não podemos dizer que o saber marxista já compunha o fazer universitário, pois conforme Gonzalez (2020, p. 234) em 1986, a minoria da população negra (1%) que consegue chegar à universidade e sofre um processo de perda da identidade. Ou seja, o branqueamento vai se dando de forma tal que, de repente, quando vê, se virou branco." De igual modo, nos anos 90, do século XX, tais teorias não eram hegemonicamente problematizadas nas universidades públicas e ou privadas. Ao divulgar e antecipar a veiculação em massa do "pensamento marxista" a Igreja, pelas mãos de dom Sigaud, maneja símbolos e significações que remetem ao esquecimento (JOVICHELOVITCH, 2008) e mantém a ausência de memórias históricas que pudessem colocar em xeque o social. Como agência publicitária, midiática, formadora de opinião, por via da divulgação oral e escrita instituída, e estando inserida em diversos e diferentes regiões do país, a Igreja preparou o terreno para a manutenção do *ethos* social de subalternidade e hierarquia necessárias ao estado mínimo, autoritário e neoliberal; mas também justificou o discurso desenvolvimentista, patriota, capitalista e positivista de ordem e progresso necessários à ditadura militar. Conter as manifestações da população e o acesso das mesmas as ideias revolucionárias que exigiam as transformações sociais eram (e ainda o são) os objetivos silenciados via o credo religioso. Evitando que em solo brasileiro acontecesse a revolução social, ocorrida em Cuba (1961). Assim, as ditaduras militares nas Américas aconteceram com o apoio institucional da Igreja Católica.

O sexismo e o silenciamento da violência sexual, psicológica, patrimonial, física imposta, secularmente, pela dominação de homens brancos e negros, à mulher negra ficará evidenciado na pergunta 41, que questiona: “A que título a família faz parte da classe social? De acordo com a lei natural e a doutrina da Igreja, a família participa de algum modo, não só do *patrimônio, como da dignidade, honra e consideração de seu chefe*, com o qual forma um só todo e a cuja classe social pertence. Sendo inerente à família a transmissão aos filhos, não só do patrimônio dos pais, como também, de certo modo, *da honra e consideração que se prende ao nome paterno, a presença da família na classe social dá a esta certo caráter de continuidade hereditária*” (SIGAUD, 1962, p. 19) (grifos nossos) Honra, dignidade, patrimônio, transmissão e consideração que se prende ao nome paterno”. Qual classe social legitima o nome paterno?? Quais famílias recebem o direito de herança, honra e dignidade hereditária?? E as relações familiares matrilineares, marcas culturais das populações marginalizadas e excluídas, feitas desiguais, negras e indígenas, muitas resultantes de estupros, violação dos corpos e dos afetos das mulheres negras/ índias, objetificadas/coisificadas pelos senhores brancos. No Brasil e nos interiores, os filhos naturais “e os filhos legítimos”, eram e ainda são, hoje, formas de expressão/ nomeação para dizer das relações que extrapolam os limites dos lares católicos. O direito ao conhecimento e reconhecimento do “nome do pai”, herança e continuidade hereditária somente foi conquistado pós a Constituição de 1988. Aprofundar na estratégia metodológica, pedagógica da Igreja Católica em produzir o simbólico da cristandade, analisando a função dos círculos concêntricos na construção da arquitetura silenciosa da violência, envolveu diferentes afetos: o espanto, a raiva, à indignação. Mas, indicou-nos, por outro lado, os caminhos a serem trilhados, reafirmados no cotidiano do fazer educacional. É necessário inverter o giro do círculo: “Da mãe cristã, das famílias cristãs para a sociedade cristã”. A educação democrática, contra hegemônica, feminista exige o giro no sentido contrário: “da sociedade plural e diversa que

almejamos, para as relações familiares que escolhermos, para mulheres/ homens que desejarem ser mães”. Portanto, é necessário provocar dúvidas, a criticidade, colocar entre parênteses a crença/ os dogmas naturalizados, estranhar/romper a tradição social da hegemonia cristã. É fundamental educar para a transgressão (HOOKS, 2013).

6.Considerações finais...

A educação democrática, contra-hegemônica, feminista e antirracista exige o giro no sentido contrário ao feito pelo educação cristã e católica: da sociedade plural e diversa que almejamos, para as relações familiares que escolhermos, para mulheres/ homens que desejarem ser mães. Não obstante, a inversão do círculo deve objetivar acabar com os círculos, pois eles aprisionam. Mesmo que sejam no sentido inverso. Eles fixam sentidos, ao problematizar “o que poderia ser mais democráticos do que os círculos concêntricos capaz de caber toda essa diversidade que transforma as desigualdades”?²² Portanto, se almejamos a transformação social democrática precisamos abrir-nos às perspectivas de movimentos infinitos. Como Nascimento (1989) e Gomes (2021), apoiamos na metáfora do oceano que atravessa mundos, liga e os separa. Os movimentos nos indicam que ‘cada onda que chega à praia não é igual. Que em alto mar revolto são capazes de virar navios enormes, assim como canoas pequenas, a educação precisa ser radical’. Mas entendemos que a radicalidade se constrói no coletivo social e na luta política.

Nesse contexto, entendemos que as políticas afirmativas no cenário social brasileiro, produzem a tensão necessária às ‘ondas capazes de produzir o mar revolto’, é preciso que as partes queiram transformar os históricos lugares de opressão e violências. Só assim

²² Questionamento feito a mim por Nilma Lino Gomes, s/d. 2021.As metáforas de mar revolto foram feitas por ela. Posteriormente as relacionais a Beatriz Nascimento no documentário ORI, produzido em 1989, juntamente com Raquel Geber.

podemos diminuir (e acabar) com as assimetrias de classe, raciais e de gênero para, então, dialogar.

A presença de negros/ negras, indígenas, mulheres nos espaços da educação escolar, e, sobretudo no Ensino Superior tem promovido movimentos e mal estar que provocam o abalo nas epistemologias e nas relações de poder assimétricas. Se não podemos ainda afirmar que estamos em mar revolto, podemos dizer, que tais presenças exigem olhares, fazeres, discursos, sensibilidades que reconhecem as desigualdades, no tensionamento pela luta política por equidade social, pela democracia, ao fazê-lo promovem o questionamento das bases epistemológicas hegemônicas patriarcais de supremacia branca. E no movimento político pela educação democrática reivindicam outras formas de produção de saber, outra ética social para com as mulheres negras, não brancas e brancas, para com os povos indígenas, reivindicando que a produção do(s) conhecimento(s) sejam comprometidos com a pluralidade da humanidade e com a promoção da vida, rompendo com o *ethos* social patriarcal instrumental/capitalista. Assim, as ações afirmativas de direito garantem que no espaço escolar, universitário, saberes e narrativas silenciadas sejam publicizadas, dialogadas, debatidas. Ritos e organizações institucionais são questionados de modo a garantir que os sujeitos sociais 'feitos desiguais' ocupem os lugares a eles negados.

Portanto, as ações afirmativas exigências históricas dos movimentos sociais negros, feministas e indígenas, nos levam a romper com o silenciamento ideológico e simbólico que permeiam as relações educacionais. Uma sociedade desigual como a brasileira e ao mesmo tempo, tão diversa exige de nós a construção de "ondas emancipatórias" capazes de incorporar na imensidão do mar a todas, todos e todes. Esse mar é a democracia radicalizada. Na sociedade e na escola. O movimento emancipatório implica o espaço comunicacional no ambiente educacional escolar/universitário, no cotidiano social. Movimentos que envolvem desnaturalizar o instituído, provocar a dúvida, oportunizar diferentes e diversas formas de entender, discutir e acessar os

conteúdos/conceitos pela linguagem: gestual, rítmica, poética, narrativa, histórica, oral, midiática, tornando o ato educacional dialógico, no qual as diversas vozes possam reconhecer as formas de opressão internalizadas, superando-as, curando-nos das violências internalizadas e imperceptíveis, pois naturalizadas. Nesse sentido, a defesa das políticas afirmativas de direito, a inclusão social_ de negros, mulheres, indígenas e crianças são imprescindíveis, pois é no encontro entre pessoas, que podemos produzir novos sentidos. Reafirmamos, portanto, o compromisso com a luta pela transformação social e a defesa da educação pública, laica e gratuita.

Para finalizar, mas não para concluir, desejamos como Fanon (2008) que possamos nos lembrar:

O preto não é. Não mais do que o branco.

Todos os dois tem de se afastar das vozes desumanas de seus ancestrais respectivos, a fim de que nasça uma autentica comunicação. Antes de se engajar na voz positiva, há a ser realizada uma tentativa de desalienação em prol da liberdade. Um homem, ao início de sua existência, é sempre congestionado, envolvido pela contingência. A infelicidade do homem é ter sido criança.

É através de uma tentativa de retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano.

Superioridade? Inferioridade?

Por que simplesmente não tentar sensibilizar o outro, sentir o outro, revelar-me outro?

Não conquistei minha liberdade justamente para edificar o mundo de ti?

Ao fim deste trabalho, gostaríamos que as pessoas sintam, como nós, a dimensão aberta da consciência.

Minha última prece: Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem (*uma mulher*) que questione! (FANON, 2008, p.191) (acréscimo e grifo nossos)

Referências

ANDRADE, Carlos D. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro, Record, 2002

CARVALHO, Jose Murilo de. **Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

BENTO, M. A. S. **Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: s.n; 2002, p.169.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152p.

FANON, Frantz. **Pele Negra: Máscaras Brancas**. Salvador. BA. EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONZALES, Lelia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/** organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como pratica da liberdade**. São Paulo, Editora MWF Martins Fontes, 2013.

LIMA, J. B. Q.; SCHULZBAER, A. W.; LOVO, I. C. **Gênero e Agricultura**. In: "Educação enquanto fenômeno social: Democracia e emancipação humana 4". 1 ed. Ponta Grossa, Editora Atena, 2021.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da Sagrada Missão Pedagógica**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Psicologia Social).

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. 2 ed.- Maringá: Eduem, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse ativista dos direitos humanos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SARAMAGO, José. **Caim: romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SIGAUD. Geraldo de Proença. **O Catecismo Anticomunista**. São Paulo: Editora Vera Cruz. 1962.

Capítulo 19

Tornar dito nos Estudos Rurais: corpo e sexo em perspectiva

Jean Paulo Silva Gabriel¹
Joselia Barroso Queiroz Lima²



FOTO: LAILA DOMINIQUE NA RUA DA QUITANDA, DIAMANTINA/MG.
DATA DESCONHECIDA. AUTOR DESCONHECIDO. FONTE: PÁGINA DE
LAILA NO FACEBOOK ([HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/
PROFILE.PHP?ID=100063747189018&MIBEXTID=ZBWKWL](https://www.facebook.com/profile.php?id=100063747189018&mibextid=ZBWKWL))

¹ Mestrando em Estudos Rurais - Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. gabriel.jean@ufvjm.edu.br

² Professora da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. joseliabqlima@gmail.com

Resumo

O presente texto busca analisar o processo de produção da pesquisa de mestrado cujos autores estão envolvidos, procurando analisar limites e rupturas que as temáticas do corpo e do sexo colocam para os estudos rurais, e possíveis caminhos para superação ou maior problematização desses limites. Não se trata de uma densa análise sobre teoria e metodologia científica, mas traz parte de um rico processo investigativo. Espera-se, assim, contribuir com o alargamento de estudos similares na área e ampliar as possibilidades de discussão, atrelados a horizontes interdisciplinares que consigam dar conta da complexidade das realidades rurais, quando se pensa o viés das sexualidades além da norma binária, e as pesquisas relativas a essas experiências individuais-coletivas.

Introdução

Busca-se aqui explorar alguns desafios e perspectivas metodológicas encaradas pelo fazer da pesquisa. É um recorte da investigação empenhada no mestrado em Estudos Rurais (PPGER), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), e que tensiona a análise de limites e fronteiras dentro da teoria e metodologia na área. Tal texto tem como substância os resultados parciais obtidos na pesquisa de mestrado “Mal-dita Diamantina: poder e sexo na modernidade do Arraial do Tejuco”, ainda em execução.

Mal-dita, pois, ao buscar no acervo diamantinense lastros, pistas, flashes, que contassem a história de um corpo dissidente³ deparamo-nos com um silêncio ensurdecido. Lacunas imensas tornavam a história do corpo-diamantinense, corpo-tijucano, corpo-jequitinhonha, corpo-mineiro, repletas de mal-ditos.

Diamantina e Arraial do Tejuco, dois nomes cronologicamente distantes, mas que no devir histórico carregam laços bastante

³ Corpo-dissidente: aquele que diverge da norma socialmente convencional. A sociedade capitalista é calcada na norma binária. O corpo dissidente é aquele que questiona e se opõe a norma, consciente ou não deste processo.

atados. A hoje cidade de Diamantina está longe de grandes centros urbanos, mas impregnada de lampejos de modernidade que se dissipam e misturam em uma realidade rural, panorama que se soma aos atrasos e as ausências de uma região historicamente desfavorecida — seja pela omissão do estado ou pelas políticas de viés exclusivamente desenvolvimentista postas em ação⁴. Ao analisarmos nosso objeto de estudo, entendemos o lugar como um lócus urbano-rural, tal dicotomia atravessa tanto a construção histórica do gênero e seus dispositivos de controle, quanto a realidade e o discurso produzido sobre o local observado.

Poder e sexo, pois os silêncios encontrados não se tratam de meros acasos históricos, ou desencontros metodológicos. É na impossibilidade de neutralidade da ciência, nas convenções sociais e construções de normas comuns, na reapropriação do corpo pela Igreja, pelo Estado, pelo discurso, na mídia, e muito mais, que esses dois pilares surgem, controlando e punindo, fazendo criar legitimidade para o ideal da classe dominante e operante. Este capítulo não busca analisar e esmiuçar os dados encontrados ou mensurar seus impactos e desdobramentos no rural, mas abordar questões metodológicas e teóricas que visam alargar o debate com outras/os pesquisadoras/es e entusiastas sobre os temas.

O Brasil é palco da maior Parada pelos direitos LGBTQIA+⁵ do mundo, colocando milhões de pessoas na Avenida Paulista, São Paulo, anualmente (antes da pandemia), se consagrando como a maior passeata do gênero ao redor do globo⁶. Saindo da rua e indo

⁴ Como aponta Santos (2017) as políticas de viés exclusivamente desenvolvimentista postas em ação durante a república acabam por não incluir, de fato, os habitantes da região no que se concebe como cidadania, desrespeitando, desapropriando e explorando esses sujeitos. E para os habitantes do Vale do Jequitinhonha, “desenvolver” não é exclusivamente dependente do fator econômico, onde outros fatores também impactam a vida cotidiana e devem ser considerados por essas políticas.

⁵ Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais.

⁶ Leia: <http://memorialdademocracia.com.br/card/parada-lgbt-de-sp-no-guinness-book>

para a cama — literalmente: é o país que mais busca por vídeos pornográficos com Travestis e Transsexuais na internet, no mundo⁷. E também o que mais mata Travestis e Transsexuais no ocidente⁸ (segundo os dados da *Transgender Europe* e da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais — ANTRA), além de ser o recordista absoluto em mortes de pessoas LGBTQIA+, de acordo com os relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB) produzidos anualmente na última década⁹.

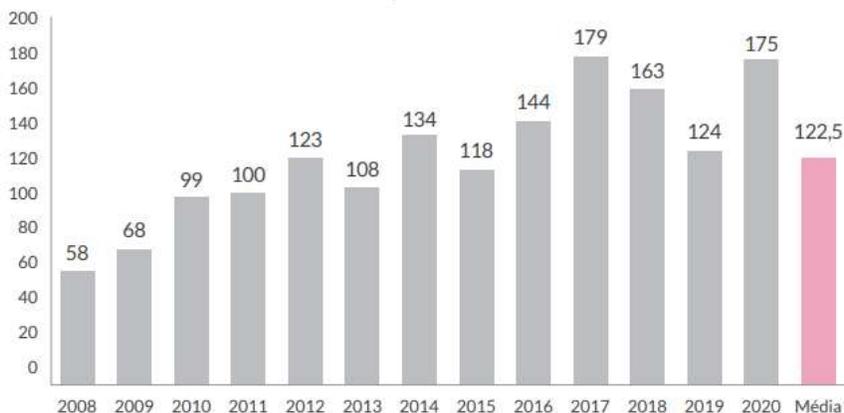
Entre 2008 e 2020, a média de mortes de travestis e transexuais no Brasil foi de 122,5 por ano (ver figura 1). Tal número tem como base o trabalho de diversas ONGs e movimentos sociais que mapeiam as mortes a partir de boletins jornalísticos, boletins policiais e noticiários informais. Esse levantamento é o que sustenta diversos estudos e debates na área, e também apontam para a precariedade que se tem em torno do entendimento da violência sexista e de gênero.

⁷Desde 2016 o *RedTube* divulga o “ranking” dos termos mais pesquisados por cada país. Desde então o Brasil lidera na pesquisa das buscas pelos termos ligados à transsexualidade. (ver: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>)

⁸Segundo os dados da organização *TransRespect*, que monitora mundialmente os números de assassinatos da população trans no mundo. (ver figura 1)

⁹ Acesse os relatórios em:

FIGURA 1— GRÁFICO DE MORTES DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS ENTRE 2008 E 2020, NO BRASIL.



FONTE: DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020.

Na ausência de políticas de mapeamento e combate da violência sexista e de teor homo-transfóbico, o número de assassinatos e suicídios são subnotificados. O que observamos é que a cultura patriarcal religiosa faz com que sujeitos tenham suas identidades desrespeitadas no leito de morte. Ou que crimes de cunho sexista sejam interpretados de outras maneiras. Além disso, é recente a decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro de equiparar os crimes de homofobia com os de cunho racista, se fazendo valer da mesma disposição legal. É preciso considerar, ainda, a pouca adesão à denúncia em crimes assim, onde a vítima ou testemunhas evitam recorrer à legalidade por medo da exposição ou humilhação que possam vir a sofrer.

Se a cultura de massas do capitalismo faz por ampliar as contradições, para corpos que destoam completamente do padrão binário. Quando cruzamos esses números com outros dados, como a taxa de evasão de pessoas trans/travestis das escolas tradicionais, o número de trabalhadoras trans e travestis no ramo da prostituição, ou os índices de adoecimento mental de toda a população LGBTQIA+, percebemos se tratar de realidades marcadas por grande violência e exploração. É uma população que

movimenta muito dinheiro¹⁰, mas também muito ódio e repulsa social. Em um país marcado por raízes conservadoras e patriarcais, onde Estado e Igreja sempre estiveram muito próximos, tais corpos são diretamente afetados pelos conflitos impostos aos atravessadores das normas.

Todo o contexto exposto acima busca construir a complexidade que atravessa os corpos-não-heterossexuais e seus estudos, para posteriormente, fazer refletir sobre essas realidades em contextos menos urbanos, e mais próximos ao rural. O presente texto, bem como a pesquisa e artigos que dela se originam são completamente atravessados pelo como o trabalho pôde ser concebido.

Tornando dito

Durante a graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), o grupo de drag queens “As *Blayblayd’s*”, que se articulam em torno do Festival de Cultura e Arte do Vale do Jequitinhonha (FESTIVALE), centraram as pesquisas de conclusão do curso do autor deste trabalho. Na investigação empenhada¹¹, percebeu-se tratar de um movimento artístico e social, em torno das pautas dos direitos humanos e da cidadania para a população LGBTQIA+. Pautas que configuram um arcabouço de ações, problematizações e reflexões para o maior reconhecimento legal e social desse grupo dentro da sociedade contemporânea. Como parte das reflexões geradas pela produção científica, no levantamento bibliográfico e no trabalho de campo com a entrevista dos membros do grupo, pôde-se analisar a presença de estruturas complexas de apagamento e silenciamento, cujas dinâmicas próprias do Vale do Jequitinhonha (e de maneira

¹⁰ Ver sobre: *pink money* (sugestão de leitura: ALVES, Mateus Felipe. Olhares cruzados: o Pink Money e o movimento LGBT. 2019.)

¹¹Número de registro no CEP: 114185/2018

geral, do Brasil) operam até os dias de hoje, e a resistência que o grupo constrói como possibilidade, se articulando politicamente no cotidiano. Constatou-se ser o primeiro movimento social da população LGBTQIA+ na história tornada “oficial” do Vale do Jequitinhonha, com conquistas políticas efetivas, como a aprovação da Lei Municipal 1587, de 2014, que institui o dia 17 de maio como dia de Combate à Homofobia na cidade de Jequitinhonha ¹² (GABRIEL, 2020; LIMA, 2018).

O projeto que possibilitou a entrada no mestrado em Estudos Rurais se organizava em volta da investigação dessas estruturas de apagamento e silenciamento citadas. No momento de entrada no programa de pós-graduação, a realidade brasileira ainda permitia a troca e o contato, de modo que a metodologia do projeto primeiramente visava uma imersão antropológica com os sujeitos mapeados pelo TCC mencionado, tendo como lócus o próprio FESTIVALE, que agrega muitas dessas pessoas.

Após a aprovação no edital, e as aulas tidas no primeiro semestre, a pesquisa ainda encontrava um terreno fértil na metodologia primariamente adotada, o trabalho de campo ainda seria possível, e sem dúvidas eram as pessoas que substanciam as siglas que ajudariam a ter elemento visando entender como a homofobia opera no Vale do Jequitinhonha, levando em consideração a dicotomia interior x urbano que se apresenta em torno da discussão. Nesse que consideramos o primeiro momento da pesquisa, as discussões propiciadas pelas aulas e encontros do mestrado apontavam para como a sexualidade e as políticas de controle da mesma atuavam junto à expulsão de corpos do campo, à dogmatização desses corpos, à castração que esses corpos viviam nas narrativas que sobre eles eram produzidas. Parecia que na teoria e na prática o interior, a roça, o campo, o rural, possuía um corpo abjeto, sem prazer, que se centrava única e exclusivamente em torno da produção e do casamento — heterossexual e heteronormativo, evidentemente. A realidade narrada coaduna

¹² Lei 1587 de 2014 de Jequitinhonha/MG

com críticas feitas aos textos brasileiros sobre o rural, mas também a produções internacionais, que versavam na mesma direção, o que tornava o problema da pesquisa cada vez mais complexo.

Ao fim de 2019 as notícias de um vírus com alto potencial de contágio e mortalidade começaram a fazer parte da realidade mundial; logo o Brasil se viu refém da covid-19 e de uma má gestão governamental diante dessa crise. O resultado foi a paralisação de diversas pesquisas, a desistência de muitas outras e a adaptação das que possuíam alguma possibilidade de resistir ao desmonte que a ciência já vinha sofrendo e ao caos que a pandemia aguçou na realidade brasileira.

O processo de desestruturação da ciência brasileira tem se dado junto ao fortalecimento de um governo de teor fascista e negacionista — os cortes sistemáticos nas instituições de fomento à pesquisa colocaram boa parte da produção brasileira em *stand by*¹³. Diante desse cenário, e sem fomento algum por parte de qualquer instituição, buscou-se com que o trabalho pudesse sobreviver.

Pensando nesse contexto material do momento da escrita e da pesquisa, é necessário pontuar que o fascismo é historicamente uma ameaça direta aos corpos e realidades que divergem das normas, já que é averso à diferença e à diversidade, como se observou em distintos momentos históricos. Embora não haja necessidade de um estado declaradamente totalitário para haver a ameaça de aniquilação das potências marginais, esse poder de exclusão e morte é parte integral e fundamental da ideologia fascista. Com isso justifica-se, além do desmonte institucional, os diversos ataques morais e conservadores que pesquisas das ciências humanas — sobretudo dos estudos feministas e de gênero —, têm sofrido nos últimos anos. Isso oferece ainda mais substância ao discurso que legitima os cortes e ataques. (BOITO JR, 2021; SACOMANNI, 2007)

¹³ Já são mais de 80% de reduções no investimento para a ciência no país de acordo com levantamentos cotidianos feitos pela Associação Nacional de Estudantes de Pós-graduação (ANPG) e a União Nacional dos Estudantes (UNE)

Diante disso a metodologia precisava ser refeita, os dados analisados precisavam ser outros, que não envolvessem o contato direto com pessoas e que se adequasse às limitações técnicas, financeiras e morais. A pergunta central foi mantida: como a homofobia opera no Vale do Jequitinhonha? A tentativa de respondê-la, entretanto, foi modificada. A metodologia então visou a análise dos lugares onde a sexualidade ou o debate sobre ela poderia ter se feito presente, não no Vale do Jequitinhonha como um todo, mas em Diamantina, parte da macrorregião denominada Alto Jequitinhonha e detentora de grande acervo histórico preservado.

A hipótese de que as homofobias em contextos rurais/interioranos se distinguem das homofobias urbanas acompanha todo o trabalho, mas há de se ver que é dentro da tentativa de superação da ruralidade e transposição para a lógica das urbes que o genocídio das pessoas não heteronormativas também encontra sustentação na desconstrução/reconstrução/construção do rural mineiro na busca pela modernização. Como dito, o primeiro caminho que seria tomado no fazer metodológico teria como abordagem a antropologia, onde, na relação direta com os sujeitos se forjam os dados. Diante dos obstáculos apresentados ainda havia a opção de buscar as mesmas provocações e lampejos de realidades nos arquivos, alargando a visão, e observando a história. E levando em consideração que na relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado os cercamentos foram internalizados pelas subjetividades e a cultura fez por atrelar essas realidades às vezes estabelecidas como distintas, onde tais fronteiras “já tênues” (SAFFIOTI, 2004) entre urbano e rural deixaram de existir. (FEDERICI, 2017; SAFFIOTI, 2004; LIMA, 2017)

Na pesquisa do mestrado buscou-se observar as relações de poder na construção dos ditos, provocados pelos debates sobre as sexualidades, e tomando o lugar como uma região permeada pelo rural, que mesmo atravessada pela modernidade e modernização, não “abandona” tal panorama. A construção desses ditos, bem-ditos, está atrelada à produção de discursos de normalidades que

trazem consigo práticas em prol desses discursos. Quando tomamos essa realidade para análise, assumindo a dicotomia urbano-rural que se estabelece, vemos que a construção de muitos desses ditos é fruto de uma operação colonial e colonizante, que tem como resultado a construção do ideal de norma — heteronorma, neste caso — as opressões que desse ideal irradiam, como o sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, racismos... E que se materializam em panoramas reais e sangrentos: feminicídio, estupro corretivo, assassinato de cunho homo/lesbo/transfóbico, índices alarmantes de suicídios, extermínio da população negra, subalternização da mulher (cis ou trans) lésbica, hetero ou bissexual negra e dos homens (cis ou trans) homossexuais e bissexuais negros etc. (LOURO, 2016)

Na teoria e na prática a vivência homossexual é ligada a movimentos de urbanidade. Como se tais práticas fossem mais corriqueiras em grandes centros urbanos, e o rural estaria ligado ao tradicional patriarcal. Essa observação é o que mobiliza o trabalho de TCC anteriormente citado. As *drag queens*, por exemplo, são figuras presentes em boates e festas direcionadas ao público nas cidades e raramente aparecem em contextos interioranos/rurais — como fazem *As Blayblayds* de Jequitinhonha. Agora a busca foi por encontrar, no início do século passado e nas últimas duas décadas, fragmentos que permitissem a constatação das dinâmicas de ditos e mal-ditos e sua continuidade ou transformação, de um século para outro. Isso implica em fazer uma retomada histórica de conceitos que antes não haviam sido aplicados nos estudos da região, fazendo um movimento de explorar pela história, sem uma precisão cronológica muito engendrada.

Como veremos, a temática encontra bastante terreno para a discussão científica quando se desloca o eixo de abordagem, buscando elucidar não o que já está dado, arquivado, grafado, mas o justo oposto. Aqui importa muito mais o que foi deixado na entrelinha, os que ocuparam papel de réu, pecador, sujo, imundo, e que sequer dignos de historização seriam. Aqui importa o que não tem nome, e se tiver, tem de ser dito baixinho. Além disso, a retomada

desse acervos e arquivos com essa perspectiva, de elucidar o que justamente se ausenta nas narrativas, aponta para a necessidade da tomada consciente dos arquivos, da aproximação deles ao que mais corriqueiro tenha a vida, a fim de torná-los arquivos vivos, como defende San Borcieur na conferência *Politiques de l'archive vive*¹⁴, na abertura do X Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura¹⁵. Trata-se de uma abordagem qualitativa. Chizzotti (2003, p. 221) aponta que “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes...”, desse modo, cabe ao pesquisador buscar, via análise e interpretação, a construção de leituras sobre os processos que fundamentam determinadas concepções.

No percurso observa-se uma ausência ou precariedade na literatura sobre essa temática dentro dos Estudos Rurais brasileiros, mas a dimensão da contextualização desse corpo não heteronormativo na ruralidade, os estudos da área contribuem para não só deslocar diversos eixos e métodos tomados como dados e certos a princípio, como também potencializar o entendimento das diversas dimensões que localizam esses corpos, para além do viés da sexualidade ou performances de gêneros — o que torna o percurso de dizer ainda mais complexo; é preciso entender além do corpo, para dele dizer.

Os estudos ligados à homossexualidade e homoafetividades, lesbianidades, travestilidades, transexualidades, não-binariedades, e as violência vividas por essas experiências individuais-coletivas, se beneficiam de um universo teórico muito mais ligado aos estudos feministas, de gênero e queer. E tais estudos ainda conflitam com áreas bastante aclamadas nos estudos rurais, como muitas abordagens do marxismo tradicional, ou questões metodológicas práticas da antropologia ou dos estudos sociais (a

¹⁴ Tradução: As Políticas do Arquivo Vivo

¹⁵ X CINABEH - Cerimônia e Conferência de Abertura. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oLrIqpWBLfo&t=7101s>)

ênfase à produção e sobrevivência e o desprezo pelo gozo e o prazer rural, por exemplo). Então se apresentou o desafio de encontrar um percurso científico que pudesse ser sensível a isso, mas também alargar as fronteiras desse problema. Além, é claro, como pontuado por Maito *et al.* (2019) ser a universidade um espaço que não é “a parte” da sociedade, pelo contrário, está tão inserido que compartilha de suas desigualdades. As autoras apontam como a universidade se beneficia de uma violência de gênero que é estrutural na sociedade. Silva (2018, p. 286) também colabora com esse debate,

Assim como as mulheres foram, historicamente, excluídas da produção de conhecimento científico, da mesma forma as temáticas de gênero e sexualidade também foram pouco incorporadas nos currículos acadêmicos, apesar da considerável produção advinda da teoria feminista e dos estudos de gênero (SILVA, 2018, p. 286).

Tendo essas problemáticas mapeadas, além da busca por insumos que possibilitasse a pesquisa, foi necessário ainda, encampar o debate para que o espaço coletivo que propicia o mestrado conseguisse tangenciar tais questões, e buscar formas de deslocar o olhar dos demais pesquisadores matriculados ou vinculados ao programa, para criar um ambiente que contribuísse com a experiência individual do pesquisador e da pesquisa, mas também coletiva — pensando o programa de mestrado e o campo dos estudos rurais, como um todo.

Retomando a pesquisa em si, para tornar possível esse caminho de dizer, de conceder lugar ao que ainda não recebeu atenção, fez-se uso de distintas fontes de dados. Como a análise se faz possível durante toda a história escrita de Diamantina optou-se por recortar “momentos” e “locais” de maior possibilidade de leitura e acesso aos dados, haja vista tratar-se de práticas e corpos inomináveis. E dentro das limitações impostas pelo “novo normal”. Assumida a dicotomia que se estabelece sobre o lugar que mantém dinâmicas urbanas e rurais, além do levantamento bibliográfico utilizamos os dados de Magnani (2008) para dimensionar o papel

ocupado pelo Hospício de Diamantina, que recebia pacientes de toda a região e que como veremos adiante, cumpre com uma função primordial dentro do processo de mal-dizer aqui explorado. O acervo do Pão de Santo Antônio surge quando tomamos a Igreja como principal veículo de informação do período. A Igreja, como aponta Federici (2017), é o principal veículo de disseminação da misoginia (aqui alargada para as múltiplas violências de gênero).

Pulsionados pelo questionamento da continuidade ou superação de muitos dos sistemas que sustentavam os mecanismos de normatização que operam em continuum no urbano-rural, e que objetivou investigar o trabalho, recorremos ao arquivo da Polícia Civil de Minas Gerais, através da parceria estabelecida com a Delegacia da Mulher, do Idoso e do Adolescente, para buscar nos boletins de ocorrência armazenados, digitalmente desde a última década pela instituição, dados para dimensionar parte do mesmo problema, mas no tempo presente, procurando dimensionar o mesmo problema em outro momento da modernidade.

Os acervos atravessam a ruralidade e por ela são atravessados, de modo que pelos ditos e não-ditos é possível entender como as narrativas constroem discursos normativos que operam independente de fronteiras geográficas e limites conceituais. A ação do hospício, como veremos, se dá justamente no momento de transposição do regime escravagista para a república, quando havia uma gama de pessoas sem porvir e higienizar os espaços era necessário para a efetivação simbólica do que significava a modernidade, muitas das vezes representada na lógica de superação do rural pelo urbano. O acervo jornalístico auxilia na retomada da abordagem moral que era veiculada pela Igreja e que tinha intenções educativas de controle e ordem das famílias. E avançando no tempo mensurar se na Diamantina mais recente houve algum indício de significativa mudança, além das impostas por dispositivos legais tornados realidade nas últimas décadas, a partir dos arquivos armazenados pela PCMG. Observa-se que Diamantina, assim como o restante do país, ainda perpetua dinâmicas de exploração, desigualdades e violências desde a

colônia, mas como a violência contra os corpos dissidentes é encarada hoje? E como o órgão responsável por registrar e lidar com estes crimes em toda a região opera?

Os mal-ditos

O diamante se tornou um enorme feitiço, maldito, porque tudo que é bonito carrega em si uma maldição”
(Itamar Vieira Junior, em Torto Arado).

Evoca-se aqui o trabalho denso de Paulo Rogers (2008), ao trazer as noções do indizível para pensar as sexualidades camponesas. Com isso também a homossexualidade como categoria acadêmica, conceitual, não pode servir como um sul¹⁶ preciso e imprescindível para nos “sultear” aqui. Ela é parte, não o todo. Assim emergem os estudos marxistas e feministas para contribuir com este debate. Poder e violência andam juntos. Assim como poder implica em resistência (FOUCAULT, 1996), o poder também necessita de violência para se fazer valer.

A violência é espaço comum para os latino-americanos, têm centrado trabalhos dentro e fora da academia. É contra a violência da propriedade que marcha o MST, é contra a violência dos coronéis que marcham as Mães da Plaza del Mayo, é contra a violência patriarcal coronelista que gritam “arrasou!!!” as *Blayblayds* de Jequitinhonha, é contra a violência que Marielle Franco foi assassinada, violentamente. Violentamente também há na história diversos silêncios impostos, um não-falar-sobre que, na prática, é não-deveriam-existir. Somos mortos aos montes no Brasil. Mas como tornar a dor, a violência, lugar passível de historização? Quais elementos investigativos utilizar para construir uma metodologia científica que dê conta disso?

Pessoas de performance de gênero dissidentes, ao longo da história, foram queimadas na fogueira, catequizadas, benzidas,

¹⁶Em oposição ao Norte e à ideia de que nortear-se seja o correto a fazer.

tratadas, assassinadas, suicidadas¹⁷, viraram padres, freiras, tiveram suas terras e suas vidas expropriadas. Mesmo que não tivessem um termo estritamente definido, que busca sintetizar suas “essências”¹⁸, são vivências tidas como anormais, fora da regra, marginais, muitas vezes abomináveis, passíveis de cura, de intervenção divina, ou intervenção excessiva ou ausência total do Estado.

Nosso trabalho é totalmente provocado pela pesquisa sobre as *Blayblayd's* — com elas é possível observar e mensurar a dimensão da resistência artística e política organizada, em torno de um giro de resistência. Mas aqui voltamos às faces a explorar o lado oposto, o lado não iluminado do problema, e oposto ao brilho que as *Blayblayds* colocam em movimento com seus saltos e perucas (GABRIEL, 2020; LIMA, 2018).

Interessa agora o lugar de onde emana a violência, de onde se articula o poder, de onde se forjam as normalidades, os discursos, as políticas. Busca-se olhar a violência de frente e fazer dela material de pesquisa. O objetivo é entender como as dinâmicas de modernização colocaram em movimento uma política de exclusão e assassinato que ceifou a vida de milhares de pessoas ao longo dos séculos em busca de um padrão de normalidade e higiene social. Mirando o silêncio, a entrelinha, o pouco explorado, o mal-dito — como já foi dito.

Para entender um mal-dito é preciso entender a construção dos ditos, a posição tomada pelos agentes centrais ali na situação a ser observada, analisada, descrita. É um termo que precisa de historização, mas uma historização que dê conta justamente de

¹⁷No Brasil o suicídio de pessoas não-heterossexuais é apontado nos relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB), e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) como consequência da homofobia a que esses sujeitos são expostos diariamente. Logo o suicídio, que é uma auto prática, aqui surge como ação vinculada ao outro.

¹⁸ A violência produzida pelo patriarcado vem da ideia essencialista de uma natureza humana, produzida e criada por Deus, engendradas na imagem do homem e da mulher (Adão e Eva).

captar o não narrado dentro da história, mais que uma análise historiográfica tradicional.

Em seu trabalho, também de mestrado, Paulo Rogers (2017) explora o "indizível das sexualidades camponesas". Tratando desses "afectos mal-ditos" o autor analisa como a experiência da sexualidade rural/camponesa é algo que ficou por dizer, que foi dito de maneira vazia, rasa, ou que ainda não foi dito de fato. É na prática das orgias no meio do mato que a metodologia da pesquisa de Rogers se desenrola, tencionando a reflexão ao corpo camponês por um viés diferente do que costuma praticar a ciência.

Grande parte da literatura sobre sociedades camponesas no Brasil, o que conceitua como Texto Brasileiro sobre o Rural (TB), está ancorada em um imaginário instituído, limitado, sobre o corpo do homem do campo. Naturalizações e definições do que é o desejo, sempre ligado à reprodução da espécie, institui no corpo do camponês um corpo-mais-valia, um corpo-mutilado, um corpo-funcional, um corpo-bíblico, via uma literatura que, curiosamente, organiza, simplifica e seleciona discursos que desembocam em um persistente retorno ao Mesmo (ROGERS, 2017, p. 12).

Os trabalhos científicos sobre o rural brasileiro, por Rogers chamados de "Textos Brasileiros Sobre o Rural (TB)", ressaltam as características de trabalho e sobrevivência dos grupos estudados, concebendo assim um corpo abjeto que só se movimenta em torno da sobrevivência. É castrado do desejo. E vive pelo roçado. Um corpo-mais-valia, analisado pelo que produz. Um corpo-casto, temente a Deus e que jamais desafia suas normas. Um corpo-bíblico, tornado sacro. E bem pouco se disse das práticas das moitas. Das relações dos primos. Das brincadeiras entre compadres. Forjar um corpo camponês dotado de desejo, paixão, afectos e afetos, é esse o motor da pesquisa de Rogers. A dissertação do autor mencionado aparece diversas vezes aqui neste trabalho, já que muitas das reflexões potencializadas fazem eco pelas reflexões postas aqui.

Muitos dos trabalhos que buscam fazer o oposto acabam por mistificar e engendrar corpos em um local de estrita resistência.

Essa linha tênue parcialmente foi cruzada por nossa pesquisa anterior, quando observou as resistências que constroem as *Blayblayds*, mas não consegue dar conta de todas as camadas que elas possuem, provocadas por seu meio. Ambas as abordagens fazem por construir um ideal de camponês centrado em seu modo de vida e trabalho, oprimido ou resistente à lógica geral.

No trato da ciência tradicional, de método positivista, os bem-ditos que são construídos não dizem totalmente dos corpos que estuda, isso sequer seria possível, mas seus resultados e produtos finais sempre ecoam a norma vigente. É na arqueologia do saber, articulada por Foucault (utilizada por Rogers, e aqui) que encontramos as ferramentas para analisar “o domínio das coisas ditas”. E tendo essas coisas ditas mensuradas, buscar entender o que disso deixou-se mal-dito, por dizer, subentendido... O debate é próximo ao realizado por Veyne (1998) quando observa a construção da História, onde o historiador quem controla o desenrolar das tramas, e não os fatos. Apontando para a necessidade de uma escrita que não leve estritamente em conta dados quantitativos ou documentos oficiais, e que considere elementos da cultura como elemento possível e necessário de análise. Nesse movimento também tem-se uma cisão com o marxismo ortodoxo, haja vista que o debate do trabalho se alarga.

É importante pontuar que os trabalhos utilizados para a análise de Rogers, assim como diversos trabalhos utilizados para análise aqui não têm o corpo como centro de seus debates, já que, como pontua o autor, a sexualidade é uma prática “indizível, silenciada, esquecida, subalterna, em detrimento de valores hierarquizados (Deus – Homem – Natureza), que, para o TB, passam a ser centrais ao entendimento do campesinato”. Haveria aí uma escolha metodológica, mas que muitas vezes é acionada sem ser questionada, ao que traz o autor,

Muitos sociólogos e antropólogos que vão a campo, carregam consigo a priores, teorias e métodos prévios, traçados por outros pesquisadores, em outros contextos etnográficos distintos e distantes, ou seja, um certo colonialismo às avessas. Neste sentido, na intenção de interpretar o camponês, já instituído por tais correntes, muitos pesquisadores brasileiros

só endossam o imaginário e os discursos acadêmicos sobre o rural. Assim, corrobora-se para a perpetuação deste ideal castrador sobre o homem do campo, aplicando as “bem ditas teorias” comme il fault, sem muitas vezes se atentarem para as peripécias do desejo, para o indizível das sexualidades camponesas. Constrói-se, sobretudo, discursos carregados de “verdades repetidas”. (ROGERS, 2018 p. 14)

A região e história de Diamantina são e estão atreladas ao rural e às dinâmicas próprias desses contextos, mantendo a região diretamente ligada ao rural. E na vida de diversos sujeitos não heterossexuais na cidade é necessário buscar outros horizontes, que possibilitem a efetivação do “ser quem se é”, já que a cidade representa esse rural que o senso comum liga ao atraso e à impossibilidade da sexualidade que não seja a norma estipulada.

Diamantina

Diamantina e Gênero no Brasil estão ligadas a um determinante histórico importante: a colonização. A colonização da região se deu no conflito entre colonizador e os grupos que já ocupavam a terra, como os povos indígenas Maxakali, Aranã, e outros que, por sua vez, foram postos em contato com os homens e mulheres escravizados trazidos para exploração da terra, e seus expropriadores. A lógica católica imposta não permitia a existência de práticas sexuais e afetivas que destoassem do padrão heteronormativo vivenciado e propagado pela Europa.

Arraial do Tejuco remete a 1713. Os bandeirantes fizeram morada no lugar que, como mostram pinturas rupestres, já era ocupado e explorado havia muitos anos (FAGUNDES, 2016). A quebra de expectativa frente à escassez de ouro foi substituída pela euforia com a descoberta dos diamantes, a partir de 1720, o que fez com que o Tejuco se tornasse luxuoso, de relações mais diretas ainda com a Europa, já que toda riqueza gerada naquele lugar pertencia à coroa portuguesa. A invenção do Tejuco ressalta o crescimento do Arraial com os contratadores, quando havia um estímulo para construções (moradas, instituições da época e igrejas). João

Fernandes de Oliveira e Chica da Silva, que permeiam o imaginário popular do Brasil, remontam desse momento dito glorioso do Tejuco. O que se tornou matéria de poesia e imaginação sobre Chica/Xica posteriormente, escancarou como poder e sexo têm íntimas relações no Tejuco. Não obstante, hoje na Casa da Xica, importante monumento histórico da cidade, existe uma exposição permanente nomeada de “7 pecados capitais de Xica” em que, na maioria das obras, a imperatriz do tijuco aparece retratada seminua.

Cabe pontuar que a Igreja, nessa época promoveu sua quarta caça a corpos e práticas dissidentes, em busca de novos cristãos, nefandos, hereges, mulheres que se negavam à subalternização, como aponta o trabalho de Lopes (2019), observando o julgamento e a punição dada aos crimes de “sodomia” no território hoje chamado de Minas Gerais. Como aponta o autor, no Tejuco, em 1761, o militar Miguel Inácio Geraldês, cabo da esquadra, foi denunciado por manter relações “pela via posterior” e estar “amancebado” com um de seus escravos. O cabo já havia sido denunciado antes, por abusar de prisioneiros em Vila Rica. Quatorze testemunhas foram ouvidas. Mas para o juiz, somente o relato de Anselmo, o homem em regime de escravização, não valia como prova. O mecanismo da fofoca (FEDERICI, 2017) pode ser observado aí também, já que a história passa a fazer parte do burburinho na cidade. Como consta nos autos. Ao final, Anselmo vítima — foi julgado como cúmplice — ele e Miguel foram condenados e presos (LOPES, 2019).

Em 1831 o Tejuco ganha o título de vila, Vila Diamantina, e, ao fim da década, se torna a cidade de Diamantina. Cabe destacar que Diamantina possui grande acervo historiográfico, grande parte graças aos seus jornais, mas que mantinham relação direta com a Igreja, construindo uma narrativa bastante conservadora, como observa Martins (2014) sobre o Episcopado de Dom João Antônio dos Santos,

marcado pela “pureza doutrinária”, deu início à tradição diamantinense de uma imprensa católica combativa – cujo primeiro veículo foi o jornal O

Católico, da década de 1870. Os periódicos católicos diamantinenses atuaram zelosamente no sentido de difundir a moral da Igreja, amplificando a voz dos prelados, ao mesmo tempo em que denunciavam todas as coisas que corrompiam a devoção e a boa índole do povo norte-mineiro (MARTINS, 2014, p. 311).

O século XIX concentrou diversas mudanças que vão ter seus abalos sentidos por anos. O fim da década de 1880 provocou modificações na cidade e em toda a antiga colônia, que são fundamentais para este trabalho. Dentre eles destacamos os Jornais e o Hospício de Diamantina, o primeiro instituto do gênero em Minas. E, claro, atravessando essa perspectiva, a abolição do processo de escravização colonial após mais de 300 anos.

Aqui tomando os quatro pecados capitais da república brasileira apontados por José Murilo de Carvalho (a escravidão, o latifúndio, o patriarcalismo e o patrimonialismo), o passado escravocrata de Diamantina, as relações sociais em torno de/organizadas pelo poder patriarcal, vê-se que a Igreja está presente em todas as dinâmicas narradas até aqui. O Jornal, o Hospício, tudo isso tem ligação direta com a Igreja — essa responsável pelo controle do avanço do ideal reformista que compõe a república e a democracia.

Diamantina precisava agora se modernizar. Abandonar seu passado colonial, retrógrado, antiquado. Fazer parte do debate das narrativas. Se adequar ao que de *chic* emanava das novas metrópoles. Para situar, a partir da década de 1870 os jornais foram se tornando mais recorrentes, mas nada comparado ao que aconteceu no século seguinte.

O Hospício de Diamantina

O chamado "hospício de Diamantina" (ver figura 2 ao final da seção) teve seu início em 1887, justamente quando a abolição se fazia real, e a "modernização" da cidade se fazia necessária. Para onde iriam os moribundos, as putas, os bastardos, os sodomitas-nefandos,

os escravizados libertos — e em breve, sem rumo? Ficariam eles e os bêbados a sujar as ruas das metrópoles europeias também?

Tirá-los do convívio social implicava em uma política de controle e extermínio, haja vista o tratamento que era dado aos pacientes ao longo da história da Medicina Psiquiátrica. Os relatos que trazem O Holocausto Brasileiro, de Daniela Arbex (2019), são bem mais enfáticos quanto às práticas de tortura e genocídio utilizadas em prol da saúde mental. Recentemente, a igreja canadense tem sido fruto de diversas denúncias, que revelam que os seus territórios serviram como cemitério de crianças indígenas até 1997¹⁹. Tais dinâmicas mostram como o processo de modernização implica na matança daquilo que representa o “atraso” para o discurso de normalidade que se busca validar.

O trabalho de mestrado de Maria Claudia Magnani é que fornece as ferramentas para a análise aqui, observando-se o funcionamento e a inserção da instituição na sociedade da época e a fragilidade do acervo narrado pela pesquisadora, de modo a explorar como o Hospício cumpriu a função de legitimar o apagamento e conformação dos potenciais ditos como mal-ditos. Para dimensionar melhor o hospício e seu contexto,

Em Minas Gerais, como no restante do país, nos séculos XVII e XVIII, os loucos pobres vagavam pelas ruas à mercê da caridade privada, das chacotas e agressões dos cidadãos e da ação da polícia quando se tornavam agressivos. Os ricos eram encarcerados e escondidos em celas dentro de casa, ou enviados à Europa (Magro Filho, 1992, p. 17). (...) Entretanto, o primeiro hospício de alienados de Minas Gerais foi o Hospício da Diamantina, cuja pedra fundamental foi fixada em 1888. É no contexto nacional da proclamação e consolidação da República, da reestruturação das relações de trabalho (o que dadas as limitações da época não goza, a rigor, de concomitância em todo o país) e no contexto diamantinense de transformação econômica e social (que tem como mola propulsora uma crise que lhe é própria), que o hospício passa a receber alienados, em 1889. O sobrado em ruínas no alto da rua da Caridade, lutando contra o tempo, ainda se mantém de pé. A aparência sombria

¹⁹ Ver: <https://iela.ufsc.br/povos-originarios/noticia/tragedia-indigena-no-canada>; https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/25/interna_internacional,1280345/o-genocidio-de-criancas-indigenas-no-canada.shtml

denuncia o abandono em que se encontra o prédio que abrigou o Hospício até o ano de 1906. No jardim defronte ao prédio há dois canteiros representando, segundo a tradição oral, duas virtudes teológicas – a fé, representada por um canteiro em forma de cruz e a esperança representada por um canteiro em forma de âncora. E a terceira virtude teológica? Perguntaríamos. A caridade está representada pelo próprio hospício. Fé, esperança e caridade. Para quem? (MAGNANI, 2008, p. 46).

Sobre o acervo que compõem a fonte primária de dados da pesquisadora, e que possibilitam os dados secundários aqui, ela postula,

O material existente no acervo da Santa Casa de Caridade de Diamantina é escasso, está desorganizado e, de uma maneira geral, em estado lamentável de conservação. As informações relativas aos internos encontram-se anotadas em livros de registros de entrada e saída de pacientes. As papeletas, ou quadros de evolução dos pacientes, se existiram um dia, não resistiram ao tempo ou à incompreensão da sua importância. Não há registros relativos aos alienados em separado, nem mesmo no período do funcionamento do hospício, uma vez que toda a sua administração era feita pela Santa Casa (MAGNANI, 2008, p. 18).

No estudo mencionado, a autora mensura como o hospício cumpriu uma dupla função, além da caridade cristã atrelada ao acolhimento dos alienados, também a de limpeza social das ruas e espaços da cidade. Tal movimento está interligado com um movimento maior que opera no território do Brasil pré-república, justamente os sintomas de tornar-se república. Como aponta o trabalho da autora, o hospício e a república surgiam juntos. Para sustentar a república havia um embate de imaginários e paisagens em disputa, já que isso é parte da maneira como sustentam as narrativas. É necessário pensar a importância dos estudos da paisagem na sociedade, pensando a construção de mundos sensíveis e estéticas de urbanidade que precisam de sustentação na

prática, e que estão atreladas diretamente ao trabalho do estado, de categorizar quais ou o que importa²⁰ (FAGUNDES, 2010).

Além da função higienista que implicou e sustentou a existência do Hospício e a continuidade de sua política em Barbacena, havia, por parte de seus idealizadores, a real intenção de curar os loucos, como aponta a autora,

O que mostra que a intenção dos empreendedores do hospício não era de construir simplesmente um local de depósito, de confinamento e abandono para os loucos. Havia a proposta de tratar, e principalmente de curar. O número de altas médicas, de reinternações, e as já mencionadas como: saiu curada, ou ainda: saiu perfeita do juízo, confirmam que na prática não se pretendeu simplesmente prender ou retirar os loucos da nova ordem urbana. Durante todo o período de vigência do hospício, constam nas anotações um total de 134 internações, incluindo 15 reinternações. O número de óbitos neste mesmo período é de 61. Isto significa uma taxa de 45% de óbitos. Os outros pacientes, em sua maioria têm o registro da data de saída. Seria tentador, então, afirmar a cura propalada para 55% dos pacientes! Mas nem os números podem nos levar a este engano. Além das reinternações, temos registros de quatro fugas, uma alta à pedido da família, e no último ano, uma transferência para o já existente Hospício de Barbacena (MAGNANI, 2008, p. 73).

A precariedade do acervo encontrado pela pesquisadora vaza as questões do armazenamento irregular, denotando uma não anotação de termos e dados que são fundamentais para documentos tão importantes, mas que a prática da época não dava a devida atenção.

Soma-se a isso as diversas percepções e valores alimentados e a forma como a saúde mental era encarada nas instituições e na sociedade. Justamente a precariedade do acervo é que nos fornece o primeiro mal-dito encontrado pelo trabalho de campo. Mediante a ausência de dados relevantes para o tema central da pesquisa no acervo, o que garantiria que de fato corpos de performance de gênero dissidentes pudessem passar por lá? A literatura médica da

²⁰ Nas discussões da paisagem a obra do autor demonstra como “a paisagem” é mais que um elemento visual, onde a relação sujeito e meio é muito mais complexa e interligada do que supõe-se. Mas que a paisagem é também lugar de disputa.

época fornece os dados necessários. No trabalho sobre o Hospício, mencionado, recorrendo à literatura médica importada da França que a medicina mental buscava operar no período, e essa classificava muitas das práticas consideradas hoje, por nós, performances dissidentes de gênero, como perversões sexuais. Portanto não há um quantitativo exato e fechado de quantos corpos mal-ditos não heteronormativos teriam passado por lá, nem exatamente quais tratamento eles receberam. Há rupturas e continuidades nas anotações médicas do período, algumas o tempo tratou de danificar, mas de acordo com o que resistiu,

Na Santa Casa de Caridade de Diamantina, no livro de notação de entrada e saída de pacientes entre 1876 e 1900, aparecem os diagnósticos de: alienado, delirante, delirando(a), louco, maníaco, além de furioso, infeliz idiota, imbecil, monomaníaco, demente e os que sofrem de monomania criminosa e amolecimento cerebral que aparecem nos relatórios da provedoria. No princípio do século XX, no segundo livro de entrada e saída de pacientes, aparece o diagnóstico de histeria (MAGNANI, 2008, p. 54).

O lugar funcionou até meados de 1906, há lacunas nos registros, o que torna os números imprecisos. Tal dado atinge diretamente a abordagem dos mal-ditos. A função de higienizar a cidade com a medicina da época é dado que esbarra com a busca de higienização de outros centros urbanos daquele momento. De onde afloram prostituições, devassidões, comportamentos imorais, pessoas sem porvir, e a partir de 1889 negros libertos sem ter para onde ir. As dimensões das devassidões são importantes para nós aqui. Como apontado por Trevisan (2019) em seu denso trabalho sobre a Homossexualidade da colônia à atualidade no Brasil. Mesmo sobre o controle moral da igreja, haviam subversões diversas. Em Diamantina pode-se pensar a existência do Beco do Mota, ponto de prostituição histórico da cidade, que foi ressignificado ao longo dos anos e hoje é uma zona boêmia da cidade (TEODORO, 2019).

O Hospício surge com o lema de “Fé, Esperança e Caridade”, mesclando dimensões religiosas do cuidado, com o auxílio a idosos

sem ter para onde ir — os asilos, a contenção de “loucos” violentos e o tratamento de pacientes que necessitavam. A necessidade que justifica a existência da instituição diamantinense logo terminou, quando a responsabilidade pelo tratamento e contenção dos loucos, desajuizados, desajustados, e remoção desses corpos desviados da sociedade mineira, passou a ser do estado com a criação do Hospício de Barbacena, o Colônia como ficará conhecido.

Ao fim o hospício de Diamantina teve sua função desmontada passando a cumprir outros papéis dentro da Santa Casa de Caridade, e o trabalho de tratamento e contenção dos loucos foi transferido para Barbacena. Se no de Diamantina há ausência de fontes, no de Barbacena o avanço do século e a “modernização” das práticas médicas possibilita um maior número de dados.

FIGURA 2 – CONJUNTO ARQUITETÔNICO QUE ABRIGOU O HOSPÍCIO DURANTE SUA EXISTÊNCIA



FONTE: GUSMÃO, MAGNANI E RAMOS JÚNIOR (2012)

O Jornal do Pão

Ainda no trabalho de campo, buscando entender a construção de mal-ditos em Diamantina e na busca por elementos que permitissem compreender a sociedade da época, o acervo do

Museu Tipográfico do Pão de Santo Antônio forneceu suas mais de duas mil edições jornalísticas, que vão de 1906 a 2006. Nestes 100 anos de acervo, que ainda estão em processo de análise, não há menção ao hospício na época que coexistiram, mas permite inferir dados sobre como a moralidade ocupava um lugar bastante importante na sociedade letrada.

O jornal tem uma função pedagógica assumida por ele, além da caridade a que se destina. Traz diversos artigos que repudiam inimigos comuns que atentam contra a moralidade e a família, mas não nomeia esses corpos. Diz da necessidade de evitar as más leituras que corrompe os lares, mas não especifica exatamente qual corrupção ocorre. Em algumas edições possui até menção aos livros proibidos de serem consumidos pela Igreja.

(In)Conclusões

A construção dos ditos, a legitimação das vidas que esse dito carrega e reconhece, são obtidas através do exercício do poder. A estipulação das normas, acordadas inconscientemente, pois naturalizadas no cotidiano, pela sociedade é um exercício de poder. O patriarcado vaza o âmbito estrito do corpo quando elenca normas sobre relações de pertencimento, de reconhecimento, de existência, de valor de trabalho, hierarquizada e fragmenta práticas sociais etc. Quando o patriarcado elenca e impõe uma só forma de exercício da sexualidade, a anulação do prazer em favor da reprodução somente, há uma ação do poder.

Como viu-se a história de Diamantina fez por construir narrativas diversas, mas que confluem para uma mesma direção — normativa e binária —, quando se toma para análise os corpos, que fazem por (re)produzir. É essa a construção dos ditos. Lendo a produção sobre Diamantina, sobre os corpos-jequitinhonha, é isso o que se tem. Claro que a lógica exploratória aplicada à região torna as resistências muito maiores e distintas entre si, conformando modos de vida diversos, mas é hegemônico na produção intelectual algumas das reflexões pontuadas. Este trabalho, caso encontrado

pelos novos humanos hipotéticos do futuro, espera imprimir para esses distintos leitores a contramão do exposto. Esboçamos os porquês desses corpos mal-ditos terem sido deixados à margem, onde eles estavam enquanto a História aparentemente se desenrolava? O era deles enquanto o Tejuco se tornava Diamantina, enquanto Minas abandonava seu “atraso” colonial e buscava se modernizar.

E tal modernização se consolidou? Observamos que não. E acessando os boletins disponibilizados pela PCMG pode-se perceber na pesquisa que mesmo com o avanço dos dispositivos legais sobre as práticas violentas e preconceituosas ligadas às violências de gênero, questões estruturais, como a formação da instituição, acabam por elucidar que tais processos ainda estão engendrados no interior de nossa cultura, precisando de muito mais que outras leis para uma superação. A efetivação da cidadania necessita forjar horizontes que consigam, de fato, incluir todos.

Nesse jogo de dizer e silenciar é bastante complexo analisar algumas dinâmicas, sobretudo aqui, cujo objeto é tão fluído quanto a história, e suas dinâmicas são permeadas de diversos pormenores que precisam ser estudados. O patriarcado é o grande elemento central que opera desde a colônia até o presente momento no percurso brasileiro. Mesmo hoje, com as mulheres sendo os centros principais nos núcleos familiares, toda a sociedade brasileira se organiza de acordo com a lógica patriarcal. Essa visão trazida da Europa e calcada no Deus cristão e na narrativa bíblica sobre o mundo é o ponto em comum de diversas violências narradas neste trabalho. Trazendo como elemento de dominação e submissão a lógica binária do gênero fez por apagar, subalternizar e oprimir práticas de prazer, amor e relação que escapam do que a sociedade europeia considerava a norma. Estado e Igreja tinham suas fronteiras borradas, para não dizer que não havia fronteiras entre eles. Corrigir o corpo era garantir que tudo funcionaria dentro da expectativa, de Deus e dos centros de onde emana o poder no período (ROGERS, 2017; DEL PRIORE, 2009).

Como visto, os anos de dominação patriarcal religiosa deixaram marcas imensas no Brasil, que podem ser sentidas até hoje, e provavelmente serão sentidas ainda por muito tempo. A relação estreita da igreja com o governo colonial e imperialista, e mais tarde republicano, fizeram por engendrar formas autoritárias de poder e controle, onde a caridade, o assistencialismo e paternalismo fazem por dificultar o avanço da democracia e o fortalecimento da cidadania.

É bastante desafiador no universo da pesquisa sobre gênero encontrar trabalhos relacionados, já que tais temas são bastante moralizados e levam a embates um tanto difíceis. Aliar tal discussão ao debate da ruralidade faz por complexificar ainda mais o intento. O próprio conteúdo do tema já impõe diversos desafios. Mas há ainda outro fator, existe uma política de má gestão da memória em Diamantina, patrimônio histórico da humanidade. Alguns acervos são amplamente cuidados, outros deixados ao acaso. O acervo do hospício, por exemplo, encontra-se em caixas, em um cômodo do prédio que hoje cumpre funções administrativas. Não tem estruturado um processo de solicitação e acesso a esses documentos. Enquanto o Jornal do Pão conta com seu acervo amplamente digitalizado.

Foi intuito deste texto produzir uma breve análise sobre o percurso vivido na pesquisa de mestrado, explorando o conceito de mal-ditos e os desafios que isso coloca no fazer-se pesquisador. Pontua-se que as conclusões apontadas aqui não buscam esgotar as possibilidades abertas, pelo contrário, esperamos trazer insights e possibilidades de superação dessas fronteiras e inserir nas discussões dos estudos rurais as discussões sobre o corpo, sexo e gênero. Dados melhor trabalhados sobre a história de Diamantina, sua relação com o hospício e os corpos dissidentes diamantinenses são parte do texto final da dissertação mencionada, ainda em finalização.

Na foto que abre o presente texto prestamos uma homenagem a Laila Dominique, o primeiro corpo dissidente jequitinhonha televisionado, saindo de Diamantina e ficando conhecida no país todo por seu humor e irreverência.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, PT: Edições, v. 70. 2010.
- BAHIA, GGB–Grupo Gay da. **Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT)**: relativo a 2017, [online].
- BAHIA, GGB – Grupo Gay. **Assassinatos de LGBT no Brasil**. 2020.
- BOITO JR, A. O Caminho Brasileiro para o Fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.
- CARVALHO, J. M. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, 2003.
- DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- DEMO, P. **Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. 1998.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996
- LIMA, J. B. de Q. Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL (ALASRU). 10., 2018, Montevideo, Uruguay. **Anais [...]**. Montevideo, Uruguay, 2018.
- LOPES, F. J. **“O Pecado Indigno De Ser Nomeado”**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2019.
- MAGNANI, M. C. A. O. **Hospício da Diamantina**: a loucura na cidade moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TRANSGENDER EUROPE’S TRANS MURDER MONITORING. **Map showing the TMM results from 2020**. Acesso em 16 de junho de 2021.

Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2020#

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA JR, I. **Torto arado**. São Paulo: Editora Todavia, 2018. p. 203.

GABRIEL, Jean Paulo Silva. A violência no desenvolvimento capitalista e um giro de resistência: “Arrasou, BlayBlayds!”. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v.3, n. 10, p. 325-348, 2020.

LIMA, Joselia Barroso de Queiroz. Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito. **X Congresso ALASRU**. Montevideo. 2017

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: artigos sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAITO, Deise Camargo et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180653, 2019.

SILVA, Márcia Alves da. A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade. **Educar em Revista**, v. 34, p. 293-307, 2018.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história. Seguido de: Foucault revoluciona a história**. 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Objetiva, 2019.

Capítulo 20

As interfaces da pesquisa com a juventude rural no Brasil

Romário da Silva Santana¹

Ezequiel Redin²



FOTO: ROMÁRIO DA SILVA SANTANA (2023).

Resumo

Este texto objetivou realizar uma análise dos estudos que sistematizaram o estado da arte das pesquisas sobre juventude rural no Brasil, além de compreender de que forma o tema da juventude rural é abordado nas diferentes áreas do conhecimento. O trabalho justifica-se em função de que a pesquisa interdisciplinar busca promover a interação entre diferentes áreas do conhecimento, com distintos pontos de vista, possibilitando

¹ Mestre em Estudos Rurais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Unai-MG, romario.santana@ufvjm.edu.br.

² Doutor em Extensão Rural. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Unai-MG e Professor da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria-RS, ezequiel.redin@ufsm.br.

estudos mais consistentes e complexos. Para tanto, essa pesquisa usou abordagem qualitativa-quantitativa, sendo que, os dados coletados foram das pesquisas publicadas por Weisheimer (2005), Castro *et al.* (2010) e Barasuol, Doula e Boessio (2017) sobre o estado da arte da juventude rural no Brasil durante o período de 1985 a 2015. Foram identificados estudos em diferentes regiões do Brasil, com destaque para as regiões Sul, Sudeste e Nordeste com o maior número de estudos publicados, e a região Norte com o menor número de trabalhos publicados sobre juventude rural. Foi possível identificar também que houve um incremento de pesquisas sobre o tema a partir do início do século XXI, realizados por diferentes áreas do conhecimento. Constata-se que cada área do conhecimento promove as suas contribuições sobre o tema da juventude rural, dialogando com outros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, tornando os estudos interdisciplinares, possibilitando novas visões, utilizando-se do pensamento crítico, contribuindo para o processo formativo de novos pesquisadores sobre o tema.

Introdução

O dilema do jovem rural entre o ficar ou sair do campo é um problema social eminente, consagrado em Castro (2005). A juventude rural no Brasil sofre historicamente com a reestruturação de acesso a bens e serviços em um contexto socialmente desigual, causados pela expansão dos complexos agroindustriais, êxodo rural e concentração fundiária (BARCELLOS, 2017). Dependendo da situação de vulnerabilidade social da família rural, os jovens rurais podem buscar por outros projetos que estejam além da vida no campo. Há inúmeros fatores estruturais, econômicos e sociais que podem influenciar na tomada de decisão do jovem rural. Outras problemáticas relacionadas aos jovens rurais que contribuem para sua não permanência no campo são: a baixa expectativa de renda na agricultura familiar, a falta de participação no gerenciamento da propriedade rural, a busca por melhor infraestrutura e serviços públicos e opções de lazer (REDIN; SILVEIRA, 2012). A criação de políticas públicas com o foco na

juventude rural é, portanto, um movimento arduamente defendido pelas pesquisas da área e pelos agentes de desenvolvimento rural como uma das formas de suprir os anseios dos jovens e os problemas do desenvolvimento rural.

No Brasil, em tratando-se do tema juventude rural, há várias pesquisas nas últimas décadas, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Nessas investigações são abordados temas como a juventude e educação rural, identidade, ação coletiva, inserção no mercado de trabalho, reprodução social, êxodo rural, sucessão familiar, entre outros. Alguns estudos direcionam-se, conforme Redin (2019), ao fluxo migratório para os centros urbanos, à organização das estratégias produtivas e, outros, ainda, às formas associativas que promovem espaços de lazer e entretenimento no meio rural (REDIN, 2019).

Esses diálogos em torno da juventude rural perpassam por diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, cada pesquisador contribui com o tema, comparando sua pesquisa aos estudos realizados por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, há uma troca estimulando a interdisciplinaridade, uma vez que ela objetiva “superar a fragmentação e compartimentalização de conhecimentos, implicando uma troca entre especialistas de vários campos do conhecimento na discussão de um assunto” (LIBÂNEO, 2011, p. 32), ou seja, é caracterizada pela intensa troca de saberes (JAPIASSU, 1976), sendo necessário encontrar o sentido epistemológico, seu papel e suas implicações sobre o processo do conhecer o objeto de estudo (THIESEN, 2008). Portanto, os novos estudos construídos com um viés interdisciplinar auxiliam novos pesquisadores na discussão teórica e metodológica de suas pesquisas, contribuindo para o entendimento de sua complexidade (MORIN, 2005).

Desse modo, os estudos sobre juventude rural são construídos de forma complementar por diversos pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Essa construção acontece a partir da própria forma do “homem produzir-se enquanto ser social e

enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

A abordagem utilizada na pesquisa foi quantitativa-qualitativa, com base nas publicações sobre o estado da arte da juventude rural no Brasil. Foram realizadas buscas na plataforma *Google Acadêmico* e no portal de periódicos *Scielo Brasil*, utilizando como pesquisa o termo: “estado da arte da juventude rural”. De acordo com as pesquisas realizadas no *Google Acadêmico* e no portal de periódicos *Scielo Brasil* foram encontrados os estudos de Weisheimer (2005) intitulado “Juventudes rurais - mapas de estudos recentes”, os estudos de Castro *et al.* (2010) intitulado “A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político - contribuições para um estudo da arte” e o estudo de Barasuol, Doula e Boessio (2017) intitulado “Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira”. Não foram encontrados estudos sobre o estado da arte com o tema juventude rural no Brasil durante os anos de 2008 e 2009.

Neste trabalho é realizada uma sistematização do estado da arte, compilada pelas pesquisas sobre juventude rural no Brasil, além de compreender de que forma o tema da juventude rural dialoga nas diferentes áreas do conhecimento. No desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento é abordado o estado da arte realizado por Weisheimer (2005) que faz um mapeamento de pesquisas realizadas durante 14 anos, abrangendo o período entre 1990 e 2004. Em seguida analisa-se o estado da arte realizado por Castro *et al.* (2010) que trazem um levantamento das pesquisas sobre juventude rural em um período de 22 anos, entre 1985 e 2007. Por último, os trabalhos sobre o estado da arte realizado por Barasuol, Doula e Boessio (2017) onde apresentam um levantamento sobre a juventude rural durante cinco anos, entre 2010 e 2015. A seguir, está apresentado como a temática da juventude rural dialoga com os diferentes campos do conhecimento científico.

2. Juventude rural e interfaces das pesquisas interdisciplinares

O tema juventude rural está em fase de expansão e passa por um processo de ressignificação e consolidação no campo acadêmico (CASTRO *et al.*, 2010). Ao analisar a categoria juventude rural é preciso considerar o espaço onde ela está inserida, ou seja, no meio rural. Diante disso, ao pesquisar sobre esse tema, alguns pesquisadores não o tratam de forma fragmentada. Para Vasconcelos (2016, p.159) “toda pesquisa acerca de uma realidade exige contextualização, descrição da literatura e da teoria existente sobre o tema”. Um dos principais teóricos sobre esse movimento interdisciplinar é Edgar Morin que aborda sobre a teoria da complexidade. Para Morin (2005), somente o pensamento complexo sobre a realidade, que também é complexa, pode avançar no sentido da contextualização, da articulação e da interdisciplinarização dos conhecimentos produzidos (THIESEN, 2008), fugindo da homogeneização epistemológica e do relativismo radical, com uma base teórica sólida para dialogar com outros campos do conhecimento (VASCONCELOS, 2016).

O tema juventude rural no Brasil apareceu recentemente no campo acadêmico. A categoria juventude é vista como parte do movimento de construção social, um sujeito das políticas públicas, como um ator político de organizações e movimentos sociais (CASTRO *et al.*, 2010). Para se entender a juventude rural no Brasil fez-se uma análise de alguns estudos, de modo a identificar de que forma este tema dialoga com as diferentes áreas do conhecimento. A maioria dos estudos sobre juventude rural parte de um levantamento bibliográfico acerca do assunto. Essas revisões bibliográficas possibilitam aos pesquisadores uma visão mais ampla sobre as pesquisas e suas contribuições e conduz a novas investigações que poderão ser abordadas em pesquisas futuras.

No que lhe concerne, levantamentos bibliográficos sobre a juventude rural visam mensurar o tema no campo acadêmico, apresentando como uma categoria social, construída e representada nas pesquisas (CASTRO *et al.*, 2010). Diante desses

levantamentos bibliográficos, o pesquisador dialoga com referenciais ao analisar os resultados encontrados em sua pesquisa. A interdisciplinaridade procura romper com essa visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento (THIESEN, 2008). O que aqui se propõe é uma análise da interdisciplinaridade no campo da epistemologia, que têm como categorias para seu estudo “o conhecimento em seus aspectos de produção, reconstrução e socialização; a ciência e seus paradigmas; e o método como mediação entre o sujeito e a realidade” (THIESEN, 2008, p. 545). Portanto, ao elaborar estudos do estado da arte sobre algum tema, os pesquisadores realizam a revisão bibliográfica, com a possibilidade de fazer um comparativo sobre os estudos já realizados, o que permite aos pesquisadores avanços, bem como avaliar como os pesquisadores abordaram o assunto pesquisado (FERREIRA; HILLIG, 2018).

Nos estudos do estado da arte sobre juventude rural, Weisheimer (2005), Castro *et al.* (2010) e Barasuol, Doula e Boessio (2017) realizaram levantamentos bibliográficos em sites da internet de universidades, congressos, periódicos, revistas e bancos de dados (Dedalus, BDTD, teses e dissertações da CAPES), durante o período de 1985 a 2007 e de 2010 a 2015, sendo que não foi encontrado nenhum estudo do estado da arte sobre juventude rural durante o período de 2008 e 2009 nesses bancos de dados. No entanto, é possível encontrar outras pesquisas científicas sobre a juventude rural em outras bases de dados de divulgação científica.

Através de Weisheimer (2005), Castro *et al.* (2010) e Barasuol, Doula e Boessio (2017), é possível identificar que o tema aparece em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, o que a torna um campo de discussão interdisciplinar. Com base na reflexão sobre a interdisciplinaridade realizada por Japiassu (1976), é possível perceber, em nosso caso, que os mapeamentos do estado da arte sobre o tema juventude rural, além de dialogarem com o pensamento e estudos de diversos pesquisadores, apresentam diferentes áreas de conhecimento em que as pesquisas foram desenvolvidas.

Para se entender como o tema juventude rural se relaciona com diversas áreas do conhecimento, é necessário contextualizar os mapeamentos do estado da arte realizados nos estudos englobados pelo presente trabalho — Weisheimer (2005), Castro *et al.* (2010) e Barasuol, Doula e Boessio (2017).

2.1 Os estudos sobre o estado da arte da juventude rural entre 1990-2004

Inicia-se essa análise com o estudo de Weisheimer (2005) intitulado “Juventudes rurais — mapas de estudos recentes” que apresenta um levantamento sobre as pesquisas com o tema juventude rural realizadas no período de 14 anos (1990-2004). Para construir o mapeamento do estado da arte, o autor analisou resumos de teses e dissertações, livros e artigos publicados em revistas e anais de congressos científicos, de diferentes áreas do conhecimento. Em suas análises foram encontrados: duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações e 27 artigos publicados em anais de congressos científicos. O período de destaque para publicações sobre juventude rural foi dos anos 2000 a 2003, com o maior número de publicações científicas, indicando que a categoria juventude rural tem se consolidado a partir do século XXI.

Com base nos dados (WEISHEIMER, 2005) é possível identificar que os estudos sobre juventude rural (1990 a 2004) foram realizados em diferentes universidades, concentradas em diferentes regiões do país. De acordo com o pesquisador, ao analisar apenas teses e dissertações sobre o tema juventude rural, é possível identificar estudos nas seguintes universidades: Universidade Federal da Paraíba (UFPB) — três dissertações; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — duas dissertações; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) — uma dissertação e uma tese; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) — uma dissertação e uma tese; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — duas dissertações; e Universidade de São Paulo (USP) — duas dissertações. Portanto, há uma concentração de

estudos sobre juventude rural no período de 1990 a 2004, nas regiões Sul (6), Sudeste (4) e Nordeste (2) do Brasil (WEISHEIMER, 2005).

TABELA 1 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOS PESQUISADORES E LINHAS TEMÁTICAS DAS PUBLICAÇÕES EM TERMOS ABSOLUTOS SOBRE A JUVENTUDE RURAL.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS TEMÁTICAS				
	I	II	III	IV	TOTAL
Administração	1	0	0	0	1
Antropologia	0	2	1	4	7
Ciências florestais	0	1	0	0	1
Comunicação	0	1	0	0	1
Desenvolvimento	0	2	1	3	6
Economia	1	0	0	1	2
Educação	5	1	0	0	6
Extensão Rural	1	1	2	2	6
Filosofia	0	1	0	0	1
Serviço social	0	2	1	1	4
Sociologia	0	2	5	8	15
Total	8	13	10	12	50

FONTE: WEISHEIMER (2005)

Weisheimer (2005) apresenta uma sistematização das linhas temáticas abordadas nas pesquisas analisadas, sendo: I) juventude e educação rural (oito publicações); II) juventude, identidades e ação coletiva (13 publicações); III) juventude rural e inserção no trabalho (10 publicações); e IV) juventude e reprodução social na agricultura familiar (19 publicações). Diante do estudo de Weisheimer (2005) foi possível identificar as áreas de concentração

que os pesquisadores realizaram contribuições sobre o tema juventude rural, entre elas: Administração, Antropologia, Ciências Florestais, Comunicação, Desenvolvimento, Economia, Extensão Rural, Filosofia, Serviço Social e Sociologia. A Tabela 1 apresenta dados referentes à área de concentração dos pesquisadores, as linhas temáticas das publicações e o quantitativo por área e por linha temática.

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que entre as 11 áreas de concentração analisadas, o maior número de trabalhos se concentra em cinco (5) áreas: a Sociologia possui maior dedicação nos estudos sobre a juventude rural (15 publicações), seguida pela área da Antropologia (7 publicações), Extensão Rural (6 publicações), Desenvolvimento (6 publicações) e Educação (6 publicações). As áreas destacadas com maior quantidade de pesquisas, dialogam entre si, usando autores e referências similares, focando na interdisciplinaridade para o estudo da juventude rural no Brasil.

A interdisciplinaridade é notoriamente percebida tanto nas áreas de concentração dos pesquisadores quanto nas suas pesquisas realizadas sobre a temática da juventude rural. De acordo com a Tabela 1, as áreas de concentração com maior número de publicações são: Antropologia, Desenvolvimento, Educação, Extensão Rural e Sociologia. Para Freire (1987) a interdisciplinaridade acontece através da construção do conhecimento, com base na sua relação com o contexto e com a realidade. As pesquisas permitem uma organização dos estudos sobre juventudes rurais em áreas de conhecimentos e linhas temáticas, apresentando informações relevantes sobre o foco das pesquisas realizadas sobre as realidades das juventudes rurais. Nesse sentido, a articulação entre as áreas de concentração fornece um amplo debate, pois apresenta um diálogo entre os diferentes campos de conhecimento com a realidade vivida pelos jovens rurais brasileiros.

Ao sistematizar as linhas temáticas de pesquisa, Weisheimer (2005) possibilitou que fossem feitas análises no sentido de

identificar quais linhas temáticas se inter-relacionam com as áreas de concentração dos estudos. Pode-se analisar que na linha temática I) "juventude e educação rural" os estudos focaram nas seguintes áreas de concentração: Administração (uma publicação), Economia (uma publicação), Educação (cinco publicações) e Extensão Rural (uma publicação). Nota-se que a área de concentração com maior número de publicações na linha temática I é a Educação, que possui a tendência de constituir-se como uma das áreas do conhecimento mais interdisciplinares.

Na linha temática II) "juventude, identidade e ação coletiva", os estudos foram nas seguintes áreas de concentração: Antropologia (duas publicações), Ciências Florestais (uma publicação), Comunicação (uma publicação), Desenvolvimento (duas publicações), Educação (uma publicação), Extensão Rural (uma publicação), Filosofia (uma publicação), Serviço Social (duas publicações) e Sociologia (duas publicações). Nota-se que na linha temática II há o maior número de publicações nas áreas da Antropologia, Desenvolvimento, Serviço Social e Sociologia.

Por sua vez, a linha da temática III) "juventude rural e inserção no trabalho", apresentou estudos nas seguintes áreas de conhecimento: Antropologia (uma publicação), Desenvolvimento (uma publicação), Extensão Rural (duas publicações), Serviço Social (uma publicação) e Sociologia (cinco publicações). Nota-se que na linha temática III, a maioria das publicações foram realizadas dentro da área de concentração da Sociologia.

Na linha temática IV) "juventude e reprodução social na agricultura familiar", foram publicados trabalhos nas seguintes áreas de concentração: Antropologia (quatro publicações), Desenvolvimento (três publicações), Economia (uma publicação), Extensão Rural (duas publicações), Serviço Social (uma publicação) e Sociologia (oito publicações). Na linha temática IV, a área com maior número de publicações é a Sociologia.

Com base nos estudos realizados sobre juventude rural (WEISHEIMER, 2005) é possível analisar que a área de concentração que mais dialoga com as linhas temáticas de pesquisa

é a Extensão Rural, sendo uma publicação na linha temática I) juventude e educação rural; uma publicação na linha temática II) juventude, identidade e ação coletiva; duas publicações na linha temática III) juventude rural e inserção no trabalho; e duas publicações na linha temática IV) juventude e reprodução social na agricultura familiar. Em relação ao número de publicações em cada área de concentração, é possível perceber que a Sociologia é a área que mais possui estudos publicados sobre juventude rural, sendo duas publicações na linha temática II) juventude, identidade e ação coletiva; cinco publicações na linha temática III) juventude rural e inserção no trabalho e oito publicações na linha temática IV) Juventude e reprodução social na agricultura familiar, totalizando 15 publicações.

2.2 Os estudos sobre o estado da arte da juventude rural entre 1985-2007

Nesse momento, apresentam-se os dados do trabalho de Castro *et al.* (2010), intitulado “A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político — contribuições para um estado da arte” com o levantamento de dados sobre juventude rural publicados durante o período de 1985-2007, abrangendo 22 anos, sendo cinco antes e três anos depois do período estudado por Weisheimer (2005).

Para a elaboração do estado da arte, Castro *et al.* (2010) utilizaram como fontes bibliográficas: livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de cursos de especializações, artigos, resumos em revistas e congressos, capítulos de livros e relatórios de pesquisas. Em suas análises foram encontradas 16 teses, 71 dissertações, duas monografias de especialização, 15 livros, 93 publicações dentre artigos, relatórios de pesquisas, resumos em anais de congressos e capítulo de livro. Assim como nas pesquisas de Weisheimer (2005), Castro *et al.* (2010) afirmam que as regiões de maior concentração de pesquisas sobre juventude rural foram a região Sudeste, Sul e Nordeste.

Castro *et al.* (2010) destaca que a região Norte é a que menos apresentou referências bibliográficas sobre juventude rural.

A maioria dos estudos foram realizados na área da Educação, sendo pioneira durante o período de 1985-2007 em estudos sobre juventude rural (CASTRO *et al.*, 2010). Em relação às áreas do conhecimento em que se originaram os estudos analisados, 70,8% dos estudos possuem como área de concentração as Ciências Humanas, 10,1% às Ciências Sociais Aplicadas, 7,9% às Ciências Agrárias, 6,7% a área Multidisciplinar e 4,5% outras áreas de concentração (CASTRO *et al.*, 2010), conforme dados apresentados na tabela 2.

TABELA 2 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOS PESQUISADORES E PORCENTAGEM DE ESTUDOS DE ACORDO COM O ESTADO DA ARTE SOBRE JUVENTUDE RURAL.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	% DE ESTUDOS
Ciências Humanas	70,8
Ciências Sociais Aplicadas	10,1
Ciências Agrárias	7,9
Multidisciplinaridade	6,7
Outras	4,5

FONTE: ELABORADA A PARTIR DOS DADOS DE CASTRO *ET AL.* (2010).

Observa-se na Tabela 2 que a área de concentração com maior número de estudos são as Ciências Humanas. Entretanto, há trabalhos que sustentam que as pesquisas com uma abordagem interdisciplinar têm sido encontradas com bastante frequência no campo das Ciências Sociais (LEIS, 2005). No caso da juventude rural é possível verificar que os estudos são bem distribuídos em várias áreas do conhecimento. Os demais estudos estão concentrados nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Multidisciplinaridade e outras áreas.

2.3 Os estudos sobre o estado da arte da juventude rural entre 2010-2015

Barasuol, Doula e Boessio (2017) no trabalho intitulado “Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira” apresentam um levantamento dos estudos sobre juventude rural durante o período de cinco anos (2010-2015). As autoras analisaram dissertações de mestrado e teses de doutorado que foram defendidas no Brasil sobre a temática da juventude rural. De acordo com as pesquisas realizadas foram encontrados 73 registros de trabalhos sobre a temática, sendo 12 teses de doutorado e 61 dissertações de mestrados (acadêmicos e profissionais).

Segundo esse levantamento realizado por Barasuol, Doula e Boessio (2017) foram encontrados 73 registros nas grandes áreas de Avaliação pela CAPES, sendo: Ciências da Saúde (um registro), Linguística, Letras e Artes (dois registros), Multidisciplinar (quatro registros), Ciências Sociais Aplicadas (quatro registros), Ciências Agrárias (16 registros) e as Ciências Humanas (46 registros), como é possível visualizar na Tabela 3.

TABELA 3 – GRANDES ÁREAS DE AVALIAÇÃO DA CAPES E NÚMERO DE REGISTRO DE ESTUDOS SOBRE JUVENTUDE RURAL EM CADA ÁREA.

GRANDES ÁREAS DE AVALIAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS
Ciências da Saúde	1
Linguística, letras e Artes	2
Multidisciplinar	4
Ciências Sociais Aplicadas	4
Ciências Agrárias	16
Ciências Humanas	46

FONTE: BARASUOL, DOULA E BOESSIO (2017)

Diante dos dados apresentados por Barasuol, Doula e Boessio (2017), é possível analisar que as grandes áreas de concentração com mais estudos realizados sobre juventude rural são Ciências Agrárias e Ciências Humanas — esta última, com maior número de estudos, assim como apresentado por Castro *et al.* (2010).

Em relação às regiões brasileiras onde foram realizados os estudos, as autoras apontam que na Região Sudeste foram 30 registros, na Região Nordeste, 19, na Região Sul, 16, na Região Centro-Oeste, seis, e na Região Norte, dois. O levantamento realizado por Barasuol, Doula e Boessio (2017) apontam uma predominância de estudos sobre juventude rural realizados nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul. É possível observar, através dos estudos, que a região com menos pesquisas sobre juventude rural é a Região Norte (WEISHEIMER, 2005; CASTRO *et al.* 2010; BARASUOL, DOULA e BOESSIO, 2017). Destaca-se, ainda, que na sistematização das autoras, a Região Nordeste aparece com uma quantidade superior a Região Sul, apontando para uma novidade importante, nos cinco anos que se concentram no século XXI, indicando uma consolidação da categoria em análise, juventude rural, quando comparado com o quantitativo de trabalhos dos períodos analisados pelos outros autores.

De acordo Barasuol, Doula e Boessio (2017) as temáticas mais frequentes encontradas nas dissertações e teses sobre juventude rural foram: educação, cultura e trajetórias, trabalho, reprodução social, gênero, migração juvenil, TICs e protagonismo juvenil. As autoras apresentam uma escala de frequência em que as temáticas aparecem nos trabalhos pesquisados, sendo que foram 30 estudos com a temática educação, 18 estudos possuindo como temática a cultura, nove estudos com a temática projetos e trajetórias, nove estudos sobre trabalho, seis estudos abordando a temática reprodução social, quatro estudos sobre gênero, três estudos sobre migração, três estudos com a temática sobre TICs e dois estudos sobre o protagonismo juvenil. Percebe-se que há uma predomi-nância da temática educação nos estudos sobre juventude rural.

As pesquisadoras ainda apresentaram um levantamento dos estudos sobre juventude rural considerando os programas de pós-

graduação onde foram realizados. De acordo com os dados foram 18 estudos em programas de pós-graduação na área de Educação, 12 estudos em programas de pós-graduação na área de Extensão Rural/Desenvolvimento Local/Extensão Rural, sete estudos em programas de pós-graduação na área de Geografia, quatro em programas de pós-graduação em sociologia e três estudos em programas de pós-graduação em Agroecossistemas. Os dados demonstram uma predominância de estudos sobre juventude rural em programas de pós-graduação na área de Educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa foi possível identificar que há estudos sobre juventude rural sendo desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento, bem como, estão presentes em diferentes programas de pós-graduação pelo Brasil, o que possibilita a promoção de diálogo entre os pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento, possibilitando estudos sobre juventude rural mais consistentes e interdisciplinares.

Durante o período de 22 anos, 1985 a 2007, foram defendidas 18 teses e 89 dissertações, enquanto no período de 5 anos, 2010 a 2015, foram 12 teses e 61 dissertações. Esses dados além de evidenciarem a amplitude de estudos sobre a categoria juventude rural ao longo do tempo, indicam a sua consolidação a partir do século XXI. A criação da Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005 que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens — ProJovem, criou o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude podem ter se tornado mecanismos legais potencializadores de ações práticas e estimulado pesquisas com as juventudes, fatos que reforçaram a problematização social das juventudes como categoria social, seja no meio urbano ou rural. No campo das estratégias de reprodução social das unidades de produção, as questões sobre sucessão familiar rural, permanência ou migração, educação, acesso aos meios de produção, tecnologia, comunicação, lazer e educação,

são estímulos que reforçam interesses em pesquisas sobre a juventude rural no Brasil.

Destaca-se também que o tema juventude rural dialoga em diferentes áreas do conhecimento como: Antropologia, Ciências Agrárias, Ciências Florestais, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Comunicação, Desenvolvimento, Economia, Extensão Rural, Filosofia, Serviço Social, Sociologia, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinaridade. Conseqüentemente as áreas das Ciências Humanas, Extensão Rural e Sociologia foram as que mais apresentaram estudos sobre a temática juventude rural. Dessa forma, os estudos sobre juventude rural buscam promover diálogos e conexões entre as diferentes áreas do conhecimento de modo a apresentar resultados mais consistentes e integrados.

A pesquisa interdisciplinar sobre o tema juventude rural contribui de forma significativa na formação de novos pesquisadores desta área. Estudos realizados de forma interdisciplinar podem contribuir com visões diferenciadas, o que facilita o entendimento sobre um determinado tema em estudo. Deste modo, além das áreas de conhecimento aqui apresentadas, outras áreas do conhecimento também podem contribuir com a temática da juventude rural. Ressalta-se também a importância de se realizar mais pesquisas sobre a juventude rural na Região Norte. Por fim, sugere-se investir esforços na realização de uma sistematização do estado da arte sobre juventude rural durante os períodos de 2016 a 2022, de modo a verificar os estudos realizados durante esse período e que contemplem nas atualizações sobre essa categoria as concepções que ampliem a percepção sobre a diversidade de realidades e contextos vivenciados pelos sujeitos sociais no meio rural brasileiro.

Referências

BARASUOL, A.; DOULA, S. M.; BOESSIO, A. T. Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-

2015). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 239-262, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017239>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, p.149-173, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 30 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11129.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

CASTRO *et al.* A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. *In*: ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. (orgs.). **Jóvenes, cultura y política en América Latina**: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000. 1. ed. Rosario: Homo Sapiens Ediciones/Clacso, 2010, v. 1, p. 55-87. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20120319025640/joven.pdf#page=56>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, D. J. N; HILLIG, C. Juventude rural e protagonismo: caminhos para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 200-227, 2018. Disponível em: <http://200.145.54.28:8082/index.php/recodaf/article/view/82>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 16 jan. 2022.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 73, ago. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus professor, adeus professor?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

REDIN, E. Juventude rural em movimento. In: RADAELLI, I, M.; MOURAD, L. A. F. A. P.; DEGGERONE, Z. A. (org.). **Debates sobre o rural**. Ituiutaba: Barlavento, 2019. v. 1, p. 58-81. E-book (288 p.) ISBN: 978-85-68066-91-1. Disponível em: <https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2019/09/pronto-publicar.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural: experiências e perspectivas. In: FLORES, V. F.; VELA, H. A. G.; SILVEIRA, P. R. C. (org.). **Educação rural no mundo contemporâneo**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2012. v. 1, p. 175-208.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 545-554, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VASCONCELOS, E. M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. In: **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 343. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047757>. Acesso em: 16 jan. 2022.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa dos estudos recentes**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. p. 76. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/7784/BVE19040089.pdf?sequence=>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Posfácio

O Campo, dos Vales;
Os Vales, que educam;
Educação do Campo!
(LEC, 2016)

A partir dessa epígrafe, que constitui o grito mobilizador da graduação em Educação do Campo na UFVJM, tem-se a inspiração para propor o título da Coleção “Os Vales que Educam”. Sua primeira publicação, realizada em 2020, com o título Os Vales que Educam: 10 anos de alternâncias, autonomia e diálogos na educação do campo, foi organizada pela Licenciatura em Educação do Campo/LEC-UFVJM e compôs o marco de comemoração de 10 anos de institucionalização, no nível de graduação, da experiência de Educação do Campo na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, momento que agregou as comemorações, iniciadas em 2018, dos 20 anos da Educação do Campo, enquanto um movimento nacional de luta pelo direito à educação, protagonizada pelos movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro.

A segunda publicação da Coleção, com o título “Os Vales que Educam: Estudos Rurais em Minas Gerais; organizada pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais-PPGER/UFVJM, concretiza a Coleção e sintoniza as iniciativas da graduação e da pós-graduação em uma proposta de ação conjunta, que revela a potência dessas experiências institucionais que focam a construção do conhecimento pautados na integração entre ensino, pesquisa e extensão, e na aproximação da relação entre teoria e prática, com o desafio de refletir os modelos em disputa na sociedade global, tanto no que se refere à educação quanto aos modelos de desenvolvimento para o campo. Dessa forma, nasce a proposta da Coleção em 2021, com a potência de construir uma interlocução dialógica entre produzir conhecimentos e aprofundar a formação de

sujeitos críticos, como nos inspira Paulo Freire, na sua filosofia pautada em uma educação libertadora.

Importante ressaltar que a proposta da Coleção foi pensada e analisada nas instancias gestoras e deliberativas dos cursos, ou seja, nos Colegiados da graduação em Educação do Campo e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais. A proposta de estar junto com o Estudos Rurais foi analisada e aprovada, por unanimidade dos presentes, na 76ª reunião ordinária do Colegiado da LEC, realizada em 17 de agosto de 2021, que avaliou a transformação do título “Os Vales que Educam” em uma série e ou coleção, com o objetivo de potencializar e ampliar o título para abarcar publicações relacionadas ao tema, e que poderão envolver atores da LEC, do Mestrado em Estudos Rurais, dos movimentos sociais e das comunidades ligadas à práticas formativas e à discussão sobre o Campo. No Colegiado dos Estudos Rurais a proposta foi discutida e aprovada em 2021.

Na interpretação do título da Coleção, o plural de “Os Vales” busca abarcar um contexto para além das regionalizações políticas construídas no contexto das bacias hidrográficas do Rio Jequitinhonha e Mucuri, que estão demarcadas no nome da instituição (UFVJM), mas, faz referência às diversidades e dimensões territoriais de outras bacias hidrográficas, como Rio Doce, Rio Pardo de Minas, Rio São Francisco, que estão incluídos na área de abrangência da UFMG, entre outras realidades rurais brasileiras e internacionais que, agregado ao “que Educam”, evoca a importância e a potência do diálogo para nos possibilitar cruzar as fronteiras dos saberes e das estruturas instituídas, e assimilar que a construção do conhecimento é fruto do respeito e das trocas entre diferentes saberes, o que possibilita envolver diversos contextos e culturas, refletindo em relações mais horizontais e instituições mais democráticas.

Assim, a Coleção “Os Vales que Educam” nasce tendo o papel de aproximar a graduação e a pós-graduação, não só no contexto dos fluxos de estudantes e professores, mas, tendo também, o desafio de envolver diferentes atores institucionais e sociais em uma construção crítica do conhecimento.

Orelha da capa

Entender os Vales presentes do contexto de abrangência da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), é acolher e partilhar os saberes e as culturas produzidas pelos povos que se envolvem com a produção da vida no percurso das bacias hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce, Pardo e São Francisco, que desenham o Nordeste e Norte de Minas Gerais. Nesse sentido, o Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais - PPGER, criado a partir da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades, completa oito anos de existência e enraíza sua contribuição acadêmica aos 18 anos da UFVJM.

O PPGER é um programa de pós-graduação com caráter interdisciplinar, voltado para pesquisa dos processos econômicos, espaciais, ambientais, sociais, culturais e políticos que afetam o mundo rural brasileiro e latino-americano, a partir da contribuição de campos do saber como



Orelha da contracapa

agronomia, agroecologia, antropologia, economia, educação, geografia, história, sociologia e ciências da saúde. A partir das suas duas linhas de pesquisa, Sociedade e Cultura no Mundo Rural e Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente, este livro retrata pesquisas realizadas no nível de mestrado, resultado de investigações sincrônicas e diacrônicas do rural e das pequenas cidades a ele vinculadas, que revelam saberes resultantes de conflitos e confluências implicados na vida das populações rurais.

Este segundo volume da coleção os Vales que Educam, celebra o envolvimento entre a graduação em Educação do Campo e a pós-graduação em Estudos Rurais, um diálogo promissor na construção da universidade pública e socialmente referenciada.





Entre confluências e conflitos que demarcam os modos de vida nos territórios, este livro apresenta reflexões sobre a realidade rural brasileira a partir do contexto dos Vales que a Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri abrange. São contribuições do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais, produzidas a partir de investigações sincrônicas e diacrônicas, em seus oito anos de existência.